

O LÉXICO EM FOCO

MÚLTIPLOS OLHARES

LIDIA ALMEIDA BARROS
APARECIDA NEGRI ISQUERDO
(ORGS.)

O LÉXICO EM FOCO

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO
Responsável pela publicação desta obra

José Horta Nunes (coordenador)

Claudia Zavaglia

Erotilde Goreti Pezatti

Sanderléia R. Longhin-Thomazi

LIDIA ALMEIDA BARROS
APARECIDA NEGRI ISQUERDO
(Orgs.)

O LÉXICO EM FOCO
MÚLTIPLOS OLHARES

CULTURA
ACADÊMICA 
Editora

© 2010 Editora UNESP

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

L654

O léxico em foco: múltiplos olhares / Lidia Almeida Barros, Aparecida Negri Isquerdo (orgs.). – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2010.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-125-6

1. Lexicologia. 2. Lexicografia. 3. Língua portuguesa – Léxico. 4. Palavras e expressões. 5. Ciência – Terminologia. 6. Tecnologia – Terminologia. I. Barros, Lídia Almeida. II. Isquerdo, Aparecida Negri, 1954-.

10-0118.

CDD: 401.4

CDU: 81373

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos docentes e alunos de pós-graduação da Unesp por suas reflexões científicas efetuadas nesta obra.

Nossos agradecimentos vão também aos colegas do GTLex e aos pesquisadores da Universidade Nova de Lisboa, da Universidade Lumière Lyon 2 e da Universidade Paris 3 – Sorbonne Nouvelle, por sua colaboração, enviando artigos de referência na área.

Um trabalho precioso e fundamental foi realizado pela bibliotecária do Ibilce-Unesp de São José do Rio Preto, Cláudia Araujo Martins, que procedeu a uma minuciosa revisão das referências bibliográficas, colocando-as dentro das normas da ABNT. Auxiliaram também na revisão as alunas Letícia Bonora Teles, Karina Rodrigues, Dantielli Assumpção Garcia e Maria Teresa Martins.

Agradecemos também a Karina Rodrigues pela tradução para o português do artigo de François Maniez, originalmente escrito em francês.

Queremos ainda cumprimentar a pró-reitoria de pós-graduação da Unesp e a Editora da Unesp pela iniciativa de auxiliar a comunidade científica das áreas de Humanidades na publicação de livros, visto o papel que estes desempenham nos estudos dessas áreas. O formato digital e a disponibilização gratuita *on-line* facilitam ainda mais o acesso ao conhecimento por parte de todos os interessados.

No caso específico desta obra, as Ciências do Léxico têm se esforçado nos últimos anos para divulgar os resultados de suas pesquisas e esta publicação colabora para que esse objetivo seja alcançado.

As autoras

SUMÁRIO

Apresentação 11

- 1 Rede de neologia e de terminologia em língua portuguesa (em situação de contacto de línguas) 15

Maria Teresa Lino

Daniel Medina

José Domingos Moreira

Alexandre Chicuna

- 2 A marca de domínio dos dicionários é indicativo do estatuto de adjetivo relacional? Estudo no domínio da Medicina 37

François Maniez

- 3 La metáfora: estrategia de aprendizaje y sistema de conocimiento 51

Isabelle Oliveira

- 4 O léxico em perspectiva – uma agenda de trajetórias a percorrer 65

Ana Cristina Jaeger

- 5 A trilha dos “buritis” no vocabulário onomástico-
-toponímico: um estudo na toponímia de Minas Gerais
e de Mato Grosso do Sul 79
Aparecida Negri Isquerdo
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra
- 6 Brasileirismos e portuguesismos incorporados
ao léxico da língua italiana: análise de campos
léxico-conceptuais 93
Benilde Socreppa Schultz
Paola Giustina Baccin
- 7 A Nomenclatura Gramatical Brasileira fez cinquenta anos:
e daí? 109
Claudio Cezar Henriques
- 8 Proposta de estudo etnoterminológico diacrônico:
etnoterminologia do cristianismo católico romano
no português arcaico 127
Cristiane de Melo Aranda
Manoel Messias Alves da Silva
- 9 Vocabulários de línguas indígenas na Revista do IHGB:
o processo de gramatização 145
Dantielli Assumpção Garcia
José Horta Nunes
- 10 Uso de termos eponímicos em comunicação médica 157
Francine de Assis Silveira
Lídia Almeida Barros
- 11 Texto técnico e texto de divulgação técnica: a influência
do público-alvo na seleção de referenciação de termos 177
Giselle Olívia Mantovani Dal Corno
- 12 Expressão idiomática: uma unidade fraseológica 195
Huélinton Cassiano Riva
Beatriz Facincani Camacho

- 13 Modalidades tradutórias aplicadas à tradução juramentada de documentos acadêmicos 219
Ivanir Azevedo Delvizio
Lídia Almeida Barros
Francis Henrik Aubert
- 14 A etnoterminologia da culinária baiana na obra *Dona Flor e seus dois maridos*: análise interlinguística e etnoliterária para o inglês 233
Manoel Messias Alves da Silva
Jonathas de Paula Chaguri
- 15 Léxico urbano, discurso e silêncio: um fazer no entremeio 249
José Horta Nunes
- 16 Proposta de *Dicionário bilíngue português-francês* de termos de estatutos sociais voltado para tradutores juramentados 263
Letícia Bonora Teles
Lídia Almeida Barros
- 17 O léxico da tradução juramentada de cartas comerciais 277
Lídia Almeida Barros
Lilian Francisco
- 18 Aproximações e distanciamentos entre termos de atas de assembleias de associados em variantes nacionais do espanhol 291
Lívia Ricci Costa
Lídia Almeida Barros
- 19 O “glamour” das palavras inglesas na língua portuguesa 305
Maria Cristina Parreira da Silva

20 O dicionário infantil e a criança: análise discursiva 323

Maria Teresa Martins

José Horta Nunes

21 Expressões idiomáticas, provérbios e expressões
idiomáticas proverbiais: iguais, semelhantes
ou diferentes? 331

Marilei Amadeu Sabino

22 Usos de hiperônimo como elemento coesivo
em textos jornalísticos 349

Márcia Sipavicius Seide

APRESENTAÇÃO

O léxico é objeto de interesse de muitos pesquisadores das áreas de Letras e Linguística. No Brasil, diversas Universidades desenvolvem pesquisas sobre essa matéria e a Unesp-Universidade Estadual Paulista encontra-se entre elas, possuindo uma tradição consolidada na área e contando com vários grupos de pesquisa sobre o léxico da língua geral e das chamadas línguas de especialidade (domínios técnicos, científicos e especializados). Nos *campi* de São José do Rio Preto, de Araraquara e de Assis, docentes ligados a programas de pós-graduação procedem a investigações científicas sobre o léxico, envolvendo diversos alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado.

A produção dos docentes e discentes da Unesp nessa área tem desempenhado um papel social de suma importância, criando bases científicas e metodológicas para a elaboração de dicionários, para o ensino de língua materna, para o ensino de línguas estrangeiras, para a tradução e outros campos do saber e do fazer.

Os pesquisadores da Unesp unem-se à comunidade científica brasileira e internacional especialista do léxico para promover discussões, intercambiar conhecimentos e fazer avançar as Ciências do Léxico.

É nesse âmbito e com esse sentido que nasce esta obra. A ideia é de reunir trabalhos que divulguem as pesquisas desenvolvidas por

pesquisadores da Unesp, fornecendo, assim, elementos para uma reflexão sobre os caminhos que os estudos lexicais trilham hoje em nossa Universidade. É também objetivo desta obra dar oportunidade a alunos de pós-graduação para exporem os principais resultados de suas investigações científicas, desenvolvidas sob o olhar crítico de seus orientadores.

Mas os docentes e alunos da Unesp não vivem em uma redoma, ao contrário, interagem de modo intenso com renomados e produtivos pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Um dos principais fóruns de debate sobre o léxico é o Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia (GTLex) da Anpoll-Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística. Essa entidade é promovida e financiada pelos programas de pós-graduação em Letras e Linguística do Brasil e constitui uma respeitada entidade científica, que congrega os maiores pesquisadores brasileiros nessas áreas.

O GTLex tem sido de enorme importância para o desenvolvimento das pesquisas sobre o léxico na Unesp e, por esse motivo, este livro honra essa interação. Nesse sentido, esta obra se enriquece com artigos elaborados por colegas do GTLex. Os trabalhos desses pesquisadores foram selecionados com base em dois critérios: contribuição científica de relevo aos estudos lexicais e representatividade dos tipos de pesquisa que têm sido desenvolvidas em nível nacional na área.

Alguns aspectos científicos do léxico abordados neste trabalho têm sido também objeto de discussão na comunidade internacional. Nesse sentido, convidamos pesquisadores que têm mantido estreita relação de cooperação com os docentes da Unesp, ministrando disciplinas de pós-graduação e desenvolvendo projetos de investigação conjuntos. Esses pesquisadores são referência na área e emprestamos suas contribuições, contribuindo para as discussões feitas pelos demais artigos contidos neste livro. As contribuições vêm de colegas da Universidade Lumière Lyon 2, da Universidade Paris 3 – Sorbonne Nouvelle e da Universidade Nova de Lisboa em colaboração com pesquisadores de países africanos de língua oficial portuguesa.

Os artigos aqui publicados fazem parte de um conjunto, estão interligados, visto que abordam aspectos diferentes de um mesmo objeto, permitindo, assim, uma visão multifocal sobre o léxico da língua portuguesa e seu tratamento em dicionários. Esta publicação participa do esforço de divulgação dos conhecimentos científicos obtidos com investigações em boa parte financiadas por agências de fomento, procurando, assim, cumprir o dever de compartilhar com a sociedade esses conhecimentos e fornecer subsídios aos pesquisadores da área do léxico.

Lidia Almeida Barros
Aparecida Negri Isquierdo
(Orgs.)

1

REDE DE NEOLOGIA E DE TERMINOLOGIA EM LÍNGUA PORTUGUESA (EM SITUAÇÃO DE CONTACTO DE LÍNGUAS)¹

*Maria Teresa Lino*²

*Daniel Medina*³

*José Domingos Moreira*⁴

*Alexandre Chicuna*⁵

Introdução

Este trabalho tem como objecto a “Rede de Neologia e de Terminologia em Língua Portuguesa”, projecto liderado pelo Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa que mereceu o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia-FCT.

É uma investigação em Rede com os vários países de língua portuguesa que tem os seguintes objectivos:

-
- 1 Este texto foi gentilmente cedido pelos autores e foi originalmente publicado nas *Actas do XVII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa – Universidade em Rede*, AULP, Praia, Cabo Verde, 2007, p.39-52.
 - 2 Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, <<http://www.fcsh.unl.pt/clunl>>.
 - 3 ISE – Cabo Verde, colaborador do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.
 - 4 Mestrando e membro do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.
 - 5 Doutorando e membro do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

- a) Criar observatórios de neologia e de terminologia, em rede, nos vários países de língua portuguesa: observatórios de neologia da língua corrente e observatórios de neologia científica e técnica.
- b) Harmonizar ou normalizar neologia e terminologia na língua portuguesa.
- c) Disponibilizar, na internet, os recursos neológicos e terminológicos elaborados nas várias instituições colaboradoras: glossários, dicionários, terminologias, ontologias.
- d) Disponibilizar recursos linguísticos de línguas em contacto que fazem empréstimos (neologismos recentes) à língua portuguesa uma vez que esta língua evolui em paralelo com as línguas que existem no mesmo espaço geolinguístico.
- e) Serviço de consultoria, em rede, entre as várias instituições colaboradoras, sobre neologismos e termos científicos e técnicos na língua portuguesa. A neologia, a variação lexical e terminológica da língua portuguesa nos países de Língua Oficial Portuguesa merecem uma observação urgente, uma vez que a língua portuguesa não cessa de evoluir em contacto com as línguas e as culturas, no espaço da lusofonia.

A descrição lexicográfica dos neologismos, das variantes lexicais e terminológicas contribui para a fixação dos neologismos de língua corrente e dos neologismos terminológicos que estão a surgir em cada país. Estes neologismos reflectem as relações da língua portuguesa com as línguas e culturas existentes no mesmo espaço geolinguístico e as novas realidades culturais e socioeconómicas. Ao longo deste artigo daremos conta dos trabalhos em curso sobre estas temáticas.

Pressupostos teóricos

Esta investigação tem como pressupostos teóricos os modelos de descrição lexical, terminológica e lexicográfica assistidas por

computador, as teorias e metodologias da Linguística de *Corpus* e do tratamento automático das línguas.

A neologia de língua corrente, a neonímia (neologia terminológica e científica), a variação nas línguas de especialidade e, muito em especial, a variação em terminologia são temas da nossa investigação no momento actual. Temos um interesse especial pelo estudo da variação fonomorfo-sintáctica e da variação semântica, isto é, a polissemia (Garcia, 2003), a sinonímia (Contente, 2003), a reformulação terminológica (Conceição, 2001) e a fraseologia (Gonçalves, 2003), fenómenos que participam muitas vezes na neonímia (Lino & Prouvost, 2003).

Sob a influência das mudanças teóricas, o conceito de *corpus* evolui de modo a responder à renovação das metodologias em Lexicologia, Terminologia e em Lexicografia de especialidade.

Nesta óptica, criámos, em 1991, na Universidade Nova de Lisboa, um *Corpus textual informatizado*: este *corpus* é constituído por textos de língua corrente, mas uma grande parte deste *corpus* é constituído por textos de línguas de especialidade de vários domínios; é um *corpus aberto*, útil às investigações em Lexicologia, Terminologia e Lexicografia, que utilizam, muitas vezes, em paralelo, os materiais extraídos quer de bases de neologia (língua corrente), quer de bases de terminologia ou de neologismos científicos. Um conjunto de critérios semânticos, lexicais, pragmáticos e informáticos está subjacente à organização deste *corpus textual informatizado*.

Um *corpus* não é nem um conjunto de enunciados nem um arquivo de textos; o conceito de *corpus* distingue-se também do conceito de base textual, organizada com objectivos precisos, muitas vezes associada a uma Base de Terminologia (cf. *BDDT – Base de Dados Terminológicos e Textuais da Assembleia da República*).⁶

Segundo os vários tipos de investigação, o *corpus textual informatizado* apresenta as características seguintes: *corpus monolíngue*, *bilíngue* ou *plurilíngue*, *corpus paralelo*, *corpus tematicamente para-*

6 Base de Dados Terminológicos e Textuais. Disponível em: < www.parlamento.pt >.

lelo, corpus comparável. Os *corpora comparáveis de variantes* da língua portuguesa de Portugal, do Brasil,⁷ de Angola (Chicuna, 2003), de Moçambique (Mendes, 1994), da Guiné-Bissau (Scantamburlo, 1999) e de Cabo-Verde (Correia, 2007) têm como objectivo a observação da neologia de língua corrente e da neologia científica e técnica, em particular no domínio da Medicina e das ciências da saúde.

Este *corpus textual informatizado* integra um *corpus de especialidade de referência* constituído por textos muito recentes de domínios científicos (Detecção Remota, Imagiologia Médica, Domótica, entre outros) de vários níveis de especialização, de diferentes tipos de locutores e de situações de comunicação especializada escrita e oral. No entanto, privilegiámos os textos altamente especializados, isto é, obras e revistas científicas, teses de doutoramento e de mestrado.

Em paralelo, temos um *corpus lexicográfico de especialidade* caracterizado por novas macro e microestructuras de dicionários terminológicos recentemente elaborados; é o caso do *Dicionário terminológico de Senologia* (Garcia, 2003a), cuja nomenclatura, assim como as definições redigidas por médicos senologistas e por linguistas, são ricas em neologismos científicos; outro exemplo de *corpus lexicográfico* é o *Glossário terminológico multilíngue* (Agronomia, Economia, Direito, Medicina).⁸

Como os *corpora textuais de especialidade* envelhecem rapidamente, em consequência da evolução do conceito científico, utilizamos *corpora orais de especialidade* recolhidos junto a especialistas, em situação de comunicação oral especializada (Congressos de Senologia e de Domótica, entre outros).

Temos vindo também a organizar *corpora orais de línguas autóctones africanas* em contacto com o português; são *corpora* mais difíceis de recolher e de sistematizar, uma vez que essas línguas não têm uma grafia estabilizada.

7 Lurdes Garcia, no domínio da Senologia; Sebastião Filho, no domínio da Toxicoddependência.

8 Elaborado por Rute Costa e Raquel Alves (2007) a pedido do Instituto Camões.

Os *corpora de especialidade* tornam possível a selecção de novos termos e de neologismos científicos, a observação da implementação de neónimos (neologismos científicos), durante um certo período, em particular em algumas especialidades médicas: Medicina Interna (Contente, 2004), Imagiologia Médica e Anatomia Radiológica (Alves, 2004), Senologia (Garcia, 2003a), Farmacologia (Garcia, 2003a), no domínio da Economia e do Turismo (Martins, 2005) e da Domótica (Bento, 2007). Permitem também efectuar a análise dos diferentes tipos de variação terminológica.

Assim, estes *corpora de especialidade* têm várias funções: a) a análise de polissemias, sinónimos, homónimos, relações entre unidades lexicais: hiperonímia, hiponímia, co-hiponímia; b) a extracção de concordâncias e de contextos; c) a extracção de neologismos científicos; d) a extracção de termos simples (monotermos) e multi-lexémicos; e) a extracção de colocações e de fraseologias; f) a extracção de equivalentes e de fraseologias noutras línguas; g) a estabilização de uma definição de um novo termo; h) ajuda a elaboração de glossários e de dicionários de vários tipos (*Dicionário terminológico de Senologia*, *Dicionário bilingue do português-kiyombe*: domínio da Medicina e da Saúde,⁹ *Dicionário bilingue do português-kimbundu*: domínio da Medicina e da Saúde,¹⁰ *Dicionário de neologismos do português contemporâneo de Moçambique*).¹¹

Estes *corpora* são geridos por hipertextos¹² e por outros *softwares*:¹³ um concordanceiro monolíngue, um concordanceiro bilingue, um alinhador de *corpora* paralelos bilíngues, plurilíngues ou comparáveis.

9 Dicionário em preparação por Alexandre Chicuna; mantemos a grafia mais frequente em Angola.

10 Dicionário em preparação por Ana Pita-Grós; mantemos a grafia mais frequente em Angola.

11 Dicionário em preparação por Irene Mendes.

12 Concapp, Concordance, Hyperbase.

13 *Softwares* elaborados por Gabriel Pereira Lopes do Centro de Inteligência Artificial da Universidade Nova de Lisboa; utilizámos estes *softwares* na elaboração de dicionários máquina bilíngues destinados à tradução automática Systran, no âmbito do projecto Tradaut-PT.

Os *corpora web*, por vezes, difíceis de sistematizar, são úteis como ponto de referência no trabalho em neologia; no entanto, nestes tipos de *corpora*, a fronteira entre língua corrente e línguas de especialidade é, muitas vezes, anulada.

Lembramos ainda que o conceito de “pertinência”, proposto por A. Condamines (2005), deve estar sempre presente em um *corpus* e evoluir ao longo de uma investigação.

Neologismos da língua portuguesa

Passamos, agora, a apresentar alguns neologismos da língua portuguesa em Cabo Verde e em Angola.

Base de neologismos de Cabo Verde

A *Base de neologismos da língua portuguesa (língua corrente)* de Cabo Verde, onde estamos a inserir neologismos seleccionados em jornais e revistas de grande divulgação, tem a seguinte estrutura:

Neologismo	Infraestruturação	Col Gram	pl.
Sigla			
Contexto	Passos gigantes na infraestruturação do país.	Definição	Processo de instalação de vários tipos de infraestruturas em sectores prioritários do país, de uma determinada região ou ilha.
Fonte Con	Ilhas Nº 1, título da capa	Fonte Def	J.D.C.
Data F Con	Março, 2004	Data F Def	Abril de 2006
Domínio	Política	Nota	

Figura 1: Base de neologismos de Cabo Verde.

Podemos observar muitos neologismos na língua corrente, como, por exemplo, *caboverdianidade*, *crioulidade*; no domínio do turismo registámos: *infraestruturação*, *desenvolvimento integrado do turismo*, *turismo sustentado*, *vilas oceânicas*.

São neologismos que reflectem as novas realidades sociais, políticas, económicas e culturais do país. Paralelamente, surgem também muitos neologismos formais e semânticos em textos literários: é o caso de “sabe” que, no texto “*Chuva Braba*” de Manuel Lopes, adquire novas polissemias por meio de neologismos semânticos e sintácticos, com a função de verbo, de adjetivo e de advérbio.

Base de neologismos de Angola

Nesta alínea apresentamos a *Base de neologismos da língua portuguesa (língua corrente)* de Angola, que regista os neologismos seleccionados em várias revistas e diferentes jornais angolanos.

Neologismo	angolanização		
Sigla		Cl. Gram	st.
Contexto	Chevron-Texaco na vanguarda da "angolanização" da força de trabalho. A direcção da Chevron-Texaco afirma-se apoiada em substituir de forma paulatina a força de trabalho expatriada por quadros nacionais num programa a que denomina de "Angolanização".		
Definição	Processo que consiste na substituição de trabalhadores estrangeiros por nacionais.		
Fonte Cont	ACTUAL, p. 23		
Fonte Def	A		
Data F Cont	10.04.2004		
Data F Def	Abril de 2006		
Domínio	Política/Administração		
Nota			

Figura 2: Base de neologismos de Angola.

Recolhemos vários neologismos de língua corrente em diferentes jornais e em programas de televisão: *angolanidade*, *angolanizar*, *angolanização*, *cucangular*, *dipanda*, *gasosa*, *girabola*, *jingongo*, *kilapi*, *kinguila*, *palancas negras*, *zungar*, *zungueira*.

Em consequência de fenómenos de línguas em contacto, isto é, da língua portuguesa em contacto com outras línguas no espaço angolano, observamos vários casos de neologismos que resultam de empréstimos da língua portuguesa a essas línguas ou de empréstimos das línguas bantu angolanas à língua portuguesa.

Apresentamos alguns neologismos designados de *portuguesismos* pelo facto de serem empréstimos da língua portuguesa a outras línguas. Em primeiro lugar, temos alguns exemplos de portuguesismos existentes no quiombe e, em um segundo quadro, podemos observar empréstimos¹⁴ a várias línguas de Angola.

Quadro 1: Portuguesismos no quiombe (língua corrente).

Quiombe	Quiombe	Português
N. singular	N. plural	
dikalú	makalú	carro
dikopiti	makopiti	helicóptero
dipa	mapa	pão
disodi	masodi	soldado
fofolo	zifofolo	fósforo
kibibila	bibibila	bíblia
kikola	bikola	escola
kopu	zikopu	copo
lapi	zilapi	lápiz
meza	zimeza	mesa
nela	zinela	janela
nzaba	zinzaba	sabão
pulisi	zipulisi	polícia
tsabi	zitsabi	chave
zeta	–	azeite

14 Mantemos as grafias utilizadas por nossos colaboradores de Angola.

Quadro 2: Empréstimos do português às línguas de Angola (língua corrente).

Quiombe	Iwoyo	Quicongo	Quimbundo	Umbundo	Português
dikalú	likalú	ekalú	dikalú		carro
dilasola	lilasola		dilasola	elasola	lençol
dipa	limpa	edimpa/ mbolo	mbolo	ombolo	pão
dipanda	lipanda	dipanda	dipanda		independência
fofolo	fofolo	fofo	fofolo	ofofo	fósforo
kikola	xikola	sikola	xikola		escola
kisabala	sabala		sabalu	sapalo	sábado
meza	meza	meza	meza	omeza	mesa
nzaba	nzaba	nzabawu	nsaba	onjapãwu	sabão
televisawu	televisawu	televisawu	televisawu		televisão
tsalu	xalu	nsalu			sal

Neologismos da Medicina e da Saúde: empréstimos da língua portuguesa ao quiombe

Paralelamente aos empréstimos na língua corrente, podemos observar neologismos científicos da Medicina e da Saúde que são empréstimos da língua portuguesa ao quiombe.

Quadro 3: Empréstimos do português das áreas da Medicina e da Saúde ao quiombe (Medicina, Saúde).

Quiombe	Quiombe	Português
N. singular	N. plural	
aspirina	zyaspirina	aspirina
dikitela	zikitela	difteria
kininu	–	quinino
klorokina	ziklorokina	cloquina
lupitalu	zipitalu	hospital
mediku	zimediku	médico
mikrobi	zimikrobi	micróbio
mfelimi	mimfelimi	enfermeiro (a)
nalize	zinalize	análise
paludismu	–	paludismo
sarampu	–	sarampo

Continua

Quadro 3: *Continuação.*

Quiombe	Quiombe	Português
N. singular	N. plural	
termasina	zitermasina	tetraciclina
vasina	zivasina	vacina
venenu	zivenenu	veneno
–	zifebre	febre
xaropa	–	xarope

O Dicionário bilingue português – kimbundu do domínio da Medicina e da Saúde

Passamos a apresentar o modelo do *Dicionário bilingue português – kimbundu do domínio da Medicina e da Saúde* que está a ser desenvolvido por Ana Pita Grós da Universidade Agostinho Neto – Isced (Luanda). A sistematização da Terminologia da Medicina e da Saúde em paralelo com uma língua bantu, neste caso, o quimbundo, pode constituir um trabalho muito útil aos médicos e aos profissionais da saúde na comunicação com os doentes. Por outro lado, este dicionário contribuirá para a descrição e fixação da língua quimbundo, que possui um grande número de termos médicos que ainda não estão dicionarizados.

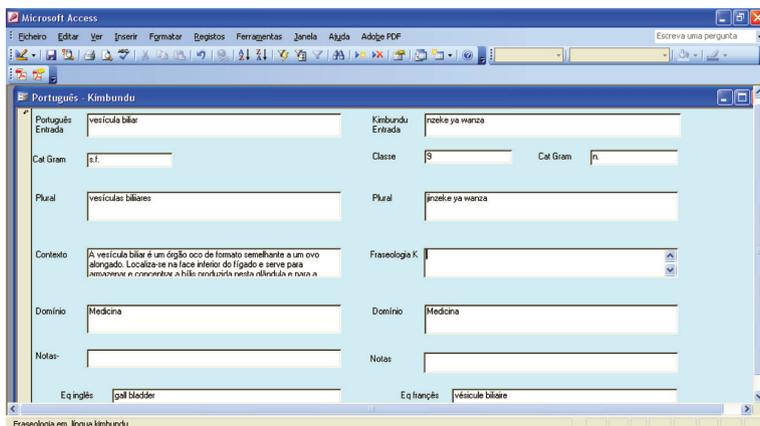


Figura 3: *Dicionário bilingue português-kimbundu de Medicina e Saúde.*

O Dicionário *bilíngue português-kiyombe*

Neste momento, Alexandre Chicuna está a elaborar um *Dicionário bilíngue português-kiyombe* nos domínios da Medicina e da Saúde, que tem por objectivo uma descrição da terminologia dessas áreas em português e em quiombe; trata-se de um trabalho que deverá ter um grande impacto social, muito em especial na comunicação dos médicos e dos profissionais da saúde com os pacientes que desconhecem o português.

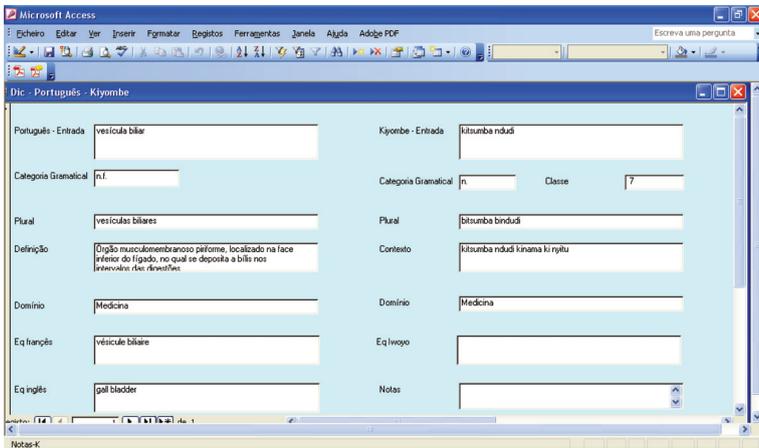


Figura 4: *Dicionário bilíngue português-kiyombe de Medicina e Saúde.*

Variantes terminológicas médicas do português do Brasil

No quadro que apresentamos nesta alínea, podemos observar algumas variantes terminológicas médicas do português do Brasil, no domínio da Anatomia. Registamos um grande número de variantes entre as duas normas:

The screenshot shows a Microsoft Access window titled 'Microsoft Access' with a table named 'Tabl1 - Table'. The table contains the following data:

Entrada	Termo latina	Francés	Inglés	Alemão	Castelhano	Italiano	Variantes
músculo levantador comum da asa do nariz e do lábio superior	musculus levator labii superioris alaeque nasii	muscle élévateur commun de la lèvre supérieure et de l'aile du nez	alaeque superiors labii levator muscle	Musculus levator labii superioris alaeque nasii	músculo elevador del labio superior y del ala de la nariz	muscolo elevatore del labbro superiore e dell'ala del naso	músculo elevador do lábio superior e da asa do nariz
músculo curto flexor do grande dedo	musculus flexor hallucis brevis	muscle court fléchisseur du gros orteil	brevis hallucis flexor muscle	kurzer Grosszehnenbeuger	músculo flexor corto del dedo gordo	muscolo flessore breve dell'alluce	músculo flexor curto do hálux
músculo curto extensor do polegar	musculus extensor pollicis brevis	muscle extenseur du pouce	brevis pollicis extensor muscle	kurzer Daumenstrecker	músculo extensor corto del pulgar	muscolo estensore breve del pollice della mano	músculo extensor curto do polegar
músculo curto flexor do polegar	musculus flexor pollicis brevis	muscle court extenseur du pouce	brevis pollicis flexor muscle	Musculus flexor pollicis brevis	músculo extensor corto del pulgar	muscolo estensore breve del pollice della mano	músculo flexor curto do polegar
músculo segundo radial externo	musculus extensor carpi radialis brevis	muscle deuxième radial	brevis radialis carpi extensor muscle	kurzer radialer Handstrecker	músculo segundo radial externo	muscolo breve estensore del carpo	músculo extensor radial curto do punho
ligamento umeral transversa		ligament huméral transversa	Brodie's ligament	Ligamentum humerale transversum	ligamento humeral transversa	legamento omerale trasverso	ligamento transversal do úmero

Figura 5: Variantes terminológicas médicas do português do Brasil.

Dicionário de Medicina

Paralelamente às investigações mencionadas nas alíneas anteriores, estamos a elaborar um *Dicionário de Medicina* que tem como público-alvo os estudantes de Medicina, os bolseiros Sócrates/Erasmus de Medicina, os jovens médicos, os profissionais da saúde, os tradutores e, eventualmente, os professores de línguas para fins específicos.

A nomenclatura deste dicionário contém termos e neologismos médicos definidos e colocados em paralelo com seus equivalentes noutras línguas. Trata-se de um produto lexicográfico com múltiplas funções que se destina também à aprendizagem da língua médica enquanto língua estrangeira e como língua materna, para um público de especialistas nas ciências da saúde.

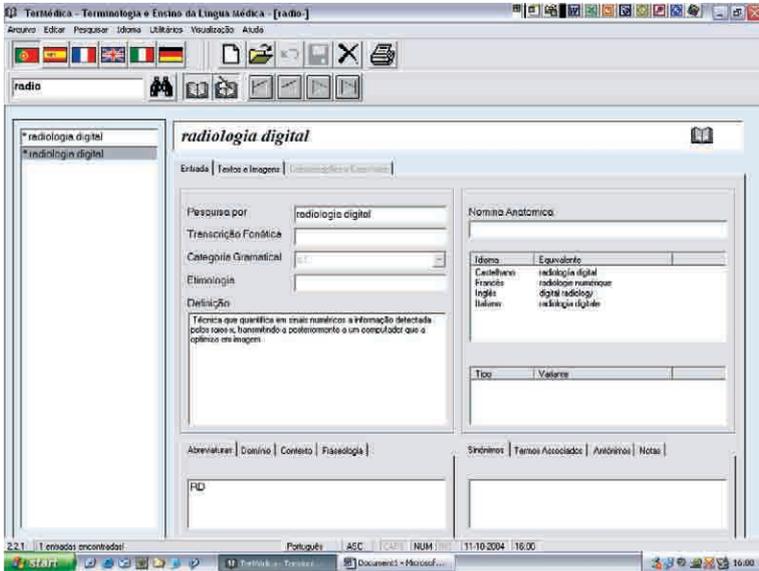


Figura 6: TerMédica – definição de *radiologia digital*.

Este produto lexicográfico tem várias componentes:

- 1) A componente conceptual e linguística do neologismo científico e do termo: a) a nomenclatura é seleccionada em função do público; b) a definição é redigida e harmonizada, por consenso, com os especialistas, de modo a apresentar as propriedades específicas e culturais do conceito.
- 2) A componente *Textos e Imagens* integra uma base textual e uma base de imagens; a base textual é extraída do *corpus* textual e é constituída por diferentes tipos de textos da comunicação médica, que actualizam a significação dos neologismos ou dos termos.

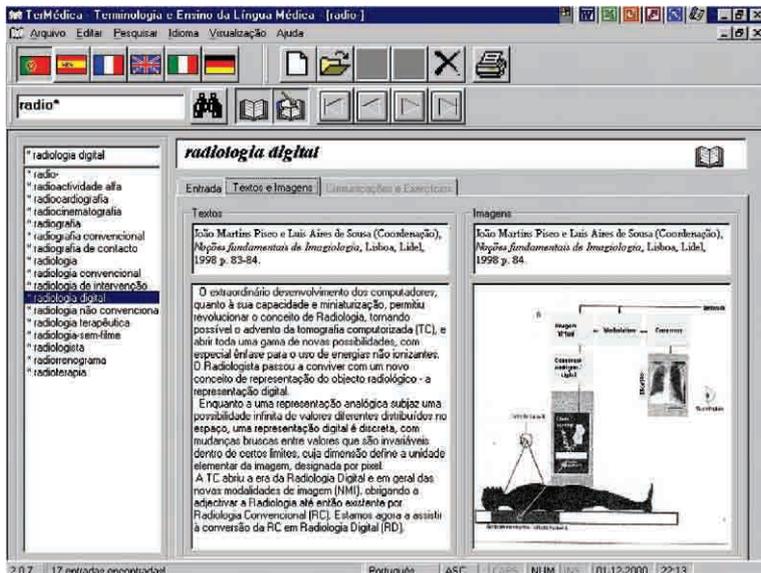


Figura 7: TerMédica – textos e imagens do verbete de *radiologia digital*.

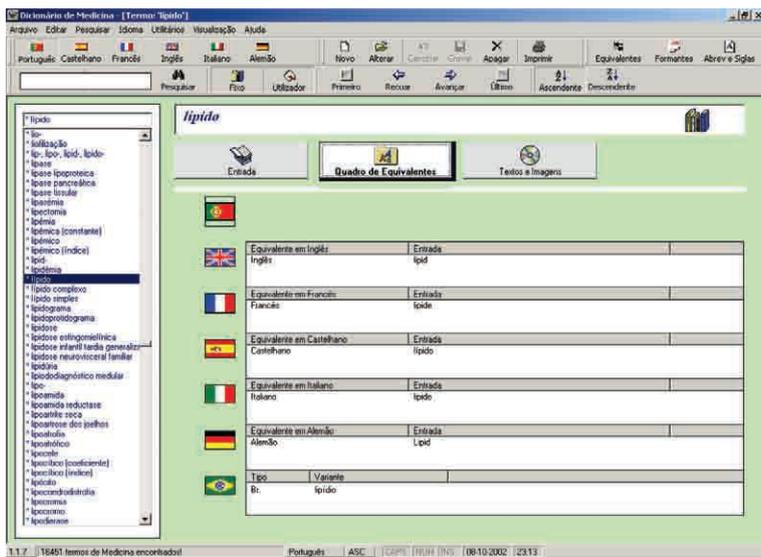


Figura 8: Dicionário de Medicina: verbete de *lípidos*.

Dicionário terminológico de Senologia

Lurdes Garcia, autora do *Dicionário terminológico de Senologia*, prepara a introdução das variantes brasileiras neste dicionário, cuja nomenclatura e definições são ricas em neologismos médicos.

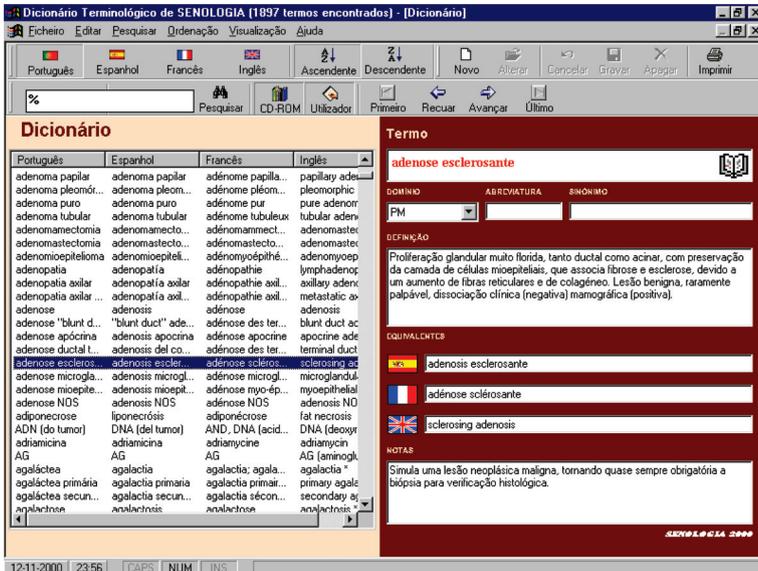


Figura 9: *Dicionário terminológico de Senologia*.

O *ExtractTerm*

Nas investigações que têm como objectivo a elaboração destes produtos lexicográficos, utilizamos um *software* de extracção de termos, elaborado a partir de metodologias actuais em Terminologia Computacional: este programa, o *ExtractTerm* (Costa, 2001) foi concebido por Rute Costa, no âmbito da Linha de Investigação de “*Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*” do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, apresentando as funções seguintes:

- o *Etiquelex*: dicionário de etiquetas metalinguísticas que uma forma pode assumir;
- o *Analizador morfológico e sintáctico*: a) aplica regras de desambiguação, anulando as multietiquetas de modo a poder passar para a aplicação de outros tipos de regras; b) aplicação de regras de reconhecimento de identificação das estruturas predefinidas que podem assumir os termos simples ou multilexémicos;
- o *Extractor* faz a extracção dos termos simples e multilexémicos.

O *ExtracTerm* funciona a partir de um *dicionário etiquetado*, o *Etiquelex* que atribui automaticamente etiquetas a um *corpus*, podendo cada forma receber multietiquetas. O *ExtracTerm* foi criado com o objectivo de melhorar a descrição linguística das estruturas terminogénicas e de aumentar a *performance* e a qualidade da extracção terminológica.

O *ExtracTerm* funciona sobre *corpus de especialidade* constituído por textos de vários níveis de especialização. A título de exemplificação, podemos observar um extracto de um *corpus* etiquetado do domínio da Imagiologia médica:

EFEITOS [N:m:pl] BIOLÓGICOS DAS [Prep2:das:f:pl] RADIAÇÕES IONIZANTES

fenómenos [N:m:pl] elementares [Adj:2gen:pl] primários [Adj:m:pl] que [Adv] [Pron:rel] estudamos, podem [V:cj] desencadear [V:inf], após [Adv] [Prep1:após] tempo [N:m:s] mais [Adj] [Adv] [Pron:indef] ou [Conj:ou] menos [N:m:s] [Prep1:menos] [Pron:indef] longo [Adj:m:s], alterações [N:f:pl] que [Adv] [Pron:rel] se [Conj] [Pron:poss] situam [V:cj] quer [V:cj] ao [Prep2:ao:m:s] nível [N:m:s] celular, quer ao nível [N:m:s] do [Prep2:do:m:s] organismo [N:m:s] . Estas [Pron:dem:1p:f:pl] alterações [N:f:pl] podem [V:cj] ser [V:inf] funcionais [Adj:2gen:pl] ou [Conj:ou] morfológicas [Adj:f:pl] .

Apresentamos dois exemplos de descrição de estruturas terminogénicas e de extracção terminológica:

efeitos [N:m:pl] biológicos [Adj:m:pl] {N:m:pl + Adj:m:pl}
 modificações [N:f:pl] funcionais [Adj:2gen:pl] {N:f:pl +
 Adj:2gen:pl}
 restauração [N:f:s] parcial [Adj:2gen:s] {N:f:s + Adj:2gen:s}
 restauração [N:f:s] total [Adj:2gen:s] {N:f:s + Adj:2gen:s}

Em certos casos, os efeitos biológicos apresentam carácter de reversibilidade, noutros casos são irreversíveis. As modificações funcionais podem ser temporárias, seguindo-se uma restauração mais ou menos total. A restauração intervém em todas as escalas, havendo lesões susceptíveis de restauração parcial, outras de restauração total e ainda outras, como a necrose totalmente irreversível.

acção [N:f:s] das [Prep2:das:f:pl] radiações [N:f:pl] {N:f:s +
 Prep2:das:f:pl + N:f:pl}
 danos [N:m:pl] da [Prep2:da:f:s] estrutura [N:f:s] {N:m:pl +
 Prep2:da:f:s + N:f:s}

A maior parte das lesões devidas à acção das radiações, afecta uma célula ou um organismo, mas não se transmite às células ou organismos que deles derivam. É necessário, portanto, destacar e considerar como particularmente graves certos danos da estrutura celular que são transmissíveis de célula a célula [...].

Considerações finais

Concluindo, sublinhamos a importância destas investigações que têm como objecto a descrição da língua portuguesa e das línguas existentes no mesmo espaço geolinguístico, em uma óptica de criatividade lexical e de variação terminológica.

Estes trabalhos contribuem também para a fixação, harmonização/normalização das línguas; a criação de recursos linguísticos (dicionários electrónicos articulados a bases textuais, terminologias e ontologias), o tratamento automático da(s) língua(s) e o trabalho de tradução.

Estas descrições podem ter várias aplicações em Lexicografia de aprendizagem, em uma perspectiva de língua materna, de língua estrangeira ou segunda, ou no ensino da língua para fins específicos.

Por último, apresentamos os vários colaboradores e respectivas instituições que integram a *Rede de neologia e de terminologia de língua portuguesa* (sítios web em construção, para um trabalho eficaz, em rede):

1. Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa – Linha de Investigação de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia – professora Teresa Lino (instituição líder do projecto)
2. Universidade Agostinho Neto – professora Amélia Mingas
3. Universidade do Algarve – professor Célio Conceição
4. Universidade de Cabo Verde – professor Daniel Medina
5. Universidade de São Paulo – professora Ieda Alves
6. Instituto Superior Politécnico – professora Irene Mendes
7. Escola Superior Tchico Té – professor Luís Scantamburlo

Esperamos que esta rede contribua para um enriquecimento da língua portuguesa na diversidade de contactos com outras línguas e outras culturas.

Referências bibliográficas

- BENTO, J. R. *Da construção do corpus à construção de uma ontologia e base de conhecimentos terminológicos*. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007.
- CHICUNA, A. *Léxico português-kyiombe do corpo humano: particularidades dos morfemas flexionais*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.
- CONCEIÇÃO, M. C. *Termes et reformulations*. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2001.
- CONDAMINES, A. *Sémantique et corpus*. Paris: Hermes; Lavoisier, 2005.
- CONTENTE, M. *Terminocriatividade, sinonímia e equivalência interlinguística em medicina*. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

- COSTA, R. *Pressupostos teóricos e metodológicos para a extração automática de unidades terminológicas multilexémicas*. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2001.
- GARCIA, L. *Dicionário terminológico de senologia*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa; Sociedade Portuguesa de Senologia, 2003a. 1 CD-ROM.
- . *O semantismo referencial nos processos terminogénicos da terminologia da senologia*. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003b.
- GONÇALVES, S. *Reflexões em torno da neónimia: fraseologia e colocações neónimicas*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.
- LINO, M. T.; PRUVOST, J. (Coords.). *Mots et lexiculture*. Hommage à Robert Galisson. Paris: Honoré Champion, 2003.
- MARTINS, S. *O comportamento das siglas e dos acrónimos em textos de economia*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.
- MENDES, I. *O léxico do português em Moçambique. Aspectos neológicos e terminológicos*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994.
- SCANTAMBURLO, L. *Dicionário do Guineense*. Lisboa: Colibri, 1999. v.1.

Bibliografia adicional

- BÉJOINT, H.; THOIRON, P. *Le sens en terminologie*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon; Travaux du Centre de Recherche en Terminologie et Traduction; Université Lumière – Lyon 2, 2000.
- CHICUNA, A. A situação em Angola: os termos do coberto arbóreo no Mayombe (Cabinda). *Terminómetro*, Paris, p.78-82, 2005. Número especial (A terminologia em Portugal e nos países de língua portuguesa em África).
- CONCEIÇÃO, M. C. *Concepts, termes et reformulations*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2005.
- COSTA, R.; professora SILVA, R. The verb in the terminological collocations. Contribution to the development of a morphological analyzer. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LANGUAGE RE-

- SOURCES AND EVALUATION, 4., 2004, Lisboa. *Proceedings...* Lisboa, 2004. p.1531-4.
- DECHAMPS, C. *Problemáticas do ensino/aprendizagem das colocações de uma língua de especialidade a um público alófono: o caso do francês jurídico a aprendentes portugueses*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006.
- GALISSON, R. *Approches communicatives et acquisition des vocabulaires (du concordancier à l'autodictionnaire personnalisé)*. *Bulletin Cila*, Switzerland, p.13-50, 1981.
- HEITOR, O. *e-Dicionário de especialidade: a fraseologia denominativa*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006.
- LINO, M. T. Contextes et néologie terminologique dans le domaine médical. In: JOURNEES SCIENTIFIQUES: Mots, Termes et Contextes, Réseau Lexicologie, Terminologie et Traduction, 2006, Bruxelles. *Actes...* Bruxelles, 2006a.
- . De la néologie à la lexicographie spécialisée d'apprentissage. *Cahiers de Lexicologie*, Paris, v.78, p.139-45, 2001.
- . Langues de spécialité: variantes terminologiques de la langue portugaise – Portugal et Brésil. In: COLLOQUE CETTE TERRE BRESILIEUNE/ESTA TERRA BRASILEIRA, 2006, Lyon. *Actes...* Lyon: Université Lumière – Lyon 2, 2006b.
- . Lexicographie de spécialité plurilingue. Médecine et pharmacologie en langues néolatines. In: SÉMINAIRE INTERLATIN DE LINGUISTIQUE APPLIQUÉE, 3., 2003. San Millán de la Cogolla. *Actes...* Lyon, 2006c, p.95-104.
- . Néologie et polysémie dans la terminologie médicale. In: MOTS DE LA SANTÉ, 2006, Lyon. *Actes...* Lyon: Université Lumière – Lyon 2, 2007.
- . Terminodidáctica: uma nova área de investigação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 7., 1991, Lisboa. *Actas...* Lisboa, 1991, p.14.
- . *Vocabulaires de spécialité et lexicographie d'apprentissage en langues-cultures étrangères et maternelles*. Paris: Klincksieck; Didier Erudition, 2004. (Études de Linguistique Appliquée, 135).
- MEDINA, D. *Especificidades da terminologia dos media*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.
- . Terminologias em Moçambique. *Terminómetro*, Paris, p.83, 2005. Número especial (A terminologia em Portugal e nos países de língua portuguesa em África).

- QUEMADA, B. Lexicographie. In: HOLTUS, G.; METZELTIN, M.; SCHMITT, C. (Eds.). *Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL)*. Tübingen: Max Niemeyer, 1990. v.5.
- SILVA, R. Dynamique dénominate et productivité morphologique en imagerie médicale. In: COLLOQUE LA MESURE DES MOTS – Hommage à Philippe Thoiron, 2004, Lyon. *Actes...* Lyon: Université Lumière – Lyon 2, 2004.
- ; COSTA, R.; FERREIRA, F. *Entre langue générale et langue de spécialité: une question de collocations*. Paris: Klincksieck; Didier Erudition, 2004; p.347-59. (Études de Linguistique Appliquée, 135).
- SILVA FILHO, S. C. *Dicionário contextual da toxicodpendência: a polissemia nos neologismos técnicos e científicos*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006.

2

A MARCA DE DOMÍNIO DOS DICIONÁRIOS É INDICATIVO DO ESTATUTO DE ADJETIVO RELACIONAL? ESTUDO NO DOMÍNIO DA MEDICINA¹

François Maniez²

Introdução

Os adjetivos relacionais são muito frequentemente empregados em Terminologia nas línguas de origem latina e, em menor grau, nas línguas de origem germânica. Alguns adjetivos da língua científica ou técnica são claramente decalques de origem anglo-saxônica: assim, *behavioral*, cuja inclusão no léxico inglês remonta a 1927, contribuiu fortemente para o nascimento do adjetivo francês *comportemental* (comportamental) em 1949, ainda que outros decalques morfológicos levem mais tempo para serem adotados pelos lexicógrafos.

Dessa forma, segundo o *Grand dictionnaire terminologique*, os adjetivos *développemental* (desenvolvimental) e *environnemental* (relativo ao meio ambiente), cujo surgimento, para o *Office de la langue française* do Québec, remonta respectivamente a 1979 e a 1996, ainda não foram incluídos no *Trésor de la langue française* e

1 Original em francês. Tradução deste artigo feita por Karina Rodrigues.

2 Centro de Pesquisa em Terminologia e Tradução-CRTT, Universidade Lumière Lyon 2, Lyon, França.

no dicionário da *Académie française*, enquanto as primeiras ocorrências registradas de seus equivalentes ingleses *developmental* e *environmental* remontam ao início do século XX.

A formação de novos adjetivos franceses para traduzir as expressões equivalentes oriundas do inglês ocorre mais frequentemente em função de um fenômeno sintático típico das línguas germânicas, a pré-modificação nominal por um nome adjetival.

A tradução pelo complemento nominal é, às vezes, utilizada para tais estruturas, mas a utilização do adjetivo torna a expressão empregada mais harmoniosa em termos técnicos, em razão de seu aspecto fixo, evitando a escolha de um artigo definido ou indefinido para introduzir o complemento nominal. Assim, *fracture reduction* pode ser traduzido por *réduction fracturaire* (redução de fratura) e *fracture site* por *foyer fracturaire* (foco de fratura), porém o adjetivo *fracturaire* (fraturário) não tem equivalente no léxico inglês (embora *fracturaire* e seus diversos derivados compostos *anti-fracturaire*, *inter-fracturaire*, *micro-fracturaire*, *péri-fracturaire*, *post-fracturaire*, *pré-fracturaire* totalizem dez mil empregos na Web, o adjetivo não consta no *Grand Robert*).

A estrutura do nome adjetival coloca ao tradutor e ao terminógrafo cuja língua alvo é o francês o problema da escolha entre duas estruturas possíveis: a do complemento nominal e a que utilizará o adjetivo formado por derivação com base no substantivo francês correspondente, se este adjetivo existir de fato.

A escolha é sempre determinada pelo uso: *cell repository* é traduzido por *banque de cellules* (banco de células), *cell wall*, por *paroi cellulaire* (parede celular). Essas duas expressões não admitem variação.

Quando existe uma escolha, ela depende tanto do enunciador quanto do contexto de comunicação. Um médico escreverá (e dirá em certos contextos) *cancer mammaire* ou *infarctus myocardique*, enquanto o não especialista dirá *cancer du sein* e *infarctus du myocarde*. O emprego do adjetivo relacional, às vezes contrário ao princípio da economia linguística, serve frequentemente para sinalizar o grau

de especialização do enunciador: assim, *processus acquisitionnel* (processo aquisitivo) é de emprego muito mais raro do que *processus d'acqisiton* (processo de aquisição), mas é exclusivamente empregado na Web em textos de domínio acadêmico.

Características morfológicas do adjetivo relacional

Diz-se frequentemente que os adjetivos relacionais são derivados nominais (Mélis-Puchulu, 1991, p.35) e sua não predicabilidade é geralmente atribuída a sua origem nominal. Segundo Schuwer (2005), este argumento não parece válido, na medida em que nem todos os adjetivos relacionais são denominais (ainda que o sejam em grande maioria) e que nem todos os adjetivos denominais são relacionais ou não predicáveis. A definição dos adjetivos relacionais conforme o critério único de não predicabilidade (Bally, 1944, p.96-7) tem sido, aliás, criticada por muitos autores, especialmente McNally & Boleda (2004). Para Biber (1999), adjetivos como *additional*, *final* ou *similar* são, no entanto, considerados como relacionais: “[...] relational classifiers (such as *additional*, *final*, *similar*) have little descriptive content, while many topical classifiers (such as *chemical*, *medical*, *political*) provide descriptive content while also limiting the reference of the head noun” (idem, p.508).

Biber (idem, p.511) salienta que é principalmente nos textos acadêmicos que esses adjetivos são utilizados. Segundo ele, os mais frequentes são *same*, *whole*, *different*, *full*, *general*, *major*, *final*, *main* e *single*. Como se vê, estamos longe de uma origem estritamente denominal. Entretanto, consideramos que se trata de uma lista abrangente demais, cujas propriedades são difíceis de abarcar. Observa-se, especialmente, que o critério de derivação nominal aplica-se a apenas alguns desses adjetivos (*additional* é derivado do substantivo *addition*, mas é necessária a etimologia latina para explicar a derivação do adjetivo *final*, e os outros adjetivos citados

não são denominais). Por outro lado, os adjetivos que Biber denomina *topical classifiers* (*chemical, medical, political*) estão ligados morfologicamente a substantivos (*chemistry, medicine, politics*). Conforme alguns autores, a designação do adjetivo relacional (*relational adjective* ou, mais raramente, *relative adjective* em inglês, segundo certos autores) recobre diversas realidades, daí a tentação de recorrer a critérios puramente morfológicos para definir essa categoria.

Características sintáticas do adjetivo relacional

Não predicabilidade

Conforme lembra Schuwer (2005) com relação ao inglês (cita, entre outros, *alimentary, preventive e respiratory*), os mesmos adjetivos podem ter empregos relacionais e qualificativos. Na medida em que tais adjetivos são deverbais (seja por derivação ou por empréstimo, como no caso de *alimentary*), o critério de não predicabilidade parece não se aplicar. Como a autora precisamente observa,

se esses qualificativos não são predicáveis quando são associados a certos substantivos, é porque eles contribuem para a criação de uma noção complexa, percebida (e dita) como padrão. A não predicabilidade é a manifestação dessa criação lexical, que explica que o adjetivo não pode ser dissociado do substantivo.

Notemos, ainda, que um teste citado por Temple (1996) é o comparativo dessa dualidade de emprego no nível nominal quando se forma um substantivo por sufixação em *-ité* (*-dade*), com base em um adjetivo denominal. Assim, a aceitabilidade da expressão *la cérébralité d'une peinture* em oposição a *la cérébralité d'un lobe* está ligada à possibilidade de predicação nos empregos adjetivais correspondentes.

Não gradação

A não gradação parece ser um critério mais frágil do que a não predicabilidade, notadamente a incompatibilidade com o advérbio *très*. Assim, *une production très laitière* (uma produção muitíssimo leiteira) parece dificilmente aceitável, enquanto a substituição por outros advérbios (*majoritairement, essentiellement* [majoritariamente, essencialmente]) proporciona sequências aparentemente plausíveis. Uma pista interessante para o inglês parece ser a da compatibilidade com *one*, como propõe Ballier (no prelo). Partindo da observação feita por Huddleston & Pullum (2002, p.1515) da impossibilidade de substituir por *one* alguns substantivos que recebem um complemento introduzido por *of*, ele postula outro tipo de regra que permite identificar um adjetivo como sendo relacional: a necessidade, em caso de anáfora, por *one*, da presença do correferente no contexto imediatamente anterior dentro do mesmo enunciado. As restrições de seleção observadas o levam a considerar os adjetivos relacionais como uma espécie de complemento. O teste parece válido com relação aos dados que analisamos e poderia servir para confirmar ou invalidar o caráter relacional de certos empregos adjetivais, ainda que a relativa raridade dessas estruturas em *corpus* torne esse critério dificilmente explorável no contexto de uma extração automática.

Os adjetivos relacionais em *-taire* do domínio da Medicina no *Grand Robert électronique*

Sabemos, desde os estudos de L'Homme (2004), que os adjetivos denominais constituem a maioria dos adjetivos da terminologia médica. Como assinala Waltereit (2002), as relações entre os dois substantivos visados pela premodificação em inglês (e entre o adjetivo e o substantivo em francês nas estruturas correspondentes) são de naturezas múltiplas. O premodificador pode sig-

nificar a localização anatômica (*back pain* → *douleur dorsale* [dor dorsal] ou *dorsalgie* [dorsalgia], *brain stem* → *tronc cerebral* [tronco cerebral]), a função (*sweat glands* → *glandes sudoripares* [glândulas sudoríparas]), a causa (*heat rash* → *erythème calorique* [eritema calórico]) ou a forma (*sickle cell* → *cellule falciforme* [célula falciforme]). Pode, igualmente, ser um substantivo que designa uma substância presente no organismo (*serum iron* → *fer sérique* [ferro sérico], *plasma half-life* → *demie-vie plasmatique* [meia-vida plasmática]).

Constituição do *corpus* médico francês do CRTT

Para estudar os empregos dos adjetivos relacionais franceses terminados em *-taire*, recorreremos a um *corpus* constituído de artigos de pesquisa no domínio médico extraídos de revistas disponíveis na base de dados *Science Direct*. Os direitos de reprodução e de utilização no contexto de um projeto de pesquisa foram concedidos pelas edições *Elsevier* para a totalidade das publicações. O *corpus* foi etiquetado pelo programa de análise *Cordial* e conta atualmente com 23 milhões de palavras. As diversas especialidades médicas são quase igualmente representadas, como pode testemunhar a lista das revistas utilizadas: *Annales de Cardiologie et d'Angéiologie*, *Annales de Chirurgie*, *Annales de Chirurgie Plastique Esthétique*, *Annales Françaises d'Anesthésie et de Réanimation*, *Annales Médico-psychologiques*, *Annales de Réadaptation et de Médecine Physique*, *Annales d'Urologie*, *Médecine et Maladies Infectieuses*, *Néphrologie & Thérapeutique*, *Revue Française d'Allergologie et d'Immunologie Clinique*, *Revue de Médecine Interne*, *Revue du Rhumatisme*, *Transfusion Clinique et Biologique*.

O Quadro 4 traz a lista dos principais adjetivos de nosso *corpus* que terminam em *-taire*, classificados por frequência descendente. A presença de uma eventual marca de domínio no *Grand Robert* (versão eletrônica) é assinalada na coluna 3.

Quadro 4: Marcas de domínio dos adjetivos terminados em *-taire* do *corpus* do CRTT no *Grand Robert*.

Freq.	Adjetivo	Marca de domínio
2983	<i>alimentaire</i> [alimentar]	TEC.
1293	<i>complémentaire</i> [complementar]	Esp (Mat)., Quím, Gram. (Ant.)
864	<i>sanitaire</i> [sanitário]	Esp. Do serviço de saúde (no exército). <i>Train sanitaire</i>
688	<i>universitaire</i> [universitário]	
687	<i>communautaire</i> [comunitário]	
671	<i>plaquettaire</i> [plaquetário]	MED. Relativo a plaquetas do sangue.
663	<i>supplémentaire</i> [suplementar]	1. (1810). Ant. ou Dir. Que supre. 2. com. Que constitui um suplemento. 3. (1845). GEOM. Ângulos suplementares, dos quais um é o suplemento do outro. MAT. Espaços vetoriais suplementares, tendo em comum apenas o vetor nulo.
398	<i>lymphocytaire</i> [linfocitário]	MED. (FISIOL). Dos linfócitos.
359	<i>dentaire</i> [dentário]	Que é relativo aos dentes.
355	<i>immunitaire</i> [imunitário]	Acad. (BIOL.). Relativo à imunidade (II., 1).
353	<i>segmentaire</i> [segmentário]	1. Que pertence, corresponde a um segmento. – (No homem). MED. <i>Anesthésie segmentaire</i> , que corresponde a uma área inervada por uma ou várias raízes raquidianas.
343	<i>érythrocytaire</i> [eritrocitário]	Acad. Relativo aos eritrócitos. O sistema eritrocitário ABO.
325	<i>orbitaire</i> [orbital]	ANAT. Que pertence à órbita do olho ou tem relação com ela.
325	<i>volontaire</i> [voluntário]	1. Que resulta de um ato de vontade e não do automatismo, dos reflexos ou dos impulsos. (1872). Esp. (FISIOL). Músculos voluntários que se contraem sob a influência da vontade. Estriado (→ também nervoso, cit. 4).
315	<i>parasitaire</i> [parasitário]	

Continua

Quadro 4: *Continuação.*

Freq.	Adjetivo	Marca de domínio
270	<i>réglementaire</i> [regulamentar]	1. Conforme o regulamento; imposto, fixado por um regulamento. [...] (No exército). Casaco, capote, vestimenta regulamentar de um soldado.
254	<i>réfractaire</i> [refratário]	3. (1762). CIEN., TÉCN. Que resiste a..., não é ou é pouco modificado por uma ação física ou química. 4. FISIOL. Que não reage a um estímulo. - MED. Doença refratária, que não reage ao tratamento.
251	<i>héréditaire</i> [hereditário]	1. DIR. Relativo à hereditariedade (I., 2.). [...] 2. (1549). Que se transmite por via de reprodução, de pais para descendentes. [...] (XIX). BIOL. Hereditariedade (II.). Patrimônio hereditário: conjunto de características ligadas aos cromossomos maternos e paternos reunidos no óvulo em mesmo núcleo.
154	<i>drépanocytaire</i> [drepanocítico]	MED., BIOL. Relativo a drepanócito; que apresenta drepanócitos.
144	<i>placentaire</i> [placentário]	1. FISIOL. Que é relativo, que pertence à placenta. Membranas, vasos placentários. 2. S. m. pl. (1907) ZOO. Mamíferos cujos fetos são envolvidos por uma placenta.
101	<i>leucocytaire</i> [leucocitário]	BIOL. Relativo aos leucócitos.
98	<i>ubiquitaire</i> [ubiquitário]	1. REL. Ubiquista. 2. (1872, em <i>Litttré</i>) Acad. ou LIT. Onipresente. Ubíquo, ubiquista.
63	<i>tégumentaire</i> [tegumentar]	Acad. Próprio aos tegumentos; da natureza dos tegumentos, que serve de tegumento. Apêndices tegumentárias (pelos, plumas etc). Membrana tegumentar.
48	<i>phagocytaire</i> [fagocitário]	BIOL. Relativo ou próprio aos fagócitos, à fagocitose.
45	<i>pigmentaire</i> [pigmentar]	Acad. Relativo a um pigmento, aos pigmentos.
33	<i>pubertaire</i> [pubertário]	Acad. Da puberdade.
31	<i>plantaire</i> [plantar]	Que pertence à planta do pé. Artérias, veias, nervos plantares.
28	<i>microcytaire</i> [microcitário]	(o adjetivo é mencionado na entrada <i>microcyte</i> [microcítico])
20	<i>cavitaire</i> [cavitário]	1. MED. Relativo a uma caverna, na tuberculose pulmonar. Lesão cavitária. Sinais cavitários, que revelam a existência de uma caverna. 2. (1904, em <i>Rev. Gén. des Sc.</i> , nº 21, p.980). ANAT. Que se relaciona a uma cavidade (normal); que ocupa uma cavidade. Líquido cavitário.

Continua

Quadro 4: *Continuação.*

Freq.	Adjetivo	Marca de domínio
15	<i>granulocytaire</i> [granulocitário]	(o adjetivo é mencionado na entrada <i>granulocyte</i> [granulócito])
11	<i>ligementaire</i> [ligamentar]	MED. Relativo aos ligamentos. Frouxidão ligamentar.
11	<i>plasmocytaire</i> [plasmocitário]	BIOL. De plasmócitos. Células plasmocitárias. Secreção plasmocitária.
9	<i>histiocytaire</i> [histiocitário]	BIOL. Relativo aos histiócitos (→ Fibroblástico, cit.). Sistema histiocitário ou retículo-endotelial.
6	<i>pituitaire</i> [pituitário]	1. MED. Ant. Relativo à pituitária. 2. ANAT. A membrana, a mucosa pituitária ou, s. f. , a pituitária: a mucosa que recobre as fossas nasais [...] tanto quanto as cavidades anexas.
2	<i>ovocytaire</i> [ovocitário]	(o adjetivo é mencionado na entrada <i>ovocyte</i> [ovócito])
1	<i>astrocytaire</i> [astrocitário]	BIOL. De astrócito, que contém astrócitos. Nevralgia astrocitária.
1	<i>condimentaire</i> [condimentoso]	Acad. Utilizado como condimento. Alimento que condimenta. – Que se relaciona com os condimentos, com seu uso.
1	<i>filamentaire</i> [filamentar]	(o adjetivo está igualmente ausente no TLF)
1	<i>forfaitaire</i> [contratual]	Que tem relação com um contrato, por contrato. Contrato. Compra, venda contratual. Preço, soma contratual. - DIR. FISC. Imposição, taxa contratual.
1	<i>gravitaire</i> [gravitacional]	gravitacional. – Diz-se às vezes gravífico, gravitatório.
1	<i>interdentaire</i> [interdentário]	Acad. Situado entre dois dentes implantados sobre o mesmo maxilar (anatomicamente). Os espaços interdentários.
1	<i>protestataire</i> [que protesta, protestatário]	2. (1888). Esp. Diz-se daqueles que protestavam contra a anexação da Alsace-Lorraine pela Alemanha, em 1870. Deputados protestantes.
1	<i>vacataire</i> [funcionário temporário]	ADM. Pessoa que, sem ser titular em seu emprego, é designada a uma função precisa durante um tempo determinado.

Examinemos agora o tratamento lexicográfico de alguns dos adjetivos mais frequentes do Quadro 4.

Alimentaire

No caso do adjetivo em *-taire* mais frequente de nosso *corpus* – *alimentaire* –, a presença de uma marca de domínio assinala apenas alguns empregos relacionais do adjetivo. De fato, pode-se considerar que a totalidade dos sentidos corresponde a esse tipo de emprego, com exceção do sentido indicado como pejorativo (3. *Diz-se de um trabalho, de uma ocupação cuja única função é nutrir o homem*). A distinção entre os sentidos 1b (*Relativo à alimentação*) e 1c (*Relativo a um alimento*) parece, no entanto, tênue, e mesmo o sentido 1a (*Que pode servir de alimento.*) faz referência a um emprego claramente relacional (**P. ext.** | *Indústria alimentar*). Quanto ao sentido 2 (**Dir.** *Que está relacionado a alimentos*), que concerne, por exemplo, à locução *pension alimentaire* (pensão alimentícia), contém a marca de domínio do Direito sem ser fundamentalmente diferente dos sentidos 1b e 1c. Deve-se notar, além disso, que o sentido 4 se aplica ao domínio da Medicina pelo viés do domínio **Téc.** (*sonda alimentar*).

Complémentaire

O sentido 1 do adjetivo *complémentaire* (*Que proporciona um complemento*) é completado por um segundo sentido, que reúne alguns empregos especializados:

Esp. (Mat.) | Ângulo, número, arco complementar. **Complemento (3).** [...] **Quim.** | Bases complementares de ácidos nucleicos (adenina, timina, citosina, guanina, uracila). – **Gram. (ant).** | Oração complementar. (GRLF, 2007)

O sentido relacional que se encontra na expressão *activation complémentaire* (*activation du complément*) não é, contudo, mencionado no sentido 4 da palavra *complément* (sentido biológico):

(1904, in *Rev. gén. des sc.*, nº 13, p.637). **Biol.** Substância proteica complexa do soro sanguíneo, que tem um papel essencial nas rea-

ções entre antígenos e anticorpos no processo de imunidade. – **Sin. (arcaico)** alexina. (GRLF, 2007)

Sanitaire

No sentido 1 (*relativo à saúde pública e à higiene*) menciona-se apenas o emprego metonímico especializado: “**Esp.** Do serviço de saúde (no exército). | *Train sanitaire.*” (GRLF, 2007).

O sentido 2, que data de 1964, (*dos aparelhos e instalações de higiene destinados a distribuir, utilizar e evacuar a água nas habitações*), não faz menção a nenhuma marca de domínio.

Interpretação dos resultados do Quadro 4

A análise do lema das 15.102 formas adjetivais em *-taire* de nosso *corpus* revela a existência de três grupos distintos:

- Os hiperfrequentés polissêmicos (*alimentaire, complémentaire, supplémentaire*), ou sem acepção especializada no domínio da Medicina (*universitaire, communautaire*): as entradas que lhes são dedicadas não contêm marca de domínio para a Medicina ou a Biologia.
- Os adjetivos derivados de um nome que pertence claramente ao vocabulário médico: a maioria recebe uma marca de domínio correspondente (*plaquettaire, lymphocytaire, érythrocytaire, orbitaire, drépanocytaire, placentaire, ligamentaire*), mas alguns (*parasitaire, plantaire*) são exceções. Outros (*microcytaire, granulocytaire, ovocytaire*) estão ausentes no GR.
- Os hápax recebem muito frequentemente uma marca de domínio, ainda que este seja outro (*protestataire, vacataire*). Alguns (*filamentaire, gravitaire*) estão ausentes no GR. Ocorre o mesmo caso com os 33 hápax que são adjetivos compostos.³

3 São os seguintes adjetivos: *anti-lymphocytaire, antiplasmocytaire, bisegmentaire, capsulo-ligamentaire, endo-érythrocytaire, extracavitare, extracommu-*

Considerações finais

Alguns empregos dos adjetivos polissêmicos de alta frequência são claramente relacionais (*alimentaire* ou *sanitaire*) sem que seja prevista uma marca de domínio. No entanto, a marca de domínio assinala sistematicamente empregos relacionais.

Os diversos valores do adjetivo relacional mencionados acima são, sem dúvida, responsáveis por uma segmentação muito forte do sentido dos lemas concernentes a esses adjetivos polissêmicos. Disso resulta que um número importante de empregos relacionais não receba uma marca de domínio no *Grand Robert*, sendo esse critério, portanto, insuficiente para identificá-los, sem que a falta de informação ultrapasse um limite crítico.

Referências bibliográficas

- BALLIER, N. *The semantics of one-substitution test*. Manuscrito. No prelo.
- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. A. Francke S. A., Berne, 1944.
- BIBER, D. et al. *Longman grammar of spoken and written English*. London: Longman, 1999.
- HUDDLESTON, R.; PULLUM, G. K. *The Cambridge grammar of the English language*. Cambridge: University Press, 2002, 2000 p.+1842p Hardback.
- L'HOMME, M-C. Adjectifs dérivés sémantiques (ADS) dans la structuration des terminologies, In: TERMINOLOGIE, ONTOLOGIE ET REPRÉSENTATION DES CONNAISSANCES, 2004, Lyon. Actes... Lyon: Université Jean-Moulin Lyon-3, jan. 2004. p.22-3.

-nautaire, extradentaire, extrapériorbitaire, hyper-sécuritaire, interfacultaire, intra-leucocytaire, intraligamentaire, intrapériorbitaire, lympho-histiocytaire, lympho-plasmocytaire, macrocavitaire, macrocytaire (macrocyte), médico-universitaire, oculo-orbitaire, ostéo-dentaire, paraorbitaire, parapubertaire, plurisegmentaire, postplaquettaire, prédentaire, préélémentaire, pro-indemnitaire, sous-unitaire (sous-unité), transorbitaire, utéro-placentaire, zygomatoco-orbitaire, zygomato-orbitaire.

- MCNALLY, L.; BOLEDA, G. Relational adjectives as properties of kinds. In: BONAMI, O; CABREDO HOFHERR, P. (Eds.). *Empirical Issues in Formal Syntax and Semantics* 5. 2004. p.179-96. Disponível em: <<http://www.cssp.cnrs.fr/eiss5>>.
- MÉLIS-PUCHULU, A. Les adjectifs dénominaux: des adjectifs de relation. *Lexique*, Lille, v.10, p.33-60, 1991.
- SCHUWER, M. Systèmes des adjectifs non prédicatifs en français et en anglais: constantes et variations. *Cahiers de lexicologie*, Paris, v.86, p.85-103, 2005.
- TEMPLE, M. *Pour une sémantique des mots construits*. Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 1996.
- WALTEREIT, R. Le rapport dépendanciel entre adjectif et nom: données syntaxiques et structures conceptuelles. *Syntaxe et Sémantique*, Caen, n.4, p.179-94, 2002.

Corpus

- CORPUS de francês médico do Centro de Pesquisa em Terminologia e Tradução. 2009. Disponível em: <http://perso.univ-lyon2.fr/~maniezf/Corpus/Corpus_medical_FR_CRTT.htm>.
- DAVIES, M. *Time magazine corpus of American English*. Brigham Young University. Disponível em: <<http://corpus.byu.edu/time/>>.

Fontes lexicográficas

- ACADÉMIE FRANÇAISE. *Dictionnaire de l'Académie française*. Disponível em <<http://www.academie-francaise.fr/dictionnaire/>>.
- ATILF – ANALYSE ET TRAITEMENT INFORMATIQUE DE LA LANGUE FRANÇAISE; CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE. *Le trésor de la langue française informatisé*. Nancy: Université Nancy 2. Disponível em: <<http://atilf.atilf.fr/>>.
- GRAND Robert de la langue française. Paris: Le Robert, 2007.
- OFFICE QUÉBÉCOIS DE LA LANGUE FRANÇAISE. *Grand Dictionnaire Terminologique*. Disponível em: <<http://www.granddictionnaire.com/>>.

3

LA METÁFORA: ESTRATEGIA DE APRENDIZAJE Y SISTEMA DE CONOCIMIENTO

*Isabelle Oliveira*¹

Introducción

Proponemos en esta comunicación una reflexión y una contribución acerca de la metáfora en lengua de especialidad, un tipo de metáfora que facilita en una situación de aprendizaje la transmisión de los conocimientos, la comprensión de lo abstracto, al evocar los vínculos analógicos con lo que es concreto o familiar, al menos porque se ha hecho la experiencia de ello en la vida diaria.

Con este propósito, veremos cómo el profesor, en el campo de la cardiología, logra transmitir su mensaje, a través de la utilización de una imagen común a la vida diaria de los estudiantes. Para esto, vamos a colocar la *metáfora terminológica o de especialidad* en un contexto hermenéutico que supone otra forma de pensar y otra forma de ver el objeto de descripción. Tenemos que subrayar que en esta perspectiva, la metáfora realiza una re-descripción de la realidad. El profesor tiene a su disposición un término culto o una expresión metafórica para designar un mismo objeto.

A partir de algunos ejemplos vamos a verificar que el instrumento metafórico funciona como un traductor intralingual que

1 Universidade Paris3-Sorbonne Nouvelle.

asume esencialmente la función de ilustrador. Procuraremos subrayar el poder que tiene de transformar las realidades percibidas y demostraremos que la *metáfora terminológica* proviene de una preocupación de claridad pedagógica sin perder de vista la comprensión eficaz de conceptos abstractos. A modo de conclusión, trataremos de sustentar las principales potencialidades y dificultades que se atribuyen a la metáfora en una situación de aprendizaje.

Para una definición de la metáfora terminológica

La dimensión metafórica constituye un amplio campo de investigación, varias disciplinas pueden repartirse la exploración de este mundo, pero por nuestra parte vamos a abordar sólo la metáfora en terminología, tema sobre el cual se han desarrollado muy pocos estudios. Señalemos desde ahora que este tipo de metáfora se inscribe dentro de una lengua de especialidad y que su empleo es particular. Consideremos también que no se infiltra en el lenguaje científico o técnico por simple juego del lenguaje. En efecto, en nuestro análisis sobre la *metáfora terminológica* rechazamos el estatuto de metáfora-ornamento, tan común en la retórica clásica. Pensamos que esta reducción del estatuto de la metáfora a un ornamento del lenguaje disimula un temor a una metáfora no racional, metáfora considerada subjetiva y privada de rigor científico. Pero antes de proseguir tenemos que hacer una pausa obligatoria pero necesaria para esclarecer la noción de *metáfora terminológica*. Assal (1995, p.25) parece confirmarnos la existencia de una metáfora en terminología al decir que:

La métaphore terminologique est loin d'être une simple façon de parler, elle est essentiellement une manière de penser. Certes elle est un emprunt imagé, mais une fois que cet emprunt est réinvesti dans une pratique sociale, une fois que sa signification est réglée par les acteurs agissant dans le cadre de cette pratique, elle devient l'expression d'un nouveau concept.

El aporte real de la obra de Assal fue justamente este intento por diferenciar *la metáfora terminológica* de la metáfora retórica. Notemos que en esta definición la metáfora ya no asume una función ornamental sino significante y cognoscitiva. Éste es esencialmente un proceso del pensamiento humano y no sólo una cuestión de palabras como parecía pensar Aristóteles. Iremos más lejos presentando *la metáfora de especialidad* como una clave lingüística de conceptualizaciones cognoscitivas en la enseñanza. Desde nuestra perspectiva *la metáfora terminológica* no constituye en ningún caso un conjunto caótico y desorganizado, sino que sigue un orden determinado que debe guiar al estudiante cuando éste estructura conceptualmente una nueva zona del campo estudiado.

Se trata así de una metáfora que se vuelve estructural ya que organiza las representaciones, las experiencias a través de denominaciones simples o complejas lexicalizadas que se propagaron en el tiempo y en el espacio y que tienen una supuesta existencia para la comunidad lingüística. Del mismo modo, la unidad terminológica metafórica debe colocarse en un marco convencional preciso ya que está dirigida por un conjunto de esquemas conceptuales que no puede transgredir. Se trata de una metáfora familiar, recurrente, transparente, que no necesita ningún esfuerzo de la mente porque su carácter de tropo debe escapar a la conciencia del estudiante con el fin de evitar cualquier confusión posible.

Notemos igualmente que cuando la metáfora se oficializa en las clases de iniciación a una disciplina, se empieza a hablar de *metáfora terminológica*, la cual se vuelve un instrumento de manipulación y de aplicación en dicha disciplina tanto para el alumno como para el enseñante. Después de esta aprobación unánime, descubrimos *una metáfora terminológica* totalmente lexicalizada, imperceptible, y que traduce un sentido propio al mismo nivel que el término culto.

Tenemos que precisar que este tipo de metáfora aspira a un ideal de intelectualización es decir a una precisión terminológica, a una sistematización conceptual y a una neutralidad emotiva. Recordemos también que la metáfora terminológica no debe exigir ningún trabajo intelectual especial de interpretación, ningún esfuerzo par-

ticular de inferencia ya que se trata de una metáfora convencional, aprobada socialmente, reconocida como pertinente, y que da sentido a las experiencias sensoriales del profesor y de los alumnos.

La metáfora en cardiología: una percepción más precisa de la realidad

En una situación de aprendizaje, ¿por qué el profesor se expresa metafóricamente cuando podría utilizar el término culto? ¿La elección de sustituir un término metafórico por otro término culto existente, responde en este caso a una preocupación estética? ¿Se puede decir que en este caso la metáfora sólo tiene un valor ornamental? ¿Por el contrario no habrá que considerar otra función de la metáfora? Es obvio que *la metáfora terminológica* no se limita a desempeñar un modesto papel subalterno de acompañamiento, de complemento menos aún de simple máscara ornamental del discurso. Desde esta perspectiva la función fundamental de *la metáfora de especialidad* es la de crear un metalenguaje que permita aportar una mirada nueva sobre el objeto observado. El uso de *la metáfora terminológica* en un contexto hermenéutico supone otra forma de pensar y otra forma de ver el objeto de descripción. Ésta modifica nuestro conocimiento del mundo y permite revelar uno o varios aspectos de la realidad. Recordemos que la metáfora es pues ese lenguaje que permite nombrar una realidad con los términos de otra realidad y que responde ampliamente al proceso mismo del pensamiento. La metáfora por esa razón se vuelve un concepto, un “design”, otra forma de expresar una realidad, una experiencia. Como lo subrayan Lakoff y Johnson (1985, p.15), la esencia de la metáfora constituye una transferencia de experiencias “L’essence d’une métaphore est qu’elle permet de comprendre quelque chose (et d’en faire l’expérience) en terme de quelque chose d’autre”.

Por esto, la metáfora traslada de un lugar a otros distintos aspectos del pensamiento para transformarse en un metalenguaje, en un

nuevo modo de representación, en la expresión alternativa de una experiencia vivida. Podemos considerar también que la metáfora es un ejemplo claro, característico de lo que el pensamiento ve más allá de las cosas porque dispone de una fuerza de composición diferente de la realidad y facilita la comprensión del concepto.

Podemos subrayar la importancia de la influencia metafórica en cardiología ya que permite simplificar nociones complejas y dispone de un potencial de imágenes y elementos evocadores poderoso para la representación de los conceptos. La metáfora estructura una visión de cambio del objeto de descripción y permite desmenuzarlo en sus elementos particulares.

Aquí, la metáfora constituye una nueva forma de nombrar y una nueva perspectiva sobre la realidad. La metáfora piensa el mundo de otro modo y lleva a la comprensión de elementos que podrían escapar al entendimiento racional.

Elección de un suplente

Durante nuestro análisis sobre el campo de la cardiología (Oliveira, 2009) hemos notado como a veces un candidato metafórico se presenta de manera perfecta para el papel de suplente terminológico. Observamos que *la metáfora terminológica* dentro de una situación de aprendizaje viene a desempeñar un papel de sustitución, una función de suplente. Se sobrentiende que el objetivo de la metáfora en un marco de suplencia es favorecer la comprensión de uno o varios aspectos del concepto que estructura. En este caso preciso, el profesor encuentra en el modelo de sustitución dos caminos distintos de denominación de los cuales podrá comprobar la validez heurística.

En efecto, este proceso se distingue por la presencia de por lo menos dos formas para un mismo concepto. Como el profesor tiene a su disposición dos tipos de términos, el diálogo con los estudiantes puede establecerse y las diferencias de nivel pueden superarse. Podemos desde ahora escoger un ejemplo perteneciente al campo

de la cardiología para comprobar este fenómeno de doble denominación en el momento de designar un mismo objeto:

- hypertrophie ventriculaire droite
- cœur en sabot

La metáfora “cœur en sabot” recurre a la memoria visual introduciendo un aspecto lúdico, es mucho más atractivo que un término culto como “hypertrophie ventriculaire droite”. En este caso se trata de una construcción analógica explicativa que reemplaza la insuficiencia del lenguaje culto que en ciertas situaciones de comunicación no traduce el concepto de manera suficientemente palpable. En una estrategia de aprendizaje el profesor puede sin ningún problema sustituir el término culto por su equivalente metafórico. En otras palabras, *la metáfora terminológica* se vuelve entonces un equivalente de una noción existente que tiene una denominación con la cual se le debe relacionar.

Esto implica sobre todo una estrategia de interacción en función del objetivo de comunicación y su papel dentro de una re-descripción es el de ilustrar un concepto poco común relacionándolo con otro más familiar. En este caso, el profesor utiliza un metalenguaje para explicar los términos oscuros del campo de la cardiología. Para los estudiantes poco receptivos aún a los términos cultos, observamos que a través de la metáfora de especialidad los referentes son más fáciles de imaginar. Los ejemplos que siguen demuestran claramente la existencia de una gran proliferación de *metáforas terminológicas* para reemplazar el término culto en cardiología:

- *dextroposition de l'aorte – aorte à cheval*
- *pseudocoarctation – aorte en bouclier*
- *hypertrophie ventriculaire droite – cœur en sabot*
- *angor de Prinzmetal – infarctus avorté*
- *sténose mitrale – bruit de scie*
- *hydropneumopéricarde – bruit de moulin*
- *syndrome d'Ayerza – cardiaques noirs*
- *tétralogie de Fallot – maladie bleue*

- *cyanose – œil de grenouille*
- *pouls de Corrigan – pouls bondissants*
- *angiocardiosclérose – cœur sénile*
- *systole en écho – galop du bloc*
- *apex – foyer mitral*
- *sinus de Valsalva – poches valvulaires*
- *myocardie éthylique – cœur de bière*
- *onde monophasique – onde en dôme*
- *adiastolie aiguë – tamponnade*
- *asthénie neuro-circulatoire – cœur irritable*
- *syndrome de Cushing – bosse de bison*

Vemos aquí una necesidad de recurrir a la metáfora para describir las realidades observadas, pues el lenguaje culto a veces no puede traducir de forma suficientemente explícita ciertos aspectos de esa realidad. El objetivo de la metáfora es el de provocar una mejor comprensión de un aspecto del concepto que estructura. Luego, la combinación del término metafórico y del término culto permite entender conjuntamente distintos aspectos del concepto. Este cambio de paradigmas científicos produce ineluctablemente una modificación de la percepción de la realidad en la que la metáfora enriquece nuestro conocimiento de las cosas. Para acentuar nuestro argumento tomemos como ejemplo la metáfora “aorte à cheval” que nos remite a “dextroposition de l’aorte”: es evidente que a través de la locución “à cheval” el alumno visualiza perfectamente la posición de la aorta y comprende el problema mientras que el término “dextroposition de l’aorte” es menos accesible. Fontanier (1968, p.56) afirmaba que la metáfora consiste en “Présenter une idée sous le signe d’une autre idée plus frappante ou plus connue, qui, d’ailleurs, ne tient à la première par aucun lien que celui d’une conformité ou analogie”.

Deducimos que el instrumento metafórico puede ilustrar los conocimientos de los estudiantes traduciéndolos de manera más atractiva y mucho más accesible. Cicerón, por su parte enunciaba algunas reglas para el buen empleo del instrumento metafórico:

Je ne veux pas que [le terme figuré] soit plus relevé que l'idée ne le demande (...) ou qu'il le soit moins.

Je ne veux pas que le terme figuré soit moins compréhensible que ne l'aurait été l'autre, le terme propre.

Il faut que la métaphore soit discrète; elle doit sembler avoir été amenée en cette place qui ne lui appartient pas et non y avoir fait irruption, être venue non par force, mais sur demande. (Detrie, 2001, p.39)

Todas las recomendaciones de Cicerón nos parecen pertinentes para el buen funcionamiento de la metáfora en una estrategia de aprendizaje. Es cierto que la metáfora hace posible el concebir el mundo de otro modo, aprehenderlo mejor y contribuye a aumentar las capacidades cognoscitivas del estudiante.

Comprendemos mejor por qué, en una primera fase del aprendizaje, la metáfora figura en las clases de iniciación pues muchos conceptos importantes son demasiado abstractos o no están claramente definidos en la experiencia de los estudiantes y es por esta razón que la metáfora se instala en lugar del término culto que suplanta. Reemplaza el término culto cuando tiene más impacto que éste en las interacciones profesor-alumnos. Por ejemplo, la metáfora "œil de grenouille", sugiere más en la imaginación, se visualiza, especifica y ameniza el discurso del especialista tornándolo más abordable.

En un contexto de aprendizaje, el instrumento metafórico se vuelve para el enseñante un accesorio de precisión que pinta los objetos con más energía que el término culto. Como ejemplo tomemos la metáfora "cœur de lion" y "novacor"; comprobamos que la metáfora es mucho más elocuente, ilustradora y reveladora que el término culto que no revela ninguna información sobre las propiedades de ese medio corazón artificial, a no ser su novedad.

El término metafórico "cœur de lion" posee dos elementos de nominación de los cuales sólo uno, "corazón" corresponde al término "novacor". Las características conceptuales 'potencia', 'energía', 'vigor' se pueden inferir a partir de los conocimientos enciclopédicos de los enunciadores sobre el concepto "león". Esta

metáfora es un ejemplo típico de su capacidad de producir y vehicular un conocimiento. Notemos que estamos en presencia de un instrumento indispensable a la comunicación humana para construir nuestro razonamiento.

La metáfora: un instrumento al servicio de la enseñanza

Un catalizador de comprensión en el discurso científico didáctico

La metáfora es el camino muchas veces tomado en la enseñanza y sólo podemos elogiar su capacidad de producir conocimiento y de re-nombrar ciertos conceptos preexistentes. Ricoeur (1975, p.49) sostiene que “C’est la fonction de la métaphore d’instruire par un rapprochement soudain entre des choses qui semblaient éloignées”.

En efecto, cuando se utiliza una comparación implícita para ilustrar un punto difícil de comprender entre una información nueva y un elemento conocido de forma muy simple, se ayuda a establecer vínculos y lo desconocido se vuelve así atractivo y familiar. La metáfora se torna desde ese momento objeto de construcción del mundo, “al servicio del conocimiento” (Fromilhague, Sarcier, 1991, p.91). La vocación pedagógica de la metáfora consiste en facilitar la transmisión de los conocimientos, la comprensión de lo abstracto evocando vínculos analógicos con lo que es concreto o familiar, al menos porque se ha hecho la experiencia de ello en la vida diaria. Thoiron y Boisson (1997, p.8) añaden igualmente a lo imaginario el aspecto lúdico:

Certaines de ces dénominations métaphoriques sont temporaires, voire franchement ludiques (l’humour fait partie du mode de fonctionnement des communautés scientifiques), certaines résultent d’un souci de clarté pédagogique, mais d’autres figurent dans des articles de recherche et ont vocation à être adoptées définitivement.

Es verdad que buscar el punto de vista humorístico a través de la metáfora de especialidad, es reconocer que hay varias maneras de considerar el problema. Contar una anécdota divertida aligera el ambiente y crea una complicidad, acerca e intensifica las relaciones interpersonales. Durante una clase, la metáfora lúdica desempeña un papel fundamental porque hace aún más agradable el aprendizaje para los estudiantes permitiéndoles así adquirir más fácilmente los conocimientos. Una presentación estimulante, incitativa, puede favorecer la adquisición y facilitar la memorización de nuevos conocimientos, realzar la creatividad y proporcionar a los estudiantes un medio para hablar de nociones que pueden perturbarlos al principio. En consecuencia, el enseñante gracias a su habilidad lúdica enriquece y amplía el espacio teórico mientras facilita la comprensión de nuevos conceptos poco abordables en un primer momento por el estudiante. A través del humor, el profesor se preocupa por interpelar al alumno y llamar su atención y por producir vía la metáfora un impacto en el acto de comunicación en vez de desarrollar su pensamiento en términos eruditos y canónicos.

El buen y mal uso de la metáfora terminológica

En ciertas circunstancias de comunicación, el instrumento metafórico puede alcanzar un nivel de comprensión mucho más profundo que el término culto pues éste indica un proceso de aprendizaje y de descubrimiento. Cabe hacerse una pregunta: ¿las metáforas tienen realmente la riqueza conceptual necesaria para expresar la complejidad de esas nociones? Es muy probable que las metáforas más expresivas, más accesibles no sean ellas mismas de una riqueza suficiente para reflejar la complejidad conceptual del término culto. Sin embargo, no hay que dejarse seducir completamente por la metáfora y hacer de ella su piedra angular pues a veces constatamos una pérdida cognoscitiva significativa en esta última.

Retomemos el ejemplo de “tétralogie de Fallot” sinónimo de “enfermedad azul”: durante el análisis del término culto “tétralogie

de Fallot” nos damos cuenta gracias al prefijo *tetra-* que “*tétralogie*” hace referencia a cuatro anomalías del corazón (insuficiencia de la comunicación interventricular, insuficiencia de la comunicación interauricular, una anomalía de la arteria pulmonar y una posición defectuosa de la aorta a la derecha). Por el contrario, el término “enfermedad azul”, traduce únicamente la descripción del paciente que presenta un color azulado. En este caso, observamos claramente una pérdida cognoscitiva con la metáfora que traduce solamente una de las consecuencias de esta afección.

El problema no es el eliminar la analogía de la ciencia, sino solamente tratar de precisar por qué ciertas analogías son científicamente aceptables, mientras otras lo son menos. Para terminar, vamos a repetir algunas potencialidades y algunas dificultades propias de la metáfora terminológica en una situación de aprendizaje.

Empecemos por la presentación de algunas ventajas de la *metáfora de especialidad* en un proceso de aprendizaje:

1. abre nuevas perspectivas y permite cambios de orden conceptual;
2. facilita la comprensión de lo abstracto señalando las similitudes con el mundo real;
3. permite una cierta visualización de los conceptos abstractos, nos lleva a ver el mundo desde un punto de vista diferente;
4. obliga al profesor a tomar en cuenta las concepciones previas del alumno.

Ahora, vamos a preocuparnos por algunas dificultades asignadas a la *metáfora terminológica*:

Es obvio que una metáfora construida sobre un acercamiento semántico incongruente o inadecuado no conseguirá reflejar la imagen deseada, la imagen analógica deseada. Si no se consigue identificar la relación entre la idea de base y la idea que se busca reflejar, la metáfora se quedará imprecisa. Si el empleo de metáforas precisas contribuye a la calidad del análisis de los problemas, el empleo de metáforas inadecuadas se vuelve un verdadero laberinto con trampas;

- Una metáfora nunca se basa sobre una similitud total entre la idea de base y la idea que se busca reflejar. Las diferencias creadas pueden entonces inducir en el alumno concepciones erróneas.
- El recurso al razonamiento analógico en situación de aprendizaje tiene que ser siempre guiado. Muchas veces, el profesor se contenta con subrayar la analogía sin siquiera preocuparse por explicarla, considerando que su comprensión es evidente, pero no es siempre el caso para el estudiante que descubre nuevos conceptos.
- El razonamiento analógico es únicamente posible si las comparaciones son hechas por los propios alumnos. Si desde el principio el estudiante tiene concepciones erradas de la idea de base, las va a asociar a la idea que busca reflejar a través de la analogía, lo que hará que el término sea más difícil de comprender en vez de facilitarlo. Es necesario ser precavido y asegurarse desde el principio que las concepciones previas del alumno relativas a la idea de base concuerdan con los conceptos esperados.

Conclusión

Como lo hemos visto, en una fase de aprendizaje, *la metáfora terminológica* puede figurar en los discursos didácticos y ocupar un lugar legítimo ya que permite al profesor expresarse en un lenguaje claro pero que no llega a ser demasiado científico, ni demasiado ligero.

En este sentido, la metáfora se basa esencialmente en la búsqueda de una expresión para traducir términos cultos de forma nueva y accesible para el principiante de un campo especializado.

Observamos que frente a la incompreensión de su auditorio el enseñante recurre a esta solución y guía así al alumno creando analogías con su experiencia cotidiana en vez de utilizar términos heréticos ya adoptados.

Con toda evidencia, *la metáfora terminológica* crea un lazo estrecho con las experiencias vividas por los estudiantes, es decir con sus praxis cotidianas, que se trate de praxis sensomotrices, culturales, sociales o lingüísticas. No obstante, no olvidemos que para eliminar toda ambigüedad posible es imperativo que los profesores y alumnos asocien las mismas propiedades a *la metáfora terminológica* empleada y compartan una misma parte de la significación de la metáfora si no queremos acabar en una incomprensión total.

Es cierto que en una primera fase el profesor puede introducir en su clase *una metáfora terminológica* que impacte de manera que con el pasar del tiempo no preste a confusión. Recordemos a modo de conclusión que *la metáfora de especialidad* está consagrada a la lexicalización y al convencionalismo.

Referencias bibliográficas

- ASSAL, J-L. La métaphorisation terminologique. *Terminology update*, Ottawa, v.28, n.2, p.22-4, 1995.
- DÉTRIE, C. *Du sens dans le processus métaphorique*. Paris: Champion, 2001.
- FONTANIER, P. *Les Figures du discours*. Paris: Flammarion, 1968.
- FROMILHAGUE, C., SARCIER, A. *Introduction à l'analyse stylistique*. Paris: Bordas, 1991.
- LAKOFF, G., JOHNSON, M. *Les métaphores dans la vie quotidienne*. Paris: Les Editions de Minuit, 1985.
- OLIVEIRA, I. *Nature et fonctions de la métaphore en science: l'exemple de la cardiologie*. Paris: Édition L'Harmattan, 2009.
- RICOEUR, P. *La métaphore vive*. Paris: Editions du Seuil, 1975.
- THOIRON, P., BOISSON, C. (Ed.). *Autour de la dénomination*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1997.

4

O LÉXICO EM PERSPECTIVA – UMA AGENDA DE TRAJETÓRIAS A PERCORRER

*Ana Cristina Jaeger*¹

Introdução

Na apresentação e discussão por que passam as investigações sobre questões lexicais constata-se perspectivas de estudos que propiciam muitas reflexões sobre as interfaces e os diálogos entre diversas áreas do conhecimento e os estudos linguísticos. Especificamente em relação aos estudos sobre o léxico, a evocação paralela da adição ou complementação de aportes teóricos diferentes não apenas mostra a emergência de um quadro explanatório mais complexo, mas uma agenda de trajetórias a percorrer com vieses que suscitam mais apreciações do que respostas definitivas. As pressões e os condicionamentos a que está sujeita a atividade linguística favorecem diferentes destinações funcionais. A língua é um bem comum de uma comunidade.

Os horizontes das perspectivas de mudanças linguísticas, sob a ótica de processo e não de um produto final e acabado, levam os estudos sobre o léxico a buscar abordagens que combinem focaliza-

¹ Universidade Estadual de Maringá – UEM/ PR – Departamento de Letras (DLE).

ções clássicas e os estudos, muitas vezes incipientes, sobre como se realizam tais processos.

O objetivo do presente trabalho é tentar rever os percursos linguísticos e culturais por que tem passado a produção contemporânea de pesquisas relacionadas aos estudos lexicais, evidenciando aí algumas tendências que têm sido propostas por influências epistemológicas diversas. Com base nesses pressupostos, buscou-se mostrar os caminhos que, paulatinamente, vão se delineando nos diálogos com estudos sobre a Cognição, Sociocognição, Pragmática, Ciências Sociais, Etnologia e Antropologia.

As perspectivas da produção contemporânea

Vários estudos sobre o léxico das línguas têm se voltado para a observação e explicitação de quadros sobre mudanças linguísticas ao abrigo de princípios funcionalistas em que itens lexicais são tratados sob o ponto de vista da gramaticalização. Nessa perspectiva, a gradiência e a escalaridade categorial ganham destaque e partem da proposição de um *continuum* que leva sentidos e formas de um ponto mais concreto ou referencial para um mais abstrato e textual. Surgem questões como as que seguem:

- i) como um item ganha novas propriedades morfológicas, fonológicas e semânticas?
- ii) como se transforma em uma forma presa?
- iii) como pode até mesmo desaparecer, em situação de cristalização extrema?
- iv) como se identifica(m) objetivamente o(s) processo(s) de mudança de um item, visto que, muitas vezes, seu reconhecimento depende da “intuição” do falante/pesquisador e este expediente nem sempre é aplicável para os casos em que se presume a ocorrência desse tipo de mudança?

Tais respostas, ainda que provisórias, relacionam-se à própria história dos estudos sobre gramaticalização.

Em geral, a identificação é, normalmente, realizada mediante a comparação de, pelo menos, dois enunciados nos quais um mesmo item, presente em ambos, pode estar desempenhando uma função de item lexical em um e uma função gramatical em outro. A atuação do primeiro item com duas funções pode ser observada em um período específico ou ainda ser observada em períodos diferentes com funções diversas. Com base nessas constatações, descrevem-se alterações de forma e de conteúdo que o item possa ter sofrido. Esse procedimento-padrão advém da observação de propriedades superficiais dos itens e das estruturas em que se encontram. Essa prática depende, diretamente, da intuição linguística do falante/pesquisador. Ou seja, ao final, o estudioso tenta traçar um percurso do item estudado.²

Esse “*modus operandi*” deveu-se em grande parte ao ciclo funcional givoniano (1979), representativo dessa versão, ao considerar que a mudança linguística cumpre a trajetória *discurso > sintaxe > morfologia > morfofonologia > zero*. Oliveira (2010, p.28-9) ressalta que

na formulação givoniana a regularização gramatical, localizada nos níveis da sintaxe, da morfologia e da morfofonologia, emerge do discurso da instância particular e criativa dos usos linguísticos. Essa instância discursiva, ao se regularizar e sistematizar na coletividade, passa a representar o padrão geral, fixando a gramática da língua. No outro ponto extremo da escala givoniana, encontra-se a menção ao zero, ou seja, à erosão de sentido e de forma, que pode culminar com o desgaste total. O ciclo funcional proposto também corresponde à **migração do léxico** à gramática e ainda da iconicidade rumo à arbitrariedade, em outros termos, do ponto de maior motivação à opacidade total na relação função > forma. (grifo nosso)

2 Remeto o leitor ao trabalho desenvolvido por Lorenzo Vitral (2006) sobre as discussões pertinentes aos critérios de identificação e frequência dos processos de gramaticalização e questões referentes aos procedimentos metodológicos.

Assume-se, sob essa perspectiva, que a língua é uma entidade passível de representação linear. Essas categorias são dispostas umas após as outras, estabelecendo-se derivações entre elas.

As afirmações de que as línguas naturais são conjuntos de signos lineares e suas modificações ocorrem unidirecionalmente, proporcionadas por produtos linguísticos que avançam do léxico para a gramática, mediante categorias lexicais que dão origem a categorias gramaticais, ou seja, por meio de um processo linear com a ideia de que as categorias lexicais dão surgimento às categorias gramaticais e a outras mais gramaticais ainda – os *cline(s)* (Heine, Claudi, Hunnemeyer, 1991a), têm recebido alguns questionamentos em vários aspectos. Lembro aqui os trabalhos de Lima-Hernandes (2009) e Martellota (1996 e 2010) em que as categorias propostas por Heine e seus colaboradores recebem uma visão alternativa para a questão. Os pesquisadores brasileiros encontraram, em suas respectivas pesquisas, escalas de admissão de passagem direta da referência especial para a textual, contrariando a escala genérica *espaço > tempo > texto*.

A outra assunção de que a fonética, a sintaxe, a semântica e o discurso são domínios linguísticos conectados por derivações fundamenta muitos desses pressupostos.

Há, pelo menos, dois efeitos para tais encaminhamentos. Está implícito, como consequência primeira, que existem itens lexicais pertencentes, em relação biunívoca, a um domínio exclusivo em que cada palavra integra uma só categoria. Instaura-se ainda a pressuposição escalar de domínios – o primitivo e o derivado. O léxico pertenceria ao primeiro domínio; a gramática, ao segundo. Na segunda consequência, observa-se a inserção, em um mesmo quadro, de fenômenos distintos: erosão fonética, descategorização, expansão de usos sintáticos, enfraquecimento semântico, postos em um mesmo recipiente. As pressões de uso e de gênero sobre o sistema gramatical, por exemplo, parecem estar fora desse alcance, nesse encaminhamento. Por outro lado, admite-se certa hierarquização de domínios/sistemas cujo trânsito se realiza “do discurso para semântica, da semântica para a gramática e do léxico para a gramá-

tica” (Castilho, 2007, p.331). A ideia é a de que, além da hierarquia, há certa sequência de impulsos que vão de um domínio a outro.

Um rápido exame sobre as teorias referentes aos estudos de gramaticalização até as décadas de 1980/1990, por exemplo, constata períodos em que um domínio sobre o outro é mais evidente: o percurso do léxico para a gramática, do discurso para a gramática ou da semântica para a gramática.

A fase de estudos sobre o percurso do léxico para a gramática privilegiou o enfoque do trânsito de uma forma livre, menos gramatical, para uma forma ligada, mais gramatical. Uma palavra que, hipoteticamente, não dispusesse de propriedades sintáticas, com seu ingresso na gramática, adquiriria tais propriedades, alterando sua condição morfológica, fonológica, até sua redução a um afixo e possível desaparecimento. Basta lembrar estudos sobre gramaticalização de pronomes de tratamento, indeterminação do sujeito por meio de pronomes etc. Os estudos de Givón (1979) a que me referi há pouco, por exemplo, incrementaram ainda a visão escalar, ao acrescentarem o discurso nessa perspectiva. Sua formulação de que “a sintaxe de hoje é o discurso de ontem” (p.208) postulou a Pragmática como nutriz da Gramática, sustentando, por exemplo, que a gramaticalização também se estende pelo trânsito das estruturas pragmáticas para a sintaxe.

Os estudos pós-givonianos das décadas de 1980 e 1990 refinam essas formulações para dar conta desse quadro de “derivações”, ao introduzir pesquisas voltadas para a busca da origem dos padrões gramaticais sob perspectiva cognitiva, cujo centro é o processo de investigação da transferência metafórica. Destacam-se, nesses estudos, a pesquisa de Sweetser (1990), também sob a perspectiva escalar, em que a autora formula o seguinte trajeto: *mundo sociofísico > experiência fundante > ato de fala*. Os atos de fala emergem da experiência; são conjuntos de vivências humanas que, por seu turno, são recorte de uma instância maior: o mundo sociofísico ou histórico-social. Toda atividade linguística para a autora já é, por natureza, mais abstrata e refinada. É, portanto, um *cline* de derivação de sentidos.

A etapa concernente ainda a uma formulação unidirecional mais refinada encontra abrigo no trabalho de Heine et al. (1991a) em que se amplia a trajetória da escala de derivação para *pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade*. Nesse modelo, privilegia-se o conceito de metáfora, entendida como uma estratégia cognitiva que explicaria o processo de gramaticalização. Essa escala deve ser entendida como domínio cognitivo ou conceptual, concebido como grupo de conhecimento estruturado que constitui nossa maneira de representar e organizar o mundo, incluindo um grande conjunto de informações. Essa escala representa um conjunto geral de domínio de experiência e tendências gerais e revela um esforço dos autores para sistematizar a visão de mudança que querem evidenciar.

Outros trabalhos mais recentes, como os de Bybee & Hopper (2001), Traugott & Dasher (2005), demonstram o tratamento escalar do assunto. Em Bybee & Hopper (2001), há ênfase para a ritualização rumo à convenção linguística, fixando-se a trajetória *inovação > sistematização*. Conforme essa perspectiva, entre os eventos mais fixados pela comunidade linguística há os que podem derivar em padrões gramaticais. Nessa fixação, constata-se a perda de sentido informacional em favor de referência pragmático-discursiva, na articulação de sentidos abstratos que cumprem funções textuais.

No modelo de Traugott & Dasher (2005), destacam-se as presenças de ordem pragmática e metonímica que marcam os usos linguísticos, incorporando-se uma visão holística no tratamento da categorização, ou seja, os níveis distintos de análise – semântico, sintático, pragmático, constitucional, representacional – devem ser considerados para o tratamento da língua em uso. Para os autores, os constituintes cumprem a escala da *objetificação > subjetificação > intersubjetificação*. Com base na referência externa (objetificação), os usuários expressam suas crenças, atitudes, valores (subjetificação) a fim de atuar sobre seus interlocutores para dissuadi-los ou fazê-los aderir a uma proposta (intersubjetificação). Nesse modelo – também escalar – a categoria à direita incorpora a da esquerda, em constante processo de abstratização. Constata-se um tratamento do assunto voltado para uma perspectiva textual.

Reconhecendo a importância e valorização das relações contextuais, convém lembrar que a noção de gramaticalização de itens lexicais tem passado por alguns ajustes. Entre eles, citam-se os estudos de Bybee (2003) e Brinton & Traugott (2006, p.89-110), evidenciando os limites incertos entre lexicalização e gramaticalização.

Bybee (2003) não considera a trajetória *léxico* (constituente específico) > *gramática* (categoria mais ou menos gramatical) como um resumo do processo de gramaticalização. Para a autora, deve-se ver o processo como um todo de sentido e forma. Oliveira (2010, p.34) afirma que

a abordagem construcional [...] não faz distinção entre léxico e gramática, considerando que o léxico nada mais é do que o conjunto de construções de uma dada língua. Nesse sentido, em todos os níveis gramaticais e nos níveis mais amplos da codificação linguística, como o da oração, do período, do parágrafo e mesmo do gênero textual, temos a seleção e a combinação de construções.

De acordo com essa linha de raciocínio, constata-se que as fronteiras entre *léxico* e *gramática* não se apresentam bem delineadas. Brinton & Traugott (2006, p.110) traçam um paralelo na apresentação do quadro a seguir:

Quadro 5: Fronteiras entre léxico e gramática.

Lexicalização	Gramaticalização
+ gradualidade	+ gradualidade
+ unidirecionalidade	+ unidirecionalidade
+ fusão	+ fusão
+ desmotivação	+ desmotivação
+ metáfora/metonímia	+ metáfora/metonímia
- descategorização	+ descategorização
- desbotamento	+ desbotamento
- subjetivação	+ subjetivação
- produtividade	+ produtividade
- frequência	+ frequência
- generalização tipológica	+ generalização tipológica

Conforme o quadro exposto, os autores mostram que 50% dos traços positivos são comuns a ambos, sugerindo limites tênues entre uma trajetória e outra.

O tratamento de um item lexical, sob o ponto de vista escalar e na perspectiva de *continuum*, pode levar a alguns desafios e impasses, a saber:

- i) fixação da ordem de derivação categorial sugerindo trajetos únicos sem mobilidade;
- ii) esforço em classificar os dados à luz da escala eleita para a análise;
- iii) exclusão de outros fatores de natureza diversa que intervêm no uso linguístico;
- iv) dificuldade para elaborar um quadro que contemple a superposição categorial e o hibridismo, em relação à questão da *persistência* semântica e funcional de um item (Hopper, 1991) que se manifesta na categoria fonte e se preserva na categoria alvo;
- v) falta de precisão de limites entre as categorias;
- vi) fluidez sintático-semântica, já que a polissemia pode ser detectada nas línguas de um modo geral, elegendo-se um sentido na negociação dos rituais de interação;
- vii) visão dicotômica no tratamento dos polos dos trajetos, como os binômios: sincronia *x* diacronia; metáfora *x* metonímia.

Resumindo, os domínios de sentido na direção do concreto para o mais abstrato, as bases cognitivas de certas mudanças, tais como a metáfora e a metonímia passam a ocupar o centro dessas discussões, nos modelos apresentados. Em todas essas perspectivas, as mudanças são interpretadas como uma combinação estática, linear e separável. O entendimento é o de que a língua é um produto. O processo parece ficar em segundo plano.

Tendências atuais e interfaces

Os paradigmas de análise em relação às questões lexicais, brevemente expostos na seção anterior, propiciam as seguintes reflexões:

- i) as dificuldades encontradas na metodologia e discussão de modelos relacionam-se à insistência por parte de muitos analistas na perspectiva da autonomia do sistema linguístico, ainda que não se admita tal concepção na contemporaneidade;
- ii) a necessidade de interpretações rigorosas, sem pôr em risco a descrição dos fenômenos observados motiva um esforço reconhecido na “classificação” dos dados observados e na busca por generalizações tipológicas.

Conscientes de que os aparatos teóricos devem passar por ajustes, seria natural que as análises buscassem interfaces, inserindo os dados linguísticos em discussões mais amplas.

A primeira interface deve ser a inserção do sistema linguístico em um quadro de um *conjunto complexo* (Gleick, 1988, p.43) e dinâmico de sistemas “em andamento”. Considera-se, em consonância com Castilho (2007, p.336), que o tratamento que se pode dar aqui é baseado em um fluxo contínuo, em mudança; em um sistema não linear, mas dinâmico, em relações simultâneas, adaptáveis e auto-organizadas. “Objetos tão complexos como o cérebro e a língua do dia a dia não abrem espaços para as descrições exclusivamente analíticas” (ibidem). Os domínios funcionam em seu ritmo próprio e prescindem de predeterminações de sistemas e subsistemas.

Vista sob essa ótica, qualquer expressão linguística exhibe, ao mesmo tempo, características lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais. A língua depende de uma articulação que assegura a eficácia de seu uso e essa articulação se dá pelo compartilhamento de propriedades comuns, mas sem bases exclusivas. Afinal, “qual será o ponto de partida: a ciência clássica que toma como seu objeto o produto, ou a ciência de sistemas complexos que toma como objeto os processos dinâmicos que deram origem a esses produtos?” (idem, p.334).

Se a ciência clássica nitidamente se ocupou de espaços que buscam explicitar e assegurar uma “realidade linguística em equilíbrio” (idem, p.335), a necessidade hoje seria a de tomar o fenômeno linguístico inserido em um quadro que se propusesse a ampliar os

domínios e procedimentos científicos que nunca atingem a estabilidade plena. Há um comportamento irregular e imprevisível, com relacionamentos simultâneos com elementos de outros sistemas complexos, prescindindo-se de uma construção *pari passu* entre eles.

Nesse sentido, a ciência linguística deveria ser muito mais compreensiva do que prognosticada. Como os sistemas, nesse quadro complexo, são adaptáveis e reveem constantemente sua atuação, porque abrem espaço para outros em constante competição e caminho para outras realidades, o método de análise sempre será provisório e deverá buscar necessariamente interfaces: a Cognição e a Sociocognição, que, de forma incipiente, começam a ser integradas às agendas das descrições linguísticas mais recentes.

Evidencia-se, nos estudos de léxico, por exemplo, essa articulação entre “processos” e “produtos”. É a diversidade de motivações que está em jogo no uso do léxico. O léxico é social, porque se fundamenta em uma análise continuada das situações em que ocorre em um ato de fala. Ao mesmo tempo, ele é cognitivo, porque está baseado em categorias mentais. São por demais conhecidas as questões relativas à direcionalidade da relação e/ou o papel da língua na cognição humana em várias vertentes da Linguística e da Psicologia Cognitiva: a língua como produto do desenvolvimento sensorio-motor e reflexo de sistema cognitivo geral, concebido em termos lógico-matemáticos; a língua como instrumento de cognição, crucial para o desenvolvimento de funções cognitivas superiores. Na origem da ativação linguística já se constata o componente cognitivo-perceptivo no circuito da comunicação. As pesquisas piagetianas, nas décadas de 1960-1970, nos estudos da Psicologia Cognitiva exemplificaram tal interesse.

Ampliando a inserção do léxico na busca por outra interface, poder-se-ia incorporar ao quadro a vertente sociocognitiva. Nessa concepção, parte-se do princípio, por exemplo, de que a lexia – palavra ocorrência – é uma unidade lexical atualizada em um discurso particular, resultado de uma escolha feita pelo enunciador, de acordo com as necessidades da situação de enunciação – única e singular. É nessa interface com o estudo das estruturas sociais e culturais,

associadas à produção lexical, que se evidenciam as formas de cognição social, ou seja, os conhecimentos, valores, ideologias, normas e atitudes que organizam uma visão exclusiva do sujeito acerca da realidade, além de incorporar a ela elementos de uma representação social. A interface com a memória social, sob a ótica das *Ciências Sociais*, da *Etnologia* e da *Antropologia* aqui é evidente. Como lembra Van Dijk (2003 a), o conjunto de lexemas de uma língua espelha a experiência humana acumulada e suas escolhas evidenciam o constante movimento dessa experiência e dessas práticas à memória episódica e à memória social.

O falante ativa, reativa e desativa propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais no momento da criação de seus enunciados, constituindo as expressões que pretende “pôr em cena” e de acordo com as relações sociais entre participantes, tempo, espaço, identidade dos participantes, ou seja, os modelos mentais contextuais e os que os usuários de uma língua criam a respeito das situações de que falam ou escrevem. Reafirma-se, pois, o fato de a língua ser um sistema complexo e, por isso mesmo, nunca estar em “estado de equilíbrio”.

Uma das principais características dos sistemas complexos é o fato de serem autorreguláveis, isto é, adaptáveis e revistos em sua atuação, de onde emerge a necessidade de uma constante revisão, sem o acento judicativo de “melhora linguística”, “época de decadência”, “corrupção de formas”, mas sob a perspectiva da não prototipicidade.

A agenda para futuras investigações está aberta e com algumas consequências: a cada inclusão de um aspecto à pesquisa, tem-se um redimensionamento do aparato metodológico, com a revisão de procedimentos de análise.

Considerações finais

O objetivo central deste trabalho foi mostrar o trajeto de pesquisas referentes ao léxico e mudanças, inerentes à atividade linguística.

Dada a complexidade em que se encontram as pesquisas atuais, discutiram-se os limites e as propostas de alguns autores, vislumbrando-se possíveis diálogos extremamente incipientes que vão se delineando, motivados por encaminhamentos metodológicos diversos. Procurou-se evidenciar a proposta de inserção do léxico no quadro de sistema complexo multissistêmico e instável.

Referências bibliográficas

- BRINTON, L. J.; TRAUGOTT, E. C. Towards and integrated approach to lexicalization and grammaticalization In: BRINTON, L. J.; TRAUGOTT, E. C. (Orgs.) *Lexicalization and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p.89-110.
- BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (Eds.). *A handbook of historical linguistics*. Malden: Blackwell, 2003, p.602-23.
- ; HOPPER, P. (Orgs.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins Company, 2001.
- CASTILHO, A. T. Abordagem da língua como um sistema complexo: contribuições para uma linguística histórica. In: ———. et al. (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Fapesp; Campinas: Pontes Editores, 2007, p.329-60.
- GIVON, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- GLEICK, J. *Chaos: making a new science*. New York: Peguin Books, 1988.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HUNNEMEYER, F. *Gramaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds.). *Approches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. v.1: Focus on theoretical and methodological issues.
- LIMA-HERNANDES, M. C. Estudos sobre gramaticalização: objetos, métodos e problemas. In: OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I. (Orgs.). *Pesquisa em linguística funcional: convergência e divergências*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2009, p.21-33.
- MARTELOTA, M. E. Unidirecionalidade na gramaticalização. In: VITRAL, L.; COELHO, S. (Orgs.). *Estudos de processos de grama-*

- ticaliação*: metodologias e aplicações. Campinas: Mercado das Letras, 2010, p.206-19.
- _____; VOTRE, S. J.; CEZÁRIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil*: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Departamento de Linguística e Filologia/UFRJ, 1996.
- OLIVEIRA, M. R. Categorias cognitivas em debate: a trajetória dos pronomes locativos no português. In: LIMA-HERNANDES, M. C. (Org.). *Gramaticalização em perspectiva*: cognição, textualidade e ensino. São Paulo: Paulistana, 2010, p.27-49.
- SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*: metaphorical and cultural aspects of semantics structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- VAN DIJK, T. *Ideologia y discurso*. Barcelona: Ariel, 2003.
- VITRAL, L. O papel da frequência na identificação de processos de gramaticalização. *Scripta*, Belo Horizonte, v.9, n.18, p.149-77, 1. sem. 2006.

5

A TRILHA DOS "BURITIS" NO VOCABULÁRIO ONOMÁSTICO-TOPONÍMICO: UM ESTUDO NA TOPONÍMIA DE MINAS GERAIS E DE MATO GROSSO DO SUL

*Aparecida Negri Isquerdo*¹

*Maria Cândida Trindade Costa de Seabra*²

Introdução

A toponímia, além de evidenciar marcas da história social (formação étnica, processos migratórios, sistema de povoamento de uma região administrativa), perpetua características do ambiente físico (vegetação, hidrografia, geomorfologia, fauna...) de uma região. Em se tratando do meio ambiente físico, a grande variedade de espécies de elementos relacionados à vegetação natural, típica dos diferentes espaços geográficos, ou seja, as características fito-geográficas do ambiente, tende a inspirar o denominador no ato de nomeação dos acidentes geográficos. Conseqüentemente, a nomenclatura geográfica registra designações de árvores, arbustos, plantas como denominativos de acidentes humanos e físicos. Nesse sentido, argumenta Dick (1990a, p.146) que “a vegetação é parte integrante de um conjunto natural, em que relevo, constituição do solo, acidentes hidrográficos, regimes climáticos compõem um verdadeiro biossistema imprescindível ao homem e à qualidade de vida que nele pretenda instalar ou, pelo menos, usufruir”.

1 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

2 Universidade Federal de Minas Gerais.

Nesse universo do mundo natural, particularmente os *nomes comuns* que denominam espécies da vegetação são elevados à categoria de *nomes próprios*, topônimos, utilizados pelo homem para identificar o espaço em que ocupa. Esse fenômeno é abalizado pela expressiva presença de topônimos oriundos de nomes de espécies da vegetação na toponímia brasileira, os *fitotopônimos*, segundo o modelo teórico de Dick (1990b). Os *fitotopônimos* situam-se sempre entre as categorias mais produtivas, quando não a primeira, em termos de ocorrência em estudos sobre a toponímia brasileira. Os projetos do Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (Projeto Atems) e do Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (Projeto Atemig), variantes regionais do Atlas Toponímico do Brasil,³ por exemplo, apontam essa categoria de topônimos como a mais produtiva (1º lugar de ocorrência) nas duas unidades da Federação cobertas por esses projetos. A preocupação com a influência da vegetação na toponímia há muito instiga os pesquisadores da área de diferentes continentes. Nunes (s. d., p.134), por exemplo, em seu estudo “A vegetação na toponímia portuguesa”, pondera:

não admira, pois, que em toda a parte a vegetação figure em quantidade superior a outro qualquer entre os elementos que contribuíram para a toponímia; árvore de grande corpulência e de vida várias vezes secular, como simples arbustos e ainda plantas de duração quase efêmera, em consequência certamente do seu predomínio, resultante da sua abundância, deram o seu nome aos povoados em cujas cercanias se encontravam.

Essa abordagem do estudo toponímico requer uma estreita interface com a Geografia, haja vista que as informações concernentes às características da flora, realizadas por essa disciplina, são fundamentais para a interpretação da função motivadora da vegetação na toponímia. Dick (1990a, p.145-96), tomando como base a divi-

3 O Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB) é coordenado pela toponimista brasileira Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, da Universidade de São Paulo, que também desenvolve o Projeto Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (AteSP).

são da Flora Brasileira, realizada por A. J. Sampaio na obra *Fitogeografia do Brasil* (1938, apud Dick, 1990a) que, por sua vez, divide a flora em duas grandes províncias – “I – A Província Amazônica ou Flora Amazônica e II – A Província Extra-Amazônica ou Flora Geral” –, apresenta uma densa discussão sobre a *fitotoponímia*, resgatando, para tanto, os topônimos oriundos de nomes de espécies da vegetação e analisando-os em termos de interface com a vegetação local. Nesse tópico, a autora discute a fitotoponímia brasileira com base na divisão das espécies da flora, apresentada por Sampaio (1938, apud Dick, 1990a), focalizando os diferentes aspectos da flora amazônica e da flora geral (extra-amazônica) – zona dos cocais, das caatingas, das matas costeiras ou florestas orientais, dos pinhais ou da araucária, dos campos, marítima. Conclui a autora que

a importância e a função motivadora da vegetação na toponímia estão [...] caracterizadas, não apenas na variedade dos fatores determinantes [...], como, também, no processo distributivo dos nomes em áreas específicas de referência, de acordo com o elemento predominante. De maior valia para o estudo científico se torna, assim, o topônimo, quando a espécie por ele lembrada se encontrar em conjunção à área geográfica de sua ocorrência e, mais ainda, quando se tratar de um tipo florístico já extinto. (Dick, 1990a, p.195-6)

Essa conclusão da toponimista brasileira aponta para outro aspecto a ser considerado no exame da influência da vegetação na nomenclatura toponímica: a possível equivalência entre as áreas fitotopônicas e fitogeográficas que, há muito, instiga os estudiosos da toponímia. Nessa perspectiva, e considerando que as fronteiras da distribuição das espécies vegetais em um espaço geográfico não são demarcadas pelas fronteiras políticas, questiona-se: a noção de isoglossas, demarcações virtuais da manifestação de determinado fenômeno linguístico, também se aplicaria aos nomes próprios de lugares? Em que proporção a produtividade de determinados topônimos e/ou de processos de formação toponímica ultrapassam as fronteiras geográficas marcando áreas toponímicas distintas? As características do meio ambiente físico contribuiriam para a configuração de um *continuum* toponímico, transpondo, muitas vezes, os limites territoriais?

Este trabalho⁴ busca respostas para essas questões, analisando dados de dois projetos de atlas toponímico em desenvolvimento em dois estados fronteiriços – Minas Gerais (Projeto Atemig) e Mato Grosso do Sul (Projeto Atems),⁵ cuja história social e características físicas evidenciam muitos aspectos em comum. Examinam-se os dados da *fitotoponímia*, a taxa mais produtiva no *corpus* dos projetos de atlas toponímicos aqui focalizados. Dentre os fitotopônimos catalogados, os designados com nomes de palmeiras destacam-se no conjunto dos dados. Na toponímia de Minas Gerais, os nomes *palmeira*, *buriti* e *palmito*, e respectivas variantes, são as mais produtivas como designativos fitotoponímicos,⁶ enquanto na toponímia de Mato Grosso do Sul, *buriti*, *indaiá* e *coqueiro*, e suas variantes, destacam-se com maior número de ocorrências dessa mesma taxa. Neste trabalho, analisam-se os topônimos formados com a unidade lexical *buriti*, designação de uma das mais singulares palmeiras do Brasil.

O bioma cerrado – a palmeira buriti

Abundante no cerrado, o buriti caracteriza as veredas, fitofisionomia marcante do cerrado, embora ocorra também em matas de galeria e ciliares, podendo formar densos buritizais. Para além dos domínios do cerrado, distribuiu-se, embora em menor escala, por regiões da Amazônia e do Pantanal, onde há a presença de focos do bio-

4 Uma primeira versão deste trabalho foi publicada como “resumo expandido” do VII Encontro Intermediário do GT de lexicologia, Lexicografia em Terminologia da Anpoll, realizado na Unesp/São José do Rio Preto, em novembro de 2009, disponível no site do GT, link “VII ENGTLEX”: <http://www.mel.ileel.ufu.br/gtlex/viiengtlex/pdf/resumos/CandidaSeabra_Aparecida%20Isquerdo.pdf>.

5 O Projeto Atemig é desenvolvido na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), sob a coordenação de Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, enquanto o Projeto Atems é operacionalizado na UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), com financiamento da Fundect (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul), tendo como coordenadora Aparecida Negri Isquerdo.

6 Segundo pesquisa realizada por Seabra, 2009.

ma cerrado, sobre solos maldrenados, em áreas de baixa altitude até 1.000 m. O buriti é considerado a palmeira mais abundante do Brasil. A presença de buritis representa um indicativo infalível da existência de água na região, por isso essa espécie de palmeira emoldura veredas, riachos, cachoeiras, não raras vezes próximos a brejos e a nascentes.

O bioma cerrado é a vegetação característica de praticamente toda a região Centro-Oeste, que abriga, também, o bioma Pantanal. Cobre o sul e parte do sudeste e leste do estado de Mato Grosso; o centro-norte e praticamente a área sudeste, leste e nordeste de Mato Grosso do Sul (essas duas últimas regiões situam-se na fronteira com Goiás e com Minas Gerais). Estende-se por praticamente todo o estado de Goiás (exceto uma pequena área do centro do estado marcada pela floresta estacional), atingindo ao norte os estados do Tocantins e parte do estado do Maranhão, onde faz divisa com a zona dos cocais, ao norte do estado. Também cobre a maior parte do território de Minas Gerais, na direção centro-sudoeste-oeste-nordeste do estado, região de fronteira com os estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul (Simielli, 2006).

O termo *buriti* na fitotoponímia mineira e sul-mato-grossense

Este estudo de natureza lexical analisou os topônimos formados com a lexia *buriti* e seus derivados (*buritizinho*, *buritizal*, *buriti-zeiro...*), do ponto de vista da distribuição diatópica, procurando verificar a possível relação entre a base léxico-toponímica analisada e as características da vegetação das áreas geográficas selecionadas. Foram examinados dados dos dois projetos mencionados, recolhidos de mapas oficiais dos municípios que integram os dois estados brasileiros, tomados como objeto de investigação. Como já assinado, os estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul abrigam boa parte do território característico do cerrado, bioma que concentra grande variedade da flora brasileira, em especial a palmeira buriti.

Os dados já armazenados na base de dados dos referidos projetos evidenciam uma produtividade significativa de topônimos

formados com o nome dessa palmeira, daí o propósito deste estudo centrar-se nesse recorte toponímico. O estudo orienta-se pelos princípios da ciência onomástica, em especial o modelo teórico de Dick (1990a; 1990b), e dá continuidade a estudo comparativo entre os dados dos projetos Atems e Atemig, que vêm sendo realizado pelas autoras deste trabalho.⁷ Nos dois universos pesquisados foram documentados topônimos formados pela forma primitiva *buriti*, do tupi “*mbiriti*, árvore que emite líquido; a palmeira. (*Mauritia vinifera*, Mart.) Alt. *Murity*, *mirity*, *mority*”, segundo Sampaio (1987, p.209), e por variantes formadas pela forma *buriti* e outros elementos formais, como o demonstrado nos itens 3.1 e 3.2, a seguir.

O termo *buriti* na fitotoponímia mineira

Na sequência são apresentados os sintagmas toponímicos compostos, recolhidos nos mapas oficiais do IBGE, escalas 1:100.000; 1:50.000; 1:250.000, referentes aos 853 municípios de Minas Gerais, como designativos de acidentes físicos e humanos, incluindo nomes de fazendas, distribuídos segundo os padrões toponímicos observados no *corpus* estudado.

Quadro 6: Padrões toponímicos identificados nos topônimos compostos formados com o termo *buriti* em Minas Gerais.

1. Termo <i>buriti</i> + nome comum (qualificativo)	
Buriti Alegre	Buriti Limpo
Buriti Alto	Buriti Magro
Buriti Comprido	Buriti-Mirim
Buriti Corrente	Buriti Pequeno
Buriti Cortado	Buriti Perdido
Buriti Curto	Buriti Quebrado
Buriti Fechado	Buriti Seco
Buriti Fundo	Buriti Sozinho
Buriti Grande	Buriti Triste
Buriti Grosso	Buriti Velho

Continua

7 Cf. Isquerdo & Seabra (2008; 2009; 2010).

Quadro 6: *Continuação.*

2. Termo <i>buriti</i> + conectivo (preposição) + nome comum (substantivo)	
Buriti da Barra Buriti da Boiada Buriti da Broca Buriti da Cachoeira Buriti da Ema Buriti da Porta Buriti da Porteira Buriti da Rancharia Buriti das Cabeças Buriti das Pedras Buriti de Barro Buriti do Barro Buriti do Atoleiro	Buriti do Carro Buriti do Cortado Buriti do Fogo Buriti do Olho-d'água Buriti do Paiol Buriti do Pasto Buriti do Peixe Buriti dos Bois Buriti dos Monjolos Buriti dos Porcos Buriti do Penedo Buriti do Salto Buritis dos Monjolos Buritis dos Quilombos
3. Termo <i>buriti</i> + conectivo (preposição) + advérbio de lugar	
Buriti de Cima Buriti de Dentro Buriti do Meio	
4. Termo <i>buriti</i> + conectivo (preposição) + nome próprio⁸	
Buriti de Antônio Alves de Souza Buriti de Francisco Faria Buriti de João Nunes Buriti de José Ferreira Buriti de Odiléia F. De Sousa Buriti de Vicente Ferreira Buriti do Amorim Buriti do Cordovil Buriti do Jorge	Buriti do Severino Buriti dos Borges Buriti dos Coutos Buriti dos Neves Buritis dos Almeidas Buritis dos Coelhos Buritis dos Coutos Buriti dos Quitonhos Buritis dos Pereiras Buritizinho de José Albim
5. Termo <i>buriti</i> + nome comum (qualificativo) + conectivo (preposição) + nome próprio	
Buriti Corrente de Sebastiana Moura Buriti Corrente de Vicente Buriti Corrente de Vicente Gervásio	
6. Termo <i>buriti</i> + conectivo (preposição) + nome comum (substantivo) + nome comum (qualificativo)	
Buriti da Barra Grande	

8 Esse padrão toponímico predomina na designação de acidentes humanos, em especial nos nomes de fazendas. Ressalte-se que o Projeto Atems, por ora, não está contemplando os nomes de acidentes humanos rurais no levantamento dos dados. Talvez essa questão metodológica justifique a ausência desse padrão toponímico entre seus dados.

O mapa a seguir contém a distribuição diatópica desses topônimos no mapa do estado de Minas Gerais.

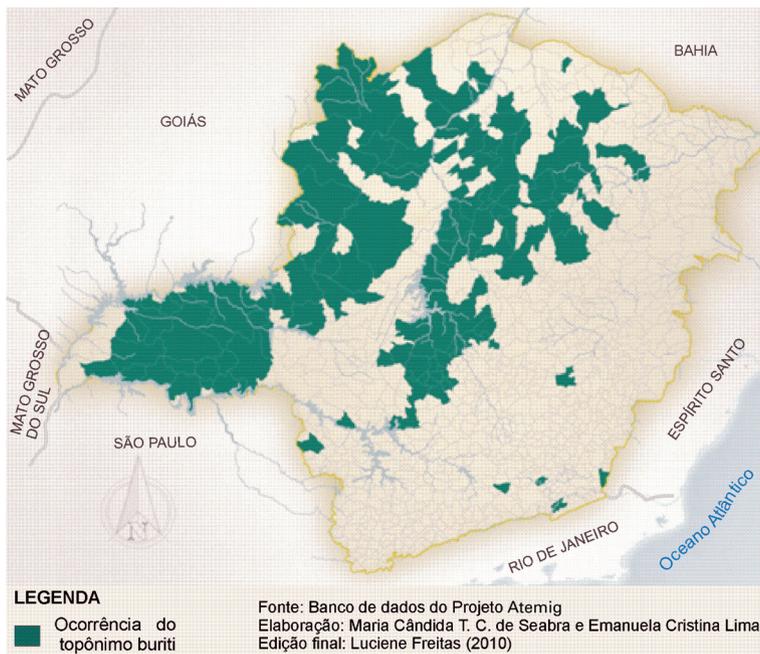


Figura 10: A trilha do “buriti” na fitotoponímia mineira.

O termo *buriti* na fitotoponímia sul-mato-grossense

Na toponímia oficial extraída dos mapas dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul foram elencados designativos de acidentes físicos e humanos (cidades, vilas, povoados, exceto fazendas), topônimos de estrutura simples formados ora pela forma primitiva *buriti*, ora por termos derivados formados com o acréscimo de sufixos à palavra base (*Buritizal*, *Buritizinho*); topônimos compostos, constituídos pela forma base, seja seguida de um numeral (*Buriti 1*) e/ou de um numeral mais a forma base (*Dois Buritis*); seja da forma base e um qualificativo (*Buriti Vermelho*); topônimos

compostos resultantes de uma unidade fraseológica (*Dois Irmãos do Buriti*; *Cabeceira Grande do Buriti*). O Quadro 9, a seguir, lista as variantes toponímicas com o termo *buriti* no Mato Grosso do Sul, em topônimos compostos, segundo os padrões toponímicos identificados na toponímia sul-mato-grossense.

Quadro 7: Padrões toponímicos identificados nos topônimos compostos formados com o termo *buriti* em Mato Grosso do Sul.

1. Termo <i>buriti</i> + nome comum (qualificativo)
Buriti Comprido Buriti Grande Buriti Preto Buriti Vermelho
2. Termo <i>buriti</i> + conectivo (preposição) + nome comum (substantivo)
Buriti do Cervo Buriti das Pedras
3. Termo <i>buriti</i> + conectivo (preposição) + advérbio de lugar
Buriti de Baixo Buriti de Cima
4. Termo <i>buriti</i> + numeral
Buriti 1 Buriti 2
5. Numeral + termo <i>buriti</i>
Dois Buritis Três Buritis
6. Numeral + nome comum (substantivo) + conectivo (preposição) + termo <i>buriti</i>
Dois Irmãos do Buriti
7. Nome comum (substantivo) + qualificativo + conectivo (preposição) + termo <i>buriti</i>
Cabeceira Grande do Buriti

O mapa apresentado na sequência informa a distribuição diatópica das ocorrências dos fitotopônimos formados com o termo *buriti*, identificados nos mapas oficiais do IBGE, relativos aos 78 municípios de Mato Grosso do Sul, escalas 1:100.000 e 1:250.000.

Mato Grosso do Sul e Minas Gerais –, enquanto o termo alterado *buriti* tem uma alta frequência, seja em formas simples e compostas, seja em formações derivacionais, sempre cobrindo a região do cerrado do território brasileiro, em marcante fitofisionomia da região, podendo ser considerada por isso, talvez, a palmeira mais abundante do país.

Retomando as questões iniciais que motivaram este estudo, a análise apresentada neste trabalho evidenciou um *continuum* toponímico nas regiões leste de Mato Grosso do Sul e Triângulo Mineiro, áreas de forte concentração de topônimos com o nome *buriti* e variantes. Em Minas Gerais, observou-se ainda a concentração desse fenômeno nas regiões norte, noroeste e central do estado. Já em Mato Grosso do Sul, os topônimos formados com o nome da palmeira *buriti* concentram-se, sobretudo, na região centro-norte e em parte da sudoeste.⁹

No estado de Goiás, o fenômeno do *continuum* na toponímia começou a ser descrito por Pereira (2009) em sua dissertação de mestrado *A toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do sul goiano*,¹⁰ no tópico destinado à análise comparativa entre os dados dos nove municípios da microrregião de Quirinópolis, dos 11 municípios do Bolsão sul-matogrossense e dos dez municípios do Triângulo Mineiro. A pesquisa constatou que a *fitotoponímia* configurou-se como a categoria mais produtiva nas três áreas investigadas, conforme atesta a Carta Toponímica II que integra esse trabalho. Já a Carta Toponímica III, elaborada pelo mesmo pesquisador, informa que, na microrregião de Quirinópolis, o 1º lugar de ocorrência entre os *fitotopônimos* ficou com os designativos formados com os termos *buriti* e *bálsamo*. No Bolsão sul-mato-grossense e no Triângulo Mineiro, todavia, esse lugar foi ocupado pelos fitotopônimos formados com a lexia *buriti* (Pereira, 2009, p.181-2). Os resultados deste estudo, somados aos

9 Cf. figuras 10 e 11.

10 Dissertação defendida no Programa de Mestrado em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da professora Aparecida Negri Isquerdo.

de Pereira (op. cit.), ratificam a tese de que as características do meio ambiente físico contribuem para a configuração de um *continuum* toponímico, transpondo, não raras vezes, os limites territoriais.

Em termos estruturais, os dados revelam três padrões toponímicos comuns entre a toponímia dos dois estados analisados: termo *buriti* + nome comum qualificativo: *Buriti Alegre* (MG); *Buriti Vermelho* (MS); termo *buriti* + conectivo (preposição) + nome comum (substantivo): *Buriti da Barra* (MG); *Buriti das Pedras* (MS) e termo *buriti* + conectivo (preposição) + advérbio de lugar: *Buriti de Cima* (MG); *Buriti de Baixo* (MS). Diferenciam a toponímia dos dois estados os seguintes padrões: *Minas Gerais*: termo *buriti* + conectivo (preposição) + nome próprio (*Buriti de João Nunes*), termo *buriti* + nome comum (qualificativo) + conectivo (preposição) + nome próprio (*Buriti Corrente de Sebastiana Moura*) e termo *buriti* + conectivo (preposição) + nome comum (substantivo) + nome comum (qualificativo) (*Buriti da Barra Grande*). *Mato Grosso do Sul*: termo *buriti* + numeral (*Buriti 1*); numeral + termo *buriti* (*Dois Buritis*); numeral + nome comum (substantivo) + conectivo (preposição) + termo *buriti* (*Dois Irmãos do Buriti*); nome comum (substantivo) + nome comum (qualificativo) + conectivo (preposição) + termo *buriti* (*Cabeceira Grande do Buriti*).

Comparando-se a distribuição das ocorrências dos topônimos formados com o termo de base tupi *buriti* com a área geográfica do território brasileiro coberta pelo bioma cerrado, que, por sua vez, abriga a maior abundância da palmeira *buriti*, nota-se que a “trilha” dos fitotopônimos formados com o termo *buriti* cruza as fronteiras políticas que separam as áreas geográficas dos estados de Minas Gerais, de Mato Grosso do Sul e de Goiás, delineando um *continuum* que demarca uma área toponímica distinta. Esses dados dão mostras da equivalência entre áreas fitotoponímicas e fitogeográficas, equivalência essa que também já foi constatada no âmbito da hidrotoponímia de duas regiões contíguas entre Minas Gerais (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba) e Mato Grosso do Sul (Bolsão), em estudo recente efetuado pelas autoras deste trabalho (Isquerdo & Seabra, 2010).

Referências bibliográficas

- DICK, M. V. P. A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo Estado de São Paulo, 1990a.
- . *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 2.ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1990b.
- ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. Apontamentos sobre hidronímia e hidrotoponímia na fronteira entre Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. In: ———. BARROS, L. A. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2010, p.79-98.
- . História social e toponímia: um estudo na fronteira de Minas Gerais com Mato Grosso do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM LETRAS E LINGUÍSTICA, 23., 2008, Porto Alegre. *Resumos...* Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.mel.ileel.ufu.br/gtlex/xiiianpoll/resumo/caderno.asp>>.
- . A trilha dos “buritis” no vocabulário onomástico-toponímico: um estudo na toponímia de Minas Gerais e de Mato Grosso do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO DE LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA, E TERMINOLOGIA DA ANPOLL, 17., 2009, São José do Rio Preto. *Resumos...* São José do Rio Preto, 2009. Disponível em: <http://www.mel.ileel.ufu.br/gtlex/viiengtlex/pdf/resumos/CandidaSeabra_Aparecida%20Isquerdo.pdf>.
- NUNES, J. J. *A vegetação na toponímia portuguesa*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, s. d., p.131-74. (Boletim da Classe de Letras, 13).
- PEREIRA, R. R. *A toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do sul goiano*. 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.
- PROJETO ATLAS TOPONÍMICO DE MATO GROSSO DO SUL-ATMS. *Banco de dados*. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2010. Trabalho inédito.
- PROJETO ATLAS TOPONÍMICO DE MINAS GERAIS-ATMIG. *Banco de dados*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. Trabalho inédito.
- SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. 5.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- SEABRA, M. C. T. C. *Fitotoponímia mineira*. Relatório Pós-Doutoral. São Paulo: FFLCH/USP, 2009. Trabalho inédito.
- SIMIELLI, M. H. R. *Geoatlas*. 32.ed. São Paulo: Ática, 2006.

6

BRASILEIRISMOS E PORTUGUESISMOS INCORPORADOS AO LÉXICO DA LÍNGUA ITALIANA: ANÁLISE DE CAMPOS LÉXICO-CONCEPTUAIS

*Benilde Socreppa Schultz*¹

*Paola Giustina Baccin*²

Introdução

A língua italiana, por sua configuração histórico-geográfica, absorveu consideravelmente influências estrangeiras, sobretudo das nações circunvizinhas. O influxo do português é documentado em dicionários de língua geral italianos e o arrolamento dessas unidades lexicais permite visualizar momentos diferentes: o período das grandes navegações, no qual estrangeirismos do português europeu (os portuguesesismos) foram incorporados ao léxico da língua italiana (LI) e estrangeirismos do português brasileiro (os brasileirismos), presentes nas obras dos viajantes naturalistas, enriqueceram o léxico italiano com nomes de animais e plantas exóticos. O português deixou uma pequena contribuição na LI, que se inicia com as grandes navegações, quando Portugal, como senhor dos mares, entra em contato com outras culturas e com elas mantém um florescente comércio. As relações com a Índia e povos orientais iniciam-se nos séculos XVI e XVII e inauguram um processo de empréstimos vocabulares no português, que serve de língua mediadora desses em-

1 Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Ceca.

2 USP – Universidade de São Paulo – DLM.

préstimos. Palavras portuguesas, como *banana*, *palanchino*, *pagode*, *tifone*, *zebra* etc. são lematizadas na LI, como empréstimos indiretos, vindos do hindi, do tâmil, do malaiala e, sobretudo, do sânscrito (Ferreira, 2002, p.192). Podemos acrescentar, também do chinês e do japonês. A esses empréstimos chamaremos de *portuguesismos*.

O descobrimento do Novo Mundo não só alargou as fronteiras, como também colaborou para a inserção de culturas alimentares até então desconhecidas na Europa quinhentista. Paralelamente ao alargamento do mundo, iniciou-se a importação de uma série de novas designações, por meio de neologismos semânticos, para nomear as coisas e realidades vindas da América, sobretudo as denominações da flora e da fauna (Folena, 1991, p.101), os quais foram lexicalizados. Ao justificar a inclusão dos estrangeirismos em seu dicionário, Petrocchi (1887-1891, p.8) comenta que “tratavam-se de nomes vindos de fora com a coisa, e adotados pelo nosso povo; foi minha obrigação registrá-los e declarando a qual língua pertenciam”. A fronteira de distinção entre brasileirismos e portuguesismos é tênue, pois nem sempre é fácil determinar a origem exata dessas unidades lexicais, mesmo com o auxílio de dicionários etimológicos e das atestações encontradas. Deparamos com unidades lexicais classificadas como sendo do português europeu, mas, pelas definições, percebe-se que se referem à(s) realidade(s) brasileira(s), portanto, podemos considerá-las brasileirismos. Em nosso trabalho, denominaremos *brasileirismos* os empréstimos feitos pela língua italiana e que foram utilizados contextualmente no contato com a realidade brasileira.

Nas últimas décadas do século XX e início deste século, acentuou-se uma nova modalidade de transmissão dos brasileirismos como empréstimos ou neologismos. Os interesses comerciais e culturais na direção Brasil-Itália contribuem para a difusão do português na Itália. Destacamos alguns desses interesses: a intensa procura por cidadania italiana por parte de descendentes de imigrantes; a venda de jogadores brasileiros para clubes italianos; a presença de telenovelas nacionais na televisão italiana e outros fatores que contribuem continuamente para a inclusão de neologismos

do português brasileiro (PB) na mídia eletrônica e nos meios de comunicação italianos.

Nos últimos anos, muitas unidades lexicais foram lexicalizadas: *caipiroska*, *telenovellare*, *churrascaria*, *favela* etc., e outras estão em fase de difusão neológica. Observando os neologismos que circulam nos meios de comunicação italianos, notamos que são restritos a conceitos específicos, geralmente ligados ao “ser brasileiro”, a nossa cultura.

No intercâmbio existente entre as línguas, pode-se fazer um paralelo com Baccin (2003), que elabora os conceitos de *parole in valigia* e *parole in commercio*, e separa a influência da língua italiana na língua portuguesa falada no Brasil em dois momentos históricos. O primeiro momento acontece quando os imigrantes italianos, junto com seus pertences, introduziram por intermédio da língua oral unidades lexicais que inovaram nosso léxico, especialmente na área da gastronomia, as quais se incorporaram de tal forma ao português que não são mais sentidas como estrangeiras. O segundo momento refere-se às unidades lexicais italianas introduzidas a partir dos anos 1990, por meio da língua escrita encontrada em embalagens, revistas, jornais italianos e na internet. No caso dos brasileirismos, também existe essa divisão histórica.

Para que a reflexão seja completa, devemos lembrar que existem, também, neologismos que possuem uma ascensão meteórica, particularmente na mídia, e logo após desaparecem. Um exemplo é “imexível”, que frequentou os jornais por semanas e desapareceu logo em seguida. A esses neologismos, que segundo Adamo (2005, p.xii-xiii) surgem na mídia como cometas e logo desaparecem, chamaremos de *neologismos midiáticos*.

Metodologia de pesquisa

Os dicionários usados para a composição do *corpus* foram os dicionários italianos da língua geral: o *Grande dizionario italiano dell'uso* (De Mauro, 2000), doravante Gradit; o *Nuovissimo voca-*

bulário illustrato della lingua italiana (Devoto Oli, 1997), doravante D/Oli; e o *Lo Zingarelli. Vocabolario della lingua italiana* (Zingarelli, 2005), doravante LZ. Primeiramente, realizamos o levantamento manual de todas as ocorrências no D/Oli e no Gradit, folheando página por página. Com o LZ eletrônico, a tarefa foi mais fácil: digitamos no instrumento de busca “etimologia” as palavras *port.*, *tupi*, *brasiliano* e obtivemos a lista das palavras para a análise. Todas as ocorrências que encontramos no *corpus* estão registradas em pelo menos um dos dicionários pesquisados e apresentam as seguintes marcas de uso:

- 1) *dal tupi, dal portogh., voce brasiliana* (Gradit);
- 2) *dal port., di origine* ou *da una voce tupi, voce brasiliana di origine tupi, da una voce brasiliana*, (D/Oli);
- 3) *port., vc.port. di origine tupi, vc port.del Brasile, port.brasiliano* (LZ).

Nos dicionários do *corpus*, encontramos unidades lexicais marcadas como originárias da língua tupi. Para certificarmos da origem dessas palavras, consultamos o *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi* (doravante DHTP), de Antonio Geraldo Cunha (1978). Verificamos que Cunha concebe como brasileirismos todos os vocábulos documentados no *Vocabulário da língua brasileira*, redigido por jesuítas na segunda metade do século XVII. A outra obra na qual nos baseamos para considerar como brasileirismo os étimos de origem tupi foi o *Dicionário de tupi antigo: língua indígena clássica do Brasil* (doravante DTA), de Eduardo Navarro (2006).

O aval do DHTP e do DTA serve para confirmar que a origem da palavra é realmente da língua do indígena do Brasil e, portanto, um brasileirismo. Essa confirmação é importante, pois nos dicionários italianos que utilizamos para elaborar o *corpus* da pesquisa, a etimologia de algumas palavras indicava-as como vindas de outra língua. Exemplificando: a unidade lexical *arapaima*, no LZ, é dada como vinda do espanhol. A mesma unidade lexical, no Gradit e no D/Oli, é assinalada como empréstimo do tupi, por meio do português. Como o DHTP e o DTA também registram a unidade

lexical como originária do tupi, iremos considerá-la, portanto, um brasileirismo.

A coleta das atestações dos brasileirismos foi feita especificamente com os relatos dos viajantes naturalistas, em especial com a publicação da valiosa fonte de informações lexicais organizada por Teresa Isenburg, *Viaggiatori naturalisti italiani in Brasile nell'ottocento* (1989), compêndio que inclui as impressões de vários viajantes. Além dos viajantes citados pela autora, enriquecemos esta parte procurando as atestações nas próprias obras dos naturalistas a que tivemos acesso:

- 1) *Viaggi d'un artista nell'America Meridionale. I Caduvei. (Mbaya o guaycuru)* (1895), de Guido Boggiani;
- 2) *Flora brasiliana* (1976), de Giuseppe Raddi;
- 3) *Memorie su alcune produzioni naturali delle conquiste che o sono poco conosciute o non sono utilizzate* (1989) e *Florae Lusitanicae et Brasiliensis specimen* (1788), de Domenico Vandelli;
- 4) *Esplorazione delle regioni equatoriali lungo il Napo ed il fiume delle Amazzoni: frammento di un viaggio fatto nelle due Americhe negli anni 1846-47-48* (1854), de Gaetano Osculati.

Em relação aos empréstimos recentes, as atestações foram firmadas em dicionários neológicos, etimológicos e textos de linguistas italianos publicados a partir da segunda metade do século passado. Não encontramos as atestações de todas as unidades lexicais, mas aquelas que examinamos nos dão uma noção da maneira como foram incluídas na LI. São eles:

- 1) *Dizionario delle parole nuovissime e difficili*, de autoria de Gennaro Vaccaro (1966);
- 2) *Il neo italiano e le parole degli anni ottanta*, de Sebastiano Vassalli (1989);
- 3) *Dizionario di parole nuove 1964-1984*, de Manlio Cortelazzo (1986);
- 4) *3000 parole nuove: la neologia degli anni 1989-1990*, de Ottavio Lurati (1990);

- 5) *Parole degli anni novanta*, de Andrea Bencini e Eugenia Citternese (1993);
- 6) *Parole senza frontiere: dizionario delle parole straniere in uso nella lingua italiana*, de Guido Mini (1994);
- 7) *Dizionario etimologico italiano* (DEI), de Carlo Battisti (1950);
- 8) *Dizionario etimologico della lingua italiana* (DELI), de Manlio Cortelazzo (1988).

Destacamos também alguns autores que não produziram dicionários, mas que citam em suas obras as unidades lexicais do português, situando o período no qual foram anexadas à LI:

- 1) *Storia della lingua italiana* (1963), de Bruno Migliorini;
- 2) *Storia linguistica della Italia unita* (1970), de Tullio de Mauro;
- 3) *Le parole straniere* (1995, 2.ed), de Paolo Zolli.

Para os portuguesismos, consideramos as unidades lexicais que estão presentes nos relatórios das viagens feitas ao Oriente e à África anterior ou imediatamente pós-descobrimento. As obras dos viajantes que acompanharam as grandes navegações, das quais extraímos os portuguesismos, são as seguintes:

- 1) *Scopritori e viaggiatori del cinquecento e del seicento* (1991), sob a organização de Ilaria Caraci e com comentários críticos de Mario Pozzi;
- 2) *Viaggiatori del'600* (1969), organizado por Marziano Guglielminetti;
- 3) *Relazione del primo viaggio attorno al mondo* (1999), de Antonio Pigafetta;
- 4) *Delle navigationi et viaggi* (1550-1606), de Giovanni Battista Ramusio;
- 5) *Il viaggio all'Indie Orientali Del Padre F. Vincenzo Maria di Santa Caterina di Siena. Procurator Gener. De' Carm. Scalzi* (1678), de Antonio Murchio;
- 6) *Le istorie delle Indie Orientali del P. Gio. Pietro Maffei* (1806), de Giovanni Maffei.

Para comprovar a inclusão dos portuguesismos na língua italiana nos valem os seguintes dicionários históricos italianos:

- 1) *Vocabulario degli Accademici della Crusca*, edições 1612, 1746, 1866;
- 2) *Vocabulário universale della língua italiana* (1845), de Antonio Enrico Mortara (doravante Mortara);
- 3) *Dizionario della lingua italiana* (1865), de Nicolò Tommaseo (doravante Tommaseo);
- 4) *Novo Dizionario della lingua italiana* (1887-91), de P. Petrocchi, (doravante Petrocchi).

Fundamentação teórica

Em relação aos neologismos, Sablayrolles (2003, p.224-5) diz que não importa sua procedência, como eles se formaram, quem os criou ou sua duração, o importante é que os neologismos são sempre representativos da evolução de uma língua e constituem o reflexo do pensamento dos membros dessa comunidade linguística, naquele preciso momento. Em concordância com Sablayrolles, Alves (1994, p.87) explica que o estudo da neologia lexical consente analisar a evolução da sociedade que a utiliza, pois que as mudanças sociais e culturais constituem um importante instrumento de enriquecimento lexical dessa comunidade. Acrescenta que os neologismos podem ser criados dentro da própria língua, em um processo natural obedecendo às características estruturais, ou por unidades lexicais provenientes de outras línguas, no caso os empréstimos.

Explica-nos Alves (*idem*, p.72-80) que o elemento estrangeiro, ao inserir-se no novo sistema linguístico, é sentido como um corpo estranho e permanece gráfica e foneticamente sob forma estrangeira. É chamado então de *estrangeirismo*. Entra na composição das linguagens jornalísticas, dos vocabulários técnicos, da terminologia econômica, da publicidade, com o objetivo de dar um efeito estilístico e um valor apelativo. Como elemento anômalo à língua, o

estrangeirismo não faz parte do sistema linguístico do idioma. Sua integração ocorre por meio de adaptação fonética, gráfica, morfológica ou semântica.

Para Klajn (1972, p.43-88), a adaptação dos empréstimos sofreu modificações no decorrer dos séculos. Antigamente, a palavra estrangeira era adaptada logo que entrava na língua de chegada; dificilmente um falante reconheceria na forma *rosbife* um anglicismo: *roast* (assado) + *beef* (carne de boi ou vaca). A tendência, atualmente, é a assunção da palavra original, sem modificações: *e-mail* e não *emeil* ou o decalque *correio eletrônico*. Klajn creditsa isso à facilidade da transmissão da língua falada e escrita observada nos dias de hoje, à possibilidade do falante nativo conhecer outras línguas e à maior tolerância por parte do sistema receptor.

Para o autor, a adaptação fonológica na língua de chegada não acontece de maneira uniforme, mas por meio de diferentes acomodações:

- 1) *assimilação fonética* – que acontece através da substituição, perda, acréscimo ou redistribuição dos fonemas ou também com a mudança de acentuação. Não existe um grau absoluto de assimilação fonética, pois sempre existem variações relativas às pronúncias regionais do país importador.
- 2) *influxo da grafia* – assemelha-se à assimilação fonética, com pequena variação fonética, dependendo do conhecimento que o falante possui da língua.
- 3) *hipercorreção* – acontece quando o falante acredita que o /sc/ italiano acompanhado das /i/ ou /e/ corresponde a /tS/ no português.
- 4) *contaminação* – são falsas analogias fonéticas, quando a palavra não é pronunciada como na língua de partida, nem como na língua de chegada, mas contaminada pela pronúncia de uma terceira língua.

No âmbito das adaptações morfológicas, Klajn distingue a seguinte tipologia:

- 1) *funcional* – os substantivos assumem o gênero gramatical da língua de chegada, contudo em alguns casos acontece uma mudança de categoria, como da unidade lexical italiana *samba*, que em português é masculino (o samba) e em italiano é feminino (*la samba*);
- 2) *formal* – adaptação da estrutura do vocábulo, com acréscimo de morfemas autóctones: *espaguete*. Este tipo de adaptação morfológica quase sempre inclui também adaptação fonética e gráfica;
- 3) *formação derivacional e composta* – diferentemente do item anterior, que trata da substituição ou do acréscimo de um morfema, nesse caso trata-se de acrescentar novos elementos que modificam o significado ou a função lexical do vocábulo: *nhoqueira*, *espaguete ao sugo*.

A adaptação gráfica, para Klajn (1972), está exposta aos efeitos dos fatores socioculturais, em consequência disso, acontece somente em vocábulos muito difundidos, como, por exemplo, *gol*, e está intrinsecamente ligada à adaptação fonética. Consiste na troca dos morfemas estrangeiros por autóctones, identificados com base na pronúncia que adquirem em determinada posição.

A *adaptação semântica* ocorre de maneira sutil, muitas vezes sem que o falante se aperceba, pois a nova unidade lexical perde alguns traços semânticos da língua de partida e adquire semas específicos que traduzem uma visão cultural própria (Baccin, 2003, p.122). Pode acontecer que haja mudança apenas em alguns semas ou uma mudança radical em relação ao termo original.

Resultados alcançados

O quadro a seguir apresenta o modo como os dados foram recolhidos. Na coluna 1 inserimos a numeração das entradas e na coluna 2, as entradas em ordem alfabética. Às vezes, foi observado que a mesma entrada está registrada com duas ou mais grafias diferentes

nos dicionários do *corpus*. Nesse caso, as transcrevemos utilizando a convenção “/” para distingui-las. Nas colunas 2, 3 e 4, marcamos a presença das unidades lexicais dos dicionários do *corpus*, Gradit, D/Oli e LZ. As entradas registradas nos dicionários são indicadas com “+”, as ausentes “-”. Como não há coerência etimológica entre os três dicionários italianos, as unidades lexicais designadas como etimologicamente vindas de outra língua são indicadas com “Ø”. Na coluna 5, assinalamos a presença ou não da unidade lexical no *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* (Houaiss, 2001), doravante DH. Na coluna 6, encontra-se a tradução correspondente em português, recolhida no DH.

Quadro 8: Modo como os dados foram recolhidos.

¹	Entradas	² Gradit	³ LZ	⁴ D/Oli	⁵ DH	⁶ Tradução
001	Acagiu	+	+	+	+	caju/cajueiro
002	afoxé	-	+	-	+	afoxé
011	albino	Ø	+	+	+	Albino
012	almadia/ almaida	+	+	-	+	almadia
017	ananás/ anannasso	+	+	+	+	abacaxi
054	barrigudo	Ø	+	-	+	barrigudo (macaco)
074	cacciu	Ø	Ø	+	+	catechu/cachu (tanino)
080	caipiroska	+	-	-	-	caipiroska

Encontramos um total de 309 entradas, registradas nos três dicionários pesquisados. No Gradit, encontramos 265 entradas; no D/Oli, 219 entradas; no LZ, 133 entradas. Algumas entradas inexistem no português, como, por exemplo, *ceara* (látex extraído da maniçoba-do-ceará), portanto a soma de 276 entradas constantes no DH não é a mesma totalizada na LI (Socreppa Schultz, 2007).

A seguir, recolhemos as ocorrências em uma tabela, classificando-as em *brasileirismos* e *portuguesismos*. Esta diferenciação permite

vislumbrar o período aproximado em que foram incorporados pela LI e os fatores de sua inclusão. Examinamos a quantidade de cada um deles, um total de 177 brasileirismos e 132 portuguesismos. Prosseguindo, investigamos as atestações de cada autor e o percurso diacrônico de algumas dessas unidades lexicais nos diversos dicionários históricos italianos, analisando as variações gráficas, fonéticas, morfológicas e semânticas à luz das teorias estudadas e a respectiva inserção nos seguintes dicionários históricos: nas edições do *Vocabolario della Crusca* (1746, 1866), no Mortara (1845), no Tommaseo (1865) e no Petrocchi (1887-1891), com o objetivo de verificar quais foram registradas, bem como o tratamento lexicográfico dado a cada uma delas.

Trabalhamos também com as áreas semânticas nas quais cada um dos empréstimos pertencia, a fim de examinar em qual campo houve maior número de empréstimos linguísticos. Exemplificando:

- 1) Elementos do reino animal: *albatro, amazona, animiformi, cacatua...*;
- 2) Elementos do reino vegetal: *acagiu, amaranto, aninga, ananas...*;
- 3) Elementos do reino mineral: *favas, carbonado, zebrino...*;
- 4) Elementos etnográficos e gentílicos: *brasileiro, caboclos, Caraipa...*;
- 5) Outros: *TAP, VARIG*.

No último tópico da análise dos dados, apresentamos algumas considerações sobre a evolução atual do português brasileiro na Itália. Para tanto, reunimos um pequeno número de ocorrências, recolhidas na internet, comprovando a existência de neologismos midiáticos nos jornais, revistas *on-line* (*Corriere della Sera, Lastampa, La Repubblica, Panorama, Avvenire, Donnmoderna*) e *blogs* na internet. Os neologismos midiáticos encontram-se também em *sites* de publicidades sobre o Brasil, nos *blogs* dos turistas que visitam nosso país e em *sites* de obras sociais italianas que prestam auxílio aos carentes. Compõem-se de palavras da culinária baiana, frutas, carnaval, da cultura brasileira, e os demais são específicos da pro-

blemática social brasileira. Selecionamos um pequeno elenco dos que se mostraram mais interessantes para ser examinados do ponto de vista linguístico, sendo que alguns deles poderão vir a fazer parte do sistema, como é o caso de *havaianas*, *sambare*, *picanha*, *favelados* etc., pois são fartamente usados. Vejamos como o jornal *Corriere della Sera* apresenta o neologismo *sambare*, um neologismo já com adaptação morfosintática:

1) I cronisti gli tenevano dietro *sambando* impeccabilmente, perché *sambare*, appunto, è un modo di camminare e, se c'è un po' di musica nell'aria, uno può *sambare* senza camminare, ma non potrà mai camminare senza *sambare*, a Rio, per carnevale.³

Abaixo, apresentamos alguns neologismos midiáticos transcritos como se apresentam no *corpus* recolhido, não havendo praticamente adaptações gráficas, conforme nos explica Klajn (1972), em função da facilidade de comunicação existente atualmente:

Quadro 9: Neologismos midiáticos na língua italiana.

Neologismos midiáticos
<i>acarajê, azeite de dendê, carnaval brasileiro, caruru, catadores de papel, chimarrão, ala das baianas, escola de samba, favelados, foliões, grilagem, grileiros, havaianas, maracanã, meninos de rua, pão de queijo, picanha, pitanga, Pantanal, posseiros, sambare, sambando, sambato, samba no pé, Seleção, seringueiros, sem terra, sem teto, trio elétrico.</i>

A escolha dessas unidades lexicais foi baseada no alto índice de ocorrências e por serem neologismos que refletem o interesse dos italianos pela realidade brasileira: problemas sociais ou aspectos culturais. Ao desenvolver esta parte do trabalho, pretendemos refletir sobre a importância de nossa cultura na LI, analisando alguns aspectos linguísticos e fazendo algumas reflexões de cunho sociolinguístico.

³ Disponível em: < http://www.corriere.it/parole_in_viaggio/articoli/david/rio_de_janeiro_dx.htm >. Acesso em: 13 jul. 2007.

Considerações finais

Acompanhar a trajetória da inclusão das unidades lexicais do português pela língua italiana é participar da história das conquistas de Portugal ultramar, do nascimento do Brasil colônia e do crescimento de nosso país como nação livre do jugo português. Visualizamos por meio do relato dos viajantes e naturalistas italianos um pouco dessa epopeia. Conjuntamente, observamos a gênese de alguns neologismos que surgiram das relações estabelecidas pelos portugueses com os povos orientais e que, mais tarde, foram incorporados ao léxico da língua italiana.

A incorporação de palavras do tupi e de palavras originadas dos idiomas trazidos pelos escravos africanos colaborou para a integração definitiva de um acervo lexical riquíssimo na língua portuguesa. Concordamos com Alves (1994, p.72) na assertiva: “O léxico de um idioma, entretanto, não se amplia exclusivamente por meio do acervo já existente: os contatos entre as comunidades linguísticas refletem-se lexicalmente e constituem uma forma de desenvolvimento do conjunto lexical de uma língua”.

Constatamos com Klajn (1972, p.11) que se considerarmos a língua como instrumento de comunicação social, percebemos que, primeiramente, essa comunicação se processou por meio da língua escrita. Foi assim com os portuguesismos dos viajantes e com os brasileirismos dos naturalistas. O mesmo acontece hoje: ouvimos o empréstimo, utilizamo-lo, alguns se estabilizam pelo código escrito, contudo é necessário que ele seja empregado pelo falante para que permaneça vivo, do contrário cairá no esquecimento, fato que sucede com grande parte dos empréstimos do português no italiano.

Pudemos ver que o percurso dos empréstimos, desde sua criação até sua incorporação na língua receptora, teve respaldo nas teorias elaboradas pelos teóricos estudados. Vimos que o empréstimo é utilizado para dar nome a algo que inexistia na língua, como acontece com as realidades encontradas no Oriente ou no mundo recém-descoberto. São denotativos quase todos os portuguesismos.

Atualmente, a adaptação e integração dos empréstimos do português na língua italiana se processa de modo relativamente fácil, pois os meios de comunicação avançados que utilizamos permitem que se introduzam em um tempo recorde, ao contrário do que acontecia com os primeiros portuguesismos que levaram mais de um século para ser incorporados aos dicionários italianos. Quando não são imediatamente incorporados aos dicionários de língua, são relacionados em dicionários neológicos (Bencini, 1993; Cortelazzo, 1986; Mini, 1994; Lurati, 1989-1990) ou em banco de dados, por obra de linguistas que se dedicam a coletá-los.

Referências bibliográficas

- ADAMO, G. Tra lessicologia e terminologia. In: *Lexicon philosophicum. Quaderni di terminologia filosofica e storia delle idee*. Firenze: Leo Olschki, 2005, p.1-17.
- ALVES, I. M. *Neologismo: criação lexical*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.
- BACCIN, P. G. *Italianismos na terminologia gastronômica de São Paulo: um modelo de glossário*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- BOGGIANI, G. *Viaggi d'un artista nell'America Meridionale. I Caduvei. (Mbaya o guaycuru)* Roma: Ermanno Loescher & CO, 1895.
- CARACI, I. L.; POZZI, M. *Scopritori e viaggiatori del cinquecento e del seicento*. Tomo I. Il Cinquecento. Milano: Riccardo Ricciardi Editori, 1991.
- DE MAURO, T. *Storia linguistica della Italia Unita*. Bari: Laterza, 1970.
- FERREIRA, M. Palavras de origem indiana no léxico da Língua Portuguesa – categorias tipológicas dos processos de empréstimo vocabular. In: NUNES, J. H. (Org.). *História do saber lexical*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- FOLENA, G. *Il linguaggio del caos: studi sul plurilinguismo rinascimentale*. Torino: Bollati Boringhieri, 1991.
- GUGLIELMINETTI, M. a cura di. *Viaggiatori del '600*. Torino: Unione Tipografica Editrice, 1969.
- ISENBURG, T. *Viaggiatori naturalisti italiani in Brasile nell'ottocento*. Milano: Franco Angeli, 1989.

- KLAJN, I. *Influssi inglesi nella lingua italiana*. Firenze: Leo S. Olscki, 1972.
- MAFFEI, G. P. *Le istorie delle Indie Orientali del P. Gio. Pietro Maffei*. Milano: Società tipografica de' classici Italiani, 1806.
- MIGLIORINI, B. *Storia della lingua italiana*. Firenze: Sanzoni, 1963.
- MURCHIO, A. *Il viaggio all'Indie Orientali Del Padre F. Vincenzo Maria di Santa Caterina di Siena. Procurator Gener. De' Carm. Scalzi*. Venetia: Appresso Giacomo Zattoni, 1678.
- OSCOLATI, G. *Esplorazione delle regioni equatoriali lungo il napo ed il fiume delle amazzoni: frammento di un viaggio fatto nelle due Americhe negli anni 1846-47-48*. Milano: Fratelli Centenari e Comp, 1854.
- PIGAFETTA, A. *Relazione del primo viaggio attorno al mondo*. A cura di Saverio Bellonio et. alii. Testo crítico e commento di Andréa Canova. Padova: Editrice Antenore, 1999.
- RADDI, G. *Flora Brasiliana*. Roma: Istituto Ítalo-latino americano, 1976.
- RAMUSIO, G. B. *Delle Navigazioni et viaggiù*. Venetia: Appresso Lucantonio Givnti, 1550-1606. 3v.
- SABLAYROLLES, J-F. La néologie en français contemporain. In: ADAMO, G.; DELLA VALLE, V. *Innovazione Lessicale e terminologie especialistiche*. Firenze: Leo S. Olschli, 2003.
- SOCREPPA SCHULTZ, B. *Brasileirismos e portuguesismos incorporados ao léxico da língua italiana: análise de campos léxico-conceptuais*. 2005. Dissertação (Mestrado em língua italiana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- VANDELLI, D. *Florae Lusitanicae et Brasiliensis specimen*. Conimbricæ: Typografia Academico-Regia, 1788.
- . Memorie su alcune produzioni naturali delle conquiste che o sono poco conosciute o non sonoutilizzate. In: *Viaggiatori naturalisti italiani in Brasile nell' Ottocento*. Milano: Franco Angeli Libri, 1989. A cura di Teresa Isenburg, p.63-84.
- ZOLLI, P. *Le parole straniere*. 2ª ed. Bologna: Zanichelli, 1995.

Dicionários

- ACCADEMIA DELLA CRUSCA. *Vocabolario degli accademici della crusca*. Firenze: Le Lettere, 1987. Ristampa anastatica dell'edizione del 1612.
- . *Vocabolario degli accademici della crusca*. Napoli: Stamperia di Giovanni di Simone, 1746.

- _____. *Vocabolario degli accademici della crusca*. 5.ed. Firenze: Tipografia Galileiana di M. Cellini. E. C., 1866. 10v.
- BATTISTI, C.; ALESSIO, G. *Dizionario etimologico italiano*. Firenze: G. Barber, editore, 1950. 5v.
- BENCINI, A.; CITERNESI, E. *Parole degli anni novanta*. Firenze: Le Monier, 1993. a cura di Gian Carlo Oli.
- CUNHA, A. G. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- CORTELAZZO, M.; CARDINALE, U. *Dizionario di parole nuove 1964-1984*. Torino: Loescher Editore, 1986.
- _____. *Dizionario etimologico della lingua italiana / [di] Manlio Cortelazzo, Paolo Zolli*. Bologna: Zanichelli, 1988. 5 v.
- DE MAURO, T. *Grande dizionario italiano dell'uso*. Torino: UTET, 2000. 6v.
- DEVOTO, G.; OLI, G. *Nuovissimo vocabolario illustrato della lingua italiana*. Firenze: Le Monier, 1997. 2v.
- MINI, G. *Parole senza frontiere: dizionario delle parole straniere in uso nella lingua italiana*. Bologna: Zanichelli, 1994.
- MORTARA, A. E. et al. *Vocabolario universale della lingua italiana*. Mantova: Fratelli Negretti, 1845. 8v.
- HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.
- LURATI, O. *3000 parole nuove: la neologia degli anni 1989-1990*. Bologna: Zanichelli, 1990.
- NAVARRO, E. A. *Dicionário de tupi antigo a língua indígena clássica do Brasil*. Tese (Livro Docência) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- PETROCCHI, P. *Nòvo dizionario universale della lingua italiana*. Milano: Fratelli Trèves, 1887-1891.
- TOMMASEO, N.; BELLINI, B. *Dizionario della lingua italiana*. Torino: Società Unione Tipografico-Editrice, 1865. 7v.
- VACCARO, G. *Dizionario delle parole nuovissime e difficili*. Roma: Romana Libri Alfabeto, 1966.
- VASSALLI, S. *Il neo italiano e le parole degli anni ottanta*. Bologna: Zanichelli, 1989.
- ZINGARELLI, N. A. *Lo Zingarelli: vocabolario della lingua italiana*. Bologna: Zanichelli Editore, 2005. CD-ROM.

7

A NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA FEZ CINQUENTA ANOS: E DAÍ?¹

Claudio Cezar Henriques²

Introdução

Começo este artigo adaptando uma passagem do capítulo “Observações à margem do anteprojeto de simplificação e unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira”, que integra o livro *A elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, de Antônio José Chediak (1960).

Estamos em 1956. A Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil, que no futuro será conhecida como Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Janeiro, recebe candidatos de numerosos colégios da capital e do resto do país, inscritos nos seus disputadíssimos exames de Habilitação – precursores dos concursos vestibulares que serão moda em nosso

1 Este artigo retoma com adaptações algumas passagens do livro *Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois*, que publiquei em 2009 pela editora Parábola.

2 Professor titular de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e dos cursos de Letras da Universidade Estácio de Sá (Unesa).

país até o século XXI. A Banca de Língua Portuguesa propõe a análise de BOM na frase “O bom brasileiro zela pelo progresso do Brasil”. As respostas obtidas são as seguintes: Adjunto atributivo; Adjunto restritivo; Adjunto limitativo; Adjunto adjetivo; Adjunto determinativo; Adjunto demonstrativo; Adjunto determinativo demonstrativo; Complemento atributivo; Complemento restritivo; Complemento limitativo; Complemento adjetivo; Complemento qualificativo; Complemento do nome, não preposicionado.

Se o professor é desses que não arredam pé de suas convicções, logo logo despacha bombado o aluno que classificou o BOM de maneira diferente da sua; se é consciencioso, vai aceitando esses nomes todos, não sem antes, é claro, pedir-lhe o título do livro onde estudou, ou o caderno de classe para confirmar uma denominação estranha (Chediak, 1960, p.87-8, com adaptações).

Estamos em 2010, o texto da Nomenclatura Gramatical Brasileira já ultrapassou cinquenta anos desde sua elaboração, continua oficialmente em vigor e é citado em nossas gramáticas com constância, mesmo que para acrescentar-lhe algo que não tenha sido considerado pela Comissão que o propôs ou para dizer que ele está irremediavelmente superado.

É bastante provável, no entanto, que a grande maioria dos professores já formados desde três décadas não tenha tomado contato direto com a íntegra de seu texto. Igual não se pode dizer quanto aos atuais estudantes de Letras, pois que estes, na sua quase totalidade, desconhecem-no mesmo, vítimas de um ensino muitas vezes mais preocupado com teorias e fórmulas modernas do que com a realidade do magistério.

Comissões resolvem?

Em 1959, quando os ilustres membros da Comissão passaram às mãos do ministro de Estado da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, o *Anteprojeto de simplificação e unificação da Nomenclatura*

Gramatical Brasileira, o que havia no ensino da língua portuguesa no Brasil era um total conflito no emprego de termos. Tal situação só gerava polêmicas e discussões, prejudicando única e exclusivamente o estudante do curso médio, diversas vezes enredado por não saber decifrar a variedade de códigos terminológicos que lhe eram impostos e cobrados em provas e concursos.

O problema da falta de padronização da nomenclatura gramatical em uso entre nós nas escolas e na literatura didática de há muito vinha preocupando nossos filólogos e autoridades pedagógicas, sem que se concretizassem as várias propostas feitas pelos primeiros para a sua solução ou que lograssem êxito as tentativas das autoridades administrativas que com eles se ocuparam. (Brasil-MEC, Apresentação, 1959)

Constituíram a Comissão designada na Portaria Ministerial nº 152/57 (de 24.4.1957) renomados professores do Colégio Pedro II – estabelecimento oficial da rede federal de ensino, a saber: Antenor Nascentes (presidente), Carlos Henrique da Rocha Lima (secretário), Clóvis do Rego Monteiro, Cândido Jucá Filho, Celso Ferreira da Cunha, Antônio José Chediak, Serafim da Silva Neto e Silvio Edmundo Elia, os três últimos como assessores. Os cinco titulares da Comissão eram professores catedráticos de Português do Colégio Pedro II.

Muitas foram as repercussões em torno do trabalho que seria preparado e inúmeras foram as sugestões encaminhadas por professores, filólogos e linguistas de todo o país. Todo esse material está reproduzido, na íntegra, no livro de Antônio José Chediak *A elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira* (1960). A determinação governamental fez que o debate sobre o ensino de língua portuguesa despertasse crescente interesse na comunidade educacional, fato antes inegavelmente incomum.

É bem verdade que não houve – e nem poderia haver – apenas aplausos e efusivas saudações quanto ao texto recomendado pela Portaria nº 36, de 28.1.1959 (Brasil-MEC, 1959). Até mesmo por-

que havia por bem a Comissão buscar uma nomenclatura que não fosse conservadora a ponto de ser considerada retrógrada, nem tão inovadora que melindrasse a longa tradição do ensino.

Ao longo do tempo, vários foram os depoimentos acerca da NGB, como ficou sendo chamada de forma mais simples, e convém conhecê-los, para que se tenha maior amplitude de opiniões sobre um problema que, hoje em dia, já está mais do que detectado novamente, só que inserido em um contexto ainda mais amplo de grave crise educacional. Tanto é assim que vemos na própria imprensa notícias não muito esporádicas em torno de criação de comissões para tratar de reformas oficiais no ensino da língua portuguesa. Uma delas, de 1985, instituída pelo próprio presidente da República, embora não tivesse a presença de professores militantes de língua portuguesa, reunia nomes dos mais representativos do meio intelectual e acadêmico.

O Presidente José Sarney instituiu uma comissão para tratar da revisão e aperfeiçoamento do ensino da língua portuguesa. Formada pelo filólogo e lexicólogo Aurélio Buarque de Holanda; por Abgard Renault, poeta e ensaísta; Celso Cunha, gramático e linguista; Antônio Houaiss, filólogo e tradutor; pelo professor Celso Pedro Luft, que é gramático e ensaísta; pelo também poeta e ensaísta Fábio Lucas; por Francisco Gomes de Mattos, linguista; Magda Becker Soares, linguista; e Raimundo Wangan, linguista, a comissão reuniu-se pela primeira vez sexta-feira passada, no Palácio da Cultura, no Rio. A conclusão dos trabalhos deverá ser apresentada em 150 dias. (Daddario, 1985, Segundo Caderno, p.1)

As conclusões a que chegou a comissão – se houve – devem estar guardadas em alguma gaveta. Dificuldades políticas envolvendo o projeto de reforma ortográfica defendido pelo acadêmico Antônio Houaiss, entre outras razões, talvez tenham prejudicado os trabalhos. Esse é um dos exemplos que servem para mostrar como foi valioso o esforço da comissão que elaborou a “NGB” no sentido de efetivamente concluir sua tarefa.

Atualmente, o governo tem uma outra comissão instituída, a Colip, Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa, composta quase na totalidade por expoentes do meio universitário de língua e linguística. A crítica a sua composição se renova: será que não existe neste país nenhum professor em efetivo exercício nos níveis fundamental ou médio que possa participar de comissões que vão tratar do ensino? Nossos CAPs e escolas públicas e privadas continuam excluídos das deliberações – obviamente seus docentes em sala de aula só podem enviar sugestões e cumprir as decisões tomadas.

A Portaria nº 4.056 (de 29.11.2005) (Brasil-MEC-SEB, 2010), do MEC, considera que “é urgente a democratização do acesso da população ao processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa para o efetivo desempenho das práticas sociais da escrita e da leitura, bem como aos materiais de língua escrita”. Também se vale do argumento de que “a língua é uma prática inserida em contexto histórico-social e cultural e a escola uma instituição que deve levar em conta a realidade em que atua”.

Por isso, aponta como finalidades da criação da Comissão:

- I – produzir ações culturais que promovam a identidade e representação do Brasil linguístico, englobando as variedades do Português praticadas no Brasil, as manifestações remanescentes de línguas africanas, bem como as demais línguas maternas do Brasil as indígenas e as de imigração;
- II – apresentar propostas de promoção internacional do Brasil por meio de políticas governamentais em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores;
- III – estruturar o projeto de criação do Instituto Machado de Assis, nos termos da Declaração Conjunta do Primeiro Ministro da República Portuguesa e do Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da VIII Cimeira Luso-Brasileira, realizada na cidade de Porto em 13 de outubro de 2005;
- IV – apresentar propostas conjuntas com o Ministério da Cultura visando à promoção e à difusão do Brasil linguístico;

- V – promover um ensino-aprendizagem de leitura e escrita em Língua Portuguesa que responda às exigências para uma real inclusão do cidadão na sociedade;
- VI – propor as diretrizes para os programas de formação inicial e continuada de professores de Língua Portuguesa;
- VII – promover uma formação linguística consistente para todos os professores responsáveis pelo ensino de Língua Portuguesa;
- VIII – promover a revisão e efetiva implementação das ações previstas nos planos curriculares nacionais da área de Língua Portuguesa, visando a um ensino centrado no domínio das práticas de língua oral e escrita;
- IX – fomentar a pesquisa e a produção de materiais pedagógicos que estejam em harmonia com a realidade sociolinguística dos alunos e que deem suporte adequado para o ensino da Língua Portuguesa;
- X – incentivar e apoiar projetos de pesquisa linguística sobre as variantes dos falantes não-escolarizados, incluindo-se suas formas de escrita, com vistas ao ensino da Língua Portuguesa;
- XI – incentivar e apoiar projetos de pesquisa nas Instituições de Ensino Superior de métodos pedagógicos para o ensino da Língua Portuguesa e de atualização de nossas referências normativas, de modo a valorizar a norma padrão real do país;
- XII – empreender o refinamento dos sistemas de avaliação do ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa de responsabilidade do MEC;
- XIII – supervisionar o cumprimento das ações específicas do Ministério, referentes ao ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa;
- XIV – estimular programas para equipar as escolas com bibliotecas, laboratórios de pesquisas audiovisuais e de novas tecnologias, com o objetivo de manter o aluno em estreita e contínua convivência com grande quantidade e variedade de materiais de linguagem;
- XV – propor e criar comissões, subcomissões temáticas ou grupos de trabalho.

Compõem a Colip 12 professores de Língua Portuguesa: Ataliba Teixeira de Castilho, Carlos Alberto Faraco, Dinah Maria Isensee Callou, Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi, Evanildo Caval-

cante Bechara, Ingedore Grunfeld Villaça Koch, José Carlos Santos de Azeredo, José Luiz Fiorin, Luiz Antônio Marcuschi, Paulo Coimbra Guedes, Stella Maris Bortoni de Figueiredo e Suzana Alice Marcelino Cardoso. Também fazem parte do grupo o pesquisador de políticas linguísticas e de línguas indígenas Gilvan Muller de Oliveira, a professora de Comunicação Maria Helena Weber e quatro executivos dos ministérios da Educação, da Cultura e das Relações Exteriores, Renata Gérard Bondim (MEC), Ronaldo Teixeira da Silva (MEC), Alfredo Manevy (MinC) e Jorge Geraldo Kadri (MRE). A Comissão é coordenada pelo diretor do Departamento de Política da Educação Superior do MEC, Godofredo de Oliveira Neto, também professor universitário de Língua Portuguesa.

A primeira reunião da Comissão realizou-se em Brasília em 17 de junho de 2004, e sua ata está disponível para leitura na página do MEC (link em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu>>). Ao final do exaustivo dia de trabalhos, a Comissão decidiu encaminhar algumas recomendações ao Ministério quanto ao “fomento e apoio à realização de ações” no âmbito do ensino, da formação de professores, da produção de material didático, da pesquisa, da internacionalização do português do Brasil, da promoção do Brasil linguístico e da política do MEC. Alegou a Comissão que assim se poderia alcançar uma “posterior definição de cronograma para planejamento das ações e providências a serem tomadas pelos membros da Comissão e pela Secretaria de Educação Superior”.

Das 26 ações propostas, extraio duas, que dizem respeito ao tema que abordo neste trabalho: a primeira (a) no âmbito do ensino; a segunda (b) no âmbito da pesquisa:

- (a) revisão e efetiva implementação das ações previstas nos planos curriculares nacionais na área de língua portuguesa, sob pena de ser enfatizado um ensino gramatiquero sem resultado, em lugar de um ensino centrado no domínio das práticas de língua oral e escrita;
- (b) projetos que estudem métodos pedagógicos para o ensino da língua portuguesa e que contribuam para a atualização

de nossas referências normativas, em especial de nossas gramáticas, de modo a valorizar a norma padrão real do país.

A Comissão propôs também, como consta do final da ata, a criação de quatro projetos, um deles intitulado “A língua portuguesa na sala de aula do ensino fundamental”, que está assim definido:

Projeto a ser criado em parceria com MEC / Capes / Secretaria Municipal de Educação / Secretaria Estadual de Educação / Capes / IFEs, com o objetivo de fazer o professor do ensino fundamental ser o pesquisador da modalidade de língua portuguesa usada pelos alunos, visando a, por meio da observação das diferenças e semelhanças entre os vários socioletos e registros, propiciar as condições para a inserção da modalidade escrita sem discriminação dos usos da modalidade oral reconhecidos no processo de pesquisa-ensino-aprendizagem.

Não se trata somente de formação, trata-se de interferir no mundo do professor, de questionar a crença sobre o que merece ser ensinado e aprendido. Produzir material didático com base na linguagem que os alunos utilizam, através de pesquisa contínua. As Secretarias de Educação liberariam os professores para cursarem Especialização em pesquisa em língua portuguesa nas universidades locais/regionais, a Capes concederia bolsa de especialização aos professores municipais e estaduais e o Mec garantiria nas Escolas as condições necessárias para a pesquisa e elaboração de material didático resultante da pesquisa. Para tanto, sugere-se que a Comissão indique três professores, integrantes ou não da Comissão para a elaboração, juntamente com a assessoria da Sesa / MEC, de projeto preliminar a ser encaminhado ao MEC.

Padronização ainda interessa?

Após cinquenta anos, o problema de “falta de padronização da nomenclatura gramatical em uso nas escolas e na literatura didáti-

ca” (exposto no depoimento de 1959) é apenas mais uma das dificuldades de nosso ensino. A Comissão do MEC, que completa seis anos de existência em 2010, tem um trabalho árduo para cumprir – e repleto de ramificações. Quem sabe em uma das subcomissões a questão terminológica não seja abordada.

Óbvio que a terminologia é apenas um ponto entre tantas coisas muito mais importantes, mas às vezes parece necessário lembrar que o descaso dado às coisas insignificantes pode gerar grandes prejuízos.

O nome da disciplina que se ensina nas escolas, Língua Portuguesa, não é Gramática, como também não é Comunicação e Expressão (insaudosa denominação), nem Análise do Discurso, nem Sociolinguística, nem Leitura, nem Redação... E não é nenhum desses nomes justamente porque é todos eles – e mais alguns.

Só que, como diria o filósofo contemporâneo, uma coisa é uma coisa, e outra coisa é outra coisa. Estamos falando de aulas de Português na escola, e aula de Português implica o emprego de termos específicos para quem estuda uma língua. Se o mesmo ocorre nas outras disciplinas, por que com a nossa seria diferente?

As leis brasileiras de ensino, quando apontam suas diretrizes sobre a disciplina Língua Portuguesa, referem-se à palavra “gramática” como parte integrante de suas ponderações e argumentos. A antiga Lei 5.692 (de 11.8.1971), conforme o Parecer 853/71 do Conselho Federal de Educação, indicava sem muita precisão que as “sistematizações gramaticais” só deveriam começar a ser alcançadas “a partir das séries finais do primeiro grau” – rebatizado “Ensino Fundamental”, com nove anos (antes eram um+oito).

A Lei de Diretrizes e Bases que vigora hoje é a 9.394 (de 20.12.1996). Os Parâmetros Curriculares Nacionais, tomando o texto da LDB como base para apresentar as propostas e determinações oficiais, repaginaram o papel da gramática da escola, mas não a aboliram!

Muitos pensam que a era da “prescrição da gramática” já teria oficialmente se transformado na era da “proscrição da gramática” na sala de aula, mas não é isso que se lê, por exemplo, nos seguintes

trechos extraídos do PCNs, onde prevalece o bom senso dos legisladores – ainda que tímido:

A propriedade que a linguagem tem de poder referir-se a si mesma é o que torna possível a análise da língua e o que define um vocabulário próprio, uma metalinguagem. Em relação a essa terminologia característica, é preciso considerar que, embora seja peculiar a situações de análise linguística (em que inevitavelmente se fala sobre língua), não se deve sobrecarregar os alunos com um palavreado sem função, justificado exclusivamente pela tradição de ensiná-lo. O critério do que deve ser ou não ensinado é muito simples: apenas os termos que tenham utilidade para abordar os conteúdos e facilitar a comunicação nas atividades de reflexão sobre a língua excluindo-se tudo o que for desnecessário e costuma apenas confundir os alunos.

Por exemplo, torna-se necessário saber, nas séries iniciais, o que é “proparoxítona”, no fim de um processo em que os alunos, sob orientação do professor, analisam e estabelecem regularidades na acentuação de palavras e chegam à regra de que são sempre acentuadas as palavras em que a sílaba tônica é a antepenúltima. Também é possível ensinar concordância sem necessariamente falar em sujeito ou em verbo.

Isso não significa que não é para ensinar fonética, morfologia ou sintaxe, mas que elas devem ser oferecidas à medida que se tornarem necessárias para a reflexão sobre a língua. (Brasil, 1999, p.60)

O que deve ser ensinado não responde às imposições de organização clássica de conteúdos na gramática escolar, mas aos aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos nas atividades de produção, leitura e escuta de textos.

O modo de ensinar, por sua vez, não reproduz a clássica metodologia de definição, classificação e exercitação, mas corresponde a uma prática que parte da reflexão produzida pelos alunos mediante a utilização de uma terminologia simples e se aproxima progressi-

vamente, pela mediação do professor, do conhecimento gramatical produzido. Isso implica, muitas vezes, chegar a resultados diferentes daqueles obtidos pela gramática tradicional, cuja descrição, em muitos aspectos, não corresponde aos usos atuais da linguagem, o que coloca a necessidade de busca de apoio em outros materiais e fontes. (idem, p.29)

Fica claro que a crítica é a uma metodologia não mais recomendável nos dias de hoje, mas os PCNs também fazem restrições à balbúrdia nomenclatural, ainda que disfarçada de modernidade ou de modismo, pois a questão é – insisto – metodológica.

O risco em relação à apropriação dos estudos que desde então [os anos 1970] têm sido desenvolvidos é o de que sua abordagem em sala de aula se limite à mera identificação e classificação dos fenômenos linguísticos num dado texto. Isso porque o que se tem nessa forma de abordagem dos fenômenos é a duplicação de práticas classificatórias e prescritivas vinculadas às gramáticas pedagógicas tradicionais, adotando-se apenas uma nova nomenclatura, agora vinculada à Linguística Textual, às Teorias da Enunciação e/ou à Análise do Discurso. (Brasil, 2006, p.71)

Essa posição, em suma, nos mostra que não havia (nem há) problema com a gramática, nem com o uso da gramática no ensino, mas na concepção de língua e de gramática que se praticava nas salas de aula. Isso significa que a gramática não está abolida, sendo oportuno repetir o comentário de Evanildo Bechara (1985, p.9) sobre o que aconteceu na década de 1970:

De todos os componentes do currículo das escolas de ensino médio, foram os textos destinados ao ensino de língua portuguesa os que mais sofreram com a onda novidadeira, introduzindo, além da doutrina discutível, figuras e desenhos coloridos tão extemporâneos e desajustados.

Carlos Alberto Faraco (2008) disserta sobre esse desprestígio, lembrando que, nessa época, “boa parte dos livros didáticos deixou de incluir a gramática, que cedeu lugar a conceitos oriundos da teoria da comunicação”. Curiosamente, porém, apesar de marginalizado nos livros e nas deliberações superiores, o ensino da gramática “continuou a ser feito regularmente nas escolas – até mesmo por inércia porque, tradicionalmente, sempre se identificou, no Brasil, o ensino de português com o ensino da gramática” (idem, p.186).

É certamente merecedora de análise aprofundada essa situação que, criada na década de 1970, persiste incólume até hoje, ou seja, a falta de comunicação entre os sucessivos documentos oficiais (que ora subtraem a gramática da programação escolar, ora a colocam em posição apenas secundária) e a efetiva prática pedagógica que a mantém em posição de destaque na escola.

É merecedora de análise aprofundada porque essa incomunicação não é específica do ensino da gramática. Há, no geral, um claro fosso entre, de um lado, os que teorizam ou escrevem as diretrizes e, de outro, os docentes da educação básica. (idem, p.187-8)

Agora, quase ao final da primeira década do século XXI, no ano em que a NGB completa o quinquagésimo aniversário de sua entrada em vigor, o panorama do ensino de português é mais crítico do que era nos idos de 1957. Se naquele momento havia uma confusão terminológica, o que hoje ocorre é um segundo absurdo. A maioria de nossos estudantes sequer tem acesso a um ensino de qualidade, já que faltam a seus professores o necessário preparo acadêmico e uma remuneração digna. Como reformar e atualizar a nomenclatura, neste ambiente de penúria e desestímulo, se ela é apenas um instrumento para o trabalho didático?

Autoridades gastam fortunas em prédios e propaganda e não cuidam de fato da melhoria de desempenho dos educadores e educandos. Com os últimos governantes falando em valorizar a educação, talvez pudéssemos começar a contabilizar avanços. No entanto, reformas não se fazem só com manchetes de jornal ou páginas

da internet. O noticiário, volta e meia, dá conta de propostas de mudanças no vestibular ou nas formas de acesso à universidade. Há um furacão de provas “pasteurizadas”.

Na metade dos anos 1990, todos os alunos que terminavam seus cursos superiores faziam o Exame Nacional de Cursos (o “Provão”). Mudam-se os governos, mudam-se as vontades: a pasteurização continua, mas apenas alunos “aleatórios” fazem o Enade (novo nome do Provão) e os cursos superiores se revezam nas avaliações... A imprensa pouco presta atenção nisso, pois só se interessa por estatísticas – e dá corda à cantilena enganosa.

Ao Enade, juntaram-se o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), o ENC-Ceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) e a recém-nascida Provinha Brasil (para alunos do 2º ano de escolarização), para citar apenas os federais. A tudo isso se agregou a implementação de cursos superiores a distância, dentro da estratégia de democratização do ensino. A equação é justa: o Ministério supervisiona e regula, o mercado adapta e cumpre, o aluno assume e se diploma. Os números brasileiros melhoram?

Entre os piores também em matemática e leitura

O Brasil teve o quarto pior desempenho, entre 57 países e territórios, no maior teste mundial de matemática, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2006. Os estudantes brasileiros de escolas públicas e particulares ficaram na 54.a posição, à frente apenas de Tunísia, Qatar e Quirguistão. Na prova de leitura, que mede a compreensão de textos, o país foi o oitavo pior, entre 56 nações. Os resultados completos do Pisa 2006, que avalia jovens de 15 anos, foram anunciados ontem pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE), entidade que reúne países adeptos da economia de mercado, a maioria do mundo desenvolvido. (O Globo, 5.12.2007 fragmento)

Ensino fundamental atinge meta de 2009

O aumento das médias dos alunos, especialmente em matemática, e a diminuição da reprovação fizeram com que, de 2005 para 2007, o país melhorasse os indicadores de qualidade da educação. O avanço foi mais visível no ensino fundamental. No ensino médio, praticamente não houve melhoria. Numa escala de zero a dez, o ensino fundamental em seus anos iniciais (da primeira à quarta série) teve nota 4,2 em 2007. Em 2005, a nota fora 3,8. Nos anos finais (quinta a oitava), a alta foi de 3,5 para 3,8. No ensino médio, de 3,4 para 3,5. Embora tenha comemorado o aumento da nota, ela ainda foi considerada “pior do que regular” pelo ministro da Educação, Fernando Haddad. (Folha de S. Paulo, 12.6.2008)

Fala-se também a toda hora em reformas de currículos, expansão de vagas. Sobre a valorização do professor, fala-se... Pouco se faz...

Como se tudo isso não bastasse, os meios acadêmicos e editoriais abrem espaço para a publicação de trabalhos e obras cujo louvável objetivo de revisão crítica no ensino fica ofuscado por seus títulos, que adotam uma preocupante estratégia de *marketing*. Livros como *Descomplicando a gramática* (de Adair Pimentel Palácio), *Contradições no ensino de português* (de Rosa Virginia Mattos e Silva), *Sofrendo a gramática* (de Mário Perini), *Por que (não) ensinar gramática na escola* (de Sírio Possenti), *Dramática da língua portuguesa* (de Marcos Bagno), *Gramática nunca mais* (de Luiz Carlos de Assis Rocha), *A Sombra do Caos: ensino de língua x tradição gramatical* (de Luiz Percival Leme Brito), entre outros.

Na verdade, são apenas títulos de livros. Não diferem muito do que Francelino de Andrade já havia praticado em 1929, quando usou um título mercadológico similar para seu “consultório linguístico”: *A língua sem a gramática*.

Títulos de livros ajudam a reforçar no imaginário da sociedade a má fama da gramática (e dos gramáticos). Ocorre que tais títulos podem levar à suposição de que existe uma campanha antigrama-

tical promovida pelos próprios professores de português, justo os que têm a obrigação de conhecer – e bem – o funcionamento da língua e sua “gramática”.

A proposta desses livros, ao contrário do que parece, é basicamente de revisão na metodologia do ensino da língua materna. Por isso, longe de representarem alguma novidade (exceto por sua fartura), justificam que recoloquemos em cena algumas afirmações bem antigas – e atuais. Como as de Rodrigo de Sá Nogueira, nos anos 1920 do século passado, em artigos reproduzidos no livro *Questões de linguagem* (2ª e 3ª partes), intitulados “Considerações críticas sobre a impropriedade das nomenclaturas e classificações gramaticais e da necessidade de se reformar a gramática, e dos moldes em que uma tal reforma deveria ser vazada”.

Ou de Otto Jespersen (em 1924), na conclusão de sua obra clássica *The philosophy of grammar*, onde expressa a esperança de que o ensino de gramática no futuro pudesse ser algo mais vivo do que tinha sido até então, com menos preceitos mal-entendidos ou ininteligíveis, menos nãos, menos definições, e, infinitamente, mais observações dos fatos da vida real. Para ele, esse seria o único modo pelo qual o ensino de gramática poderia tornar-se um componente útil e interessante no currículo escolar.

Ou ainda o que Antenor Nascentes declara na introdução de seu *Léxico de nomenclatura gramatical brasileira* (de 1946). Em sua opinião, nossa nomenclatura, além de imperfeita, é complicadíssima, e nossos gramáticos, na incapacidade de criar doutrinas, sofrem da mania de inventar nomes, de preferência complicados e de origem grega.

Considerações finais

É óbvio que há indiscutível necessidade de que a questão do ensino seja resolvida de forma oficial, envolvendo inclusive uma terminologia unificada, de preferência comum a brasileiros e portugueses. Porém, enquanto isso não acontece (se é que algum dia irá acontecer), espera-se que a conduta dos educadores em sala de aula

não acabe agravando ainda mais a situação, pois já se pode dizer que os professores voltaram a conviver com todos os problemas nomenclaturais anteriores à NGB, embora, contraditoriamente, coexistam com a progressiva minimização da figura da gramática como instrumento para a aprendizagem crítica e reflexiva do idioma.

Esse rumo pode ser interrompido. Aponto duas providências iniciais: a primeira consistiria em inserir nos programas de Língua Portuguesa (de preferência nos últimos períodos) dos cursos de Letras o tema “terminologia gramatical e ensino”, incluindo a leitura do texto da Portaria nº 36; a segunda repousaria na atualização da nomenclatura, sempre ressaltando sua destinação exclusiva ao Ensino Fundamental e Médio (antigos 1º e 2º graus), desde que aplicada com bom senso e adequação.

Não bastam. As mais importantes são outras duas: a reavaliação das políticas públicas e das práticas acadêmicas.

Para as instâncias governamentais, cabe esta pergunta: Por que, passados dez, 15 anos de tantos investimentos em Programas e Avaliações Oficiais, nossos alunos continuam tendo tão péssimo desempenho em leitura? Se não sabem ler, podem chegar a que lugar?

E para as instâncias acadêmicas, a começar pelas universidades, mas também a órgãos como a Anpoll (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Letras e Linguística), a Abralin (Associação Brasileira de Linguística), a ALB (Associação Brasileira de Leitura) e tantas outras associações cabe esta: como fazer para que suas premiadas e patrocinadas pesquisas e publicações possam, de fato, alcançar as salas de aula?

Referências bibliográficas

- ANDRADE, F. *A língua sem a gramática*. Salvador: Livraria Duas Américas, 1929.
- BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa*. São Paulo: Loyola, 2000.

- BECHARA, E. *Ensino de gramática: opressão? liberdade?* São Paulo: Ática, 1985.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Anteprojeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: Cades, 1957.
- _____. *Nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: Cades, 1959.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. COLIP – *Comissão de Língua portuguesa: políticas e programas*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu>>. Acesso em: 17 set. 2010.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino fundamental 1ª a 4ª e 5ª a 8ª*. 1999. 2v. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb>>.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb>>.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: orientações complementares*. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb>>.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: orientações curriculares*. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb>>.
- BRITO, L. P. L. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas: A. L. B.; São Paulo: Mercado de Letras, 1997.
- CHEDIAC, A. J. (Org.). *A elaboração da nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1960.
- _____. *Nomenclatura e língua portuguesa. Folha Dirigida*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1999.
- DADDARIO, H. Resfólego, ponde-lo, pardoca; a gramática é contra a vida? *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1985. Segundo Caderno.
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira*. São Paulo: Parábola, 2008.
- HENRIQUES, C. C. *Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola, 2009.
- JESPERSEN, O. *The philosophy of grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- NASCENTES, A. *Léxico de nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1946.
- NOGUEIRA, R. S. *Questões de linguagem*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1936.
- PALÁCIO, A. P. *Descomplicando a gramática*. São Paulo: Contexto, 1994.
- PERINI, M. A. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 2002.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal da Educação. *Dossier: terminologia linguística para os ensinos básico e secundário*. 2007. Disponível em: <<http://www.min-edu.pt/np3/169>>.

- POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática*. Campinas: Mercado das Letras, 2000.
- ROCHA, L. C. A. *Gramática nunca mais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- SILVA, R. V. M. S. *Contradições no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1995.

8

PROPOSTA DE ESTUDO ETNOTERMINOLÓGICO DIACRÔNICO: ETNOTERMINOLOGIA DO CRISTIANISMO CATÓLICO ROMANO NO PORTUGUÊS ARCAICO

*Cristiane de Melo Aranda*¹

*Manoel Messias Alves da Silva*²

Introdução

Intenciona-se neste trabalho contribuir com a disciplina Etnoterminologia, verificando-se a possibilidade de sua realização diacrônica. O objeto de estudo é a antologia *Flos Sanctorum*, datada dos séculos XIII/XIV, que permitirá identificar o processo de terminologização do cristianismo católico romano no português arcaico.

Como uma proposta de estudo, três questões são colocadas: 1) é possível caracterizar a Etnoterminologia em textos diacrônicos?; 2) quais interfaces interdisciplinares este estudo pode exigir?; 3) quais seriam os recursos necessários para a pesquisa?

Em resposta à primeira questão, pode-se afirmar categoricamente a possibilidade de existência de uma Etnoterminologia diacrônica. A partir da interface com a Linguística Histórica, o exame minucioso dos textos que compõem a obra *Flos Sanctorum* ressalta

1 Universidade Estadual de Maringá – Programa de pós-graduação em Letras (PLE).

2 Universidade Estadual de Maringá – Programa de pós-graduação em Letras (PLE).

unidades lexicais cristalizadas, denominadas vocábulos metassemióticos – quase termos –, caracterizando, portanto, este tipo de estudo.

Quanto às demais questões levantadas, além da Linguística Histórica, a Informática e a Linguística de *Corpus* são essenciais para a realização de uma pesquisa etnoterminológica, pois fornecem os recursos prioritários para o trabalho: o *corpus* informatizado, as obras de apoio e os *softwares* especializados.

Com o intuito de perseguir uma demonstração, a seguir são apresentados os postulados teóricos desta proposta de pesquisa, ou seja, a Etnoterminologia e a Linguística Histórica. Serão apresentadas também as etapas processuais que poderão ser empreendidas, e ainda, uma lista inicial de Unidades Lexicais (ULs) com potencial etnoterminológico do cristianismo católico romano, coletadas para esta proposta preliminar.

Etnoterminologia

Partindo do princípio de que existe uma tênue fronteira entre o termo e o vocábulo da língua geral, Barbosa (2007, p.433-45) argumenta a favor da consolidação de uma nova subárea nos domínios da Terminologia: a Etnoterminologia.

Para a autora, “uma mesma unidade lexical pode assumir os valores e as funções, ou de termo ou de vocábulo, conforme o universo do discurso em que se inscrevem”. Ela explica que, no universo dos discursos etnoliterários, “as unidades lexicais têm sememas muito especializados, constituídos por semas específicos do discurso em causa, provenientes das narrativas, cristalizados, tornando-se verdadeiros símbolos dos temas envolvidos”. E conclui que as ULs sustentam o pensamento e o sistema de valor da cultura, associando aspectos referenciais, pragmáticos e simbólicos, próprios dos vocábulos, mas apresentam também características de uma linguagem de especialidade.

Noutras palavras, reúnem qualidades das línguas especializadas e da linguagem literária, de maneira a preservar um valor semântico social e constituir, simultaneamente, documentos do processo histórico da cultura. Resultam do cruzamento de meta-terminologização e metavocabularização. Propõem-se, assim, a consolidação das disciplinas Etno-terminologia e Terminologia Aplicada. (idem, p.434)

A autora explica que a diferença entre um vocábulo e um termo consiste na identificação do universo do discurso onde está inserido – o da linguagem comum (que caracteriza o vocábulo), ou da linguagem de especialidade (que caracteriza o termo) – porém, argumenta que há quatro tipos de movimentos horizontais que provocam a ruptura com esta estabilidade normativa para vocábulo e termo, dependendo da dinâmica da relação interuniversos de discursos. São eles, de acordo com Barbosa (ibidem):

- 1) Terminologização: quando um vocábulo transforma-se em termo, a exemplo de sintagma, que na linguagem comum significava “reunião” e que nas ciências da linguagem passa a significar combinatória intersignos ou interpalavras.
- 2) Vocabularização: quando um termo transforma-se em um vocábulo. Este processo também pode ser chamado de banalização, vulgarização, ou popularização, como o exemplo de entrar em órbita, que, por processo de metaforização, foi transposto da área técnico-científica para a linguagem geral.
- 3) Metaterminologização: ocorre quando há a transposição de um termo de uma área de especialidade para outra área de especialidade, podendo dar-se de dois modos:
 - 3.1) sem a modificação total do significado: a exemplo de estrutura e função, em diferentes áreas.
 - 3.2.) com a modificação do significado: o termo perde os traços semânticos do ponto de partida. É o caso de arroba (medida de peso) e arroba (símbolo de endereço eletrônico).

Aumentando o grau de complexidade na dinâmica das ULs, também propõe outro tipo de movimento, agora no sentido vertical, que não resulta da transposição desta UL de um universo de discurso para outro, e sim da passagem do conceptual para o terminológico, instaurando uma nova grandeza sígnica, em uma nova combinatória fonológica, sintagmática e semântica. A este processo denomina Terminologização *lato sensu*, “que subjaz a todos os anteriormente apresentados, visto que, em estrutura profunda, o ponto de partida é sempre o nível conceptual” (Pais, 1998, p.371-84 *apud* Barbosa, 2007, p.438). Em função do exposto, afirma:

Uma unidade lexical não é termo ou vocábulo, em si mesma, mas ao contrário, está em função “termo” ou “vocábulo”, ou seja, o universo do discurso em que se insere determina o seu estatuto, em cada caso. [...] em suma, toda unidade lexical é plurifuncional, no nível de sistema, e monofuncional, no nível de uma norma ou do falar concreto. (*idem*, p.439)

Após esta breve compreensão do arcabouço teórico da Etnoterminologia, vale destacar que o *corpus* desta proposta é constituído da antologia de textos *Flos Sactorum* (século XIII/XIV), dentre os quais se destaca *Vidas de santos de um manuscrito alcobacense*, editado em língua portuguesa no século XV, que já se encontra informatizado,³ e de onde se pode recolher ULs que caracterizem uma linguagem de especialidade, ou seja, a Etnoterminologia cristã do catolicismo romano no português arcaico.

Em *Vidas de santos de um manuscrito alcobacense*, encontram-se os seguintes textos:

Parte I – Textos editados por José Joaquim Nunes

Vida de Tarsis (VS1), editado por Ana Maria Martins; *Vida de uma monja* (VS2), editado por Ana Maria Martins; *Vida de*

3 CIPM – Corpus Informatizado do Português medieval < <http://cipm.fcsh.unl.pt/gencontent.jsp?id=4>>.

Santa Pelágia (VS3), editado por Luiz Fagundes Duarte;
Morte de S. Jerónimo (VS4), editado por José Manuel Feio;
Visão de Túndalo (VS5), editado por Patrícia Villaverde Gonçalves;

Parte II – Textos editados por Jules Cornu

Vida de Eufrosina (VS6), editado por Josiah H. Blackmore;
Vida de Santa Maria Egípcíaca (VS7), editado por Maria da Con-
 ceição Mateus Dias e Clara Maria Teixeira Simões Duarte.

A seguir, uma pequena apresentação da Linguística Histórica, o outro sustentáculo teórico deste trabalho, e sua relevância para a constituição do campo conceptual em estudo.

Linguística histórica

Uma das possibilidades do estudo do léxico é a apreensão da história da comunidade linguística pesquisada, pois, como afirma Ludtke (1974, p.31 *apud* Machado Filho, 2003, p.15-29), “todas as mudanças no vocabulário se relacionam, de algum modo, com mudanças políticas e culturais”.

Segundo Mattos & Silva (2000, p.147), a Linguística Histórica *lato sensu* é “todo estudo linguístico que se funde em base de dados necessariamente datados e localizados”, e análises sociológicas sincrônicas têm demonstrado variações nos usos brasileiros do português, como aspecto da língua.

A raiz de tais variações é encontrada na formação histórica da sociedade, e daí surge o interesse pelo antigo, desenvolvendo-se, assim, os estudos históricos diacrônicos. A autora denomina esta segunda abordagem de trabalho como Linguística Histórica *stricto sensu*, e a difere da Filologia, pois “no seu sentido antigo e básico, entendo a Filologia como o trabalho com o texto, [...] e que é essencial como base e ponto de partida para fundar os dados históricos para as análises histórico-diacrônicas no tempo real das línguas”.

Esse ponto de vista é corroborado pelo filólogo Souza da Silveira (1944 *apud* Chediak, 1999, p.16), presidente da primeira diretoria da Acadêmica Brasileira de Filologia, que afirma:

A Linguística é o estudo dos fatos gerais da linguagem articulada. Para a linguística é igualmente interessante o estudo da língua de um povo de velha e profunda civilização e o dialeto rude de uma tribo selvagem. Não raro a língua inculta lhe oferece, até, melhor campo de observação. A filologia ocupa-se, principalmente, com o estudo e interpretação de textos. A língua escrita e a língua literária têm para o filólogo alta importância.

O resultado prático tanto da Filologia quanto da Linguística Histórica é a constituição de novos documentos históricos (como a edição portuguesa do *Flos Sanctorum* no século XV), e mais recentemente, no século XX, a produção de glossários, vocabulários e índices gerais de palavras que facilitam a compreensão dos documentos mais remotos.

O léxico como objeto de estudo histórico

Barcelos (2000, p.142 *apud* Azeredo, 2000, p.15-29) explica que o léxico é um componente onde “se gravam – e não raro pirogravam – as designações que rotulam as mudanças encadeadoras dos caminhos e dos descaminhos da humanidade, além de comporem o cenário da revelação tanto da realidade quanto dos fatos culturais que permearam sua história”.

Já Jordan & Manoliu (1989, p.63 *apud* Machado Filho, 2003, p.15-29) explicam que “o léxico, precisamente por sua dependência dos aspectos mais mutáveis da vida material e espiritual, se modifica de uma maneira mais profunda e fácil que os sons, as formas gramaticais e a sintaxe”. Assim, as alterações sofridas no latim vulgar com a difusão do cristianismo são explicadas.

Em seu afã de ‘despaganizar’ o mundo romano, os cristãos se opuseram a todas aquelas denominações relacionadas com outras crenças, propiciando uma reestruturação que não viria a atingir meramente elementos isolados, mas também os campos significativos em que estavam inscritos.

Deste modo, o léxico se consolida como objeto de estudo sócio-histórico diacrônico, sendo os documentos medievais o ponto de partida das pesquisas vinculadas à Linguística Histórica e à Filologia.

Documentos medievais no Brasil

O *Flos Sanctorum*, o *Livro das aves* e *Diálogos de São Gregório* são os manuscritos medievais mais antigos preservados no Brasil. Datados dos séculos XIII e XIV e redigidos em pergaminho, foram trazidos ao país por Serafim da Silva Neto, na década de 1950. Os primeiros trabalhos com a abordagem da Linguística Histórica sobre estes documentos foram produzidos por esse linguista, e denominados *Textos medievais portugueses e seus problemas* (1956), *Língua, cultura e civilização* (1960).

Dentre as principais obras da produção linguístico-histórica do português arcaico destacam-se: o *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*, de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1904; 1920), o *Glossário da Demanda do Santo Graal*, de Augusto Magne (1944), e o *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*, de Antonio Geraldo da Cunha (1984; 1986; 1988; 1994; 2002). Também se cita o *Glossário que acompanha o Livro das Aves*, trabalho coordenado por Nelson Rossi (1965), e o *Índice de palavras lexicais da versão portuguesa mais antiga conhecida dos Diálogos de São Gregório*, apresentado por Rosa Virgínia Mattos e Silva em sua tese de doutoramento (1971).

O destaque mais recente desta área é a publicação de *Diálogos de São Gregório*, de Américo Venâncio Lopes Machado Filho, lançado em 2008 pela Edufba. Segundo a editora,

Trata-se de edição diplomática e de estudo linguístico e paleográfico do Manuscrito da Livraria Alcobacense 522 – documento pergamináceo do século XIV ou dos inícios do XV, depositado na Casa Forte do Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IANTT), em Lisboa. A obra, dividida em quatro livros, traz uma contribuição significativa para a recuperação das variantes genético-textuais, históricas e linguísticas. A edição e os estudos sobre esse raro espólio documental representam um contributo para o conhecimento ainda incompleto da trajetória da língua portuguesa em seu longo processo de constituição histórica. (Edufba, 2008)

Assim, percebe-se que a Linguística Histórica continua originando novos trabalhos em torno do português arcaico.

Barreto (2005a) explica que o *Flos Sanctorum* é considerado “a mais fecunda e útil antologia moral em *língua espanhola*, [...] composto de relatos sobre a Vida dos Santos”. Foi elaborado em Toledo, na Espanha, por Alonso de Villegas (1534-1615), em cinco brochuras, porém reeditado com modificações (algumas vezes sem conhecimento do autor), o que explica as diferentes versões e datações.

(O *Flos Sanctorum*) transformou-se numa seleta de exemplos, na voz dos predicadores, reforçando a oratória da catequese e sendo um mostruário moldado nas formas da Idade Média, validado pela disposição apostólica de jesuítas, oratorianos, carmelitas, franciscanos e outros missionários que povoaram o Novo Mundo, deixando cimentada uma base moral, ainda hoje entranhada na vida social dos povos novos, como o brasileiro. (Barreto, 2005a)

Villegas (1582) afirma que:

A segunda parte do *Flos Sanctorum* foi concluída no dia 1º de novembro, Dia de Todos os Santos, de 1582, ano em que o papa Gregório XIII mandava corrigir a contagem do tempo e estabelecia um novo calendário para o mundo cristão. Um calendário repleto de datas religiosas, consagradas ao contato catequético da Igreja

com os fiéis e devotos que formavam a Cristandade, como correspondente do conceito de Humanidade. (*apud* Barreto, *op. cit.*)

Contribuindo para a compreensão da importância do *Flos Sanctorum* para a sociedade daquele período histórico e do posterior, Barreto (2005c) explica que:

O *Flos Sanctorum* trata das idades do mundo, desde Adão até o nascimento de Jesus Cristo. Em cada uma delas predomina uma visão do mundo, um código disciplinar, um conjunto de pecados que as nações cristãs transformaram, nas jornadas do tempo, em leis e em condutas éticas. A radicalização religiosa impôs, muitas vezes e por muito tempo, confrontos que ainda hoje repercutem na cultura dos povos, como as lutas entre cristãos e mouros, durante séculos, que tiveram na intolerância o oposto das misericórdias pregadas pelos Concílios e pelos doutores e exegetas da Igreja. Misericórdias que combinariam com as virtudes cardeais e teológicas, umas a Justiça, a Prudência, a Fortaleza e a Temperança, outras popularizadas como Fé, Esperança e Caridade, mas que não harmonizariam as doutrinas e as práticas entre os devotos.[...] O que pretendia Alonso de Villegas era compor uma mitologia cristã, reconhecendo, contudo, que as vidas pobres e tristes que ele narrou não conduziram à realização do seu propósito. O caráter exemplar do *Flos Sanctorum* prevaleceu, rompeu o tempo e pode, ainda hoje, servir de parâmetro comparativo, como fonte moral da Igreja, em sua história de antes e de depois de Jesus, uma história de santos, mártires, beatos, eremitas, homens afastados do convívio familiar e social, atraídos pelo ideal da vida santa.

O jornalista-historiador conclui que o *Flos Sanctorum* “põe nítidas as regras fundantes da moral cristã, disseminadas com a vida, a paixão, a morte de Jesus e a saga dos seus apóstolos e seguidores, em mais de dois milênios de história”, e que o documento “é uma tentativa de propaganda exemplar, sendo mesmo escrito para cum-

prir com esse papel pedagógico, que precedeu a leitura bíblica” (Barreto, 2005c).

Por essa apresentação, fica patente a existência de ULs no *Flos Sanctorum* com características etnoliterárias: vocábulos cristalizados que os tornam verdadeiro, símbolos vivos, os quais Barbosa (2007, p.440) denomina metassemióticos, ou quase termos-técnicos.



Figura 12: Microfilmagem da capa da edição portuguesa de *Flos Sanctorum* com o carimbo da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Sobre os primeiros manuscritos portugueses do *Flos Sanctorum*, Machado Filho (2003, p.15-29) afirma que “provavelmente foram elaborados em um mesmo *scriptorium*, cujas observações dos estudiosos que a eles tiveram acesso tendem a situar sua origem de produção a algum mosteiro do Norte de Portugal”, embora se tenha registro de uma versão portuguesa, de 1598, traduzida por Simão Lopes, mercador de livros de Lisboa com a autorização de Villegas (Liber Rarus, 2010).

Importante registrar também que há uma edição portuguesa do *Flos Sanctorum* composta por 81 fólhos soltos, e que, somados aos 79 fólhos dos *Diálogos de São Gregório* e aos 8,5 fólhos do *Livro das Aves*, compõem os *Manuscritos Serafim da Silva Neto*, em sua homenagem, e se encontram depositados na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (Machado Filho, 2004, p.39-51). Já na Coleção da Biblioteca Nacional de Lisboa, a edição está assim catalogada:

FLOS SANCTORUM

Ho flos sanctõ[rum] em lingoaje[m] p[or]tugue[s]. – Lixboa: per Herman de campis bombardero del rey & Roberte rabelo, 15 Março 1513. – [10], CCLXV, [2] f.: il.; 2º (28 cm) <http://purl.pt/12097>. – Sob tít.: Com graça & preuilegio del. Rey nosso senhor. – É a tradução da obra “La leyenda de los santos” exceptuando a parte dos “Extravagantes”; a “Leyenda”, é a versão livre da “Leyenda aurea” de Jacobus de Voragine. – P. de tít. com escudo de armas reais com um grifo no timbre e cercado por tarjas e seis pequenas gravuras. – Texto a duas colns.. – Assin.: A//10, a-z//8, A-I//8, K//10. – Falta a folha com a assin. Aij PTBN: RES. 157 A.. – Notas manuscritas. – Folhas remendadas afectando o texto PTBN: RES. 157 A.. – Exemplar aparado PTBN: RES. 157 A.. – Encadernação em pergaminho, com cercadura gravada a seco e lombada dilacerada PTBN: RES. 157 A.. – Anselmo 443. – Norton P 25. – Simões 268.

Com esta breve explanação sobre a Linguística Histórica, de onde se pôde estruturar o campo conceptual da Etnoterminologia cristã católica romana, percebe-se a efetiva contribuição dos lin-

guistas históricos na produção de uma Etnoterminologia diacrônica: na fundamentação dos campos conceptuais das áreas de especialidade pesquisadas e na identificação dos contextos históricos que permitirão a definição do estatuto da UL.

Desse modo, após a confirmação da primeira interface interdisciplinar nas pesquisas Etnoterminológicas, introduz-se o assunto recursos necessários, levantados na questão número três.

Recursos necessários para a Etnoterminologia diacrônica

Retomando os argumentos de Barbosa (2007, p.439) para a Etnoterminologia, em que uma UL não é termo ou vocábulo, em si mesma, mas ao contrário, está em função “termo” ou “vocábulo”, ou seja, o universo do discurso em que se insere determina seu estatuto, seguindo que nos discursos etnoliterários, as ULs têm sememas muito especializados, constituídos por semas específicos do discurso em causa, provenientes das narrativas, cristalizados, tornando-se verdadeiros símbolos dos temas envolvidos, e, por fim, que as ULs sustentam o pensamento e o sistema de valores da cultura, associando aspectos referenciais, pragmáticos e simbólicos, própria dos vocábulos, mas apresentam também características de uma linguagem de especialidade, percebe-se que o desafio do trabalho etnoterminológico constitui-se em determinar qual o estatuto do termo coletado: terminologização, vocabularização, metaterminologização ou a terminologização *lato sensu*, além, é claro, da sua definição.

Salienta-se que, para a correta identificação do estatuto da UL, um universo de discurso amplo facilita o trabalho (vários textos históricos, com diferentes abordagens), e o detalhismo deve ser perseguido nessa fase. Em outras palavras, para determinar se a UL sofreu um processo de terminologização ou de vocabularização, será necessário conhecer o processo anterior, do surgimento da UL, a natureza do discurso onde se apresentava anteriormente em uso corrente.

Nesse sentido, além dos textos originais, no estudo diacrônico torna-se relevante a consulta às obras de apoio – os glossários, voca-

bulários e listas referentes ao português arcaico –, que permitam o suporte de comparação, análise e controle das ULs, garantindo sua adequada identificação de definição histórica e sua determinação estatutária. Destaca-se que essa necessidade pode reverter-se em estímulo para a publicação de novas obras com tais características.

Sobre os originais informatizados, o *site* <http://cipm.fcsh.unl.pt/> conecta os interessados ao Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, que vem investigando o português medieval, buscando a constituição de uma gramática e de um dicionário. Assim, desde 1993, a equipe coordenada pela pesquisadora Maria Francisca Xavier vem organizando um *Corpus* Informatizado de Textos Portugueses Medievais que incluem “textos latino-romances do século IX ao século XII e textos portugueses do século XII ao século XVI”, e também “textos de tipo notarial, crônicas e textos de prosa didático-moralista, já publicados ou fornecidos pelos próprios editores”. Segundo informações coletadas no *site*:

Os textos que integram o CIPM são tratados segundo uma metodologia criada com vista a uniformizar as anotações relativas a referências e comentários e a normas de transcrição (v. anotações do CIPM).

Através da etiquetagem automática de textos e da posterior correção de erros produzidos pelo etiquetador morfossintático, está a ser construído um *corpus* etiquetado.

Mapa do *corpus*

textos latino-romances dos séculos IX a XII

textos portugueses dos séculos XII a XVI

anotações do CIPM

relatórios dos textos

referências das fontes

corpus etiquetado

Para acessar esse *corpus*, basta registrar-se no próprio *site* e seguir as orientações de consulta.

Sob outro aspecto, agora de ordem pragmática, demais recursos que também são necessários nas diferentes pesquisas terminológi-

cas são fundamentais na Etnoterminologia: os *softwares* de coletas de ULs – o *Folio Views*, o *Concordance*,⁴ o *Toolbox Project*⁵ ou o *Unitex*,⁶ por exemplo – e os bancos de dados para preenchimento de fichas terminológicas, dentre os quais destaca-se o *Microsoft Access*.

Há também a possibilidade de utilização de um ambiente computacional denominado *e-termo*, com um conjunto de procedimentos automatizados e semiautomatizados que objetivam a criação e gerenciamento das tarefas do trabalho terminológico (Almeida et al., 2007, p.415).

De posse dos recursos (*corpus* informatizado, obras de apoio e *softwares*), os procedimentos etnoterminológicos parecem corresponder aos procedimentos já consensuados para as pesquisas terminológicas de modo geral, os quais serão sucintamente descritos a seguir.

Procedimentos da pesquisa etnoterminológica a partir da Teoria Comunicativa da Terminologia

Almeida, Aluísio & Oliveira (2007, p.409) publicaram um método de trabalho, uma sequência de etapas que consideram relevantes para os estudos terminográficos filiados à Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT).

As etapas propostas são: i. coleta (ou extração) dos termos; ii. elaboração do mapa conceptual (também denominado estrutura conceptual), também chamado de Ontologia⁷ por elas; iii. inserção dos termos na Ontologia e sua validação pelos especialistas; iv. elaboração e preenchimento das Fichas Terminológicas; v. elaboração e incremento da base definicional; vi. elaboração das definições e informações enciclopédicas (quando for o caso); vii. edição dos verbetes.

4 Disponível em: <http://www.concordancesoftware.co.uk/concordance_software_download.htm>.

5 Disponível em: <<http://www.linguatca.pt>>.

6 Disponível em: <<http://infolingu.univ-mlv.fr/brasil>>.

7 De acordo com as pesquisadoras, o termo Ontologia foi utilizado no trabalho com o sentido empregado pela Ciência da Informação.

Ao final, reforçam a importância da Informática e da Linguística de *Corpus* para as pesquisas terminológicas, e, corroborando Finatto (2007, p.450), afirmam que a Terminologia é uma “transdisciplina”, chancelando o caráter transdisciplinar também da Etnoterminologia.

Para finalizar, a título de curiosidade de pesquisa, apresenta-se abaixo uma lista preliminar com quarenta unidades lexicais extraídas de dois textos que compõem *Vidas de santos de um manuscrito alcobacense*: 1) *Vida de Tarsis* e 2) *Vida de uma monja*, como início processual do estudo etnoterminológico do cristianismo católico romano.

Quadro 10: Lista inicial de ULs com potencial etnoterminológico do cristianismo católico romano extraídas do *Flos Sanctorum*.

Vida de Tarsis		Vida de uma monja	
1	Peccatriz	21	Co~panha d'angos
2	Abbate	22	Ame~
3	Sagral	23	Deo gracias
4	Pecado	24	Sancta mo~já
5	Vergonça	25	Padre santo
6	Deos	26	Virgem
7	RReyno de Deos	27	Amor de Deos
8	Tormento	28	Temor
9	P(er)der tantas almas	29	Homildoso
10	Peendença	30	Synplinzidade
11	Orasse a Deos	31	Luxuriosa
12	Çella	32	Jazer atolada e~ fogo
13	Mosteyro	33	Verme~e~s
14	Tu nom es digna	34	Atormentada
15	P(er)doar	35	Sofre~ pena
16	Disçipolos	36	Paciência
17	Virgees	37	Prazer da carne
18	Huã voz veo do çeeo	38	Luxuria
19	P(er)doado te tem Deos os teus pecados	39	Desvayradas vidas
20	Arrendime~to	40	Vida avondada

Considerações finais

Este trabalho objetivou contribuir com a Etnoterminologia e, para tanto, discorreu sobre três questões levantadas: a possibilidade de identificação de ULs em textos diacrônicos, as interfaces interdisciplinares e os recursos necessários a este tipo de pesquisa.

Demonstrou que a Linguística Histórica é fundamental para o desenvolvimento deste tipo de estudo, assim como o apoio da Informática e da Linguística de *Corpus*.

Esclareceu as *nuances* da Etnoterminologia nas quais a identificação dos estatutos do termo/vocábulo, pautado em um amplo universo de discurso intertexto, demarca os limites desta nova disciplina.

Por fim, ao proceder ao levantamento preliminar das ULs características do cristianismo católico romano, retiradas da antologia *Flos Sanctorum*, comprovou a viabilidade e importância da Etnoterminologia diacrônica.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, G. M. B.; ALUÍSIO, S. M.; OLIVEIRA, L. H. M. O método em terminologia: revendo alguns procedimentos. In: ALVES, I. M.; ISQUIERDO, A. N. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMG; São Paulo: Humanitas, 2007. v.3, p.409-20.
- BARBOSA, M. A. Etno-terminologia e terminologia aplicada: objeto de estudo, campo de atuação. In: ALVES, I. M.; ISQUIERDO, A. N. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMG; São Paulo: Humanitas, 2007, v.3, p.433-45.
- BARCELOS, M. E. O dinamismo lexical: o dizer nosso de cada dia. In: AZEREDO, J. C. (Org.) *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.142-6.
- BARRETO, L. A. *Flos Sanctorum (sujeição e obras – I)*. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=41760&titulo=Luis_Antonio_Barreto>. Acesso em: 21 out. 2008(a).

- _____. *Flos Sanctorum (sujeição e obras – II)*. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=42015&titulo=Luis_Antonio_Barreto>. Acesso em: 21 out. 2008(b).
- _____. *Flos Sanctorum (III)*. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=42177&titulo=Luis_Antonio_Barreto>. Acesso em: 21 out. 2008(c).
- CHEDIK, A. J. *Síntese histórica da Academia Brasileira de Filologia. 1944-1949. Primeira parte*. Rio de Janeiro: Abrafil, 1999. Disponível em: <<http://www.filologia.com.br/arquivos/SintHistABF.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2008.
- CIPM: Corpus Informatizado do Português medieval. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/gencontent.jsp?id=4>>. Acesso em: 3 jul. 2010.
- CUNHA, A. G. da. *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval: fascículo-amostra*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.
- _____. *Índice do vocabulário do português medieval. v.1: A*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- _____. *Índice do vocabulário do português medieval. v.2: B-C*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- _____. *Índice do vocabulário do português medieval. v.3: D*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.
- _____. *Vocabulário do português medieval. Guia de consulta rápida*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.
- EDUFBA. *UFBA em pauta: diários de São Gregório*. 2008. Disponível em: <<http://www.portal.ufba.br/ufbaempauta/2008/outubro/quarta8/saogregorio>>. Acesso em: 20 out. 2008.
- FINATTO, M. J. B. Exploração terminológica com apoio informatizado: perspectivas, desafios e limites. In: ALVES, I. M.; ISQUIERDO, A. N. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMG; São Paulo: Humanitas, 2007. v.3.
- LIBER RARUS. *Flos sanctorvm e historia geral da vida e feitos de iesv christo, deos nosso Senhor, e de todos os sanctos de qve reza e faz*. Disponível em: <http://www.liberrarus.com.br/documents/flos_sanctorvm.html>. Acesso em: 11 set. 2010.
- LLEAL, C. *La formación de las lenguas romances peninsulares*. Barcelona: Barcanova, 1990.
- LÜDTKE, H. *Historia del léxico románico. Versão espanhola de Marcos Martínez Hernández*. Madrid: Gredos, 1974.
- MACHADO FILHO, A. V. L. Breve incursão pelo léxico medieval do português: o testemunho de um manuscrito trecentista. *Estudos linguísticos*

- e literários*, Salvador, n.29/30, p.15-29, 2003. Disponível em: <<http://www.prohpor.ufba.br/brevein.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2008.
- _____. Três documentos medievais trecentistas em confronto: indícios paleográficos e linguísticos recorrentes e divergentes nos manuscritos Serafim da Silva Neto. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v.6, p.39-51, 2004. Disponível em: <<http://www.prohpor.ufba.br/tresdoc.html>>. Acesso em: 20 out. 2008.
- MAGNE, A. *A demanda do Santo Graal: glossário*. v.3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- MATTOS e SILVA, R. V. *A mais antiga versão portuguesa dos “Quatro livros dos diálogos de São Gregório”*. Edição crítica com Introdução e Índice geral das palavras lexicais. Tese (Doutorado em Filologia Portuguesa) – Universidade de São Paulo, 1971.
- _____. Orientações atuais da linguística histórica brasileira. *DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, n.15, p.147-66, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso em: 20 out. 2008.
- MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, C. 1904. *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e comentada. 2 vols. Halle a.S., Max Niemeyer (reimpresão com “Glossário” [=Michaëlis 1920], Lisboa: Imprensa Nacional – Casa de Moeda, 1990).
- _____. 1920. “Glossário do Cancioneiro da Ajuda”. *Revista Lusitana*, v.xxiii, s. d., p.1-95.
- PAIS, C. T. Aspectos de uma tipologia dos universos de discurso. *Revista Brasileira de Linguística*. São Paulo, v.7, n.1, p.43-65, 1984.
- PORTUGAL. BIBLIOTECA NACIONAL DE. *Catálogo dos impressos de tipologia portuguesa do século XVI*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1990. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=ptUtJaV24_kC&pg=PA135&lpg=PA135&dq=flos+sanctorum+lisboa&source=bl&ots=gBzvuuqccs&sig=Iv9jgOq4ltnSy4a1CFdKRV4brOg&hl=pt-BR&sa=X&oi=book_result&resnum=6&ct=result#PPA7,M1>. Acesso em: 20 out. 2008.
- ROSSI, N. et al. *Livro das Aves*. Edição crítica, introdução e glossário. Rio de Janeiro: INL, 1965.
- SILVA NETO, S. da. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.
- _____. *Lingua, cultura e civilização*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

VOCABULÁRIOS DE LÍNGUAS INDÍGENAS NA REVISTA DO IHGB: O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO¹

*Dantielli Assumpção Garcia*²

*José Horta Nunes*³

Introdução

Neste trabalho, da perspectiva teórica da Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas, pretendemos analisar como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) coletou, metodizou e divulgou materiais relativos às línguas do Brasil, especificamente às línguas indígenas, e institucionalizou/estabilizou sentidos para essas línguas no século XIX. Sentidos estes que constituirão imaginários sobre as línguas e que circularão até os dias atuais na memória nacional. Esse trabalho faz parte de nossa tese de doutorado (*A Revista do IHGB: um espaço de produção linguística*) em que analisamos como a Revista do IHGB constituiu um dizer sobre o saber linguístico no século XIX. Neste

1 Esta pesquisa é financiada pela Fapesp (proc. n° 07/58250-1).

2 Unesp – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

3 Unesp – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Departamento de Estudos Linguísticos.

artigo especificamente, refletiremos sobre como a RIHGB constituiu um saber sobre as línguas indígenas no Brasil do século XIX e formulou um espaço de divulgação do processo de gramatização dessas línguas.

Este texto está dividido em: (1) *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua Revista*, em que exporemos as condições de fundação dessa instituição e de sua revista, (2) *O processo de gramatização e a produção lexicográfica no Brasil*, em que apresentamos a definição de *gramatização* e analisamos o modo como esse processo se constitui no Brasil, (3) *Uma produção bilíngue: vocábulos indígenas na RIHGB* em que explicitamos quais são os materiais relativos às línguas indígenas produzidos e divulgados na Revista do IHGB. Nossa periodização neste trabalho vai de 1839 a 1889. Iniciemos:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua revista

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 1838, na cidade do Rio de Janeiro, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain) com o objetivo de coletar e divulgar materiais relativos à história e à geografia do Brasil. São o militar Raimundo José da Cunha Mattos e o cônego Januário da Cunha Barbosa que desenvolveram o projeto de um instituto histórico. Raimundo Mattos e Januário da Cunha apresentam uma proposta ao conselho da Sain em 18.8.1838. Essa proposta é aprovada em 19 de outubro do mesmo ano e o IHGB passa a funcionar em 21.10.1838, ocupando provisoriamente as instalações da Sain.

No IHGB, formulam-se discursos que buscam dar forma/unicidade a um país que ainda se constituía no século XIX. Um modo de divulgar esses discursos foi a publicação da RIHGB, que iniciou suas publicações no ano de 1839 e mantém essas publicações até hoje. Schwarcz (1989, p.19-20) aponta que a organização interna da

Revista do IHGB seguia uma ordem “bastante previsível”, podendo ser dividida em três partes distintas:

1ª Parte: compunha-se de artigos e documentos que versavam sobre questões relevantes ao Instituto; interpretavam-se eventos históricos; textos sobre limites geográficos atentavam para os problemas territoriais; artigos referentes à etnografia indígena revelam a influência do movimento romântico local.

2ª Parte: constava biografias de brasileiros “distintos por letras, armas e virtudes”.

3ª Parte: formada por extratos das atas das sessões quinzenais, que reproduzem o cotidiano do IHGB, com suas hierarquias internas, costumes e competências.

De acordo com Guimarães (1988, p.22), há três temas que mais são contemplados na revista, chegando a ocupar 73% do volume de publicações: a problemática indígena, as viagens e explorações científicas – abordando questões de fronteiras e limites, as riquezas naturais do país – e o debate da história regional – pensando as regiões não em suas especificidades, mas em sua relação ao conjunto nacional. Expõe o autor (*ibidem*) que trabalhos e fontes relativos à questão indígena ocupam indiscutivelmente o maior espaço da revista, abordando os diferentes grupos, seus costumes, sua língua, assim como as diferentes experiências de catequese empreendidas e o aproveitamento do índio como força de trabalho.

Vejam os como o saber sobre as línguas indígenas, realizado pelo processo de gramatização, aparece na RIHGB.

O processo de gramatização e a produção lexicográfica no Brasil

Podemos ver na RIHGB a publicação de diversos dicionários, vocabulários, listas de palavras de línguas indígenas e também de variações da língua portuguesa. Na revista, há a criação de um espaço para se pensar nas línguas do Brasil. Um conceito importante

para compreendermos esse processo de descrição das línguas do Brasil é o de *gramatização* (Auroux, 1992).

No campo da História das Ideias Linguísticas, Auroux (idem, p.65) desenvolveu o conceito de *gramatização*. De acordo com o autor, “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias que são ainda hoje pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. O dicionário é visto como um *instrumento linguístico* que prolonga a fala natural, permitindo o acesso a formas que não figuram na competência do locutor. Conforme Auroux (idem, p.69):

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues.

Ressalta Auroux (idem, p.74) que o processo de gramatização nunca termina; primeiro porque as línguas evoluem, e, depois, porque é difícil definir até onde pode ir o processo de gramatização. Porém, nas palavras do autor (ibidem), podemos entender o que significa uma língua ser gramatizada: “quando podemos falá-la (ou lê-la), em outras palavras aprendê-la com a ajuda apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis [gramática e dicionário]”.

Auroux (idem, p.36) mostra de que modo, em que época e por que ocorreu a *gramatização*. O momento histórico culminante para o surgimento de gramáticas e de dicionários foi o Renascimento. Esse “constitui uma virada decisiva para essas disciplinas [ciências da linguagem] e forma o eixo da segunda revolução técnico-linguística”. Duas são as causas que impulsionam a gramatização: (i)

aprendizagem de uma língua estrangeira e (ii) a política de uma língua dada. Para o autor (idem, p.8-9), o processo de gramatização:

mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimentos de dominação sobre as outras culturas do planeta. Trata-se de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX.

O processo de gramatização começa com o aparecimento do primeiro saber metalinguístico de uma língua qualquer, no entanto, salienta Auroux (idem, p.73), é “preciso que este aparecimento seja a primeira margem significativa de uma série que se prolonga sem muita solução de continuidade até a redação de gramáticas e dicionários”.

Auroux (idem, p.74) explicita que o processo de gramatização corresponde a uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas. No início do processo de gramatização, houve uma transferência tecnológica a partir da gramática latina, que serviu de base para a gramatização das línguas do mundo. Nesse processo, é importante considerar o sujeito que efetua essa transferência. Desse modo há: (i) a *exo-transferência* – transferência realizada por um falante não nativo; (ii) a *endo-transferência* – realizada por um falante nativo. Assim, teremos *endo-gramatização* e *exo-gramatização*. Conforme o autor (idem, p.65, *apud* Nunes, 2001, p.80):

Por definição, o processo de gramatização que nos interessa aqui corresponde a uma transferência de tecnologia de uma língua em direção a outra, transferência que não é, bem entendida, jamais totalmente independente de uma transferência cultural mais vasta. Importa levar em consideração a situação dos sujeitos que efetuam a transferência, conforme eles sejam ou não falantes nativos da língua em direção à qual acontece a transferência. Falaremos respectivamente de *endo-transferência* e *exo-transferência*. Lin-

guisticamente, teremos igualmente, seja uma endo-gramatização e exo-gramatização.

Nas palavras de Auroux (1992, p.57), “a revolução que a gramatização representa é um movimento que afeta a vida social a longo prazo”. Em nosso trabalho, objetivamos mostrar como a Revista do IHGB contribuiu para a divulgação do processo de gramatização. Isto é, analisaremos como, por meio da elaboração/divulgação de dicionários, de listas de palavras, a revista produziu um espaço para o saber linguístico brasileiro.

Nunes (2001, p.72) apresenta quatro momentos na história do saber lexicográfico no Brasil em ligação com a questão da formação da língua nacional:

1º momento: situa-se no início da colonização com os relatos de viajantes que descreviam as coisas e os habitantes do país. Esses primeiros trabalhos sobre o léxico representam um esforço para enfrentar a realidade de um mundo que está sendo inicialmente descoberto. Segundo Nunes (idem, p.73):

Uma das características da emergência desse saber é o questionamento da referência, que se torna um problema para os viajantes. De onde uma produtividade na constituição de domínios lexicais que constroem a imagem dos “exotismos”, das “singularidades”. Este efeito referencial da colonização estabelece para a lexicografia brasileira um estatuto particular, ligado não à explicação de textos antigos, ao ensino do latim, mas à compreensão do real. Os primeiros relatos de viagem constituem um corpus privilegiado para observar a construção de um modo de dizer o léxico no território brasileiro.

2º momento: concerne à elaboração de dicionários bilíngues português-tupi e tupi-português por missionários jesuítas com o objetivo de catequese, na Época Colonial. Mostra Nunes (idem, p.75) que o “enunciado lexicográfico nessas condições tem como

princípio a interpretação da fala do outro. Estabelecer o léxico é ouvir, interpretar e orientar os sentidos. O dicionário funciona como um instrumento de colonização que o saber linguístico legitima”.

3º momento: marcado pelo aparecimento do primeiro dicionário monolíngue – Morais e Silva (1789). Conforme Nunes (op. cit., p.77):

O dicionário de Silva retoma o Vocabulário Português e Latino de Rafael Bluteau (1712) que já continha definições e comentários em português. No percurso de Bluteau a Silva percebemos os seguintes deslocamentos: da propriedade natural do objeto à matéria prima trabalhada; do modo de produção artesanal à descrição técnica do processo de fabricação; da finalidade natural ao uso instrumental; do discurso religioso ao discurso jurídico; do ponto de vista do produtor ao consumidor.

Além disso, o dicionário de Morais, salienta Nunes (2002, p.106), marca uma mudança significativa no processo de dicionarização em virtude de vários fatores: expulsão dos jesuítas, influência da Gramática Geral, obrigatoriedade do estudo do português, surgimento de novas instituições, como as academias, e de um contingente de brasileiros que realizava estudos em Portugal. Ademais, é estabelecida uma relação Brasil-Portugal. O *Dicionário da língua portuguesa* foi publicado em Lisboa, mas não foi elaborado por um português, e sim por um autor brasileiro (Antonio de Morais e Silva – 1755-1824), natural do Rio de Janeiro.

4º momento: compreende a produção de dicionários brasileiros no século XIX, desenvolvida paralelamente à produção portuguesa. Podemos citar como exemplos, *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários de língua portuguesa* (1853), de Costa Rubim; *Dicionário brasileiro da língua portuguesa* (1888), de Macedo Soares; *Dicionário de vocábulos brasileiros* (1889), de Beaurepaire Rohan. Temos em Nunes (2001, p.82) que:

No último quarto do século XIX, a política da língua toma um outro rumo. Começa o interesse pelos falares populares, pelo “povo brasileiro”. O povo, ignorado durante a Monarquia, faz irrupção então nos dicionários. Além disso, as fontes escritas integram jornais, leis, revistas, documentos históricos que tocam o cotidiano das cidades. Aparece, assim, um discurso que leva em conta a vida cotidiana. A nomenclatura, além de termos da fauna e da flora, compreende igualmente os termos pertencentes aos domínios da atividade social e econômica tanto no meio rural como no meio urbano.

Nas RIHGB, podemos ver documentados esses quatro momentos do processo de dicionarização brasileiro. Os textos coletados vão desde relatos de viagens até a publicação de dicionários de regionalismos (*Collecção de vocábulos e frases usados na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, de Antonio Álvares Pereira Coruja).

Nunes (2006, p.53) mostra que o processo de dicionarização brasileiro pode ser visualizado nas seguintes etapas:

- a. transcrição alfabética de termos indígenas;
- b. citações, comentários, traduções de termos indígenas, diálogos;
- c. listas temáticas de palavras LI-LP e LP-LI;⁴
- d. dicionários bilíngues LP-LI;
- e. dicionários bilíngues LI-LP;
- f. dicionários monolíngues de LP no Brasil.

Como mostraremos no decorrer de nosso trabalho, nas revistas do IHGB, o processo de dicionarização, predominantemente bilíngue, é realizado/divulgado. Temos nas revistas: transcrição alfabética de termos indígenas; citações; comentários; traduções de termos indígenas; diálogos; listas de palavras LI-LP e LP-LI; vocabulários bilíngues LP-LI; vocabulários bilíngues LI-LP; vocabulários monolíngues de LP no Brasil. A RIHGB institui um lugar

4 Em que LI: língua indígena e LP: língua portuguesa.

para o processo de gramatização. Na RIHGB, temos a estabilização de um dizer sobre as línguas e a criação de um espaço que legitima esses dizeres.

Uma produção bilíngue: vocábulos indígenas na RIHGB

Nesta parte de nosso trabalho, refletiremos especificamente em relação à produção bilíngue (língua portuguesa-língua indígena e vice-versa) da RIHGB, que, durante o século XIX, produz/coleta diversos instrumentos linguísticos. Seu ponto de partida são as línguas indígenas. Os dois principais troncos documentados são o Tronco Tupi-Guarani e o Tronco Macro-Jê. Temos também um vocabulário da língua guaná que pertence à família Aruák.

A RIHGB em termos de produção lexicográfica de línguas indígenas produziu, coletou e divulgou os seguintes materiais:⁵

- *Notícia sobre os Botocudos acompanhada de um vocabulário de seu idioma e algumas observações* (1847). Lista de palavras em LP-LI. Elaborada por M. Jomard.
- *Vocabulário da língua bugre* (1852). Lista de palavras ordenada alfabeticamente em LP-LI. Esse vocabulário não apresenta indicação de autor, nem de coletador.
- *Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no Alto Amazonas* (1854). Lista de palavras em LP-LI. Elaborada por Gonçalves Dias.
- *Vocabulário dos índios cayuaz* (1856). Lista de palavras em LP-LI. Manuscrito oferecido pelo Barão de Antonina, não há a indicação de autor do vocabulário.
- *Vocabulário da língua guaná ou chané* (1875). Lista de palavras em LP-LI. Elaborada por Alfredo d'Escagnolle Taunay.

⁵ Todos esses vocabulários de línguas indígenas estão documentados nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

- *Vocábulos indígenas e outros introduzidos ao uso vulgar* (1882). Vocabulário escrito em português mostrando as palavras indígenas e também de outras línguas (africanas, francesa, portuguesa) que foram incorporadas ao português. Elaborado por Braz da Costa Rubim.
- *Os índios caingangas e seu dialeto* (1888). Estudo sobre os índios caingangas (religião, costumes) e uma lista de palavras LP-LI. Elaborado por Alfredo d'Escagnolle Taunay.
- *Vocabulário puri* (1889). Lista de palavras ordenadas alfabeticamente em LP-LI. Foi coletada pelo engenheiro Alberto de Noronha Torrezão. Traz um pequeno texto descritivo sobre os índios puri.

Essas listas, esses vocabulários estão distribuídos em duas partes da revista: (i) documentos relativos ao Brasil e (ii) trabalhos dos sócios do IHGB. Esses trabalhos em geral são materiais que os membros do IHGB coletaram ou em aldeamentos indígenas ou em bibliotecas. Esses materiais são oferecidos ao IHGB para fazerem parte do acervo dessa instituição.

Podemos notar que a elaboração/divulgação de vocabulários bilíngues pela RIHGB está relacionada à formação de uma história do Brasil que busca constituir uma identidade aos brasileiros, com um passado linguístico de origem indígena. Segundo Nunes (2006, p.135), “as línguas indígenas passaram a ser consideradas como provas de um passado linguístico brasileiro. Despontaram, então, alguns modos de interpretar o lugar dos índios, e, paralelamente, o lugar das línguas indígenas na História do Brasil”. Ainda nos dizeres de Nunes (2006, p.244), as práticas de arquivo durante o período imperial apontam múltiplas transformações discursivas localizadas:

estabelecimento de um passado linguístico com a imagem do tupi antigo, construção de uma temporalidade passada no enunciado definidor, elaboração de uma narrativa histórica no interior dos verbetes, surgimento de uma descrição etimológica que ligava o tupi ao português, assim como um trabalho específico com a noção de radical, numa filiação à gramática histórica. Simultaneamente,

temos nesse período a inauguração de instituições como a Biblioteca Nacional e os Institutos Históricos e Geográficos e, com isso, a formação de dispositivos de interpretação que relacionam o saber linguístico à elaboração de uma História do Brasil.

É isso que vemos na RIHGB. A formação de um dispositivo de interpretação dos arquivos que relacionam os saberes linguísticos à elaboração de uma história do Brasil. Nesse gesto de interpretação, a própria revista se constitui como um arquivo e serve como material para a constituição de uma história da prática lexicográfica brasileira realizada no século XIX e também em séculos anteriores.

Considerações finais

Neste trabalho, nosso objetivo foi mostrar como a RIHGB constrói um espaço para se dizer sobre as línguas indígenas. Nas revistas do IHGB, pudemos notar a divulgação de diversos instrumentos linguísticos das línguas indígenas e a construção de um arquivo que documenta um saber linguístico do Brasil.

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez e latino*. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.
- CORUJA, A. Á. P. Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1852.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.
- NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

- _____; PETTER, M. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanistas; Campinas: Pontes, 2002.
- _____. Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1839-2010.
- ROHAN, V. de B. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- RUBIM, B. da C. *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tip. Dois de Dezembro, 1853.
- SCHWARCZ, L. M. *Guardiões de nossa história oficial*. São Paulo: Idesp, 1989.
- SILVA, A. de M. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- SOARES, A. J. de M. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1888.

10

USO DE TERMOS EPONÍMICOS EM COMUNICAÇÃO MÉDICA¹

Francine de Assis Silveira²

Lídia Almeida Barros³

Introdução

Este trabalho tem como tema os termos eponímicos do domínio da Medicina. Por estes, entendemos os termos formados em parte por um nome próprio.

A presença de epônimos entre os termos médicos chamou-nos a atenção, uma vez que, na bibliografia sobre terminologia médica, há contundente orientação geral por parte dos especialistas à exclusão desse tipo de unidade terminológica, que, segundo eles, ameaça a objetividade e a clareza da linguagem médica.

Assim, realizamos um estudo sobre o uso de epônimos na comunicação médica e percebemos que a utilização dessas unidades terminológicas é polêmica, porém muito importante para a Medici-

1 Este artigo relaciona-se ao projeto *Vocabulário Multilíngue de Dermatologia*, desenvolvido no período de 1997 a 2004, que recebeu auxílios à pesquisa e bolsas da Fapesp, do CNPq, da ProPe da Unesp e da Fundunesp.

2 Unesp – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto. Doutora pelo programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos.

3 Unesp – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Departamento de Letras Modernas.

na. Neste trabalho apresentamos os resultados obtidos em nossa investigação científica sobre a matéria, refletindo, inicialmente, sobre questões teóricas que concernem à identidade dos epônimos sob a ótica da Onomástica, da Linguística e da Medicina. Na sequência, relatamos nossa metodologia de trabalho e expomos os principais resultados que obtivemos sobre o uso real de termos eponímicos nas áreas médicas.

O fenômeno da eponímia

Observa-se que o processo de geração de neônimos utilizando-se epônimos é bastante comum em áreas de especialidade, notadamente na Medicina, pois termos eponímicos homenageiam cientistas ou fazem alusão a pacientes que se tornaram referência da enfermidade. Mais raramente, referem-se a locais ou a grupos étnicos. O dicionário médico Stedman (1996, p.438) entende por *epônimo* o que segue:

Eponym [G. *epónymos*, denominado segundo]. Epônimo; o nome de uma doença, estrutura, operação ou método, em geral derivado do nome da pessoa que a (o) descobriu ou descreveu em primeiro lugar.

Assim, de acordo com esse renomado dicionário médico, o epônimo é o termo que designa um conceito da Medicina e emprega em sua expressão um nome próprio. No âmbito deste trabalho, empregaremos *epônimo* para nos referirmos ao nome próprio (antropônimo, topônimo ou outro) e o termo *eponímico*, à unidade terminológica que conta, em sua expressão, com um epônimo. Desse modo, esperamos garantir maior precisão à terminologia empregada nesta reflexão.

Na bibliografia sobre eponímia encontramos sempre referências a antropônimos, mas poucas vezes a topônimos. Porém, lemos em Victor A. McKusick (1998, p.1) o seguinte trecho:

O uso de epônimos, isto é, nomear doenças através de nomes próprios, geralmente nomes de médicos, mas algumas vezes de pacientes (por exemplo, *Christmas disease* e *Lou Gehrig disease*) e algumas vezes nomes geográficos (por exemplo, *familial Mediterranean fever*) ou étnicos, segue o princípio de Hermógenes, mas não completamente, já que o nome não carrega informação específica à doença.

Verificamos, por meio desse comentário, que o autor engloba na categoria *epônimo* todos os nomes próprios e não somente os de pessoas. Assim, nomes geográficos e étnicos fariam parte do conceito estudado.

Rostislav Kocourek (1991, p.94) chama a atenção para o fato de que os nomes próprios são geralmente excluídos dos estudos terminológicos. Contudo, esse autor os considera como parte do léxico técnico-científico, visto seu emprego na formação de termos e sua frequência em discursos de áreas de especialidade. Segundo esse autor, os nomes próprios “são palavras e sintagmas lexicais que têm uma manifestação falada e escrita e que pertencem às classes lexicais e são caracterizadas por categorias gramaticais” (ibidem). Podem dar origem a palavras derivadas ou compostas e a sintagmas nominais (terminológicos) complexos.

No que diz respeito aos termos-epônimos, que o autor define como “unidades lexicais cuja fonte é um nome próprio” (idem, p.96), afirma que esses são abundantes nas terminologias técnico-científicas, principalmente porque os nomes próprios de lugar, de personalidades e de especialistas de uma determinada área constituem elementos essenciais dos domínios especializados. De acordo com Kocourek, o processo envolvido na formação de termos eponímicos é a metonímia, que ocorre “quando a relação entre o sentido do termo e o sentido comum da palavra que constitui o termo é de contiguidade” (idem, p.171).

Diversos tipos de motivação metonímica apresentam-se com frequência nas terminologias especializadas. As relações que po-

deriam gerar termos eponímicos com base em um antropônimo seriam as seguintes: inventor/invenção, descobridor/descoberta, produtor/produto, ou, mais especificamente em nosso caso, cientista célebre/unidade criada em sua homenagem. Existe ainda a relação lugar/produto, que explica a motivação dos termos eponímicos com base em topônimos. No que concerne aos epônimos terminológicos (ou, segundo nossa terminologia, *termos eponímicos*), Kocourek (idem, p.172) faz a seguinte afirmação:

Diversos tipos de metonímia deram origem ao que chamamos de *epônimos terminológicos* (*termos-epônimos*), isto é, termos comuns (e não nomes próprios) que contêm um elemento originário de um nome próprio, [...] compreendendo o caso em que o nome próprio serve de base para a derivação [...].

Observamos, então, que Kocourek considera os termos eponímicos como elementos integrantes das terminologias das áreas especializadas e, portanto, merecedores de atenção por parte dos estudos em Terminologia.

De acordo com Henri Van Hoof (1999, p.212), os epônimos em Medicina podem ser de dois tipos: os que conservam o nome próprio em sua forma original e os que dão origem a substantivos comuns (epônimos banalizados). Como exemplo do primeiro caso, podemos citar *doença de Bowen*, e como exemplos do segundo caso, *schwannoma* e *hanseníase*. O autor categoriza esses termos, incluindo verbos e adjetivos em seus estudos:

Por epônimo banalizado deve-se entender todo termo substantivado (*parkinsonismo*), verbalizado (*pasteurizar*) ou adjetivado (*pasteurizado*)⁴ por oposição ao epônimo mantido nome próprio (*mal de Parkinson*). (2001, p.82)

4 Os exemplos *pasteurizar* e *pasteurizado* são nossos.

O fenômeno linguístico da eponímia se manifesta, portanto, em pelo menos três grandes classes lexicais: na dos substantivos, na dos adjetivos e na dos verbos. Nesta pesquisa, limitamo-nos à categoria dos substantivos.

No discurso científico e especializado, a produtividade discursiva exprime-se em grande parte pela criação de termos de tipo sintagmático. A geração de neônimos que têm como lexema-base um hiperônimo (termo mais genérico) constitui o processo mais comum de formação de termos nas línguas de especialidade.

Apesar de os termos eponímicos serem frequentes em Medicina, alguns acadêmicos dessa área, associações de anatomistas e organismos normalizadores têm buscado excluí-los da linguagem médica, por considerarem que esse tipo de unidade linguística não é descritivo e não evidencia características que possam ser atribuídas ao referente. Desse modo, os termos eponímicos são considerados opacos e não permitem à linguagem médica primar pela objetividade e clareza.

Uma das soluções propostas como alternativa a esses termos é a utilização de outros mais descritivos, isto é, por termos que tragam em seus próprios constituintes morfológicos (radicais, prefixos, sufixos) traços de significação que elucidem o conceito designado. Afirma-se que isso não ocorre com os termos eponímicos. Sendo assim, a tendência atual, em todos os ramos da Medicina, é empregar termos que evidenciem características descritivas ou etiológicas, facilitando, desse modo, a compreensão do conceito.

Observamos, entretanto, que os termos eponímicos cumprem importantes funções pragmáticas. Enquanto unidades linguísticas, esses termos também estão sujeitos à variação de designações para um mesmo conceito. A cada detalhe de uma doença ou estrutura descobertos por pesquisas mais recentes, um novo termo é criado ou uma nova especificação é acrescida ao termo eponímico sintagmático. Esse é um dos aspectos que explicam o fenômeno da multiplicação dos termos eponímicos e da sinonímia que ocorre nesse caso.

Alguns médicos e teóricos da linguagem médica defendem o uso dos termos eponímicos, argumentando que estes: a) podem esconder aspectos constrangedores de uma doença (por exemplo, o termo *mal de Hansen* é bem menos constrangedor do que *lepra*); b) podem evitar designações que sugiram preconceito racial; c) creditem a origem de um novo conhecimento, sendo que essa é a razão usual pela qual o epônimo faz parte do termo; d) dão bases para se argumentar sobre a procedência de um termo, já que, geralmente, o epônimo atribuído refere-se ao descobridor da doença; e) evitam situações embaraçosas, como utilizar um termo descritivo tido como correto e definitivo que, posteriormente, com novas descobertas, verifica-se ser incorreto (Wright, 1991, p.1600-1).

Cabe aqui ressaltar que excluir os termos eponímicos da linguagem médica é uma proposta da Medicina; enquanto linguistas, nossa posição pessoal é a de que a existência desses termos constitui uma riqueza. A Terminologia Descritiva deve registrar todos os termos em seus variados usos dentro de uma área de especialidade. Não cabe a ela a prescrição ou a normalização de termos; essa é tarefa dos órgãos, comissões e comitês científicos que têm essa função. Nosso trabalho é reconhecer as várias possibilidades de designação de um conceito em uma linguagem de especialidade, cientes de que a variação linguística é um dos aspectos inerentes às terminologias.

Metodologia de nossa pesquisa

Elaboramos cuidadosamente um questionário de coleta de informações que foi aplicado a três grupos distintos: médicos, professores de Medicina e estudantes de Medicina. Com base na análise das respostas e comentários inseridos nele elaboramos nossas reflexões e conclusões.

Sabendo que estudamos um tipo específico de termo utilizado por grupos sociais específicos, delimitamos previamente as catego-

rias de informantes por meio de critérios de classificação em grupos socioprofissionais. Em seguida, utilizamos a amostragem aleatória em cada um deles.

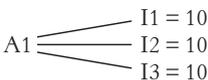
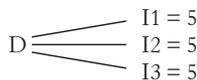
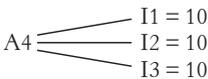
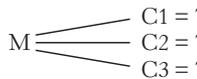
No que tange o tamanho da amostra, Tarallo (2003, p.28) afirma que “o tamanho da amostra dependerá da natureza linguística da variável a ser estudada” e sugere que ela seja quantificada com base nas células sociais. Estratificamos nossas células com base em três variáveis:

- i) *Cidade*: Catanduva, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto.
- ii) *Instituição*: Fameca, Famerp e Unaerp.
- iii) *Formação e atuação*: Alunos de 1° ano do curso de Medicina, alunos de 4° ano do curso de Medicina, médicos docentes e médicos não docentes.

Ao combinar as três variáveis, obtivemos 12 células sociais. Para cada uma delas, tivemos um mínimo de cinco informantes, para a garantia da representatividade da amostra.

Assim, após realizarmos o balanceamento da amostra, chegamos à seguinte distribuição:

Tabela 1: Distribuição do número de informantes por categoria.

A1 = alunos de 1° ano

A4 = alunos de 4° ano

D = docentes de Medicina

M = médicos não docentes

I = instituição à qual se vincula

C = cidade em que atua

O perfil geral da amostra, quanto a suas características específicas de formação, pode ser assim descrito:

- foram 96 informantes: dez alunos de primeiro ano, dez alunos de quarto ano, cinco médicos docentes e sete médicos não docentes, totalizando 32 informantes por cidade;
- entre os médicos em geral (total de 36 informantes), o ano de formação variou de 1958 a 2006, sendo que apenas dois médicos não informaram esse dado;
- quanto à formação médica, mais especificamente, todos eles possuíam residência ou especialização (ou seja, títulos) em alguma das especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM);
- as especialidades que se apresentaram na amostra (esse número de especialidades ultrapassa o número de médicos, pois alguns relataram possuir mais de uma especialização) foram: Anestesiologia, Cardiologia, Cirurgia da Mão, Cirurgia Geral, Cirurgia de Urgência, Cirurgia Vascular Periférica, Clínica Médica, Terapia Intensiva, Sanitarista, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Ginecologia e Obstetrícia, Hematologia, Medicina Generalista (ou Medicina de Família e Comunidade), Medicina Legal, Nefrologia, Oncologia (ou Cancerologia), Ortopedia e Traumatologia, Pediatria, Psiquiatria, Radiologia e Medicina Tropical (Infectologia);
- essas especialidades representam 37,7% de todas as especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina.

No que concerne aos alunos, a variável que nos importou foi o ano (nível) de formação: tivemos, ao todo, trinta alunos de 1º ano e trinta de 4º ano.

Nosso instrumento de pesquisa, isto é, o questionário, foi dividido em duas partes, uma contemplando as informações pessoais, e outra, as perguntas propriamente ditas. Com relação aos dados pessoais, procuramos obter informações sobre o perfil do informante: iniciais do nome, categoria (aluno de 1º ano, aluno de 4º ano, médico atuando na docência ou em clínicas), instituição a que se vincula, cidade em que atua, ano, área, local de formação e cursos ou especializações. Quanto às perguntas propriamente ditas, foram 12 questões de múltipla escolha e duas dissertativas:

Quadro 11: Questionário – questões semiabertas.

Questionário – questões semiabertas	
1.	Você já conhecia o termo <i>epônimo</i> e sabia o que ele significava?
2.	Com que frequência você emprega termos eponímicos?
3.	Em que situações comunicativas você costuma utilizar termos eponímicos?
4.	Com que pessoas você utiliza esse tipo de termo?
5.	Na literatura sobre linguagem médica, uma das críticas mais comuns a respeito dos termos eponímicos é a de que eles não são <i>transparentes</i> , ou seja, não contêm radicais ou afixos gregos e latinos que muitas vezes indicam características das doenças (por exemplo, <i>linfogranuloma</i> é um termo formado com base nos radicais <i>linfo-</i> (do latim <i>lympa-</i> = água de fonte) e <i>granulo-</i> (do latim <i>granulum</i> = grânulo) e com o sufixo nominal grego <i>-oma</i> (<i>-oma</i> = tumor), em contraposição ao termo <i>Mal de Kimura</i> , que não possui esse mesmo tipo de formação). Devido a esse fato, diz-se que termos eponímicos deveriam ser evitados ou excluídos da linguagem médica. Qual sua opinião?
6.	Na Medicina, é comum encontrarem-se termos de forma mista: são eponímicos, mas possuem outros componentes em sua expressão. Como exemplo, temos <i>melanose circunscrita pré-câncerosa de Dubreuilh</i> . Em sua opinião: [o termo é opaco, parcialmente opaco, parcialmente transparente ou outro?]
7.	Qual a principal razão que o levaria a utilizar um termo eponímico?
8.	Existem termos eponímicos que são chamados <i>banalizados</i> , ou seja, são aqueles que se originaram de nomes próprios e passaram a formar substantivos (por exemplo, <i>parkinsonismo</i> , <i>hanseníase</i>). Pensando na questão da opacidade X transparência dos termos médicos, esse termo poderia ser visto como: [mais opaco, mais transparente, tão opaco ou transparente quanto termos com epônimos em forma original ou dependerá dos formantes?]
9.	Refletindo sobre o tema das perguntas 5, 6, 7 e 8 e observando a formação do termo, responda: qual seria o significado mais adequado de “ <i>merkeloma</i> ”?
10.	Como chegou ao(s) significado(s) que acha ser o correto?
11.	Você tem/teve alguma disciplina ou fez algum curso sobre terminologia médica durante sua formação?
12.	Você acha que seria importante ter essa disciplina para ajudar a decodificar os termos médicos?

As questões dissertativas visam obter informações e opiniões mais livres (menos controladas) sobre a utilização de termos eponímicos. Por isso, o questionário continha as seguintes questões abertas:

Quadro 12: Questionário – questões abertas.

Questões abertas	
13.	Em que situações você acha que os epônimos poderiam ou deveriam ser utilizados?
14.	Você tem problemas com termos eponímicos? Por quê?

Após a coleta de todos os questionários, totalizando 96 unidades, iniciamos as transcrições daqueles. Para cada questionário, uma ficha diferente e numerada foi utilizada, feitas no programa *Word*. Nessa fase de lançamento das respostas, questionário por questionário, foram registradas todas as informações neles contidas.

Em seguida, para as questões objetivas, agrupamos as respostas dos 96 informantes em quadros, por cidade e categoria. Deixamos ao informante a possibilidade de assinalar mais de uma alternativa por pergunta, caso fosse necessário. Em grande parte das questões objetivas, isso ocorreu. Os dados foram lançados no programa *Epi Info* (2005), que utilizamos de forma adaptada, já que, originalmente, esse programa é usado em Epidemiologia ou em pesquisas biomédicas em geral para analisar questionários de protocolos de pesquisa. Esse programa gera tabelas com dados numéricos (de frequência e estatísticos) sobre cada uma das questões objetivas.

No caso das questões dissertativas, elaboramos um quadro sintético para cada uma com base em todas as respostas obtidas, agrupando opiniões semelhantes e destacando os pontos a serem discutidos. Assim, criamos categorias de respostas de acordo com o conteúdo contido nelas e pudemos analisar a frequência dessas categorias. O trabalho de análise das questões abertas é mais árduo e toma mais tempo. Entretanto, pensamos que é exatamente nessas respostas que encontramos explicações valiosas a respeito da utilização dos termos eponímicos na prática da comunicação médica. Assim, trabalhamos com essas informações para podermos observar e verificar quais são as regularidades encontradas nas respostas, ou o que é mais recorrente entre os usuários da terminologia médica.

O uso em comunicação médica: resultados e algumas considerações

Em nossa investigação linguística sobre o uso de termos eponímicos em comunicação médica oral, percebemos que, de modo geral, os médicos “práticos”, ou seja, aqueles que não estão inseridos em um contexto acadêmico e atuam apenas na prática médica em seus consultórios, clínicas e hospitais, não têm o hábito de refletir sobre a linguagem e suas questões teóricas. Ao apresentarmos a esses profissionais não docentes um panorama geral do que trata nossa pesquisa, sua primeira reação foi a de que é um “tema muito interessante”, mas confessaram não ter mais refletido sobre a terminologia médica após o término de sua formação nas faculdades de Medicina. Nesse sentido, dizem utilizar os termos eponímicos que já conhecem sem questionar ou pensar muito sobre o aspecto linguístico daqueles. Relatam que esse tipo de termo é muito utilizado e que não veem problemas nisso, uma vez que os de uso frequente já são consagrados e conhecidos pelos médicos daquele domínio. Essa parece ser uma visão geral entre os especialistas desse grupo, que tendem a considerar a linguagem apenas como mais um instrumento de trabalho.

Ao buscarmos informações com médicos docentes de faculdades de Medicina, conversamos com professores da disciplina de Anatomia e confirmamos as impressões de que esse ramo é o que mais se preocupa com a normalização de termos médicos. Os profissionais dessa área afirmam que os epônimos não devem ser usados em situação alguma, pois só trazem prejuízos à comunicação. Para eles, os órgãos normalizadores têm como objetivo banir os epônimos da linguagem médica e insistem sobre a necessidade de universalização e convenção dessa linguagem para que não haja ruído na comunicação dessa área, que é tão importante para a saúde humana. Apontam a *Nomina Anatomica* como exemplo de terminologia criada com base em reflexões filosóficas e científicas, fruto de uma harmonização que exclui o fenômeno da eponímia.

Vemos que, apesar de observar aspectos linguísticos implicados na questão, esses médicos ressaltam o lado da tradição, da erudição, das normas, regras e orientações dadas pelos comitês normalizadores. Assim, observamos que os médicos anatomistas têm posição firme (e mesmo radical) sobre a necessidade de não uso de termos eponímicos na comunicação médica. Entretanto, a visão dessa área se choca muito fortemente com a postura de outras, tais como a da Cirurgia.

De fato, conversando com cirurgiões, percebemos que o oposto ocorre. Um deles chegou a afirmar que “em Cirurgia, não vivemos sem epônimos”. Os especialistas dessa área explicam que, nesse domínio, muitos instrumentos, manobras, técnicas e sinais clínicos recebem o nome de seu criador, inventor ou descobridor. Citam exemplos como *manobra de Mueller*, *sinal de Godet*, *pinça de Abadie*. Ou seja, nesse domínio, o conhecimento de termos eponímicos é fundamental e estes remetem ao responsável pelos diagnósticos ou pelo aprimoramento das técnicas cirúrgicas.

Quanto aos estudantes, de forma geral, podemos dizer que os alunos conhecem os termos eponímicos, sabem o que eles significam e os utilizam com bastante frequência. Quanto ao uso em situações comunicativas, percebemos a diferença de acordo com a formação e, conseqüentemente, com o contexto no qual os alunos se inserem: para os alunos iniciantes, esse uso ainda é grandemente limitado à sala de aula, acontecendo entre alunos e docentes, pois é onde vivem a situação comunicativa médica nessa fase de sua vida acadêmica. Os alunos com mais anos de vida acadêmica utilizam uma terminologia eponímica em situações mais variadas de prática médica, ou seja, utilizam esses termos mais frequentemente nos hospitais e consultórios (quando acompanham outros médicos). Os dados indicam que o estudante vai adquirindo a prática do uso em diversos contextos conforme o tempo de formação, deixando, assim, de ter maiores preocupações com restrições impostas ao uso de termos eponímicos por determinadas disciplinas, áreas ou profissionais. A maioria dos alunos afirma que o critério para se excluir ou não esse tipo de unidade linguística da terminologia médica

geral deveria ser o *uso consagrado e conhecido do termo*. Infere-se que os muito conhecidos poderiam ser mantidos. Quanto às razões para o uso de epônimos, percebe-se que, para alunos iniciantes, a razão principal é *evitar cacofonias ou trava-línguas* (termos de pronúncia difícil). Isso nos faz pensar que talvez sintam muita dificuldade com a linguagem médica no início. Os alunos dos últimos anos elencam várias as razões, sendo a principal o quanto os termos eponímicos são conhecidos, pois às vezes são mais conhecidos do que outras designações do termo, mesmo as científicas. Fica claro que, em alguns casos, ser um termo consagrado é fator determinante para o uso do termo eponímico. Quanto à opacidade, os alunos comentam que consideram os termos banalizados tão opacos ou transparentes quanto termos com o epônimo em sua forma original. Assim, elementos como prefixos e sufixos parecem não acrescentar significados que ajudem a compreender um termo eponímico desse tipo. Talvez isso ocorra pela falta de conhecimento linguístico, ou seja, incapacidade de perceber que se trata de um afixo ou de um radical, e menos ainda, dos conceitos que estes designam. Além disso, descobrimos, por meio do questionário, que os alunos entrevistados não têm nem tiveram uma disciplina sobre terminologia médica, pelo menos, não especificamente, mas aprendem a terminologia de sua área de forma indireta, em outras disciplinas, com a prática em sala de aula, nos estágios e hospitais. Ou seja, é um aprendizado “livre”, que ocorre conforme as necessidades e situações exigem.

Com relação às perguntas propriamente ditas de nosso questionário, obtivemos resultados interessantes sobre a situação atual do uso dos epônimos em comunicação. Com relação às situações comunicativas em que os informantes (as três categorias) afirmam utilizar termos eponímicos (questão três), as alternativas mais frequentes foram as que mencionam “na faculdade/universidade, durante as aulas” e “no hospital, falando com outros médicos”. Ou seja, alternativas que descrevem ambientes de situações práticas. A alternativa D, que se referia ao “consultório, falando com pacientes”, poderia ter sido bastante assinalada, uma vez que o número de médicos não docentes (21) excede o número de médicos docentes

(15). Entretanto, apenas 12 informantes, na amostra em geral, assinalaram essa alternativa. Isso pode se dever ao cuidado que os médicos que atendem em suas clínicas tentam ter com seus pacientes; é possível que utilizem termos mais científicos ou adotem a prática da explicação. A alternativa F, que trazia “em apresentações de congressos científicos” foi assinalada apenas vinte vezes, ou seja, 20% dos informantes afirmam utilizar termos eponímicos nesse contexto. Acreditamos que isso ocorra pela pressão que as entidades médicas fazem para que não se utilizem termos eponímicos.

Na questão de número cinco, em que se procura investigar a opinião desses profissionais sobre a exclusão de termos eponímicos da terminologia médica, observamos algo que se evidenciou várias vezes nos discursos dos profissionais durante a pesquisa: o fato de o termo eponímico ser conhecido e já consagrado pelo uso influencia essa opinião. A grande maioria dos informantes assinalou a alternativa D, que diz que essa exclusão “depende do quanto o termo é conhecido”. Embora certo número de informantes tenha assinalado a letra A, ou seja, afirmam “concordar totalmente” com essa exclusão (21 ocorrências), nota-se que a polêmica persiste, mas que aparentemente a tradição ou a convencionalidade de se tratar alguns referentes por termos eponímicos é preponderante na determinação do uso ou não de uma unidade terminológica desse tipo.

No que se refere à opacidade de termos eponímicos, incluindo os mistos (questão seis), os dados mostram que a grande maioria dos informantes considera-os parcialmente opacos, atribuindo essa característica ao epônimo em si. Por mais que o sintagma seja longo, possuindo elementos constituintes que acrescentam ao termo, como um todo, várias características, o epônimo ainda é visto como “empecilho” na decodificação do sentido.

Uma das questões que mais nos importou no momento da análise foi a de número sete. Ao listarmos as razões pelas quais um profissional das áreas médicas utiliza termos eponímicos, verificamos que muitas combinações de alternativas surgiram. Entretanto, seguindo o mesmo padrão metodológico que utilizamos até esse momento, observamos a frequência de cada alternativa separada-

mente. Notamos, então, que a resposta que foi mais escolhida foi a alternativa E, ou seja, afirmam usar um termo eponímico “porque remete ao descobridor da doença”. Interessante lembrar aqui que nem sempre o epônimo que está inserido em um termo eponímico é realmente o sobrenome do descobridor da doença; pode ser do primeiro acometido, de um caso que virou referência daquela enfermidade, pode ser o local onde ela surgiu ou onde houve a maior epidemia. Como segunda razão para o uso de termos eponímicos, os resultados indicam que seria “porque homenageia um cientista”. Nesse caso, além da questão da proveniência do termo, observamos uma tendência em se valorizar a profissão e os cientistas que fizeram o conhecimento em determinada área avançar. Nesse sentido, muitos profissionais acreditam que é importante conhecer os nomes que fizeram a história da Medicina.

A questão de número oito aborda a opacidade dos termos eponímicos banalizados. Propusemos uma comparação entre termos com epônimo em forma original e perguntamos o que mudava. A maioria dos informantes afirma que termos banalizados “são tão opacos ou transparentes quanto termos com epônimo em forma original”. Assim, embora os banalizados possuam prefixos e sufixos indicativos de traços de significado, os informantes ainda atribuem ao epônimo a dificuldade de associar o termo ao referente.

Ainda com vistas a investigar a questão linguística de decodificação de um termo, na questão de número nove perguntamos o significado de *merkeloma* e obtivemos cinquenta ocorrências da alternativa B (*tumor das células de Merkel*) e 39 da alternativa C (*carcinoma de células de Merkel*). Ambas são possibilidades corretas de denominação e são também as que trazem em sua constituição o mesmo epônimo do termo banalizado, ou seja, *Merkel*. Na questão dez averiguamos como os informantes chegaram a essas respostas e a maioria respondeu que foi “por conhecer o significado dos radicais e afixos” (C – 44 ocorrências). Entretanto, muitos assinalaram a alternativa (B – 35 ocorrências), afirmando que foi “por semelhança entre os termos”. Esses resultados levam a crer que a amostra como um todo possui opiniões e maneiras diferentes de avaliar

essa dificuldade de alcançar satisfatoriamente o significado de um termo, quando há a presença de um epônimo.

No que concerne à questão de número 11, na qual visávamos saber que formações esses profissionais tinham do ponto de vista da linguagem e da terminologia médica, observamos que a maioria “aprendeu com a prática, em sala de aula”. Ou seja, não tiveram uma disciplina específica sobre essa temática, mas, com base no uso cotidiano e contextualizado dessas regras e termos, acabaram por internalizá-los. A segunda alternativa mais marcada diz que essa terminologia médica foi aprendida “com a prática, em estágios”. De qualquer forma, os dados indicam que há uma aquisição que ocorre em situações de utilização prática da linguagem. Nesse sentido, a última pergunta do questionário tinha como objetivo investigar se os informantes julgavam importante ter uma disciplina sobre terminologia médica para auxiliar na decodificação dos termos médicos. Verificou-se que 74,7% dos informantes acreditam que sim.

Esses resultados são os que caracterizam a amostra de forma geral. Nota-se que algumas questões mantêm certo padrão de resposta, ou seja, independentemente da categoria em que se inserem (médicos, docentes e alunos), quanto a alguns questionamentos, as respostas dos informantes não variam muito.

As questões dissertativas por nós analisadas proporcionaram reflexões aprofundadas acerca do assunto. Percebemos que alguns informantes têm consciência da problemática que envolve o uso de termos eponímicos. Um médico docente, por exemplo, comentou no campo *Notas*: “aprende-se que, várias vezes, apesar de determinado epônimo, a descrição foi realizada antes por outro autor ou estudioso”. Lembramos que esse é um dos argumentos utilizados contra o emprego de termos eponímicos pelos especialistas que defendem a exclusão desses termos da linguagem médica. Existe uma característica comum das áreas de pesquisa, em especial médica: em geral, as descobertas e descrições dos objetos dessas ciências são produtos de um saber coletivo e raramente individual. O trabalho em conjunto (isto é, as parcerias, equipes e grupos de pesquisa) é

recorrente e característico desse domínio. De fato, os especialistas contrários ao uso de uma terminologia eponímica consideram uma injustiça perpetuar o nome de uma única pessoa, sendo que vários cientistas colaboram para a compreensão daquela doença e para a busca de sua cura.

Outro médico docente teceu o seguinte comentário: “Não se deve colocar na obscuridade o cientista ou médico que descobriu ou estudou mais profundamente uma doença. Ele merece e deve ser sempre lembrado pelo seu auxílio em esclarecer tais doenças, mesmo porque isto faz parte de um acervo cultural incontestável”. Mais uma vez, coloca-se a importância da construção da história e do conhecimento de uma ciência, aos quais tantos estudiosos se dedicaram. Além disso, ao fazer esse comentário, o docente evidencia o caráter cultural que também é um traço presente em termos, especialmente nos eponímicos: um (sobre)nome representa, muitas vezes, um momento, um acontecimento, uma fase, um povo, entre outros.

É interessante perceber que ambos os comentários são de docentes, ou seja, médicos que lidam com a pesquisa e que consideram muito importante essa construção histórica e acadêmica do saber.

Quanto aos médicos não docentes, algumas observações feitas por eles merecem ser mencionadas. Um informante diz que “os epônimos são conhecidos por profissionais das várias especialidades. Com eles é possível, em um único termo, definir uma doença, um sinal clínico, um sintoma ou um achado diagnóstico”. Percebe-se que a economia linguística ou a praticidade que um termo eponímico, em geral de tamanho menor do que os termos científicos (como *doença de Kimura* contra *hiperplasia angiolinfoide com eosinofilia*), pode oferecer a esses médicos profissionais não docentes é algo que pode condicionar o uso daquele.

Outro médico afirma que o problema com termos eponímicos é a falta de uso: “parece-me que termos eponímicos, talvez em sua maioria, dificultam o entendimento para aqueles que não estão usualmente lidando com as estruturas/doenças que eles nomeiam”.

Novamente, temos aqui a questão da relação *opacidade ou não do termo eponímico/conhecimento da doença*.

Houve, ainda, um médico que disse que “os termos eponímicos já conhecidos devem permanecer, já estão assimilados. Mas que não se criem outros”. Percebemos que a consagração do uso de um termo é fortemente referenciada como base para sua manutenção ou perpetuação.

Outra observação é a de que é possível notar que o conhecimento do conceito liga-se estreitamente com sua designação: além de serem em geral menos extensos, os termos eponímicos parecem estabelecer com seus conceitos uma relação de associação imediata, ou seja, a partir do momento em que essa associação é feita, o termo é visto como um bloco fechado de significação que remete a um conceito específico. Nesse caso, não há maiores problemas, de acordo com os informantes, para o uso na comunicação médica.

Citamos um comentário que vem ao encontro do que acreditamos: “Aprender os termos eponímicos independe do conhecimento fisiopatológico da doença. O importante é conhecer a doença, não importa o nome que ela recebe”. Isso nos faz pensar novamente que um termo e um referente se associam de uma maneira única e o ato de aprender a doença é concomitante ao aprendizado do conceito e do termo que o designa. Mas se o termo foi lido ou ouvido por um médico ou aluno que desconheça a doença ou que não a tenha aprendido junto com a designação de seu conceito, haverá, então, problemas de decodificação, ou seja, a questão da opacidade se evidenciará.

A nosso ver, os usuários da terminologia médica, sejam eles médicos, médicos docentes, sejam alunos de Medicina, parecem não separar a questão linguística do conhecimento médico e, talvez por essa razão, não notem ou não observem em profundidade os problemas de opacidade desses termos. Entretanto, ao desvincularmos o aspecto linguístico do conhecimento médico, notamos que há realmente um problema de opacidade.

Ao analisarmos todo o conteúdo das respostas e anotações dos questionários, continuamos acreditando que esse assunto é po-

lêmico e está longe de ser totalmente resolvido com base em um consenso, especialmente se considerarmos os diferentes ramos da Medicina.

Considerações finais

A nosso ver, existe um *continuum* que iria da área médica que mais luta para a exclusão, da linguagem médica, de termos eponímicos – a Anatomia – até a área cujos profissionais afirmam que a adoção daqueles é inevitável, sendo, inclusive, defendida – a Cirurgia. Podemos dizer que as áreas da Medicina que ficam no meio dos dois polos desse *continuum* não têm posição tão unânime contra ou a favor do uso dos termos eponímicos na comunicação médica.

Quanto aos alunos de Medicina, constatamos, com base em suas afirmações, comentários e respostas, que, conforme o curso progride e as aulas na universidade vão diminuindo para que a prática médica vá aumentando, mais aumenta a frequência de uso de termos eponímicos.

Sendo os termos eponímicos considerados por nós variantes terminológicas discursivas, acreditamos que essa variação é própria das línguas de especialidade e ocorre de maneira dinâmica, não impedindo a eficácia da comunicação especializada. Aliás, torna-a mais rica, oferecendo a seus usuários (médicos docentes, clínicos ou futuros médicos) maior opção de unidades terminológicas adequadas às inúmeras necessidades comunicativas desses falantes.

Referências bibliográficas

- KOCOUREK, R. *La langue française de la technique et de la science: vers une linguistique d'une langue savante*. Wiesbaden: Brandstette, 1991.
- McKUSICK, V. A. On the naming of clinical disorders, with particular reference to eponyms. *Medicine*, Baltimore, v.77, n.1, p.1-2, jan. 1998.
- STEDMAN. *Dicionário médico*. 25.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 7.ed. São Paulo: Ática, 2003.
- VAN-HOOF, H. *Manual práctico de traducción médica*. Diccionario básico de términos médicos (inglés – francés – español). Granada: Editorial Comares, 1999.
- . La traduction des éponymes médicaux banalisés de langue anglaise. *Meta: Journal des Traducteurs*, Montreal, v.46, n.1, p.82-91, 2001.
- WRIGHT, V. In defence of eponyms. *British Medical Journal*, London, v.303, n.6.817, p.1600-2, 21 dec. 1991.

11

TEXTO TÉCNICO E TEXTO DE DIVULGAÇÃO TÉCNICA: A INFLUÊNCIA DO PÚBLICO-ALVO NA SELEÇÃO DE REFERENCIAÇÃO DE TERMOS

*Giselle Olívia Mantovani Dal Corno*¹

Introdução

A constituição da Terminologia como campo de estudos inter e intradisciplinar consolidou-se ao longo do século XX graças aos diferentes olhares que sobre ela foram lançados por pesquisadores, especialmente a partir da Teoria Comunicativa da Terminologia, de Cabré e o grupo IulaTerm. Anteriormente a essa teoria, um procedimento usual era a observação das terminologias – isto é, do conjunto de termos de uma determinada área de especialidade – como se isoladas de toda a possibilidade de interferência de seus usuários e cristalizadas em sua constituição. Essa observação *in vitro* cedeu lentamente espaço, no decorrer do século passado, para a observação *in vivo*, ou seja, dentro dos contextos sociocomunicativos em que circulam, para garantir a representação e a comunicação do conhecimento especializado. Em função disso, ganham importância os contextos de comunicação especializada, em todos os seus níveis, e, em especial, o texto, em que se pode observar o léxico especializado em uso e em correlação com os demais fatores de textualidade.

1 Universidade de Caxias do Sul, Área de Letras.

Este trabalho focaliza as relações entre Terminologia e texto, explorando o papel da Terminologia na definição de níveis de discurso e de determinados gêneros textuais, bem como o comportamento dos termos dentro de diferentes gêneros, envolvendo variação denominativa e estratégias de coesão textual. Procuramos investigar como os diferentes públicos-alvo influenciam na escolha de recursos coesivos, mais especificamente em termos de referência, empregados em textos técnicos e textos de divulgação técnica. Enquanto os primeiros são destinados a especialistas, ou seja, aqueles que já detêm certo nível de conhecimento no assunto veiculado, os textos de divulgação técnica têm em vista um público mais amplo, que lida de forma menos direta com elementos referenciados nos textos. Ilustraremos esta situação com dois gêneros de texto atualmente comuns na comunicação do conhecimento da área da indústria moveleira: o boletim técnico e o *release* de imprensa, ambos gêneros digitais.

A comunicação especializada: o discurso da ciência e o discurso da técnica

De acordo com Cabré (1999), o processo da comunicação especializada – ou técnico-científica – distingue-se do da comunicação geral pelos fatores constituintes da interação: os interlocutores (em especial o emissor da mensagem), a temática (o referente), as situações comunicativas e as especificidades das mensagens produzidas. Com relação aos interlocutores, a autora lembra que só podem ser “produtores de comunicações técnico-científicas ou profissionais de nível restrito aqueles que têm um conhecimento específico da temática, conhecimento adquirido previamente pela aprendizagem acadêmica ou profissional” (idem, p.153). Os receptores da mensagem podem ser igualmente qualificados como especialistas do tema ou deter outros níveis de conhecimento, desde o do aprendiz do especialista até o do público geral, do que resultará a densidade terminológica dos textos (orais ou escritos) produzidos. Com base nisso, compreende-se que determinadas temáticas interessam a públicos mais ou menos

especializados, mas também que pode haver diferentes maneiras de tratar um mesmo tema, de acordo com a finalidade do emprego do conhecimento: enquanto os especialistas e seus aprendizes “interiorizam o conhecimento para se tornarem usuários naturais e, assim, emissores da comunicação especializada”, o público leigo absorve o conhecimento “como simples informação” (idem, p.154).

O terceiro fator que caracteriza a comunicação especializada, ainda segundo Cabré, são as situações, essencialmente referenciais, em que essa transmissão de conhecimentos especializados ocorre: “tudo o que pode se propor a finalidades específicas (avaliar, descrever, argumentar, ordenar, classificar etc.), sempre se estabelece sobre a base de manter o caráter referencial” (ibidem). Em decorrência disso, tanto as mensagens produzidas como o código utilizado na comunicação especializada apresentarão aspectos singulares. Ao léxico da língua geral e seus recursos morfossintáticos vai se agregar o subcódigo próprio da especialidade, com a terminologia específica da área (Iula, 2002). Já as mensagens serão produzidas na forma de textos basicamente do tipo informativo e descritivo, em que a função referencial predomina, embora “nada impeça que, num texto dessa natureza, se possam detectar elementos que introduzam indiretamente outras funções comunicativas, como a conativa, a expressiva ou a metalinguística” (idem, p.17).

Já é amplamente reconhecida entre os estudiosos da Terminologia a afirmação de Cabré sobre as duas funções essenciais da terminologia na comunicação especializada: representar o conhecimento especializado e comunicar esse conhecimento (cf. Cabré, 1999, p.153-4). Foi exatamente a partir da necessidade de resolver problemas de comunicação entre os cientistas dos séculos XVIII e XIX que surgiu a Terminologia enquanto prática. Preocupados com a rápida proliferação de denominações, buscavam na criação e descrição de termos a univocidade que julgavam necessária à difusão desse conhecimento: “Nas ciências, o emprego de unidades de comunicação especializada não linguísticas (ex.: símbolos) e o recurso a uma língua universal como base da terminologia (latim ou grego) tornavam a univocidade, como resultado da padronização das nomenclaturas, não só desejável como possível” (Dal Corno, 2008, p.2).

Essa univocidade, porém, não era tão fácil de ser atingida na terminologia das técnicas. Isso já não era tão simples, porém, nas técnicas. Por isso, a tarefa a que se lançaram os enciclopedistas franceses, na era pré-industrial, que tinha o intuito de criar uma “gramática das *artes e ofícios*” – o que em outros países já era chamado de *tecnologia* – tornava-se cada vez mais difícil em função da velocidade da evolução tecnológica, especialmente decorrente da Revolução Industrial:

Enquanto nas ciências a tarefa poderia ser resumida como um grande esforço para sistematizar as denominações do que já existia e era conhecido, nas técnicas assistia-se à proliferação de inventos, novas criações pensadas para atender a necessidades sociais muito específicas para um determinado momento histórico. (idem, p.6)

Desse modo, para pensar as relações entre terminologia, texto e conhecimento especializado, não se pode mais pensar neste último como um bloco homogêneo e de características uniformes. É necessário distinguir o conhecimento técnico do conhecimento científico, já que eles se “manifestam em discursos particulares – o da técnica, o da ciência, o da divulgação (ou vulgarização) técnica e científica – e são representados por terminologias que lhes são próprias e que têm suas especificidades” (idem, p.11).

Ao discurso da ciência sempre esteve associada a ideia de verdade absoluta; mesmo que uma ideia científica venha a ser questionada e, posteriormente, reformulada ou substituída por outra, a referência a ela se fará, sob o ponto de vista da terminologia, da maneira mais uniforme e unívoca possível. Assim explica Leibrunder (2000, p.237):

A ciência, ao longo de sua história, foi gradativamente assumindo a condição de porta-voz da verdade que supostamente estaria contida nas coisas. Tal status, na medida em que lhe atribui autoridade, confere-lhe um perfil institucional. A fim de corroborar tal posição, seu discurso deve se constituir a partir de uma perspectiva

universal, e não do ponto de vista de um sujeito particular. A impessoalidade e a objetividade características do discurso científico atribuem-lhe, dessa forma, um caráter de inquestionabilidade e, portanto, de veracidade.

A ciência basicamente responde às perguntas “O que é isto?”, “Como isso acontece?” ou “O que resultará disso?”, e às respostas dadas corresponde a ideia de verdade. A terminologia científica desempenha importante papel na perpetuação dessa imagem. A padronização das nomenclaturas (como, por exemplo, a da anatomia humana, a da Química, a da Zoologia) tanto possibilita como é possibilitada pela univocidade, alcançada nas ciências por meio de estratégias como o emprego de unidades de comunicação especializada não linguísticas (ex.: símbolos) e o recurso a uma língua universal como base da terminologia (latim ou grego).

A estruturação do conhecimento científico difere daquela do conhecimento técnico. Como afirma Rey (1995, p.87), “enquanto a delimitação e a estruturação do domínio são em ciência o reflexo de uma estruturação conceitual e, por conseguinte, generalizante, elas correspondem em tecnologia a um conjunto de circunstâncias concretas, e por isso parcialmente singulares”. Para o autor, os problemas colocados pelas técnicas são de natureza diversa daqueles colocados pela ciência, uma vez que refletem cadeias de atividades completas, mesmo que se utilizem parcialmente de conhecimentos preliminares oriundos das ciências. É nesse sentido que o autor afirma que cada técnica constitui um domínio pragmático: “Não se trata mais aqui de apreender o ‘real’ para extrair do conhecimento, mas de utilizar do conhecimento para modificar o ‘real’” (idem, p.86).

As técnicas, então, respondem a outro conjunto de perguntas: “O que é isto?” e “Para que serve?” ou “Como se usa?”. As respostas podem ser dadas “de especialista para especialista, em diferentes níveis de profundidade. No entanto, sua face de aplicação aproxima as técnicas dos usuários, que podem até incluir especialistas, mas que abrangerão, com muito maior probabilidade, o grande público leigo” (Dal Corno, 2008, p.8). Sager (1990) lembra que, tanto na tecnologia como nas aplicações industriais, há o envolvimento de

um número substancialmente maior de usuários, que constituem uma população ampla e heterogênea: “Esta comunidade se apropria de alguma terminologia criada pela ciência e cria sua própria terminologia volumosa com características distintas determinadas pela diversidade de situações comunicativas desta comunidade em contato com as outras” (idem, p.81).

Em suma, no âmbito da tecnologia, às respostas dadas corresponde a ideia de aplicabilidade: “o discurso da técnica difere, desde a base, do científico pela temática e/ou pelo tratamento dado a ela: só será de interesse aquilo que reverter em prática, aplicação, indústria, transformação” (Dal Corno, 2008, p.8).

O texto técnico na indústria moveleira: entre o público leigo e o especialista

O que se costuma chamar de “texto técnico” é, em primeiro lugar, um texto especializado, assim como definem Cabré et al. (2001, p.181):

Definimos um texto especializado como a produção linguística que serve para expressar e transmitir conhecimento especializado, que tem uma série de características linguísticas que lhe conferem especificidade no conjunto de textos produzidos em uma língua, e que apresenta uma série de características pragmáticas que determinam os elementos específicos do processo de comunicação (tema, usuários e situação comunicativa).

Assim como se pode distinguir um discurso da ciência e um discurso da técnica, os textos especializados resultantes desses discursos também terão características peculiares. No entanto, em ambos os casos encontraremos textos destinados à comunicação entre especialistas e aqueles que se voltam à divulgação do conhecimento a um público menos especializado.

Muito já se tem estudado sobre a divulgação – ou vulgarização – científica. Nosso olhar se voltará então à configuração do texto

técnico de acordo com os interlocutores envolvidos na comunicação especializada. Para os propósitos deste trabalho, situaremos a questão no âmbito da indústria moveleira.

A indústria moveleira é o setor responsável pela fabricação de móveis a partir da utilização de matérias-primas e insumos provenientes de outras indústrias que para ela confluem. Configura, assim, uma área em que os conhecimentos científicos são utilizados em favor da tecnologia, a fim de obter, ao final da cadeia produtiva, um *produto* com utilização e aplicação prática junto ao público geral. A indústria moveleira caracteriza-se, portanto, como uma indústria de transformação, cuja estrutura cognitivo-funcional move-se ao longo de um eixo que parte do projeto do móvel, passando pela seleção de matérias-primas, que sofrem diferentes processos até chegar às peças que possibilitarão a montagem do móvel (cf. Dal Corno, 2006, p.162-4). Nesse longo processo, a terminologia empregada será de uso tanto do especialista na fabricação (nas diversas etapas), quanto do vendedor do móvel e quanto do usuário.

Conformam a terminologia da indústria moveleira as terminologias relacionadas a todas as etapas do processo produtivo, incluindo as que representam: matérias-primas para o substrato do móvel; matérias-primas para o revestimento do substrato; abrasivos para preparação do substrato; tintas, corantes e vernizes para acabamento; adesivos para montagem e fixação das partes do móvel; máquinas e equipamentos utilizados nas diferentes etapas de produção; materiais usados na embalagem e proteção de peças e móveis acabados.

Para a circulação do conhecimento técnico na área da indústria moveleira, podem ser empregados tanto textos técnicos, propriamente ditos, como textos de divulgação técnica, como se verá a seguir.

Texto técnico: características e gêneros textuais

O texto técnico é um texto especializado destinado à comunicação entre especialistas, ou seja, aqueles que já detêm o conhecimento especializado, ou entre esses especialistas e seus aprendizes, ou seja, aqueles que detêm um certo nível de conhecimento no assunto

veiculado, ou pelo menos na área de especialidade em questão. Aí podem estar incluídos desde o estudante de curso técnico, em seus primeiros contatos com os temas, até os responsáveis pela aplicação de materiais e técnicas descritas, como o funcionário atuante no setor de produção industrial. Em outras palavras, são destinatários do texto técnico todos os aprendizes (quer no âmbito acadêmico, quer no âmbito profissional) e profissionais que farão uso das informações para tornar esse conhecimento parte de seu repertório, como “usuários naturais” e “emissores de conhecimento”, como diz Cabré (1999, p.154).

O texto técnico se utilizará do código geral da língua em que é escrito, ao qual se soma a terminologia específica da área. A função referencial é mantida como essência desse tipo de texto, embora a ela possam se agregar as funções retóricas de instrução, descrição, descrição de processo, avaliação, entre outras.

Na área da indústria moveleira, o texto técnico se configura principalmente nos seguintes gêneros textuais:

- norma técnica;
- manual técnico;
- boletim técnico;
- relatório técnico;
- artigo técnico-científico;
- artigo acadêmico.

Tradicionalmente, esses gêneros são apresentados na forma impressa, embora cada vez mais frequentemente sejam disponibilizados também na forma digital.

Texto de divulgação técnica: características e gêneros textuais

O texto de divulgação técnica encontra-se na interseção do texto técnico e do texto jornalístico (à semelhança do texto de divulgação científica). Distingue-se do texto técnico inicialmente por seu emissor e destinatário. É baseado em textos de autoria de espe-

cialistas, mas é geralmente escrito por mediadores. O mediador, nesse caso, seria o profissional que se dedica ao jornalismo técnico (à semelhança do profissional de jornalismo científico) ou outro especialista em comunicação, como publicitários e relações públicas, que precisam apropriar-se do conhecimento especializado em nível suficiente para comunicar esse discurso técnico ao público. Essa necessidade já foi apontada por Barros (2006, p.24):

Cotidianamente, o jornalista enfrenta vários desafios: penetrar em um universo científico ou técnico que pouco conhece, compreender a problemática em questão, frequentemente apresentada em uma linguagem marcada por alta densidade terminológica, e transpor para uma linguagem de fácil decodificação por parte de seu público leitor as conquistas mais recentes da ciência e da tecnologia.

O texto de divulgação técnica destina-se, assim, ao público geral, embora possa ser utilizado por aqueles que detêm (pelo menos em parte) o conhecimento específico com a finalidade de instruir, esclarecer ou orientar esse público, que pode ter desde algum conhecimento (como o responsável pelo setor de compras em uma indústria) até ser totalmente leigo no assunto (como uma pessoa qualquer que vá a uma loja comprar um produto). Deste modo, além da função referencial, não será raro encontrar nesse tipo de texto aspectos expressivos, próprios da função conativa. Além do código geral da língua e do subcódigo da especialidade, é comum que o texto de divulgação técnica apresente uma explicitação da terminologia, como em uma “tradução” para o leigo, que pode tomar distintas formas.

Na área da indústria moveleira, o texto de divulgação técnica se configura principalmente nos seguintes gêneros textuais:

- reportagem (jornal ou revista);
- artigo de jornal;
- *release* de imprensa;
- fôlder ou folheto (*flyer*);
- catálogo;
- anúncio publicitário.

Na atualidade, todos esses gêneros podem ser encontrados na forma impressa ou digital, e o suporte influirá em algumas características.

Na próxima seção, analisaremos dois gêneros textuais emergentes na mídia virtual, muito empregados na comunicação entre agentes envolvidos de alguma forma com a indústria moveleira.

Boletim técnico e *release* de imprensa: dois gêneros digitais emergentes no discurso da técnica

Tanto o boletim técnico quanto o *release* de imprensa digital são considerados gêneros emergentes, uma vez que se originam de textos originalmente veiculados de forma impressa. Sua difusão se deu a partir da Web 2.0. O novo formato e o novo ambiente de circulação são plenamente justificados. Assim explica Marcuschi (2005, p.17):

Se tomarmos o gênero como texto situado histórica e socialmente, culturalmente sensível, recorrente, “relativamente estável” do ponto de vista estilístico e composicional, segundo a visão bakhtiniana (Bakhtin, 1979), servindo como instrumento comunicativo com propósitos específicos (Swales, 1990) e como forma de ação social (Miller, 1984), é fácil perceber que um novo meio tecnológico, na medida em que interfere nessas condições, deve também interferir na natureza do gênero produzido.

Para ilustrar ambos os gêneros, usaremos como exemplos, da área da indústria moveleira, textos que informam sobre adesivos. Vejamos como se caracterizam e como se comporta a terminologia em seu interior.

O boletim técnico digital

O gênero textual de que se origina o boletim técnico é o manual técnico, em que são dadas especificações sobre um produto ou

equipamento, juntamente com instruções para sua utilização. Hoje existem também versões digitais do manual técnico, mas são menos comuns. Por outro lado, encontram-se também versões impressas de boletins técnicos, mas a tendência é que as empresas aproveitem sua página na Web para passar informações técnicas dos produtos aos possíveis usuários. Isso se alia à necessidade de fazer chegar ao público consumidor em potencial a quantidade essencial de informações com a maior brevidade possível.

Pela mesma necessidade de brevidade, o boletim técnico digital tem extensão geralmente curta (em torno de duas páginas), dependendo, evidentemente, do volume de informações a divulgar. O gênero “boletim técnico” costuma estar indicado no título. Os dados são organizados em tópicos, e não raro os subtítulos já fazem parte do parágrafo que se segue. Isso novamente contribui para a brevidade do texto, já que suprime elementos da frase e agiliza a leitura.

Outra característica do boletim técnico digital que lhe confere agilidade é o uso de recursos paratextuais, como tabelas numéricas, gráficos e ilustrações.

O boletim técnico costuma ser um texto de vida relativamente longa, isto é, enquanto o produto permanecer o mesmo e em comercialização, o mesmo texto permanecerá acessível. É por isso que esse texto vem geralmente acompanhado da data de sua criação ou última revisão, em local visível. No entanto, em função da velocidade com que a tecnologia avança, não raro encontra-se ao final do texto uma nota de alerta: “Este boletim técnico pode ser modificado sem aviso prévio”, referindo a possibilidade de modificação ou substituição. O boletim técnico digital, via de regra, divulga um produto específico de um fabricante específico, sendo hospedado na página (*webpage*) da empresa ou na de um de distribuidor no país. Configura-se como um hipertexto, ao qual se chega por meio de um *link* disponibilizado na página.

É comum que a referência principal seja ao nome de marca do produto, havendo uma primeira especificação ou definição ainda na abertura do texto, juntamente com a denominação do material ou equipamento. Desta forma, observa-se uma preferência ao emprego do nome comercial em lugar do termo próprio da área.

Para observarmos o comportamento da terminologia e os recursos coesivos comuns no boletim técnico digital, utilizaremos como exemplo o boletim técnico de um adesivo comercializado atualmente no Brasil.

A empresa H. B. Fuller é distribuidora no Brasil dos adesivos Rakoll® e tem sua divulgação feita por meio da página da Mercantil Raoli, que disponibiliza para *download* o boletim técnico do produto GXL 3/A. Após as logomarcas e o nome do produto, encontra-se o título “Boletim Técnico de Produto”, seguido da data, “Revisão JUL./05”, e do endereço e contatos da empresa distribuidora. Em seguida, passam a ser apresentadas as especificações técnicas do produto, como vemos no seguinte trecho.

Quadro 13: Especificações técnicas do produto GXL 3/A.

<p>Descrição</p> <p>O adesivo RAKOLL GXL-3/A é uma dispersão aquosa a base de acetato de polivinila, que apresenta ótima resistência à água e rápida secagem, atendendo as exigências da norma EN 204/205*. O adesivo RAKOLL GXL-3/A, na forma monocomponente, atende as exigências da categoria D-3, desta norma e na forma bi-componente com a adição do RAKOLL GXL-3 Harter atende ao requerimento D-4.</p>
<p>Áreas de aplicação</p> <p>O adesivo RAKOLL GXL-3/A é indicado para uso em diversos materiais porosos e semi-porosos como laminados, aglomerados, compensados, madeira e outros materiais similares cuja colagem precisa ser resistente à umidade, por conferir excelentes resultados em uma ampla gama de aplicações tais como: móveis, janelas, pisos, portas, painéis e lambris decorativos, quando utilizado prensa à frio, prensa à quente e prensa de alta frequência, inclusive com resistência a altas temperaturas (80 – 90 °C).</p> <p>Pode ser utilizado para outras aplicações e substratos, desde que efetuados testes prévios. (H. B. FULLER, 2010)</p>

Observa-se nesse exemplo que um dos recursos coesivos preferenciais é a repetição do nome de marca, acompanhada ou não do termo “adesivo”. Neste boletim técnico, que tem pouco mais de duas páginas de extensão, a referência completa aparece sete vezes. Poderia parecer um recurso pobre se fosse um outro tipo de texto veiculado em outro ambiente. Lembremos, porém, que o boletim

técnico digital circula na página de um fabricante ou distribuidor de produtos: isso significa que a informação é dirigida a um público potencialmente consumidor do produto, motivo pelo qual a repetição do nome de marca funciona como uma estratégia de marketing com o intuito de gravar na mente do leitor o nome do produto.

O segundo recurso coesivo preferencial é a elipse. Ao não mencionar qualquer outro nome no lugar, permanece na memória do leitor o primeiro nome dado. No trecho destacado acima, serve como exemplo a última frase, em que o sujeito é omitido, mas pode ser resgatado pelo leitor como sendo o sintagma “adesivo RAKOLL GXL-3/A”. A elipse ocorre também na estruturação do texto em tópicos, com, por exemplo, em:

Quadro 14: Elipse de “adesivo RAKOLL GXL-3/A”.

Vida útil
Três meses, quando observadas as condições de estocagem. (FULLER, 2010)

O tópico *Vida útil* anunciado como subtítulo seria parte do sujeito da oração, ao que o leitor mentalmente acrescenta “do adesivo RAKOLL GXL-3/A”, omitido por não comprometer a compreensão. A oração se formaria ao se acrescentar um verbo (*ser*) à frase que segue. Estruturas semelhantes se repetem ao longo de todo o texto.

Também é recorrente a redução do sintagma, com o emprego apenas do termo *adesivo*, que se verifica três vezes no texto. No entanto, é menos recorrente que o emprego do hiperônimo *produto*, que ocorre cinco vezes em referência direta, mais duas em referência genérica (“não é considerado um produto perigoso”), além de constar do título do boletim.

Release de imprensa digital

O gênero textual de que se origina o *release* de imprensa digital é o próprio *release* de imprensa, encontrado de forma impressa em

jornais e revistas especializadas ou temáticas. Tem, por isso mesmo, na notícia jornalística sua contraparte, fazendo também uma interface com o anúncio publicitário. É um texto de pouca extensão, geralmente composto de alguns parágrafos apenas, dificilmente excedendo uma página, com um intuito bastante preciso na área industrial: informar sobre um novo produto ou uma nova aplicação para um produto, bem como noticiar acontecimentos que envolvam a empresa em cuja página (*webpage*) está hospedado. Não raro aparece na página de abertura na íntegra, ou o *link* que a ele leva encontra-se disponibilizado em seções intituladas *Notícias*, *Novidades*, *Lançamento* ou algo semelhante. Deste modo, configura-se também como um hipertexto.

O *release* de imprensa digital pode ser acompanhado de uma data, dependendo da periodicidade de atualização da página *on-line*. No entanto, sua duração é bem mais curta, uma vez que é rapidamente substituído por um novo texto tão logo surja uma novidade a ser comunicada ao público leitor. Outra possibilidade é a de fazer parte de revistas eletrônicas, sendo então a data da revista e o número da edição sua referência temporal.

A organização textual se faz em parágrafos, com ou sem subtítulos. Geralmente, o título é um apelo à novidade e/ou às vantagens e qualidades do que está sendo divulgado, nisto se assemelhando ao discurso publicitário.

Pelo pouco espaço destinado ao *release* na página, observa-se a presença (frequente, mas não obrigatória) de hipertexto, que o leitor escolhe seguir ou não. O elemento paratextual mais comum é a fotografia, que serve para ilustrar o que está sendo divulgado ou para apresentar algum profissional cujo depoimento conste do texto. À função referencial alia-se a função conativa. Tudo isso contribui para tornar a leitura mais breve, leve e agradável.

O *release* de imprensa destina-se a um público mais amplo e menos especializado, que lida de forma menos direta com elementos referenciados nos textos (embora esteja acessível também ao especialista). Desse modo, o texto terá uma densidade terminológica mais baixa, possibilitada pelo emprego de recursos coesivos especí-

ficos. Os recursos coesivos preferenciais observados são: repetição com redução do sintagma terminológico, substituição lexical (sinonímia) e uso de hiperônimos (indicação de material, finalidade etc.).

Para observarmos o comportamento da terminologia e os recursos coesivos comuns no *release* de imprensa digital, utilizaremos como exemplo o texto que divulga o lançamento comercial de um adesivo.

Na página da Henkel Brasil, encontra-se o *link* para a seção “Imprensa & Relações com a Mídia no Brasil”, onde se pode localizar o *release* de 14.9.2009, com o título *Cascola sem toluol garante agilidade e segurança aos profissionais do setor moveleiro*. Novamente, tem-se um nome de marca sendo usado para referir o produto divulgado – que é, na verdade, um “adesivo sem toluol” –, e esse nome se repete na íntegra por cinco vezes ao longo dos quatro parágrafos de que o texto é composto.

A chamada que aparece antes do título já se refere ao produto que será anunciado de forma hiperonímica: “adesivos profissionais”. O termo genérico *produtos* é usado três vezes para substituir o nome de marca, assim como o termo *adesivo* (reduzindo o sintagma terminológico), que aparece duas vezes. Outras substituições lexicais procuram reforçar o aspecto inovador do produto: “novo Cascola” (uma ocorrência), “a nova versão” (duas ocorrências), “a nova fórmula” (uma ocorrência). As substituições retomam o objeto da divulgação, sem, no entanto, tornar o texto repetitivo ou cansativo; a densidade terminológica é menor exatamente porque, em lugar dos termos específicos (o subcódigo da especialidade), são empregados elementos do código geral da língua. Desse modo, a leitura torna-se mais fácil para o público leigo, interessado em adquirir a informação sem necessariamente tornar-se usuário do conhecimento técnico.

Considerações finais

Pelo material analisado, há indicações de que os diferentes públicos-alvo influenciem na escolha de recursos coesivos de referencia-

ção empregados em textos técnicos e textos de divulgação técnica, como exemplificado, respectivamente, pelo boletim técnico digital e pelo *release* de imprensa digital. Como se pode observar, o emprego de recursos coesivos diferentes auxilia no estabelecimento e na manutenção das características do gênero textual, além de ter papel importante na determinação da densidade terminológica do texto.

Referências bibliográficas

- BARROS, L. A. Aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da terminologia. *Ciência e Cultura* [on-line], São Paulo, v.58, n. 2, p.22-26 abr./jun. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200011&lng=pt&nrn=iso>. Acesso em: 12 set. 2010.
- CABRÉ, M. T. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Iula; UPF, 1999.
- _____. et al. Las características del conocimiento especializado y la relación con el conocimiento general. In: CABRÉ, M. T.; FELIU, J. (Eds.). *La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Barcelona: Iula; UPF, 2001.
- DAL CORNO, G. O. M. Discurso da ciência x discurso da técnica: implicações para a terminologia. *Debate Terminológico*, Paris, n.4, 2008. Disponível em: <<http://rterm.net/revista/ojs/index.php/debateterminologico/article/view/65>>. Acesso em: 10 jun. 2010.
- _____. *Terminologia da indústria moveleira: um estudo descritivo*. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8310>>. Acesso em: 10 jun. 2010.
- H. B. FULLER. RAKOLL GXL-3/A: boletim técnico de produto. Disponível em: <http://www.raoli.com.br/download/0003_GXL3A.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2010.
- HENKEL BRASIL. *Cascola sem toluol garante agilidade e segurança aos profissionais do setor moveleiro*. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.henkel.com.br/cps/rde/xchg/henkel_brb/hs.xsl/2009-4519_4573_BRB_HTML.htm>. Acesso em: 10 jun. 2010.
- INSTITUT UNIVERSITARI DE LINGÜÍSTICA APLICADA (Iula). Terminología y comunicación especializada. In: GRUPO IULATERM.

- Introducción a la terminología*. Barcelona: Iula, Universidad Popeu Fabra, 2002. Disponível em: <<http://www.iulaonline.org>>. Acesso em: 29 out 2003.
- LEIBRUDER, A. P. O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, H. N. *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Aprender e Ensinar com Textos, 5).
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: _____; XAVIER, A. C. (Orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.13-67.
- REY, A. *Essays on terminology*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- SAGER, J. C. *A practical course in terminology processing*. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

12

EXPRESSÃO IDIOMÁTICA: UMA UNIDADE FRASEOLÓGICA

Huélinton Cassiano Riva¹

Beatriz Facincani Camacho²

Introdução

As expressões idiomáticas (EIs) estão no grupo das lexias complexas mais empregadas na linguagem cotidiana. Para os brasileiros, especificamente, uma das dificuldades no uso dos idiomatismos, seja na comunicação ou no ensino, concentra-se nas diferenças linguísticas regionais, pois cada estado da Federação pode apresentar grande número de variantes. Para o estrangeiro, ou mesmo para as crianças no início da aprendizagem da língua materna, o maior problema está na dificuldade de decodificar o sentido conotativo da EI.

O falante de uma língua lança mão dos idiomatismos com muita frequência, porque, embora as línguas disponham de meios para expressar objetivamente os acontecimentos, os sentimentos, as ideias etc., há a vontade do falante de comunicar experiências de maneira mais expressiva, por meio de combinatórias inusitadas.

1 UEG-Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Pires do Rio-GO. Auxílio à pesquisa: Fapesp – Proc. n° 04/16010-6.

2 Unesp – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto-SP, mestre pelo Programa de Estudos Linguísticos.

Nos casos em que o falante necessita ou deseja ser mais emotivo, ele busca na língua maneiras de apelar para os sentimentos do interlocutor, a fim de persuadi-lo.

Quando o falante deseja despertar o cômico, o irônico, ou quando quer transmitir uma carga emotiva intensa de ódio ou felicidade, então as EIs são usadas como um recurso excelente. Para destacar um estado exacerbado de nervosismo, por exemplo, um falante pode optar pelo idiomatismo *espumar de raiva* em detrimento de sua paráfrase “ficar nervoso”, enfatizando, assim, a intensidade do sentimento de raiva que ele descreve. No caso de pretender ser irônico com seu interlocutor, um falante do português do Brasil pode utilizar a EI *falar a voz da verdade*, ao invés de simplesmente qualificar como “presunçoso”, aquele que se supõe melhor informado, superior ou mais inteligente.

Por esse motivo, além de delimitar a unidade lexical com a qual trabalhamos em nossas pesquisas, apresentamos ainda sua imbricação com a Fraseologia.

Conceituação de expressão idiomática

Para a realização adequada de um trabalho lexicográfico sobre EIs é imprescindível, *a priori*, definir quais lexias complexas podem ser identificadas como tal e, para isso, foram consideradas as seguintes características fundamentais: conotação, cristalização e indecomponibilidade.

Conotação

Um idiomatismo aponta uma representação figurada da realidade como um meio de caracterização pitoresca do que se pretende expressar. Assim, ainda que uma expressão também possa ser interpretada denotativamente, como é o caso de *quebrar um galho*, *abrir os olhos*, *sujar as mãos*, haverá sempre a produção de

um efeito especial, com a transferência do sentido denotativo para o conotativo.

Outros exemplos: *abrir a torneira* pode se relacionar ao conceito “infortúnio”, com o sentido de chorar, ou significar literalmente que um indivíduo *abriu a torneira*. O mesmo acontece com a EI *puxar o tapete*, pois é perfeitamente possível se referir, denotativamente, ao ato de puxar ou arrastar um tapete e, conotativamente, referir-se à “traição”.

Afirma-se, pois, que para uma expressão poder ser considerada idiomática, seu significado dependerá dessa transferência de sentido para um âmbito semântico que não é o do objeto designado por ela. Por isso, de acordo com Pottier (1987, *apud* Riva, 2009, p.24), coexistem em uma EI ao menos dois empregos da mesma lexia, o que justifica seu sentido metafórico. Também para Greimas (1960, *apud* Riva, 2009, p.19), a cada segmento da cadeia lexemática, convencionaliza-se a atribuição de um significado segundo, ou pelo menos um primeiro nível de abstração, que constitui a transferência de significado de um lugar semântico a outro, sem que o significante sofra alteração.

Para Roncolato (2001, p.16-7), “a conotação é, sem dúvida, uma característica primordial das expressões idiomáticas. [...] As expressões idiomáticas são frutos de um processo metafórico de criação”.

Assim, a EI *dançar conforme a música* não pode apresentar seu significado partindo dos significados individuais de seus termos, pois não haverá um sentido conotativo referente à expressão como um todo. “Dançar” seria executar movimentos corporais de maneira ritmada, em geral, ao som de uma música, bailar (Ferreira, 1999, CD-ROM), e “música” seria a arte e ciência de combinar os sons de modo agradável ao ouvido ou qualquer composição musical. Portanto, para a compreensão do idiomatismo desejado, é necessário haver o deslocamento, para um nível abstrato, da imagem a que se refere a EI.

Xatara (1998b, p.171) propõe uma subdivisão quanto ao grau de conotação de um idiomatismo, que é variável e que pode ser anali-

sado com base na busca mais detalhada pelo significado de cada termo da EI e, em seguida, pelo significado dos termos em conjunto.

As EIs podem ser, portanto:

- I) *fortemente conotativas*: nesse caso, a interpretação literal é pouco provável ou há uma conotação muito marcada por fatos históricos na etimologia do idiomatismo.

Em virtude da impossibilidade de concretização, na realidade extralinguística, da ideia transmitida pela EI, pode-se dizer que o idiomatismo fortemente conotativo é aquele em que, em função de seu alto grau de metaforização, há a impossibilidade de recuperação, ou recriação, da imagem à qual ele se refere.

Em uma análise das partes constituintes da EI *filhote de cruz-credo*, por exemplo, não há reconstituição denotativa possível entre “filhote” (natural, originário; cria de animal; filho pequeno ou muito novo) e “cruz-credo” (oração cristã em latim que sintetiza os dogmas essenciais do catolicismo), embora “cruz-credo” já conste dos principais dicionários de nossa língua como uma das acepções do verbete *credo*, designando uma interjeição que exprima espanto ou aversão.

No caso da EI *jogar (lançar) pérolas aos porcos*, que faz, em seu uso atual, remissão direta ao conceito “desperdício”, o alto grau de metaforização deve-se a seu significado original, cuja referência está na *Bíblia* (1962, p.1145), mais especificamente no Evangelho de São Mateus, capítulo 7, versículo 6: “Não dê aos cães o que é santo; *nem lanceis aos porcos as vossas pérolas*, para que não suceda que eles lhes ponham os pés em cima e, tornando-se contra vós, vos despedacem”.

Embora as EIs utilizadas na *Bíblia*, ou ao menos parte delas, possam em seu uso contemporâneo não aludir aos contextos da época ou às interpretações bíblicas, são consideradas fortemente conotativas por causa das referências às quais remetem e que podem ser percebidas em estudos mais detalhados das Sagradas Escrituras.

Na recuperação de muitas dessas metáforas não há consenso. No exemplo citado, há aqueles que dizem que “pérolas” refere-se ao

“Reino dos Céus” e que “porcos” refere-se aos “judeus”. Em contrapartida, há historiadores que creem que os “porcos” seriam “os romanos”. Considera-se que idiomatismos que se referem a metáforas advindas da *Bíblia*, mesmo que estas não sejam retomadas em seu uso contemporâneo, possuem uma conotação muito forte.

Como diz Aichele (2000, p.12):

o texto bíblico fornece elementos sobre a história, a linguagem, a retórica, o poder, como também, questões políticas (gênero, religião, raça, sexualidade, classe) que ocupam atualmente grande parte das discussões acadêmicas.

Não poderia ser diferente com as EIs registradas na *Bíblia* e que ainda são utilizadas, independentemente de retomarem, ou não, o sentido conotativo original. O que se sabe é que, além das metáforas inerentes à composição de cada EI, há referências figuradas à cultura da época, incluindo personagens bíblicos, por exemplo Jó (*paciência de Jó*), Judas (*beijo de Judas*) ou São Tomé (*ser como São Tomé*), espaços geográficos onde algumas narrativas bíblicas se desenvolveram, como deserto (*pregar no deserto*), momentos descritos no livro sagrado, caso do calvário de Jesus Cristo antes da crucificação (*carregar sua cruz*) ou de quando Pilatos lava suas mãos para se eximir da responsabilidade pela crucificação de Jesus (*lavar as mãos*) etc.

II) *fracamente conotativas*: nos casos em que a conotação da EI é construída pela soma entre componentes de significação denotativa, semanticamente presentes, e outros de significação conotativa.

É o que acontece com as lexias *custar os olhos da cara*, *rápido como um foguete* ou *viver de papo para o ar*, uma vez que se referem denotativamente a ideias de fato manifestadas nas expressões: temos respectivamente o sentido denotativo de “custar”, “rápido” e “viver”, o que, entretanto, não anula o sentido conotativo dos complementos dessas três unidades léxicas.

Quanto à questão dos graus de conotação, Roncolato (1996, p.20) e Alvarez (2000, p.70) preferem utilizar os termos *transparência e opacidade*. Para a primeira autora, a idiomaticidade relaciona-se à opacidade da expressão, ou seja, uma unidade lexical é idiomática quando é fixa e não transparente. Para a segunda:

Em português, como em outras línguas [...], os fraseologismos são unidades lexicais múltiplas que apresentam vários graus de transparência semântica que vão de uma maior transparência a uma total opacidade. [...] Desta forma, acredita-se que a proporção de termos opacos e transparentes, assim como a frequência relativa das diferentes formas de motivação podem proporcionar valiosos critérios para a classificação dos termos nas línguas, aspecto esse esboçado por Saussure, que distinguiu dois gêneros de idiomatismos: o lexicológico, onde predominam as palavras opacas, e o gramatical, que prefere os termos motivados. (ibidem)

Cristalização

O elenco de EIs de uma comunidade linguística encontra-se em sua memória coletiva, em nível individual e social, como *modo de dizer* tradicional. E, para que uma lexia complexa possa, então, ser identificada como EI, é necessário que seu uso seja, ou tenha sido frequente por um considerável número de pessoas, processo este que se denomina *cristalização*.

Considerando como lexicalização “a transformação de um sintagma constituído de morfemas livres em um sintagma fixo (ou lexia), comutável, do ponto de vista paradigmático, no interior de uma classe lexemática” (Greimas & Courtés, 1979, p.254), pode-se afirmar que a frequência do emprego de uma EI pela comunidade de falantes é o fator responsável pelo processo de lexicalização de um idiomatismo, conforme nos diz Rios (2004, p.45):

em um primeiro momento, podemos pensar que as conotações idiomáticas são criadas na fala. No entanto, nesse momento, elas

são apenas uma realização do sistema como outra qualquer. Essas realizações no plano da fala só passarão a constituir EIs quando passarem para o plano da norma, isto é, quando passarem para o dizer tradicional, comum e constante da língua. Daí uma das características obrigatórias das EIs: sua cristalização.

Há uma consagração ou cristalização não apenas da forma do idiomatismo, mas também de seu significado. Porém, são inúmeras as EIs que, consagradas em uma determinada forma, possuem mais de um significado dentro de uma mesma comunidade linguística. É o caso da EI *botar pra fora* que, dependendo do contexto no qual está inserida, significa *desabafar*, *expor a opinião* (Serra e Gurgel, 1995, p.96).

Coexistem, ainda, significados diversos em comunidades linguísticas diferentes nas quais se fala o mesmo idioma. É comum se observar esse caso nos idiomatismos originários de gírias e que, por vezes, difundem-se com mais de um significado. São, portanto, considerados idiomatismos regionais quando não atingem o âmbito nacional. Enquanto *ser fim de festa* refere-se, em quase todo o Brasil, ao indivíduo que costuma sair de reuniões sociais ou festas apenas quando estas terminam, *sair no lixo* é o idiomatismo de mesmo sentido, utilizado apenas na Bahia, por exemplo, na concordância extraída da homepage <portaldocarnaval> (Secor, 2010), “Raphael Batista, que acompanha a família Amaral, tem a mesma expectativa e diz que só sai no lixo, depois do arrastão na Quarta-feira de Cinzas.”

A consagração do uso de uma EI pela tradição cultural da comunidade linguística em que ela se encontra é imprescindível para que o idiomatismo seja considerado como tal. Dessa forma, pode-se afirmar que, ao menos em um primeiro nível de abstração, existe estabilidade na significação de uma EI.

Sobre a dinamicidade das EIs, Alvarez (2000, p.73) diz que,

as expressões idiomáticas refletem o lado dinâmico da língua, a sua adaptação constante às necessidades comunicacionais do momen-

to, tanto que podem desaparecer logo depois de seu surgimento, se bem que muitas ficam e se incorporam ao inventário lexical da língua. [...] São precisamente as mudanças que ocorrem na ordem social que influem no envelhecimento dos fraseologismos que são quase sempre efêmeros [...]

A significação conotativa primária que se refere à EI *vestir o paletó de madeira* é “morrer”, e assim, pode-se dizer que essa significação é fixa, pois não há a possibilidade de a expressão possuir o sentido metafórico que não o apresentado.

Em outras palavras, acredita-se que de fato os significados de qualquer que seja o item lexical não têm estabilidade ou fixação diacrônicas, ou seja, na evolução semântica de uma língua, também as EIs podem mudar de significado, perder ou acrescentar significações. Sincronicamente esse fenômeno não ocorre. Os significados são convencionalizados socialmente e não individualmente.

Assim, entende-se que, embora existam diversas EIs relacionadas ao conceito universal de morte, como, por exemplo, *bater as botas*, *dormir o sono eterno*, *passar dessa para uma melhor*, para essas não há possibilidade de outro emprego que não aquele com o sentido de “morrer”, mesmo que as imagens que cada uma possui sobre a morte sejam particulares. Para Xatara (1994, p.129),

o obscurecimento de seus elementos formadores manifesta a espessura simbólica e metafórica de uma linguagem que é condensada, presente por toda parte, embora discretamente. Nessa linguagem aflora o inconsciente, em que os significantes, desprovidos de seu sentido próprio, agem confusamente por sua própria conta. A EI é, assim, o lugar em que o discurso se faz língua, em que o social se faz símbolo.

Portanto, embora todas as EIs sejam lexicalizadas, o que permite que os falantes de uma língua compreendam o sentido conotativo delas, trata-se de um fenômeno linguístico que também é passível

de mudanças, tanto aquelas relacionadas à sua variabilidade ou estrutural composicional, conforme abordaremos no subitem seguinte, quanto no que tange a seus aspectos semânticos e pragmáticos.

Indecomponibilidade

As EIs constituem lexias complexas indecomponíveis, de distribuição única ou limitada, pois as partes que as constituem não se dissociam sem prejuízo na interpretação semântica, a qual, como já foi dito, não pode ser calculada com base nos significados individuais de seus componentes.

Para que certas lexias complexas possam ser consideradas idiomáticas, é necessário que elas constituam uma combinatória fechada, ou seja, que substituições por associação paradigmática somente ocorram em restritas possibilidades (Xatara, 1998b, p.170). Exemplificando, a EI *achar-se o centro do universo* oferece algumas possibilidades de variação dos termos que a constitui e que só são possíveis porque não comprometem o sentido conotativo do idiomatismo. Pode-se substituir o verbo “achar-se” por “sentir-se”, dependendo do contexto em que se aplica a expressão; pode-se, ainda, substituir “centro” por “umbigo”, e “universo” por “mundo”. Em todos esses casos, não há perda no sentido da EI, o da descrição do indivíduo que acredita ter maior importância que outros.

Nos casos de possíveis distribuições, há escalas de variabilidade que correspondem a graus de cristalização (Riva, 2009, p.33). Depende desse grau de cristalização a possibilidade de esses elementos aceitarem variações, do tempo verbal e da modalidade de asserção (*Ele se fez de desentendido. / ...vai se fazer de...*); do modo e da pessoa do verbo (*É provável que ele se faça de desentendido. / Quando nos fizermos de desentendidos...*); do artigo (*Ela armou o [um; maior] barraco.*); do possessivo (*Não deixou de jogar seu charme. / Eu joguei meu charme.*); além da inserção de advérbios (*O negócio não vai [muito] bem das pernas. / Antes da festa, ele [já] estava [meio] alto.*); e permutas lexicais (*Ele é esperto como um esquilo [rato; serelepe]*).

Se por um lado é viável a inserção de alguns elementos em uma construção idiomática, sem prejuízos para seu sentido, principalmente nos casos em que apenas o eixo sintagmático muda e não há variação e comprometimento da idiomaticidade da expressão, por outro, essas variações podem ocorrer apenas com determinadas EIs, que são mais ou menos recorrentes dependendo da interferência de fatores extralinguísticos.

Mesmo em se tratando de EIs que apresentam o traço da indecomponibilidade, algumas variações podem ocorrer para atender a necessidades sintáticas que correspondem a adequações textuais e para atender a necessidades estilísticas. Ilustrando o primeiro caso, há uma EI com variação do pronome possessivo (*jogar meu [seu] charme*), e o segundo caso, uma EI com demonstração de grande expressividade (*armar o maior barraco*).

Assim, há outras EIs que não admitem tais variações, como, por exemplo, *passar a faixa*, que não pode ter, entre seus termos, nem acréscimos, nem tampouco substituições, sem que acarrete prejuízo semântico para o entendimento da expressão. Ao dizer: “O diretor não resistiu às pressões da oposição e *passou a faixa* verde e amarela”, certamente haveria estranheza para o ouvinte pelo acréscimo dos adjetivos *verde* e *amarela* ao idiomatismo. Nesse caso, o significado da EI, que é deixar um cargo, ficaria seriamente comprometido, fato este que comprova que há indecomponibilidade e variações das EIs apenas em casos específicos e com determinadas partes constituintes do idiomatismo.

Cabe acrescentar ainda que é muito comum haver a ruptura da idiomaticidade com fins estilísticos e, nesse caso, as variações são aceitas quando permitem que o interlocutor compreenda, além do significado conotativo primeiro do idiomatismo, em que se observa seu núcleo semântico fixo, as alterações propositais que o levam a uma significação outra, também passível de ser captada pelos usuários da língua.

Essas alterações são largamente utilizadas pela imprensa e pela publicidade, tanto de caráter humorístico quanto dramático, com o intuito de chamar a atenção do interlocutor para, de alguma maneira, persuadi-lo.

A revista *Veja* (2003a), por exemplo, traz em sua reportagem de capa o seguinte subtítulo: “A vida fora do armário”. Para que o leitor da revista compreenda a lexicalização distorcida, é necessário que ele saiba que a expressão *sair do armário* significa assumir a homossexualidade ou, mais precisamente, tornar pública sua orientação sexual. No caso, a revista disponibilizou ao leitor ainda um segundo subtítulo que proporciona a compreensão do primeiro, que é o seguinte, “Conflitos existenciais e desafios cotidianos dos que tiveram coragem de *assumir a homossexualidade*”.

Embora não caiba aqui se ater aos reais propósitos da alteração do idiomatismo citado, pode-se salientar que a opção por uma EI promoveu, como já dissemos, uma comunicação muito mais expressiva na descrição do tema central da reportagem e, além disso, possibilitou a utilização de uma gama maior de opções de recursos gráficos para o enriquecimento da matéria em questão. Na capa, foi usada a imagem de uma fechadura para dar ao leitor a impressão de que ele está observando, através da fechadura, dois rapazes abraçados, ou seja, mostra-se como é a *vida fora do armário* daqueles que assumiram ser homossexuais.

Em outra edição da revista *Veja* (2003b), vê-se a EI *ninguém quer largar o osso*. Embora, nesse caso, não tenha havido uma alteração do idiomatismo, observa-se que não são poucos os casos em que as EIs são a opção para grandes matérias jornalísticas. Novamente a revista *Veja* disponibilizou aos leitores, como subtítulo, para a melhor compreensão do idiomatismo, uma paráfrase, “Os militares e juízes fazem pressão para *manter* aposentadorias *privilegiadas*”.

Nota-se, como diz Alvarez (2000, p.87), que algumas variações fraseológicas podem “violiar” ou não o sentido da expressão, dependendo do caso. É prudente atentar para que uma substituição ou inserção de um termo não comprometa o sentido geral do idiomatismo.

É impossível, pois, interpolarem-se, em uma EI de distribuição única, elementos que lhe são alheios, por exemplo, *cair do cavalo [branco]*, *de pernas [torneadas] para o ar*, *com cara de quem comeu [muito]* e *não gostou [de nada]* etc. No entanto, há casos em que, por

se tratar de modificações para a criação de trocadilhos ou expressões de caráter humorístico, não há comprometimento em sua significação, porém é necessário, para a compreensão desse segundo grau de dificuldade, que se conheça a EI na forma primitiva e original.

Se em uma propaganda de automóveis, por exemplo, houvesse o *slogan* “*não é preciso recarregar nunca a bateria*”, somente seria possível entender o trocadilho se fossem conhecidos tanto o sentido denotativo da expressão, o da necessidade de se recarregar ou trocar a bateria de um carro, quanto o seu sentido conotativo, o de recuperar a energia gasta. Portanto, embora a EI tenha sido deformada para tornar-se um *slogan*, não houve comprometimento do sentido conotativo.

A cristalização de uma EI na memória coletiva dos falantes de uma língua garante seu automatismo, mas isso não leva seu receptor a pensar em sua interpretação: é a criatividade do falante ou escritor a responsável para que o idiomatismo seja aplicado em um contexto claro que permita a compreensão de seu sentido idiomático.

Convém ressaltar, ainda, que os idiomatismos são estruturas que têm a verdade do discurso idiomático assegurada por seu saber implícito. Nem a situação, nem o contexto responsabilizam-se, individualmente, pelo estabelecimento de um significado outro que faz de uma expressão qualquer uma EI (Alvarez, 2000, p.175-9).

Por fim, o frequente emprego dos idiomatismos evidencia que a linguagem coloquial é permeada por recursos imagéticos vindos da subjetividade, criatividade e herança cultural do homem. Prova disso é, por exemplo, a publicação do *Dicionário de provérbios, idiomatismos e palavras francês-português / português-francês*, de Xatara & Oliveira (2002). Em função de sua ampla ocorrência no uso cotidiano da língua (fala, literatura, mídia etc.), é indispensável que se faça um estudo sistemático das construções e dos elementos lexicais constituintes dos idiomatismos. O desenvolvimento de abordagens morfossintáticas e semânticas desses fraseologismos permitirá, pois, dentre outras conquistas, alimentar programas computacionais que tratam do processamento da linguagem natural e da tradução automática.

Visto que os estudos fraseológicos vêm adquirindo cada vez mais importância, tanto do ponto de vista prático, no ensino/aprendizagem de línguas e elaboração de dicionários, como do teórico, na investigação das regras léxicas, semânticas e gramaticais concernentes a unidades lexicais dessa natureza, apresentamos, a seguir, uma análise tipológica dos idiomatismos considerando critérios correspondentes aos aspectos morfossintáticos e semânticos das EIs da língua portuguesa do Brasil.

Tipologia das expressões idiomáticas

Constata-se, como Xatara (1998b, p.171), que as EIs se agrupam por subtipos, seja por semelhanças estruturais, seja por identidade de relações semânticas.

Natureza estrutural

No que concerne à natureza morfossintática, que ratifica o princípio da complexidade lexical, identificam-se EIs verbais, nominais, adjetivas, adverbiais e frasais. São exemplos dessas estruturas:

- a) sintagmas verbais: *caçar encrenca*; *gelar até a alma*; *ser boa pinta* etc. E podem ocorrer EIs elípticas nas quais não se explicita um dos elementos do sintagma frasal: *saber (...) por alto* ou *tomar todas (...)*.
- b) sintagmas nominais: *cabeça de bagre*; *lobo do mar* etc.
- c) sintagmas de função adjetiva com ou sem construções paralelas: *altos e baixos* ou *de cara*, por exemplo.
- d) sintagmas de função adverbial: *ser rápido e rasteiro* etc.
- e) sintagmas frasais, em geral, exclamativos: *é a mesma história de sempre!*; *e eu com isso?* etc.

Na verdade, o mapeamento completo de todas as estruturas morfossintáticas dos idiomatismos, assim como de outras unidades

fraseológicas, é imprescindível à elaboração de léxicos computacionais – segmento de grande interesse nas pesquisas linguísticas da atualidade –, para que, finalmente, estes incluam as lexias complexas com maior abrangência (Vale, 2001, p.200-3).

Casos especiais

Consideramos, abaixo, alguns tipos de EIs em razão de sua alta frequência no português do Brasil contemporâneo:

a) *EIs alusivas*

São aquelas em que há a necessidade de uma incursão de conhecimentos enciclopédicos para que se esclareça sua significação e o fato ou a personagem a que se refere o idiomatismo: *ser como São Tomé*, que se relaciona ao conceito de “incredulidade”, reporta-se ao acontecimento relatado na *Bíblia* (1962, p.1272, Evangelho de São João, capítulo 20, versículos 24 e 25), quando São Tomé questiona a ressurreição de Jesus:

24 – Porém Tomé, um dos doze que se chama Dídimo, não estava com eles quando veio Jesus; 25 – Disseram-lhe pois os outros discípulos: Nós vimos o Senhor. Mas ele lhes disse: Eu, se não vir nas suas mãos a abertura dos cravos, e se não meter o meu dedo no lugar dos cravos, e se não meter minha mão no seu lado, não hei de crer.

Esse mesmo fato gerou também a EI *ver pra crer*.

Outro exemplo de idiomatismo alusivo à *Bíblia* é *dar (levar, receber, ser como) beijo de Judas*. O apóstolo, cognominado Iscariote, identifica Jesus, em meio aos apóstolos e soldados, desferindo-lhe um beijo e indicando sua traição.

Há, entre outras referências na *Bíblia* (op. cit.), o Evangelho de São Mateus, capítulo 26, versículos 47, 48 e 49, p.1172:

47 – Estando ele ainda falando, eis que chega Judas, um dos doze, e com ele uma grande multidão de gente com espadas e varapaus,

que eram os ministros enviados pelos príncipes dos sacerdotes e pelos anciãos do povo; 48 – Ora o traidor tinha-lhes dado este sinal, dizendo: Aquele a quem eu der um ósculo, esse é que é: preendi-o; 49 – E chegando-se logo a Jesus lhe disse: Deus te salve, Mestre. E deu-lhe um ósculo.

b) *EIs análogas*

São as EIs aparentemente semelhantes, mas que possuem significações distintas: *pôr em dia*, que se refere ao ato “confabular” ou “fofocar” e *pôr em xeque*, referente ao conceito “questionar” ou “desafiar”.

c) *EIs depreciativas*

São, em geral, idiomatismos com sentido pejorativo. Exemplo, *parecer um robô*, EI que descreve justamente o oposto ao conceito “agilidade”; *olho de peixe morto* é um outro exemplo de EI com sentido depreciativo, pois se refere à feiura ou à aparência dos olhos de um indivíduo.

d) *EIs comparativas*

São as EIs que têm como núcleo a comparação, tendo em sua estrutura propriedades adjetivas ou verbais e elementos comparativos: *belo como um príncipe*, que se refere ao conceito “beleza”, utilizando-se da imagem de “príncipe” como ideal de beleza; ou *liso como sabonete*, que se relaciona à “destreza”, na referência à imagem da dificuldade de se prender um sabonete nas mãos.

e) *EIs deformadas*

É o caso de expressões que representam trocadilhos ou modificações. No português do Brasil, há vários casos de deformação pelo uso, um exemplo disso é a EI *ficar ruço*, que se refere à “adversidade”, “complicação”, “raiva”, mas que pode ser encontrada, em alguns dicionários, na forma *ficar russo (de raiva)*.

f) *EIs hiperbólicas*

São as EIs que apresentam valor expressivo e afetivo, geralmente absurdo e exagerado. Por exemplo, a EI *matar cachorro a grito*

descreve, com exagero, a situação dificultosa em que um indivíduo se encontra. Observamos ainda no grupo das EIs hiperbólicas a existência de idiomatismos de matrizes comparativas, porém de direções contrárias, como *a passos largos*, referente a “rapidez”, em contraposição à EI *a passos de tartaruga*, que se refere à “lentidão”.

g) *EIs irônicas*

Trata-se de um dos efeitos de sentido da antífrase, procedimento expressivo determinado pelo contrário do que se diz. A EI *fino como sal grosso* é irônica porque descreve propositadamente a falta de bons modos e de fineza. Essa modalidade de EI fica evidente principalmente pela presença da comparação que revela significado contrário.

h) *EIs negativas*

São as expressões usadas exclusivamente na forma negativa, sendo impossível passar para a afirmativa, como é o caso de *não acertar uma*, que se refere à falta de destreza, ou *não dar a mínima*, referente à falta de importância dada ou recebida por alguém a algo. Em ambas, não há possibilidade de uma inversão para uma asserção afirmativa.

i) *EIs situacionais*

São as EIs utilizadas em um contexto social determinado ou desencadeadas por uma situação específica, notadamente usadas em designações de ameaças ou provocações. Por exemplo, *é a vovozinha!*, usada no revide a uma provocação ou insulto.

Os idiomatismos dentro da Fraseologia

Embora os estudos de Saussure tenham sido publicados postumamente, no ano de 1916, eles já sinalizavam para a existência de “combinações não livres”, as quais foram chamadas de “agrupamentos”. Tais sintagmas eram compostos por mais de uma unidade consecutiva que estabelecia um encadeamento de caráter linear. Esses sintagmas podiam corresponder a palavras, a grupos de pala-

vras, a lexias complexas de qualquer dimensão ou espécie (Saussure, 1970, p.142-7).

Bally (1961, p.97), por sua vez, relata as particularidades dessas combinações, dizendo que é fundamental, para uma análise mais apurada da evolução de uma língua, observar seu uso no cotidiano e seu modo de falar. O autor afirma ainda que é comum na linguagem coloquial a presença de um grande número de expressões formadas por uma combinação estável, na qual uma decomposição semântica revela-se contrária ao pensamento lógico do falante. Assim, foi Bally quem primeiro atentou para a existência de expressões fixas e de combinação estável, fato que proporcionou uma maior e melhor delimitação dos objetos de estudo abarcados pela Fraseologia.

A fim de destinar um domínio dentro da Lexicologia, que se ocupasse especialmente de tais expressões, Bally (ibidem) instituiu os primeiros passos da Fraseologia, subdividida em Fraseologia Popular, para estudar os idiomatismos, gírias, provérbios e afins, e em Fraseologia Técnico-científica, que agrupou os termos complexos (Xatara, 1998a, p.12-20).

Alvarez (2000, p.96-107) leva a compreender a Fraseologia como um ramo da Linguística que tem por objeto de estudo a análise de combinações de palavras que formam novas unidades lexicais ou que têm o caráter de expressões fixas.

Na verdade, ainda hoje o termo Fraseologia não é aceito consensualmente. Alguns linguistas consideram unidades fraseológicas apenas os idiomatismos, como *enfiar o pé na jaca*, *deitar e rolar* ou *procurar chifre em cabeça de cavalo*, ao passo que a maioria deles inclui nesse ramo da Lexicologia os provérbios, como *Antes tarde do que nunca* ou *Mais vale um pássaro na mão do que dois voando*, as locuções, como *além disso* ou *mesmo que*, e as gírias, como *pagar um mico* ou *tirar uma onda*.

Neste trabalho, entendemos Fraseologia como a ciência que estuda um conjunto de unidades lexicais, simples ou complexas, com particularidades expressivas. Porém, dentre todas as construções fraseológicas possíveis, dispomo-nos analisar apenas as expressões idiomáticas (EIs).

Para Biderman (2001, p.169-78), as EIs são combinatórias de lexemas que o uso consagrou em uma determinada sequência, ou seja, desconsiderando suas partes como unidades semânticas e cujo significado não se dá na simples somatória dessas partes. Os significados literais podem, em boa parte dos casos, ajudar a entender o significado conotativo da expressão, porém não se trata de uma regra. É importante atentar para os casos nos quais partes do idiomatismo direcionam seu uso.

A lexia complexa *rato de biblioteca*, por exemplo, refere-se àquele que faz uso frequente de bibliotecas, pois o *rato*, “animal roedor”, é um animal que fica em lugares escondidos e que se aproveita desses locais para, sorrateiramente, encontrar comida. Há, portanto, uma interpretação conotativa que considera a referência denotativa de parte da EI para alcançar o sentido metafórico buscado.

Não se trata apenas de um aglomerado de idiossincrasias lexicais, mas de combinações convencionais de relações sintático-semânticas regulares (Corbin, 1983; Tagnin, 1988). Há casos, por exemplo, de EIs que são cristalizadas no imperativo, como *deixe estar!* ou *calma, Bete!* e que não podem ser modificadas. Assim como há EIs que são cristalizadas com o verbo no presente ou no passado, como em *a porta da rua é serventia da casa* ou *o gato comeu sua língua*.

De acordo com Tristá (1988, p.12-29), as EIs são, em sua maioria, combinações de palavras que, em virtude de seu constante uso, perdem o sentido denotativo de cada um de seus termos constituintes e adquirem um sentido global conotativo. Há casos da coexistência de ambos os sentidos, ou seja, o denotativo e o conotativo, que serão identificados a partir do contexto em que estão inseridos.

O sentido conotativo é uma das características mais marcantes de um idiomatismo, por exemplo, quando se diz *pegar fogo*, pode-se entender a expressão tanto por seu sentido denotativo, a descrição do fenômeno que consiste no desprendimento de calor e luz produzidos pela combustão, o ato de queimar, incendiar, como pelo conotativo, que se refere ao conceito “agressividade” e significa causar estardalhaço, confusão e refere-se ao ato de discutir determinado assunto ou à generalizada troca de ofensas.

A convencionalidade é definida como aquilo que é aceito de comum acordo e pelo uso e que pode ser encontrado em diversos níveis, como o sintático, o semântico, o pragmático etc. A autora salienta ainda que, para um aprendiz preocupado com o conhecimento apenas das regras sintáticas e do léxico da língua, ater-se apenas a uma leitura composicional permitirá que ele só conheça parte do idioma, deixando de lado especialmente a idiomaticidade, um dos aspectos da convencionalidade (Tagnin, 1989).

Uma EI seria, pois, uma lexia complexa com sentido conotativo, cristalizada pela tradição cultural e que é indecomponível no que diz respeito às restritas possibilidades de substituição que podem ser feitas entre seus termos constituintes (Xatara, 1998b, p.169).

Em análise realizada por Falcão (2002, p.38-9), constata-se, entretanto, que nem sempre lexias complexas, cristalizadas e indecomponíveis podem ser consideradas idiomatismos. Há expressões que, apesar de serem fixas e cristalizadas, não possuem sentido conotativo e, por isso, não são idiomáticas. É o caso das coligações ou dos termos complexos.

Os ditados porque “apresentam elementos não conotados em uma forma menos sentenciosa e menos elegante, referindo-se a casos da vida expressos a partir de ‘impulsos afetivos’”, por exemplo, *Se queres cedo engordar, coma com fome e beba devagar* (Xatara & Oliveira, 2002, p.16). E os termos complexos, porque, ao assumirem o estatuto de termo, tornam-se unidades lexicais que designam conceitos específicos em uma área de especialidade.

Barros (2004, p.100) define como complexos os termos constituídos por dois ou mais lexemas, aos quais o acréscimo de outros elementos é permitido, como se pode observar no termo da área de informática, *sistema operacional*, que designa a “coleção de *softwares* que controla a operação de um computador e dirige o processamento de programas, reservando espaço de armazenamento na memória e controlando as funções de entrada e saída” (Houaiss, 2001, CD-ROM) e *sistema operacional em disco*, que indica o “sistema operacional de um único usuário para os computadores pessoais da linha IBM-PC” (ibidem).

As EIs, por serem lexias complexas, são unidades funcionais significativas do discurso constituídas por sequências estereotipadas de lexemas. Exemplo disso é a EI *viciado em trabalho*, que nada mais é do que a tradução do termo da língua inglesa *workaholic* e que equivale a um idiomatismo em nossa língua, em que o sentido conotativo de “viciado”, estereótipo daquele que faz uso abusivo de algo, tem prosódia semântica negativa em nossa cultura. Há em “viciado”, portanto, um sentido conotativo determinado a partir da imagem que surgiu como resultado do processo de abstração da realidade na leitura da unidade.

Em função da grande quantidade de lexias complexas presentes em nossa língua e à minuciosidade e precisão que deve ter o empreendimento lexicográfico, convém aprofundar a conceituação de EI.

Considerações finais

Atento para a importância dos dicionários, bem cultural transformado em bem de consumo, é oportuno afirmar a pertinência de se investir em pesquisas criteriosas para a elaboração dos mais variados tipos de obras lexicográficas.

Todas as línguas dispõem de meios objetivos para expressar os acontecimentos, sentimentos, ideias. Cabe ao usuário, porém, decidir a maneira pela qual pretende relatar suas experiências. Não são poucas as vezes que, em seu discurso, o indivíduo opta por combinações fixas, dentre as quais destacamos as EIs, para se comunicar de maneira pitoresca. Os idiomatismos atendem aos incessantes apelos de ironia, exagero, persuasão, comicidade e de fortes cargas emocionais. Sem falar nos efeitos estilísticos a que recorrem especialmente os publicitários, inclusive com a frequente ruptura da idiomatidade.

Essa constante reincidência dos idiomatismos na comunicação cotidiana, ou mesmo na literatura, respalda a necessidade de estudos, de natureza diversa, que possam analisá-los cientificamente,

sistematizando suas construções, evidenciando seus elementos lexicais constituintes, constatando sua ampla ocorrência etc.

As EIs constituem um importante fenômeno do léxico das línguas e um dos mais eficazes recursos imagéticos originados pela subjetividade, criatividade e herança cultural do homem.

Referências bibliográficas

- AICHELE, G. et al. *A Bíblia pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- ALVAREZ, M. L. O. *Expressões idiomáticas do português do Brasil e do espanhol de Cuba: estudo contrastivo e implicações para o ensino de português como língua estrangeira*. 2000. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada na Área de Ensino/Aprendizagem de Segunda Língua e Língua Estrangeira) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.
- BALLY, C. *Traité de stylistique française*. 3.ed. Paris: Klincksieck, 1961.
- BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: Edusp, 2004.
- BÍBLIA. Novo testamento. Tradução Pe. Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Editora AGE, 1962. v.4.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CORBIN, D. Le monde étrange des dictionnaires (4): la créativité lexicale, le lexicographe et le linguiste. *Lexique*, Lille, n.2, p.325-53, 1983.
- FALCÃO, P. C. S. *A tradução para o português de expressões idiomáticas em inglês com nomes de animais*. 2002. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2002.
- FERREIRA, A. B. H. *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. CD-ROM.
- GREIMAS, A. Idiotismes, proverbes, dictons. *Cahiers de Lexicologie*, Paris, v.2, p.41-61, 1960.
- _____; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM.
- POTTIER, B. La subduction, la métaphore et les lexies. *Cahiers de Lexicologie*, Paris, v.50, n.1, p.209-18, 1987.
- RIOS, T. H. C. *Idiomatismos português-francês-espanhol com nomes de partes do corpo humano*. 2004. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísti-

- cos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2004.
- RIVA, H. C. *Dicionário onomasiológico de expressões idiomáticas usuais na língua portuguesa do Brasil*. 2009. Tese (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2009.
- RONCOLATTO, E. *Estudo contrastivo das expressões idiomáticas do português e do espanhol*. 1996. Dissertação (Mestrado em Filologia e Linguística Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1996.
- . *Expressões idiomáticas do português e do espanhol da Colômbia: análise, classificação e equivalências*. 2001. Tese (Doutorado em Filologia e Linguística Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2001.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 2.ed. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1970.
- SECON. Portal do carnaval: presença de turistas já é marcante na cidade. Disponível em: <<http://www.portaldocarnaval.ba.gov.br/2010/Imprensa/VisualizarNoticia.asp?NoticiaId=1941>>. Acesso em: 10 maio 2010.
- SERRA E GURGEL, J. B. *Dicionário de gíria – modismo linguístico: o equipamento falado do brasileiro*. 3.ed. Brasília, DF: J. B. Serra e Gurgel, 1995.
- TAGNIN, S. E. O. A tradução dos idiomatismos culturais. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, Campinas, n.11, p.43-52, 1988.
- . *Expressões idiomáticas e convencionais*. São Paulo: Ática, 1989.
- TRISTÁ, M. A. *Fraseología y contexto*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1988.
- VALE, O. A. *Expressões cristalizadas do português do Brasil: uma proposta de tipologia*. 2001. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.
- VEJA. São Paulo: Editora Abril. ano 36, n.55, jun. 2003a.
- . São Paulo: Editora Abril. ano 36, n.50, jan. 2003b.
- XATARA, C. M. *A tradução para o português de expressões idiomáticas em francês*. 1998. 253 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1998a.

- _____. Tipologia das expressões idiomáticas. *Alfa*. São Paulo: Editora Unesp, 1998b.
- _____. *As expressões idiomáticas de matriz comparativa*. 1994. 140 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1994.
- _____; OLIVEIRA, W. L. *Dicionário de provérbios, idiomatismos e palavras francês-português / português-francês*. São Paulo: Cultura, 2002.

13

MODALIDADES TRADUTÓRIAS APLICADAS À TRADUÇÃO JURAMENTADA DE DOCUMENTOS ACADÊMICOS¹

*Ivanir Azevedo Delvizio*²

*Lídia Almeida Barros*³

*Francis Henrik Aubert*⁴

Introdução

A tradução de documentos acadêmicos, conforme testemunham Mayoral (1991) e Vázquez y Del Árbol (2007, p.5), constitui um dos encargos mais frequentes do tradutor público. É crescente o número de estudantes que buscam aprimoramento no exterior e, em cada caso, faz-se necessária a tradução de documentos acadêmicos (diplomas, certificados, históricos e outros).

Em textos de qualquer tipo, mas, de forma destacada, nos documentos acadêmicos, o tradutor a todo instante encontra no texto da língua de partida (LP) conceitos que designam realidades específicas de um país e que não possuem expressão linguística na língua de chegada (LC). A tradução desses termos, que se caracterizam

1 Este trabalho encontra-se relacionado ao projeto LexTraJu, financiado pela Fapesp (proc. n° 2008/01322-3 e n° 2007/00591-8).

2 Unesp – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos.

3 Unesp – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Departamento de Letras Modernas.

4 USP – Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Modernas.

como marcadores culturais, constitui um dos principais desafios à consecução do ato tradutório. No presente estudo, entendemos por marcadores culturais:

os elementos (lexicais, gramaticais, discursivos ou outros) que, em sua atualização específica em determinado segmento textual submetido à operação tradutória, incorporam ao texto referências culturais relevantes para a referida operação e que, potencialmente, estão sujeitas a perdas e/ou a substituições (mudanças de referencialidade) que, inexoravelmente, resultarão em efeitos de refração. (Aubert, 2004, p.27)

No âmbito deste trabalho, ater-nos-emos à análise das unidades lexicais que constituem marcadores culturais presentes em documentos acadêmicos. Examinaremos os recursos que são adotados pelo tradutor público para traduzir os termos culturalmente marcados e tornar compreensíveis as diferentes realidades educacionais.

Com base no modelo inicial elaborado por Vinay & Darbelnet (1958), Aubert (1998) aperfeiçoou a categorização dos procedimentos técnicos, renomeados “modalidades de tradução”, tornando-se referência nos estudos que objetivam detectar os recursos “preferenciais para lidar com problemas tradutórios” (idem, p.126). É nesse modelo que buscamos os subsídios necessários à análise dos recursos tradutórios empregados no contexto da tradução juramentada de textos acadêmicos.

Nossa discussão será ilustrada com exemplos obtidos por meio da revisão bibliográfica realizada sobre o tema e por situações concretas encontradas em um *corpus* de documentos acadêmicos (certificados, históricos escolares e diplomas) composto de textos originais (TOs) e de textos traduzidos (TTs), estes últimos produzidos por três tradutores públicos do estado de São Paulo, na direção tradutória português-inglês e vice-versa.

Neste trabalho, descreveremos as modalidades de tradução com base no modelo aprimorado por Aubert (idem), aplicado a um conjunto de traduções juramentadas de documentos acadêmicos.

Modalidades tradutórias aplicadas aos textos acadêmicos

O estudo dos procedimentos técnicos da tradução foi inaugurado pelos pesquisadores canadenses Vinay & Darbelnet, em 1958, com a publicação da obra *Stylistique comparée du français et de l'anglais: méthode de traduction*, que representou um marco para o surgimento dos estudos da tradução como uma disciplina científica, que passou a observar seu objeto em uma perspectiva descritiva.

Posteriormente, como narra Camargo (2004, p.8), a obra foi revista e corrigida (1977). Como fruto do fazer científico, logo surgiram outras contribuições. No Brasil, a categorização das modalidades foi reformulada e refinada gradualmente por Aubert (1984; 1998; 2006). Logo esses estudos adotaram abordagens textuais e as atenções se voltaram para o cotejo de textos (originais e traduzidos) com minuciosas análises (estudos de *corpora*) possibilitadas por programas computacionais cada vez mais avançados.

O modelo reformulado por Aubert (1998) compreende as seguintes modalidades, concebidas em uma escala que vai de um hipotético grau zero da tradução até um ponto em que se atinge o limiar do traduzível: transcrição, empréstimo, decalque, tradução literal, transposição (obrigatória ou facultativa), explicitação/implicitação, modulação e adaptação. Também há a tradução inter-semiótica, que se refere à tradução textual de figuras, logos, selos e outros. Aubert (1998) ainda prevê outros quatro desdobramentos: o acréscimo, a omissão, a correção e o erro, além da possibilidade da co-ocorrência de duas ou mais categorias, chamada de *tradução híbrida* (idem, p.140).

Analisemos as modalidades tendo como base unidades lexicais encontradas no *corpus* de traduções juramentadas de documentos acadêmicos.

- *Transcrição*: ocorre quando o segmento não pertence à LP e nem à LC, mas a uma terceira língua, como expressões e aforismos latinos (idem, p.135). Um exemplo encontrado no *corpus* é a

expressão *lato sensu* em *programa de pós-graduação lato sensu*, que foi traduzida como “*lato sensu*” *graduate program*.

- *Empréstimo*: um procedimento muito utilizado pelos tradutores em seu trabalho com documentos acadêmicos é o empréstimo, entendido como a manutenção, no texto traduzido, do termo ou expressão na língua de origem. A vantagem desse procedimento é a “referência inequívoca ao original”. É recomendado por Santaemilia (1999, p.269), Mayoral (1991) e Vázquez y Del Árbol (2007, p.167) no caso de topônimos, antropônimos e outros nomes próprios (nomes de instituições, cidades, ruas etc.), como um sinal de respeito à variedade cultural ou jurídica. No caso de *Universidade de Michigan*, por exemplo, esse pode ser o resultado de se traduzir, do inglês para o português, *University of Michigan* ou *Michigan University*, que são duas universidades diferentes. Para não criar esse tipo de confusão, recomenda-se manter os nomes das instituições na forma original, a não ser que a própria instituição forneça seu nome em diferentes línguas, o que raramente acontece (Mayoral, 1991). No *corpus* analisado, encontramos vários exemplos de manutenção de termos que designam a categoria da instituição de ensino, acompanhados geralmente de uma tradução literal ou transposição, tais como: *College (Faculdade)*; *Community College (Faculdade Comunitária)*; *Day school (Escola diurna)*; *Escuelas Públicas Lavina⁵ (Lavina Public School)*. O empréstimo também é utilizado na tradução juramentada em casos de termos culturalmente marcados, como a manutenção da unidade lexical *vestibular* na tradução português→inglês (nesse caso, costuma-se combinar outros recursos, preservando a referência cultural e fornecendo outros subsídios para seu entendimento).
- *Decalque*: ocorre quando o termo da LP passa a ser inserido no sistema fonológico, grafológico e morfológico da LC. É

5 *Public school*, no inglês americano, refere-se à escola pública; no inglês britânico, à escola particular.

utilizado pelo tradutor ao lidar com termos que não possuem correspondentes satisfatórios no universo cultural de chegada (Camargo & Validório, 2005, p.1.352). Essa modalidade não foi encontrada em nosso *corpus*, mas, apenas para ilustrar, poderíamos citar o termo *senior*, encontrado nos textos originais em inglês, que se refere aos alunos do 4º ano tanto do ensino superior quanto da *high school*. Em português, há o decalque *sênior*, porém esse termo não consta dos textos traduzidos por não ser utilizado no âmbito acadêmico brasileiro, sendo mais comum no âmbito profissional.

- *Tradução literal*: refere-se à manutenção, no texto traduzido, da mesma ordem sintática e categoria gramatical, como na tradução de *Board of Education* para *Conselho de Educação* ou de *Ministry of Education* para *Ministério da Educação*. Quando não existe um equivalente na LC ou quando esse equivalente necessitaria de muita explicação para que a instituição de destino do documento entendesse do que se trata, os tradutores recorrem com frequência à tradução literal, como o que ocorre em *11th grade* e sua tradução *11ª série*, um termo artificial no português, mas que cumpre a função de transmitir a realidade do sistema educacional de partida (o norte-americano). Outro exemplo são as siglas brasileiras que têm suas formas estendidas traduzidas literalmente, como: *MEC – Ministry of Education and Culture*, ou siglas estrangeiras, como: *ESOL (Inglês para falantes de outras línguas)*, que é a tradução literal de *English for speakers of other languages*. A manutenção das siglas, nos dois casos, é exemplo de outra modalidade, o empréstimo.

A respeito da tradução literal, cabe tecer um breve comentário. Essa modalidade, ao contrário do que se pensa, não constitui necessariamente “inadequação, erro ou compreensão falha” (Aubert, 1987, p.19-20), sendo empregada com frequência em textos traduzidos no modo juramentado. Aubert (idem, p.14) atribui esse fato à “expectativa de invariância semântica relativamente ao original”, que leva o tradutor público a “adotar soluções literais ou quase lite-

rais com vínculos estreitos não apenas ao sentido, mas igualmente, à forma do original, mais do que buscar formas equivalentes de uso corrente na língua de chegada”.

- *Transposição*: refere-se aos casos em que uma classe de palavra é substituída por outra sem ocasionar mudanças no significado da mensagem, ou são feitos arranjos morfossintáticos ou alterações na ordem sintática por imposições da língua de chegada (obrigatória) ou como opção do tradutor (facultativa). Exemplo: a alteração sintática obrigatória de *exchange student* para *aluno de intercâmbio*, de *master's degree* para *mestrado*, ou de *class rank* para *classificação na turma*. Há casos em que a transposição é facultativa. Em nosso *corpus*, encontramos, por exemplo, a alternância entre a tradução literal e a transposição (facultativa): *certificado de conclusão* foi traduzido como *certificate of completion/accomplishment* ou *completion certificate*, *ano de conclusão* como *year of completion* ou *completion year*. Essa modalidade também é utilizada para traduzir as formas estendidas de siglas: DRE (*school regional division*), tradução de *Divisão Regional de Ensino*; CFE (*federal council of education*), que é a tradução de *Conselho Federal de Educação*. Nesse último exemplo, há a combinação entre transposição e tradução literal, que são modalidades muito próximas.
- *Explicitação/implicação*: refere-se à explicitação no texto traduzido de informações implícitas no texto de partida. A explicitação é um recurso recorrente na tradução em geral e também na juramentada, havendo alta incidência de paráfrases e de metatraduções como meio de se preservar a alteridade cultural. Na direção tradutória português-inglês, podemos citar o termo *vestibular*, para o qual encontramos as seguintes explicitações: *college entrance examination (admission via)*, *college entrance examination*, *entrance examination* e *entrance examination test (vestibular)*, essa última combinada com um empréstimo. Também é ilustrativa a recomendação feita por Vasquez y Del Árbol (2007, p.168) em relação à tradução de BA

(*Bachelor of Arts*): deixar o original em cursiva e explicar que se trata de “um título correspondente a estudos universitários de Humanidades de 3 a 4 anos de duração”. Como exemplo de implicitação, encontramos a sigla *GPA* (*Grade Point Average*), que se refere ao número correspondente à média das notas obtidas pelo aluno durante seu estudo em todas as disciplinas cursadas e que foi traduzida apenas como *média*, ou a tradução de *AP course* (*advanced placement course*) apenas como *curso avançado*, omitindo-se a palavra *placement* (posição, colocação).

- *Modulação*: refere-se à reelaboração da mensagem contida no original, valendo-se o tradutor, para tanto, de mudanças de ponto de vista. O uso deste procedimento justifica-se quando um segmento do texto é gramaticalmente correto, mas não produz sentido na LC. A modulação revela que o tradutor se sentiu à vontade para utilizar esse recurso criativo na tradução, buscando, com mudanças no ponto de vista, conferir maior clareza e fluência ao texto de chegada (Camargo & Validório, 2005, p.1.352). Como exemplo, citemos a tradução de *cidade universitária* como *cidade universitária (university campus)*, em vez da palavra *cidade* o tradutor optou pela palavra *campus*, além disso, combinou esse procedimento com um empréstimo, mantendo no texto de chegada o termo *cidade universitária*. Foram encontrados poucos exemplos dessa modalidade no *corpus* pesquisado. Cremos que isso se deva ao compromisso do tradutor público em manter a maior proximidade possível com o texto de partida, permitindo comparações com este e o resgate de referências culturais, não sendo desejadas nesse contexto mudanças de referencialidade.
- *Adaptação*: procedimento que representa “uma tentativa de assegurar não mais uma equivalência [perfeita], mas apenas certo grau de semelhança entre as duas situações, cada qual privativa de um dos complexos socioculturais em confronto” (Aubert,

1984, p.75). É o que também chamamos de *equivalência funcional* ou *cultural* (Newmark, 1988). Mayoral (1991) aponta que, mesmo não havendo identidade total com o conceito expresso na língua de partida, pode existir um conceito equivalente do ponto de vista institucional ou cultural na língua de chegada. O nível escolar denominado *High School* (EUA), por exemplo, não possui as mesmas subdivisões, séries e conteúdo do *Ensino Médio* ou *2º grau* (Brasil), no entanto, se tivéssemos de equiparar os dois sistemas escolares, eles estariam no mesmo nível em relação à idade escolar e função social e acadêmica. Nesse caso, foi comum no *corpus* encontrarmos um empréstimo acompanhado de uma adaptação para servir como parâmetro de comparação entre os dois sistemas educacionais: *Derby High School [Escola de Ensino Médio de Derby]*.

- *Tradução intersemiótica*: ocorre quando itens como figuras, logos, selos e outros são traduzidos textualmente (Aubert, 1998, p.138). Nascimento (2006, p.47) define itens semióticos como signos não verbais encontrados nos textos de partida, que devem ser traduzidos em signos verbais nos textos de chegada. Esses itens aparecem com frequência nos documentos oficiais submetidos à tradução juramentada: brasões, selos, carimbos, logotipos, assinaturas etc. Nascimento (idem, p.118) identificou três posturas em relação a esses itens: menção, descrição ou reprodução. No primeiro caso, menciona-se, entre colchetes, a existência do item: *[brasão] ou [coat of arms]*. No segundo, descreve-se o item: *[selo dourado em alto-relevo], [Carimbo da Embaixada da República Federativa do Brasil em Wellington parcialmente apostado na folha 2 e no verso da folha 1] ou [letterhead of the school “Colégio Julio Pereira Lopes” with logo, address and telephone number in the city of São Paulo]*. Esses dois procedimentos foram muito utilizados pelos tradutores analisados. No terceiro caso, o tradutor copia o item do texto de partida e o insere no texto traduzido. Em nosso *corpus* encontramos um único exemplo desse caso:



Figura 13: Tradução do logotipo da PUC de Campinas.

Observemos que, no exemplo citado, operou-se também, como recurso coadjuvante, a tradução literal combinada com a transposição obrigatória: (*Pontifical Catholic University*).

Desdobramentos das modalidades tradutórias

Tratemos ainda dos quatro desdobramentos destacados por Aubert (1998): a omissão, o acréscimo, a correção e o erro.

- *Omissão*: ocorre quando um segmento do texto de partida é omitido no texto de chegada (idem, p. 135). Contudo, no caso da tradução juramentada, o tradutor público costuma informar que determinada parte do documento foi omitida, justamente em função dos aspectos legais que envolvem sua atividade. Em nosso *corpus*, encontramos notas do tradutor indicando a omissão de partes da tradução, tais como: [*Only the pertinent parts were translated.*], [*Translator's note: At the interested party's request, only the results obtained in the last three years of elementary school were translated.*], [*Verso do boletim omitido, por não ser relevante ao propósito desta tradução, excetuado o que segue:*], [*Apenas os dados relevantes foram traduzidos.*], [*traduzidos os dados pertinentes*], [*N. do T.: As notas da 9a. e da 10a. séries não foram traduzidas pois foram obtidas no Brasil.*], [*N. do T.: Não foram incluídos na tradução acima os nomes dos professores.*], [*N. do T.: Constam a seguir as exigências mínimas da Universidade da*

Carolina do Norte, que não foram traduzidas.], [Constam a seguir as legendas utilizadas pela escola, que não foram traduzidas.]

Em relação à omissão, vale destacar que, no caso da tradução juramentada, tem-se como atenuante o fato de “o texto traduzido no modo juramentado vir ou, pelo menos, dever vir acompanhado de seu original” (idem, p.16). A possibilidade de consulta ao documento de origem, aliada à proximidade formal dos textos (quando há a reprodução do *lay out*), permite a recuperação da informação omitida.

- *Acréscimo*: ocorre quando qualquer segmento textual é incluído no texto de chegada pelo próprio tradutor sem que tenha sido motivado por conteúdo explícito ou implícito no texto original (idem, p.139). Na tradução juramentada destacam-se as notas do tradutor para explicar aspectos dos sistemas escolares: [*Observação: A 11ª série é o equivalente da 2ª série do 2º grau nas escolas brasileiras. A carga horária de cada disciplina por semestre é de 90 horas, com um total de 180 para o período escolar inteiro.*], [*Translator’s note: The standard Brazilian grading system ranges from 0.0 to 10.0; the minimum passing mark is 5.0.*].
- *Correção*: ocorre quando o tradutor melhora o texto traduzido, corrigindo erros linguísticos ou factuais ou inadequações (idem, p.139). Não encontramos no *corpus* um exemplo dessa modalidade, contudo Campbell (1983, p.117) faz um comentário a respeito: “é implícito [ao tradutor] introduzir notas explicativas, notas de dúvidas, apresentar sua opinião quanto à possibilidade de erros no texto etc., tudo fazendo para melhor esclarecer o leitor”.
- *Erro*: refere-se a equívocos ou confusões do tradutor. É importante ressaltar que não se trata de julgamento acerca da adequação ou inadequação da solução tradutória. Em nosso *corpus* encontramos alguns exemplos, tais como a tradução de *class rank* para *classificação da turma*, visto que *class rank* se refere à classificação de determinado aluno em relação à turma e não ao desempenho da turma como um todo, portanto, a tra-

dução correta seria *classificação na turma*, também encontrada no *corpus*. Outro caso encontrado nos textos traduzidos foi *tese de mestrado*, sendo que no Brasil utiliza-se mais comumente *dissertação de mestrado* e *tese de doutorado*. O termo *dissertação* é definido como “trabalho escrito, apresentado à instituição de ensino superior, e defendido, publicamente, por candidato ao grau de mestre” (Ferreira, 1999). Em obras mais específicas, como o *Guia Prático de Tradução Inglesa*, Santos (2007, p.252) explica que o termo *dissertation* refere-se à tese de doutoramento (“ensaio, trabalho, monografia apresentado/-a por candidato a doutor”) e a mesma informação é encontrada no *Glossary of United States Educational Terminology* (Assefa); já o termo *thesis*, de modo genérico, refere-se a trabalho apresentado para obtenção de grau universitário avançado (mestrado ou doutorado) (Macmillan, 2007; Assefa, 2010).

Diante desses diferentes modos de traduzir, é preciso ponderar que, no caso específico da tradução juramentada de documentos acadêmicos, o objetivo não é adaptá-los à realidade do sistema educacional da língua de chegada. A tarefa precípua é tornar compreensível a realidade do sistema educacional da LP, guiando a instituição a que se destinam os documentos na tarefa de estabelecer as relações de equivalência entre os dois sistemas escolares e de identificar a situação do aluno.

Assim, a tradução juramentada de documentos acadêmicos, tanto em relação à forma quanto ao conteúdo, “tende a ser mais literalizante e estrangeirizadora, em virtude da sua especificidade e da expectativa, vinculada à fé pública, de produzir efeitos legais e espelhar a realidade extralinguística do documento original” (Alves, 2005, p.79).

Na tradução juramentada dos documentos em questão, percebe-se, portanto, especialmente, uma constante busca pelo:

equilíbrio entre a dizibilidade natural [...] e a recuperação da especificidade cultural [...], entre a construção de um texto de boa legibilidade e o “alerta” ao leitor da tradução de que deve interpretar

o texto não na ótica de sua própria cultura, e sim na da cultura que originariamente gerou o texto de partida. (Aubert, 2004, p.8)

Acreditamos que, por essa razão, foi recorrente encontrarmos nos textos traduzidos a combinação entre duas ou mais modalidades, o que permite, conforme o caso, a conjunção de diferentes objetivos: preservar a referência cultural (transcrição, empréstimo, decalque, tradução literal, transposição, reprodução de itens semióticos), explicá-la (explicitação, acréscimo, descrição de itens semióticos) e produzir um texto fluente na LC (implicitação, transposição, modulação, adaptação).

Considerações finais

Um dos principais desafios ao traduzir documentos acadêmicos é a tradução de termos culturalmente marcados, ou seja, termos que “incorporam ao texto referências culturais” (idem, p.27) e que não possuem, na maior parte dos casos, termos equivalentes na língua para a qual se traduz, em decorrência das inúmeras diferenças existentes entre os sistemas educacionais de cada país.

Ao buscar uma solução alternativa, o tradutor recorre a diferentes formas de traduzir: transcrição, empréstimo, decalque, tradução literal, transposição (obrigatória ou facultativa), implicitação/explicitação, modulação e adaptação. Além disso, o tradutor realiza acréscimos, entre colchetes ou em forma de notas, para explicar as especificidades do sistema educacional em questão; omite algumas informações a pedido do cliente ou por julgá-las irrelevantes, porém, no caso da tradução juramentada, sempre indicando as partes omitidas; melhora o texto, fazendo correções ou adequações e, por vezes, comete, inclusive, alguns equívocos (erros).

Diante dessas possibilidades, cabe ao tradutor analisar o documento acadêmico e refletir sobre o que é essencial nele, orientando-se pela relevância que o conceito designado por determinado termo terá para a identificação da situação do aluno.

Dentro desse contexto, o tradutor público, fazendo uso de diferentes modalidades ou combinando-as, busca um ponto de equilíbrio entre expressar a alteridade cultural e, ao mesmo tempo, produzir um texto que seja fluente e produtor de sentido na língua de chegada.

Referências bibliográficas

- ALVES, W. R. *Tradução juramentada e marcadores culturais: uma questão de dizibilidade*. 2005. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Francesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ASSEFA, M. *Glossary of United States educational terminology*. Disponível em: <<http://www.uta.fi/FAST/US5/REF/glossary.html>> Acesso em: 4 abr. 2010.
- AUBERT, F. H. Descrição e quantificação de dados em tradutologia. *Tradução e Comunicação*, São Paulo, n.4, p.71-82, 1984.
- _____. Discutindo a literalidade da tradução juramentada (1): notários/tabeliães, condados/distritos/municípios. *Ipsis Litteris*, São Paulo, p.7, outono 2004.
- _____. Indagações acerca dos marcadores culturais na tradução. *Revista de Estudos Orientais*, São Paulo, v.5, p.23-36, 2006.
- _____. Modalidades de tradução: teoria e resultados. *TradTerm*, São Paulo, v.5, n.1, p.99-128, 1998.
- _____. A tradução literal: impossibilidade, inadequação ou meta? *Ilha do Desterro*, Florianópolis, n.17, p.13-20, 1. sem. 1987.
- CAMARGO, D. C. Uma análise de semelhanças e diferenças na tradução de textos técnicos, jornalísticos e literários. *Delta*, São Paulo, v.20, n.1, jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502004000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jan. 2010.
- _____; VALIDÓRIO, V. C. Um estudo da tradução de termos culturalmente marcados em *O Sumiço da Santa: The War of The Saints e Mar Morto: Sea of Death*, de Jorge Amado, traduzidas por Gregory Rabassa. *Estudos Linguísticos*, Campinas, v.34, p.1.349-54, 2005.
- CAMPBELL, A. S. Tradutores públicos e traduções juramentadas no Brasil. In: PORTINHO, W. M. et al. *A tradução técnica e seus problemas*. São Paulo: Álamo, 1983, p.107-46.

- FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio século XXI*: dicionário eletrônico, versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lexicon, 1999. 1 CD-ROM.
- MACMILLAN English Dictionary for Advanced Learners. 2.ed. Oxford: Macmillan, 2007.
- MAYORAL, R. La traducción jurada de documentos académicos. *Sendebarr*: Boletín de la E.U.T.I. de Granada, v.2, p.45-57, 1991. Disponível em: <<http://www.gitrad.uji.es/es/recursos/bibliografia/bibvirtu.html>>. Acesso em: 12 jul. 2007.
- NASCIMENTO, L. A. S. *Investigating norms in the Brazilian official translation of semiotic items, culture-bound items, and translator's paratextual interventions*. 2006. Tese (Doutorado em Letras/Inglês) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- NEWMARK, P. *A textbook of translation*. New York: Prentice Hall, 1988.
- SANTAEMILIA, J. La traducción jurada (inglês-español), traducción heterogénea. *SELL – Studies in English Language and Linguistics* (Universitat de València), v.1, p.263-84, 1999.
- SANTOS, A. S. *Guia prático de tradução inglesa: como evitar as armadilhas das falsas semelhanças*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- VÁZQUEZ DEL ÁRBOL, E. *La traducción español-inglés de documentos académicos: los sistemas universitarios español, británico y norteamericano frente al futuro EEES*. Granada: Universidad de Granada, 2007.
- VINAY, J. P.; DARBELNET, J. *Comparative stylistics of French and English: a methodology for translation*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. Tradução de: *Stylistique comparée du français e de l'anglais*. Paris: Didier, 1.ed. 1958; edição revista e corrigida, 1977.

14

A ETNOTERMINOLOGIA DA CULINÁRIA BAIANA NA OBRA *DONA FLOR E SEUS DOIS MARIDOS*: ANÁLISE INTERLINGUÍSTICA E ETNOLITERÁRIA PARA O INGLÊS

*Manoel Messias Alves da Silva*¹

*Jonathas de P. Ghaguri*²

Introdução

Este trabalho trata da terminologia de elementos da culinária baiana, no romance de Jorge Amado *Dona Flor e seus dois maridos*, vertidos para o inglês. Procurou-se verificar de que forma os pratos, os ingredientes e a forma de preparo das receitas foram transportados para a língua-alvo, procurando detectar possíveis alterações que venham a deturpar o percurso histórico-antropológico-cultural da constituição do povo brasileiro, tão facilmente perceptível por meio da culinária. De acordo com Barros (2004), uma boa tradução não deve apenas expressar o mesmo conteúdo que o texto de partida, mas fazê-lo com as formas que um falante nativo da língua de chegada utilizaria.

A tradução permite apropriação de algo que, até então, seria incompreensível a tradutores e intérpretes, passando então a constituir a abertura ao campo do desconhecido. Assim, para que o trabalho com tradução reflita os caminhos de cada homem, socie-

1 Universidade Estadual de Maringá (UEM); Departamento de Letras (DLE).

2 Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (Fafipa); Departamento de Letras (DLE).

dade e cultura dentro da língua em que estão se vertendo os valores de uma sociedade, esses profissionais buscam as unidades lexicais dos discursos etnoliterários, a fim de darem conta das necessidades fidedignas da tradução.

Assim, uma nova ciência se consolida, a Terminologia, e dentro dela uma subárea, a Etnoterminologia, que, de acordo com Barbosa (2007), estuda os discursos etnoliterários e os discursos das linguagens especiais com baixo grau de tecnicidade e de cientificidade. As dificuldades terminológicas existentes são uma constatação óbvia e um ponto de atrito para tradutores, intérpretes e redatores técnicos. Os próprios especialistas frequentemente preferem recorrer a termos em língua estrangeira, na insegurança de usar um termo em português ainda mal integrado no ambiente científico nacional.

Propagado pelos estudos de Cabré (1999), é notável que no século XX, no entanto, com o desenvolvimento das ciências e das tecnologias, os estudos das línguas de especialidade tornaram-se mais importantes e necessários. Esse foi o século no qual se deu o início das discussões teóricas acerca da Terminologia.

Outros teóricos também defendem a necessidade de trabalhar com pesquisas terminológicas, como Krieger (1998), que defende a necessidade de tal trabalho linguístico.

A partir das ideias acima e do reconhecimento dos estudos da Terminologia no cenário acadêmico, será apresentado um breve estudo em relação ao léxico da culinária, que é um dos elementos importantes na caracterização de um povo, aproximando-se, de certa forma, de um discurso etnoliterário, uma vez que a análise será realizada em uma obra de Jorge Amado.

Diante disso, a versão de elementos culinários de uma língua a outra língua pode às vezes deturpar o caráter cultural de um povo, fragmentando de certa forma sua constituição como sociedade. Por isso, pensou-se em propor um estudo da terminologia da Gastronomia do universo de subáreas pertencentes à Culinária Brasileira Regional, escolhendo para o estudo a subárea Culinária Baiana. Esta delimitação faz-se necessária em virtude do universo de abrangência da Gastronomia e pelo fato de facilitar a verificação de que

forma os pratos, os ingredientes e a forma de preparo das receitas baianas foram vertidos para o inglês.

Tendo como *corpus* a obra *Dona Flor e seus dois maridos*, de Jorge Amado, a Terminologia possibilitará analisar como estão ocorrendo a prática dos termos de elementos da culinária baiana vertida do português para o inglês, procurando detectar possíveis alterações que possam descaracterizar os caminhos regionalistas baianos que estão enraizados na culinária supracitada, isto é, detectar as possíveis alterações que venham a deturpar o percurso histórico-antropológico-cultural da constituição do povo brasileiro que é facilmente perceptível por meio da culinária.

Revisão da história da culinária

Torna-se difícil falar do léxico de uma língua sem enveredar pela história de seu povo. Por isso, antes de iniciar os aspectos teóricos da teoria da Terminologia propriamente dita, faz-se aqui uma breve abordagem histórica da culinária.

Esse novo gênero, o culinário, surge na Europa entre os séculos XIII e XIV, e era destinado aos cozinheiros das cortes ou às famílias ricas urbanas.

Os receituários culinários surgem como contraste social que é traçado ao bom hábito de comer-se bem, que na época era privilégio de poucos, caracterizando os costumes e a cultura de um povo.

Ao percorrer a história por meio das receitas culinárias, encontram-se aspectos da cozinha que advêm de práticas já muito antigas. Uma dessas práticas são as receitas culinárias do livro de cozinha da infanta D. Maria de Portugal, filha de D. Duarte, duque de Guimarães, neta do rei D. Manuel e sobrinha de D. João III. A infanta D. Maria pertencia a uma família portuguesa de cultura renomada de acordo com os padrões da época. Por se tratar de uma moça culta e letrada, com conhecimentos em grego e latim, ao casar-se com Alexandre Farnésio (duque de Parma, Placêncio e Castro), viaja em 1565 para morar em Parma.

Nessa viagem, com destino à Itália, a infanta D. Maria levou em sua bagagem o livro de culinária em que constavam 61 receitas, na qual Abbade (2004), em sua tese de doutoramento a respeito das unidades lexicais culinárias, levantou os respectivos pratos mais notórios da infanta D. Maria, dos quais se destacam: Caderno dos manjares de carne, Caderno dos manjares de ovos e Caderno dos manjares de leite. Portanto, não é de agora que as receitas culinárias se fazem presentes em registros históricos, os quais permitem aos estudiosos caracterizar costumes e valores de uma determinada época e/ou povo.

Ainda na trilha do conhecimento histórico culinário, desta vez chegando à Idade Média, a culinária atinge seu apogeu no que diz respeito à perfeição gastronômica. Nessa época, as classes dominantes, com seus costumes culinários, deixam como legado as receitas como uma caracterização de sua cultura. Assim, o contraste social é nitidamente traçado a partir desses receituários culinários provenientes da Idade Média, quando comer bem era um hábito das famílias ricas urbanas da sociedade que tinham como profissionais os cozinheiros das cortes.

Historicamente falando, a partir da Idade Média, Abbade (2004) aponta que o contraste e a dosagem, sabiamente elaborados, conferiam à cozinha medieval sabor forte e picante, sendo notório o gosto inigualável, por meio das misturas e modos de preparar seus ingredientes. De modo geral, todo tempero e cozimento exerciam uma dupla função: tornar os alimentos mais apetitosos e mais fáceis de serem ingeridos.

A alimentação medieval assegurava a sobrevivência das pessoas pelo consumo de vinho, pão e todas as outras coisas que se comiam com o pão. Portanto, pão e vinho (tão importantes na cultura cristã) alimentavam o homem medieval. O pão vai distinguir também as classes sociais da época, pois a farinha utilizada no seu preparo ia depender da condição econômica de cada um, havendo assim uma relação entre o consumo do pão e a relação social: quanto mais baixa

fosse a posição social de uma pessoa, maior seria a porcentagem de sua renda para o consumo do pão. (idem, p.56)

Certas comidas são conhecidas no mundo inteiro como específicas de uma determinada cultura. No Brasil, em termos regionais, a Bahia sugere moquecas de peixe e camarão ou de siri-mole, regadas ao leite de coco e dendê; acarajé, vatapá, caruru, bobó. As guloseimas baianas de forma estereotipada devem ser preparadas por gordas senhoras negras, vestidas de branco, ornadas com colares de contas, pulseiras redondas de metal e turbante branco, sentadas com seu tabuleiro em frente a uma igreja. A culinária é um dos elementos importantes na caracterização de um povo, e em uma versão, pode-se perder a caracterização dessa cultura pelo mau uso de um léxico que, na língua-alvo, possa vir a ser esquecido, caracterizando, assim, uma versão de baixa qualidade do que se quer caracterizar na outra língua.

Dispositivos teóricos

Como se procura explicitar, caminhando agora ao encontro dos dispositivos teóricos da terminologia da Gastronomia, será abordada a teoria e a prática do pressuposto teórico supracitado que balizará o trabalho.

A terminologia é um setor particular do léxico em uso, cujo estudo não pode ser isolado do estudo global de determinada língua. Conforme aborda Carvalho (2000, p.20), “este léxico particular terminológico é considerado o conjunto de termos específicos de uma atividade e, desta forma, tem como referência o domínio da realidade de uma atividade concreta ou especulativa”, neste caso o domínio da culinária baiana.

De acordo com os pressupostos de alguns autores, como os da Escola Germano-Austríaca citados por Cabré (1999) e Carvalho (2000), a Terminologia divide-se em Terminologia Descritiva (TD) e Terminologia Prescritiva (TP). Enquanto a TD é um registro de

dados terminológicos isolados, a TP atende a uma necessidade de padronização que visa à comunicação sem ambiguidade, pois um termo só deve expressar um conceito. Por essa razão, a polissemia (o mesmo termo para diversos conceitos) e a sinonímia (diversos termos para um único conceito) devem ser evitadas. Ainda na subdivisão da Terminologia, a TD tem a necessidade de fazer menções às fontes necessárias sempre que possível, pois com esse tipo de trabalho é possível realizar estudos que, por meio de vários bancos de dados e instituições terminológicas, pode ser chamado, no sentido restrito da palavra, de documentação terminográfica, resultando nos dicionários.

De fato, é conhecido que essas duas vertentes metodológicas dos estudos terminológicos foram defendidas por diferentes pesquisadores nas chamadas Escolas de Terminologia, as quais englobam as escolas de Viena, Moscou, Quebec, como também o grupo de Barcelona, que opõem posições prescritivas a enfoques variacionistas e comunicativos.

É notável no decorrer das discussões da TCT que essa teoria vem se consolidando ao longo dos últimos anos e, na atualidade, é a que propõe princípios teórico-metodológicos mais coerentes para a descrição e análise das unidades léxicas de valor especializado.

Entre os pressupostos básicos da TCT, Nadin da Silva (2008, p.78), com base em Cabré (1999), pontua alguns princípios mais importantes, a saber:

- concebe a língua como um sistema que inclui gramática, semântica e pragmática;
- é uma perspectiva linguística que incorpora, além de uma teoria da língua, uma teoria do conhecimento e uma teoria da comunicação;
- considera os textos ou os discursos especializados como base da comunicação especializada e, portanto, esses discursos fazem parte da língua natural;
- a Terminologia é uma matéria de caráter interdisciplinar, integrada por fundamentos procedentes das ciências da linguagem,

das ciências da cognição e das ciências sociais. Estes três fundamentos inspiram, por sua vez, a poliedricidade da unidade terminológica, que, em consequência, é ao mesmo tempo uma unidade linguística, uma unidade cognitiva e uma unidade sociocultural;

- considera que, como consequência dessa interdisciplinaridade, a prática terminológica é também tridimensional;
- sustenta que o caráter interdisciplinar de uma matéria somente se justifica quando, além de incluir em seus fundamentos elementos procedentes de distintas disciplinas, os integram em um campo próprio e específico, que não se pode explicar pura e simplesmente como a adição dos fundamentos das disciplinas que a integram, mas como uma reorganização conceitual dos mesmos;
- assume o fato de que toda matéria interdisciplinar, ainda que seja um todo integrado, pode ser analisada priorizando alguns dos ângulos de sua multidisciplinaridade. Assim, uma abordagem da terminologia do ponto de vista da linguística, ainda que se analise o mesmo objeto se a abordagem fosse do ponto de vista da comunicação, não requer necessariamente dar conta dos mesmos aspectos dos termos. O fato de que uma interdisciplina permite diferentes abordagens não deixa de ser uma disciplina.

Entre estas diferentes perspectivas, vale citar que as unidades lexicais têm sememas muito especializados, construídos com semas específicos da área em questão, provenientes dos romances, por exemplo, cristalizados, de modo a tornarem-se verdadeiros símbolos dos aspectos culturais de um povo. Dessa maneira, como assevera Barbosa (2007), “verifica-se que sustentam o pensamento e o sistema de valores da cultura e configuram uma axiologia”.

Diante disso, são importantes as noções de arquitexto e arqui-discurso, assim como as noções de normas que se referem ao estatuto semântico, sintático e funcional do conjunto das unidades lexicais que caracterizam os universos de discurso etnoliterários. “Define-se arquitexto como o subconjunto-intersecção de *n* textos

pertencentes a um universo de discurso. Já o arquidiscorso, como o subconjunto-intersecção de *n* discursos pertencentes a um universo de discurso” (idem, p.2).

Se o arquidiscorso estabelece uma interdiscursividade e assegura um gênero de discurso, é possível estabelecer uma arqutermiologia como o subconjunto-intersecção de *n* termos, do mesmo plano de expressão, pertencentes a um universo de discurso, e arquiconceito como o subconjunto-intersecção de conceitos relativos à conceptualização própria desse universo de discurso que, no caso deste trabalho, é a Gastronomia.

O que se busca demonstrar é que pode estar havendo aquilo que Barbosa (2007) nomeia como terminologização, ou seja, algo que se refere à transposição de uma unidade lexical da língua geral para uma linguagem de especialidade, qual seja, os nomes das receitas culinárias baianas só serão efetivamente compreendidas em inglês se o tradutor tratá-las como termos que adquiriram esta condição a partir do percurso gerativo de enunciação de codificação, tratando-os como uma relação entre normas e sistema linguístico.

Na culinária regional baiana há, por exemplo, a unidade léxica azeite que, ao adquirir caráter de termo, adquire também uma expansão, como em: azeite de oliva, azeite de dendê. Nesse sentido, os termos, entendidos como parte do acervo lexical de uma língua também são criados, conservados ou transformados por usuários de uma determinada comunidade linguística, e tratar tal acervo lexical de uma comunidade linguística em um léxico como o de culinária regional, que traz aspectos históricos e culturais de um povo e/ou região, passa a ser muitas vezes parte do trabalho de tradução de um termo do português para outra língua, “uma forma de não produzir textos traduzidos por inteiro, mas utilizar uma combinação de tradução parcial e texto de produção original, de tal maneira que a tradução ocorra de forma dispersa e fragmentada” (Milton, 1994, p.88).

Assim, utilizando as noções que consubstanciam a TCT como teoria e prática, a fim de subsidiar os trabalhos tradutológicos da subárea do conhecimento da Gastronomia relacionado ao léxico

culinário, neste caso, o regional baiano, os tradutores, intérpretes e profissionais da Gastronomia poderão lidar com tais dificuldades e buscar soluções adequadas para o problema linguístico a partir de pontos básicos que a Terminologia oferece a trabalhos com termos vertidos para uma língua estrangeira por meio da aplicação dos conhecimentos teóricos.

Constituição do *corpus*

O *corpus* que serve de base para este estudo referente aos termos vertidos para o inglês na culinária baiana é constituído da obra *Dona Flor e seus dois maridos*, do romancista Jorge Amado.

A partir do exame cuidadoso das teorias da Terminologia, em especial à luz da TCT, foi analisada a versão em língua inglesa dessa obra da qual serão extraídos alguns termos que se insiram no universo das atividades gastronômicas e, portanto, a preocupação é como está sendo utilizado o léxico culinário quando vertido para a outra língua, verificando as possíveis falhas ou não na versão dos receituários baianos, como “abará, acarajé, quitute, sarapatel e vatapá”.

A culinária em *Dona Flor e seus dois maridos* é um elo entre a formação da identidade cultural baiana, a sensualidade da união de raças e as pitadas de humor da trama do romance. Já no início da obra, há um bilhete de dona Flor, misturando elementos da culinária com sua personalidade e com seu duplo matrimônio. O típico bolo de puba, receita que dona Flor diz ter aprendido fazendo, assim como aprendeu a amar e a viver, traz indícios da representatividade que os elementos da cozinha baiana terão na obra. Ao dizer que os dois maridos gostam do bolo de puba, a personagem joga com o significado das palavras trazendo conotações sexuais a coisas que ambos gostam.

Na versão de romances amadianos, o exotismo da culinária apresenta-se um desafio para os tradutores, obrigados a lidar com a especificidade de ingredientes. A tradução se concretiza pela adap-

tação de pratos e de ingredientes, ou pela tentativa de explicitação do que seria o prato baiano. A substituição de ingredientes como azeite de dendê por azeite de oliva descaracteriza uma marca cultural do continente africano, tornando-a europeia. Mais ainda quando na cozinha de Jorge Amado à lista de ingredientes é acrescentado o tempero da sensualidade de personagens de cor de cobre, como dona Flor, remontando ao passado colonial – aquele da convivência entre brancos e negros.

O inglês em *Dona Flor e seus dois maridos*

Nota-se que, em função de sua semelhança, “abará e acarajé” se confundem quando aparecem no texto em inglês. O prato abará algumas vezes como termo é omitido, e aparece ainda como *stewed beans* e como *fried beans*. Este último registra uma característica que não é pertinente ao preparo do abará, pois o mesmo é cozido em banho-maria. O acarajé aparece uma vez como empréstimo e nas outras ocorrências como *bean fritters* ou *fried bean cake*. Percebe-se que quando os dois pratos aparecem juntos, um deles é omitido. Pela característica frita do prato, somente o acarajé foi vertido para o inglês.

Ainda assim, apesar das advertências do marido, dona Flor serviu um lanche opíparo e superlotou a casa. A mesa era soberba: *acarajés e abarás*, moquecas de aratu em folhas de banana, cocadas, açaças, pés-de-moleque, bolinhos de bacalhau, queijadinhas, quanta coisa mais, iguarias e pitéus, muitos e diversos. Além do caldeirão de mungunzá de milho branco, um espetáculo! (Amado, p.372)

Even so, in spite of her husband's admonitions, Dona Flor served a sumptuous repast, and filled the house to over-flowing. The table was a sight to behold: bean fritters, fried fish vinaigrette, coconut candy, hominy cooked in corn husks, peanut brittle, codfish fritters, cheese tarts, all manner of dainties and tidbits. Not to mention the kettle of hominy cooked in coconut milk, what a sight! (idem, p.359)

O sarapatel, prato de origem indiana, é composto de miúdos de porco, como intestinos, bofe, coração, fígado, rins, língua, picados em pedaços bem pequenos, refogados e cozidos no sangue de porco. “Feito em casa e nos mercados públicos, é manjar para o trabalhador, o boêmio notívago. Come-se nas feiras pela madrugada e ao amanhecer” (Casculo, *apud* Senac, 1995, p.49). Na tradução de Harriet Onís (1988, p.92), tornou-se um ensopado de miúdos, simplesmente um ensopado, ou em uma descrição mais detalhada, o tradutor acrescenta que os miúdos são de porco, *pig’s light and liver*.

De bucho cheio, com a alma leve (nada como um bom *sarapatel* para lavar a alma num domingo), Mirandão [...]. (Amado, p.475)

With a full stomach and a light heart (nothing like a good lights-and-liver stew to uplift the soul on Sunday), Mirandão [...]. (idem, p.460)

Apenas em um momento do texto o sarapatel aparece na forma de empréstimo, juntamente com outros tipos de comida que já haviam também sido explicitadas em outras ocasiões, mas que ali aparecem também como empréstimos. Provavelmente, por ser explicitado no próprio texto, esse empréstimo não é registrado no glossário de termos estrangeiros:

Fossem menos vasqueiras suas finanças e com maior frequência ele repetiria rabadas e *sarapatéis*, *maniçobas* e *vatapás*. Apenas lhe vinha uma aragem de sorte e já programava uma feijoada. (Amado, p.197)

If his finances had been less fragile, he would have repeated with greater frequency oxtail stews, sarapatéis, maniçobas, and vatapás.

Whenever he had a lucky break, he planned a feijoada. (idem, p.186)

Os quitutes baianos, tão bem enumerados no texto exemplo, são considerados como *delicacies* ou descritos como “*something please to*

eat that is considered rare or luxurious [consideraed caviar a delicacy]”, pelo Merriam-Webster Online.

Num desperdício de comida, ali se exibiam os *quitutes baianos*, vatapá e efó, abará e caruru, moquecas de siri mole, de camarão, de peixe, acarajé e açaçá, galinha de xinxim e arroz de haussá, além de [...]. (Amado, p.89)

It was a feast of the first order, all the delicacies of Bahia were included – vatapá and efó, abará and caruru, marinated crabs, shrimp, fish, acarajé and acaca, chicken forcemeat, rice haussá, not to mention [...]. (idem, p.75)

O vatapá, que é uma espécie de pirão de peixe e camarões, engrossado com pães dormidos amolecidos em água, espremidos e passados na peneira, e temperado com cebola, gengibre, castanha de caju, leite de coco, caldo de peixe e bastante pimenta malagueta, nesse trecho, como na maioria dos casos em que aparece no texto, vem em forma de empréstimo. No entanto, em outros momentos do texto torna-se uma sopa de peixe, *fish soup* (Onís, 1988, p.129), ou uma *fricasse* de frango e leite de coco *chicken and coconout milk fricasse* (idem, p.264), servida com molho branco. Já a descrição presente no glossário classifica o vatapá como sendo *chicken stewed in coconout milk and seasoned with sliced shrimps, onion, red pepper, and olive oil* (idem, p.269). É possível fazer um vatapá de frango, no entanto, não é o prato tradicional baiano, feito pela baiana dona Flor, enfatizado por estar antecedido por um artigo definido, caracterizado no texto, portanto, como algo já conhecido dos leitores:

Ao demais, dona Flor passara o dia praticamente em função do aniversário de seu Sampaio: em sua cozinha, e com a ajuda de Marilda, preparou o *vatapá* – um caldeirão – e a moqueca de peixe, uma delícia, enquanto dona Norma se ocupava com os demais *quitutes*. (Amado, p.276)

Moreover, Dona Flor had spent practically the whole day celebrating Mr. Sampaio's birthday: in her kitchen, with Marilda's help, she had prepared the chicken and coconut milk fricassee – a huge kettle of it – and the fried fish, with its special sauce, simply delicious, while Dona Norma had busied herself with the other delicacies. (idem, p.264)

O que se pode observar, pelos poucos exemplos colocados, é que o texto de Jorge Amado no inglês não conseguiu verter em sua totalidade a complexa relação interlinguística.

Considerações finais

Indubitavelmente, traduzir a culinária é lidar com conceitos que dependem de elementos extralinguísticos, relacionados ao cheiro, ao sabor, à cor, aos sentimentos e à história de um povo. O simples relacionar de ingredientes ou o descrever de preparo de pratos que levem azeite de dendê, leite de coco, miúdos de porco, pedaços salgados de porco e feijão-preto não tornam os pratos tão facilmente percebidos pelos sentidos quanto aqueles que levem azeitonas, tomate, cebola, alho e orégano. Igualmente, os doces ou bebidas feitos com chocolate, maçã, morango e peras são melhor imaginariamente degustados do que aqueles à base de umbu, cajá, pitanga, mangaba, graviola, cupuaçu, araçá ou jenipapo, como o famoso licor de dona Flor.

Na versão inglesa de Harriet de Onís, percebe-se que a dificuldade em lidar com as diferenças, com o desconhecido do público leitor, com a inseparabilidade do binômio língua-cultura, aflora na construção de uma personagem tão peculiarmente prendada.

A adaptação de ingredientes, a alteração no seu preparo, a similitude com pratos menos tropicais, menos quentes, menos misteriosos, porque exóticos, trazem uma sensível diferença ao texto traduzido. Diferença essa que, muito provavelmente, só é perceptível ao paladar, aos olhos e ao olfato de brasileiros, pois é também na comi-

da que se reconhece a tão apregoadada mistura das três raças, presente na formação histórico-antropológico-cultural do povo brasileiro.

Conforme se procurou explicitar, é perceptível que as dificuldades de versão dos termos culinários na obra *Dona Flor e seus dois maridos* foram imensas, todas causadas por barreiras impostas pelas diferenças culturais. É evidente que a versão leva para o estrangeiro uma imagem estereotipada, exótica, que chama a atenção do leitor. Além disso, observa-se uma tênue fronteira entre a unidade lexical especializada e a não especializada. O caráter multifuncional dos elementos do conjunto vocabular-terminológico da culinária baiana permite situá-la no rol das linguagens especiais e apenas dessa forma ela poderá ser compreendida por falantes não maternos quando do trabalho de versão para o inglês.

Referências bibliográficas

- AMADO, J. *Dona Flor e seus dois maridos*. São Paulo: Martins, 1971.
 ———. *Dona Flor and her two husband*. Trad. Harriet de Onís. New York: New Avon Books, 1988.
- ABBADÉ, C. M. S. Os campos lexicais do vocabulário do livro de cozinha da infanta D. Maria. In: VII Congresso Internacional de Linguística e Filologia. UERJ, *Cadernos do CNLF*, Série 8, n.13. 2004. ISSN: 1519-8782.
- BARBOSA, M. A. Estudos em etno-terminologia: as unidades lexicais na literatura de cordel. In: *Revista Brasileira de Linguística*. São Paulo: 3ª Margem, 2007.
- BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- CABRÉ, M. T. *La terminología: representación y comunicación*. Una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada – Universitat Pompeu Fabra (Series monografies, 3). 1999.
- CARVALHO, N. M. Fundamentos linguísticos da terminologia. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.19-25, 2000.
- KRIEGER, M. G. Terminologia em contextos integradores: funcionalidade e fundamentos. In: ———. (Org.). *Terminologia e Integração*. *Revista Organon*, n.26. Porto Alegre: Instituto de Letras – UFRGS, 1998.

- MILTON, J. *O Clube do Livro e a tradução*. São Paulo: Edusc, 1994.
- NADIN DA SILVA, O. L. *Das ciências do Léxico ao Léxico nas ciências: uma proposta de dicionário português-espanhol de economia monetária*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. Unesp, Araraquara. 2008.
- SENAC. *A culinária baiana*. Salvador: Senac/DN, 1995.

15

LÉXICO URBANO, DISCURSO E SILÊNCIO: UM FAZER NO ENTREMEIO¹

José Horta Nunes²

Introdução

Apresentamos aqui uma análise de palavras que significam sujeitos no espaço público, sob a perspectiva da análise de discurso. Situamo-nos em uma abordagem discursiva do léxico e, mais especificamente, do léxico urbano, tal como se apresenta em discursividades da cidade (Orlandi, 2002; 2003; 2004; Nunes, 2006). A Análise de Discurso (AD), uma disciplina de entremeio, coloca questões para a Lexicologia e trabalha as fronteiras com esse campo de saber. Além disso, consideramos o modo como o conceito de *silêncio*, de Eni Orlandi (1992), enquanto “horizonte de significação”, traz questões para o estudo do léxico, questões essas que tocam os limites entre léxico e discurso, ou seja, que levam em conta, para a análise do léxico, o funcionamento do discurso e das formas de silêncio aí imbricadas. O silêncio, segundo Orlandi, é a condição da significação. A autora confere um estatuto explicativo

1 Trabalho relacionado ao projeto “Palavra, Discurso, Silêncio: no movimento dos sentidos urbanos” (Processo Fapesp nº 2009/15205-1).

2 Unesp – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários.

a esse conceito, deslocando-o de visões que o tomam somente como ausência de palavras, pausa, ou outras formas de oposição ao dizer. O silêncio significa, ele atravessa as palavras e condiciona o movimento do discurso e dos sentidos.

Para embasar nossa reflexão, partimos da análise da palavra *mendigo* em um *corpus* constituído de um texto de Política Pública do governo federal e dois textos jornalísticos com ressonâncias desse discurso, de modo que se nota uma determinação, na mídia, dos sentidos das palavras que significam os sujeitos no espaço público.

Esta pesquisa traz, assim, uma contribuição para o estudo do léxico na ligação com a sociedade e a história, confrontando os sentidos produzidos no texto do governo federal com os sentidos identificados nos textos jornalísticos. De modo mais amplo, o trabalho traz elementos para o estudo do léxico urbano em diferentes textualidades, tomando as palavras como sustentadas pelas posições dos sujeitos e como índices de processos discursivos.

Vocabulário da Política Pública: do *mendigo* à população em situação de rua

Um dos efeitos da falta do Estado na conjuntura contemporânea é a proposição pelo próprio Estado de Políticas de Inclusão Social que instauram uma clivagem na sociedade, ao mesmo tempo em que se propõem a remediá-la por meio de práticas assistenciais. As pesquisas sobre discursividades urbanas (Orlandi, 2004) têm mostrado que os discursos de organização da cidade, como os da administração pública, se sobrepõem ao real da cidade, construindo um imaginário urbano que estabiliza sentidos e que silencia as contradições, o político e o histórico. Esse jogo entre a falta, a exclusão e a inclusão é marcado pelo modo como as palavras são trabalhadas (definidas, comentadas, usadas em nomeações etc.) nas práticas de organização da cidade.

Vamos analisar aqui os sentidos da palavra *mendigo* em dois domínios de *corpus*: o discurso do governo federal sobre o que se

tem chamado de *população em situação de rua (PSR)* e o discurso de segurança pública tal como aparece em dois textos jornalísticos. Veremos que o discurso do governo federal, em um programa de Política Pública, desloca sentidos do que seja o sujeito no espaço urbano e que isso afeta os discursos em circulação nos jornais. O sentido da palavra *mendigo* é observado na relação entre palavra, texto e discurso. As significações da palavra *mendigo* são muito específicas em cada texto e o estudo das relações lexicais como sinonímia, hiperonímia, meronímia, de um ponto de vista discursivo, leva-nos a mostrar que essas relações também diferem em cada caso. Como resultado, chegamos a uma descrição e compreensão da palavra enquanto afetada pelas divisões sociais e políticas observáveis nos discursos.

A fim de compreender a relação entre palavra, texto e discurso, consideramos as consequências teóricas e metodológicas do conceito de *silêncio* (Orlandi, 1992). De modo específico, operacionalizamos esse conceito para conceber o estatuto da palavra enquanto objeto de análise no texto e no discurso. Tomar a palavra em sua relação com o silêncio evita uma visão formalista ou positivista da palavra e abre espaço para se trabalhar as contradições, os deslizamentos de sentido e a configuração das relações lexicais e discursivas.

Uma semântica da palavra: nomear os sujeitos no espaço público

O uso da palavra *mendigo* é menos frequente atualmente, ao passo que outras palavras como *morador de rua*, *sem-teto* e a recente locução *população em situação de rua* são sinais das transformações discursivas. O interesse que se apresenta para nós, ao estudar tal palavra, é o de permitir a observação de certos processos discursivos que envolvem funcionamentos regulares. Os deslocamentos de sentido que a palavra *mendigo* sofre são índices das discursividades contemporâneas, as quais afetam igualmente todo um conjunto de relações semântico-lexicais.

Nos discursos sobre sujeitos no espaço público, nota-se a presença de uma semântica da palavra que denomina, descreve e define os sujeitos no espaço da rua, identificando-os e tornando-os passíveis de cálculo e de administração. Essa semântica da palavra rejeita algumas palavras e significações tidas como “preconceituosas”, ao passo que propõe novas palavras e significações a serem adotadas como operacionais nas políticas públicas. O vocabulário da Política Pública torna-se, assim, consensual, legitimado pelo governo, pela ciência e pelas legislações, e disponível para ser utilizado nas práticas de administração e de segurança pública, trazendo condições para se controlar as contradições e para desambiguar os sujeitos. Evita-se desse modo, no espaço público, o político enquanto contradição histórica e a convivência com os diferentes, ao mesmo tempo em que se sustentam as práticas assistenciais e de segurança pública. Opera aí a distinção entre o político e a polícia.

A palavra-silêncio: um procedimento de análise

Segundo Orlandi (1992, p.14), “as palavras são atravessadas de silêncio; o silêncio fala por elas, elas silenciam”. Essa concepção de silêncio, como horizonte contínuo de significação, leva a reconhecer na palavra uma dimensão significativa que não se limita ao linguístico e, portanto, não se detém nos conceitos de *morfema*, *item lexical*, *lexema*, *campo lexical*. Há algo na palavra que escapa à descrição linguística e que só pode ser observado de modo indireto, que não corresponde à unidade lexical e que está aberto à deriva e à incompletude. A Linguística reconhece, de um modo um tanto decepcionado, a não unidade da palavra, ao passo que aponta as dificuldades em delimitar tal unidade. Esse equívoco teórico, além de mostrar que a ciência falha, parece-nos um indício do funcionamento do silêncio na palavra.

Ao invés de evitar os fantasmas da palavra, parece-nos que levar em conta sua incompletude, sua possibilidade de deriva e seu horizonte contínuo de significação nos permite compreender melhor o

modo como ela funciona no discurso, bem como os efeitos de sua categorização na língua.

Diante disso, consideramos aqui a palavra de entrada na análise como *palavra-silêncio*, ou seja, como horizonte contínuo de significação da palavra no discurso. Com isso, não se trata de fixar um item lexical para análise, mas sim de expor o olhar do analista às formas de silêncio, às remissões das palavras a outras palavras, às derivas, aos equívocos, às relações lexicais estabelecidas no intra e no interdiscurso. Dentre esses fatos, vamos nos deter mais de perto ao funcionamento da hiperonímia, dos nomes gerais e coletivos e da meronímia, tratando-as não como relações preestabelecidas, mas como mecanismos que funcionam nas formações discursivas, produzindo dominâncias, hierarquias, silenciamentos, ao mesmo tempo em que condicionam equívocos e movimentos de sentidos. Considerar o conceito de silêncio leva a compreender de outro modo algumas categorias e relações lexicais como as que mencionamos.

***Mendigo* faz parte da população em situação de rua: um discurso do governo federal**

A palavra *mendigo* ganha nova significação ao ser constituída no texto da “Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua”, publicado pelo governo federal em maio de 2008 (Brasil, 2008). Esse texto define e coloca em circulação uma nova nomeação para os sujeitos no espaço público. A locução *população em situação de rua* substitui a locução *morador de rua* ou passa a determiná-la, funcionando como nome geral que domina outros nomes que significam sujeitos urbanos, entre os quais o nome *mendigo*, que nos interessa aqui mais de perto.

Analisemos inicialmente a formulação da locução *população em situação de rua*. A palavra *população* traz um sentido coletivo para os sujeitos que nomeia. Há um processo de coletivização dos sujeitos. O termo *população* significa uma pluralidade de sujeitos urbanos: *flanelinhas*, *moradores de rua*, *pedintes* etc. Assim, *mendigo* se insere

em uma série de palavras que são determinadas pelo termo *população*, em uma relação meronímica (o mendigo é parte da população em situação de rua).³ Consideramos que a população aí funciona como um “termo”, na medida em que é objeto de um discurso especializado, o da Política Pública governamental, enquanto a palavra *mendigo* é rejeitada enquanto “termo” e é localizada na língua geral como inapropriada para nomear o sujeito urbano. Observam-se aí as condições linguísticas e ideológicas para operar a sobreposição do urbano sobre o real da cidade: uma sobreposição que se assenta em uma semântica da palavra que distingue os termos apropriados e inapropriados para nomear os sujeitos urbanos.

Já o segmento “em situação de”, que determina o nome *população*, confere significações espaciais e temporais aos sujeitos, o que permite abranger tanto os sujeitos que moram na rua, que ali pernoitam ou permanecem por longo tempo, quanto os que “estão” na rua exercendo algum tipo de atividade no espaço público: venda de mercadorias, malabarismos, limpeza de para-brisas etc. É aí que se estabelece uma divisão fundamental na *PSR*, aquela entre trabalhadores e não trabalhadores.

Enquanto significação de lugar, o termo *PSR* contempla diferentes locais em que os sujeitos se encontram: as ruas, as calçadas, os viadutos etc. Estando “em situação de”, o sujeito é sempre provisório, iminente, não passível de fixação. Já o termo “rua” significa, de modo geral, o espaço público, mas observe-se que “rua”, quando considerada no interior de “em situação de rua” ganha um sentido de instabilidade e de inadequação em relação ao sujeito: a rua é um lugar onde não se permanece, ou não se deve permanecer.

Analisemos agora a sequência que segue:

A população em situação de rua é composta, em grande parte, por *trabalhadores*: 70,9% exercem alguma atividade remunerada.

3 Agradeço a Maria Teresa Martins pelas observações sobre a meronímia em um dos seminários do projeto *Palavra, Discurso, Silêncio: no movimento dos sentidos urbanos* (Processo Fapesp n° 2009/15205-1).

Destas atividades destacam-se: *catador de materiais recicláveis* (27,5%), *flanelinha* (14,1%), *construção civil* (6,3%), *limpeza* (4,2%) e *carregador/estivador* (3,1%). Pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência apenas 15,7% das pessoas. Estes dados são importantes para desfazer o preconceito muito difundido que a população em situação de rua é composta por ‘*mendigos*’ e ‘*pedintes*’. Aqueles que pedem dinheiro para sobreviver constituem minoria. (Brasil, 2009, p.12)

A nomeação *mendigo* nessa sequência é determinada no intradiscurso por *população em situação de rua*, de modo a se estabelecer uma relação metonímica do tipo meronímia (relação entre a parte e o todo): *mendigo* faz parte de *população em situação de rua*. Assim, *população em situação de rua* é uma nomeação coletiva que inclui o nome *mendigo*. Observe-se que *população em situação de rua* é determinado, no mesmo texto, pela palavra *sociedade*: a população em situação de rua é um “segmento da sociedade” a ser incluído na sociedade mais ampla. O pressuposto da inclusão social, embora não desfaça a meronímia da parte e do todo, coloca a parte como separada do todo, para que se possa realizar a inclusão. Percebe-se desde o início que as relações lexicais não são tomadas como relações *a priori* e que elas produzem significações bem singulares como efeitos do intradiscurso.

Outro fato a ser salientado é que o nome *população* nesse discurso torna os sujeitos contáveis e administráveis, de modo que se trata aí da sociedade colocada em definições e números, passível de pesquisa e de cadastramento, ou seja, de controle. Sustentado pelo discurso da Ciência Social, de base estatística, o discurso de inclusão torna os sujeitos objetos da administração pública, individualizando-os e obtendo-se uma coletividade de indivíduos identificáveis (o discurso da identidade), definíveis e calculáveis. Note-se que no Censo do IBGE a população em situação de rua não é contada em função de suas características instáveis e visto que o censo toma por base a população nas moradias. Por isso se tem proposto a contagem dessa população separadamente.

Ainda nessa sequência, vemos uma recusa do imaginário de que a PSR é composta de *mendigos* e *pedintes*, enquanto o nome *trabalhadores* é introduzido para indicar a maioria da PSR, incluindo-se aí *catador de materiais recicláveis*, *flanelinha*, *construção civil*, *limpeza* e *carregador/estivador*. Dizer que a PSR é composta “somente de mendigos e pedintes” torna-se, então, um “preconceito”.

O texto do governo federal passa a funcionar como um discurso de organização da cidade. Distribuído nos municípios, ele vai subsidiar as políticas de assistência social. Além disso, circula na grande mídia, sendo reproduzido e comentado abundantemente. A expressão *PSR* na mídia torna-se um traço do discurso administrativo.

Os jornais: segurança pública e discurso criminal

Apropriado pelos jornais, o discurso do governo federal, ao mesmo tempo em que determina os sentidos das palavras, é orientado para certas direções conforme a posição sustentada pelo jornalista. Como veremos a seguir, o discurso do documento federal não se reproduz tal qual nos textos mediáticos. Tomamos para análise um texto de editorial do jornal *Correio Popular*, jornal da cidade de Campinas, publicado em 2.11.2009. O editorial trata da situação de sujeitos que frequentam as imediações da antiga rodoviária da cidade, desocupada por conta da construção de uma nova rodoviária.

Observe-se a seguinte sequência do texto:

A preocupação com a *segurança pública* é sempre exacerbada na exata proporção do sentimento de desamparo da *população*, que se sente constantemente ameaçada em suas casas, em qualquer ponto da cidade, *vítimas* passivas de uma conjuntura que favorece o crescimento da violência e a ação impune de *criminosos*. A *sociedade indignada* pede que as *forças de segurança* constituídas ajam com eficácia e rigor, restabelecendo o direito de cada *cidadão*, sem permitir que *marginais* de todos os matizes exerçam inconcebível pressão sobre as *pessoas*.

Um dos aspectos da segurança diz respeito ao problema vivido por *moradores* de pontos da cidade invadidos por *mendicantes*, *prostitutas*, *traficantes* e *viciados*, que tomam o que deveria ser uma praça de lazer, uma rua residencial ou comercial, os becos e imóveis abandonados, criando um reduto imundo e ameaçador, e expulsando os *moradores* de onde antes eram promissores bairros. É o caso do entorno da antiga e nova estações rodoviárias de Campinas, degradado a tal ponto que exigia uma pronta e eficaz intervenção de polícia e setores assistenciais e jurídicos da Administração.

Com efeito, foi encetada uma operação naquele espaço, cadastrando as *pessoas em situação de rua*, devolvendo alguns a suas cidades de origem, oferecendo assistência e suporte a quem necessitava, além de coibir a ação de *traficantes* e *prostituição* no local. (*Correio Popular On-line*, 2009, s. p.)

A posição do jornalista apresenta-se aí filiada ao discurso de Segurança Pública. Nota-se nessa sequência uma oposição entre *população* e *marginais*. A palavra *população* é retomada por *vítimas*, *sociedade indignada*, *cidadão*, *pessoas* e *moradores*, enquanto *marginais* inclui *mendicantes*, *prostitutas*, *traficantes* e *viciados*. Assim, *mendigo*, restituído morfologicamente de *mendicância*, não estaria incluído (ou a ser incluído) na *sociedade*, mas sim a ser combatido pelas *forças de segurança* (*polícia*, *Guarda Municipal*). Embora no editorial apareça também a locução *população em situação de rua*, como traço do discurso assistencial, ela não significa do mesmo modo, visto que se apresenta determinada pelo discurso de segurança pública. São silenciadas por essa via muitas das propostas assistenciais do documento de inclusão social, ao passo que os sujeitos frequentadores das vias públicas são tidos como passíveis de *intervenções* da polícia e dos agentes de segurança.

Um processo semelhante, que envolve o discurso de Segurança Pública, apresenta-se em outro texto jornalístico, desta vez referente à cidade de Assis (oeste do estado de São Paulo), na qual foi instaurado um programa denominado *Tolerância Zero*. Vejamos uma sequência do texto:

Desde o dia 1º de julho, pessoas consideradas *suspeitas* e que estiverem sem fazer nada nas ruas da cidade de Assis, localizada a 448 km da capital paulista, estão sendo abordadas pela *polícia* e, se não comprovarem que têm alguma ocupação profissional, são consideradas *desocupadas*.

Os *contraventores* são cadastrados na delegacia, passam por um exame médico para avaliar sua capacidade laborativa e assinam um termo se comprometendo a procurar emprego. Em um prazo de 30 dias devem procurar trabalho ou demonstrar que estão se esforçando para encontrar ocupação lícita.

Depois desse período, se a pessoa for encontrada em atitude suspeita pode ser autuada em flagrante por *vadiagem*, com pena prevista de 15 dias a três meses. A ação integra o Programa Tolerância Zero, implantado para conter a *criminalidade* no município, que tem 100 mil habitantes e 104 anos de existência.

A medida está baseada no Artigo 59 da Lei das Contravenções Penais, que define *vadiagem* como “entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de sobrevivência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita”. Até agora já foram cadastradas 51 *pessoas nessa situação* em Assis. (Notícias Uol, 2009, s. p.)

Primeiramente, vê-se que a locução *população em situação de rua* não aparece tal qual no texto, mas sim por meio de uma forma parafrástica: “pessoas nessa situação”, no interior do discurso assistencial e de cadastramento, mas, neste caso, condicionando as operações da Segurança Pública. No fio do discurso, vemos as relações de correferência que configuram o seguinte percurso:

pessoas → suspeitas → desocupadas → contraventores → vadiagem.

Nesse percurso, percebe-se o deslocamento que leva da “suspeição” à identificação do *desocupado* e daí ao discurso jurídico-criminal (*contraventores*), até se chegar à caracterização da *vadiagem*, definida por lei e condicionadora da penalidade. Note-se que o termo *vadio* individualiza o sujeito no discurso jurídico. Os deslo-

camentos apontados indicam o processo de interpelação do sujeito, que vai do ideológico (*desocupado*) ao jurídico (*vadio*), de modo a se construir a evidência do sentido de *vadio*, evidência essa sustentada pela legislação.

Desse modo, observa-se no discurso do *Tolerância Zero* uma prática de desambiguação. O cadastramento identifica e individualiza o sujeito, distinguindo o *trabalhador* do *vadio*. Note-se que o nome *suspeito*, que também individualiza o sujeito, tem um funcionamento muito específico nesse discurso: ele produz uma indistinção entre *cidadão* e *criminoso*. A suspeição abre para o jogo tenso das identidades, com tendência a criminalizar os sujeitos, sobrepondo-se ao discurso de assistência social. Em nome da urgência (*pronta e eficaz intervenção*), de um fazer sem saber, o discurso da Segurança Pública se instala como prática legitimada e de aplicação da lei.

Considerações finais

O surgimento da nomeação *população em situação de rua* desloca sentidos no discurso de organização da cidade, significando a temporalidade dos sujeitos no espaço público: uma temporalidade transitória e de urgência.

A rua é vista como um espaço de rompimento de vínculos familiares, comunitários ou institucionais. O vocabulário da Política Pública significa essa cisão na sociedade e direciona os sentidos para o “resgate” dos vínculos perdidos. É nessa conjuntura que a palavra *mendigo*, assim como várias outras que nomeiam sujeitos urbanos, ganha novos sentidos, sendo determinada por *população em situação de rua*.

A análise que efetuamos nos leva a concluir que as relações lexicais (nome coletivo, meronímia, hiperônimos) são mecanismos discursivos que se constituem no intra e no interdiscurso, e que produzem dominâncias, hierarquias, silenciamentos, participando, desse modo, da configuração das formações discursivas. Se em um

discurso (o da Política Pública), *mendigo* é parte da *sociedade*, em outro (o discurso jornalístico) ele se opõe à sociedade enquanto faz parte do conjunto de *bandidos e criminosos*, e ainda em outro é individualizado como *vadio*. Se *população em situação de rua*, em um discurso, inclui *mendigo*, em outro se opõe a ele, sendo distinto do *trabalhador* e do conjunto restrito de *cidadãos*, e combatido pelas *forças de segurança*. Nota-se aí o equívoco da língua que condiciona a contradição histórica: os hiperônimos são passíveis de falhas, deslizes, deslocamentos de sentido.

Gostaria de apontar finalmente algumas orientações de análise que considero produtivas para o estudo das relações hiperonímicas e outras relações lexicais estabelecidas no discurso. Primeiramente, a consideração do conceito de *silêncio* e de suas consequências para o dispositivo teórico da AD mobiliza outro modo de observar as palavras no discurso, a constituição das relações lexicais e as falhas que condicionam as contradições nos discursos. Faço menção também aos estudos de F. Mazière (1989) e A. Collinot & F. Mazière (1997) sobre o funcionamento dos pré-construídos em enunciados definidores, que permitem observar a incidência de discursos transversos que determinam as definições. E ainda os trabalhos de E. Guimarães (2007) com os domínios semânticos de determinação, que nos fazem compreender as determinações das palavras no texto e na enunciação, levando-se em conta o interdiscurso. Terminamos ressaltando a consideração da relação entre equívoco na língua e contradição histórica para o estudo da palavra no discurso.

Referências bibliográficas

- BRASIL. GOVERNO FEDERAL. *Política nacional para inclusão da população em situação de rua*. Brasília, DF, maio de 2008. Disponível em: <<http://www.coepbrasil.org.br/portal/Publico/apresentarArquivo.aspx?ID=2954>>. Acesso em: 17 dez. 2009.
- COLLINOT, A.; MAZIERE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

- CORREIO POPULAR. ON-LINE. Um pontapé covarde na civilidade. Editorial. *Correio Popular* On-line, Campinas. 12 de outubro de 2009. Disponível em: < <http://cpopular.cosmo.uol.com.br/>>. Acesso em: 15 out. 2009.
- GUIMARÃES, E. Domínios Semânticos de Determinação. In: _____. MOLLICA, M. C. (Orgs.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes, 2007, p.79-96.
- MAZIÈRE, F. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989, p.47-59.
- NOTÍCIAS UOL. Pessoas suspeitas e sem ocupação são cadastradas como vadias em Assis. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/08/08/ult5772u4903.jhtm>>. Acesso em: 26 ago. 2009.
- NUNES, J. H. Lexicologia e lexicografia. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006.
- ORLANDI, E. P. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. Lexicografia discursiva. In: _____. *Língua e conhecimento linguístico*. Para uma história das ideias no Brasil. Campinas: Cortez, 2002, p.101-19.
- _____. *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes; Labeurb; Unicamp, 2003.

16

PROPOSTA DE *DICIONÁRIO BILÍNGUE* PORTUGUÊS-FRANCÊS DE TERMOS DE ESTATUTOS SOCIAIS VOLTADO PARA TRADUTORES JURAMENTADOS¹

*Letícia Bonora Teles*²

*Lídia Almeida Barros*³

Introdução

O presente artigo apresenta reflexões e resultados de nossa pesquisa, cujo principal objetivo é contribuir com o trabalho dos tradutores públicos e intérpretes comerciais por meio da elaboração de uma proposta de modelo de dicionário bilíngue português-francês de termos de estatutos sociais.

No Brasil, a produção de materiais terminográficos especialmente elaborados para auxiliar os tradutores juramentados em sua tarefa ainda é exígua. A maioria dos dicionários bilíngues disponíveis no mercado não se preocupa em precisar a real relação de equivalência existente entre os termos e não traz um detalhamento de dados necessário ao trabalho dos tradutores, o que dificulta o ofício dos profissionais da tradução.

1 Este artigo relaciona-se ao projeto *LexTraJu – O léxico da tradução juramentada*, financiado pela Fapesp (proc. n° 2008/01322-3).

2 Unesp - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Bolsa de mestrado Fapesp (proc. n° 2007/06492-1).

3 Unesp - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Departamento de Letras Modernas.

Neste trabalho, pretendemos discutir as principais necessidades dos tradutores no que concerne aos dicionários bilíngues e apresentar uma proposta de dicionário bilíngue português-francês de estatutos sociais voltado especialmente para tradutores juramentados.

Considerações sobre dicionários bilíngues para tradutores

Muitos recursos têm sido desenvolvidos para auxiliar o tradutor em seu trabalho, mas o dicionário bilíngue ainda continua ocupando lugar de destaque. Embora o tradutor não precise somente dessa ferramenta, esta é de suma importância para o trabalho desses profissionais da tradução.

Azevedo (2007, p.52) explica que os dicionários bilíngues existem já na Antiguidade, servindo, entre outras finalidades, para suprir as necessidades comerciais entre países, sendo antecessores dos dicionários monolíngues. O autor aborda também o certo desprestígio que os dicionários bilíngues enfrentam hoje e a predileção dos tradutores pelos dicionários monolíngues, por estes conterem um “tratamento mais completo de problemas semânticos e sintáticos adequados às exigências de sua atividade” (idem, p.12). O autor lembra ainda as insuficiências das obras bilíngues no mercado brasileiro e que esse tipo de obra deveria cumprir um papel essencial, que o diferencia do dicionário monolíngue, “na sistematização e oferecimento de equivalências lexicais”.

Os dicionários monolíngues são comumente considerados mais confiáveis, em função, principalmente, da falta de informações que os dicionários bilíngues trazem sobre os equivalentes interlinguísticos. Alpízar-Castilo (1995, p.105) ressalta que:

É certo que nos inventários que saem no mercado a definição quase nunca está presente, por razões de economia, também é certo que esta prática vai contra a exatidão dos equivalentes propostos.

As diferenças de nuances escapam e muitas falsas equivalências são introduzidas.

No caso de um dicionário terminológico bilíngue que pretenda ser uma ferramenta útil ao tradutor que não detém o conhecimento dos termos especializados na língua de chegada, torna-se importante o registro de contextos de uso, ou seja, sequências discursivas que atestem o real uso dos equivalentes. É o que afirma Haensch (1982, p.521), que ressalta a necessidade de se levar em conta o contexto das unidades léxicas nos dicionários bilíngues: “[...] indicações sobre usos contextuais etc. são ainda mais necessárias no dicionário bilíngue do que no monolíngue”.

As diferenças de graus de equivalência existentes entre um termo de uma língua e seu respectivo equivalente também devem ser expostas ao consulente do dicionário. Felber (1984, p.12) ressalta que os dicionários multilíngues especializados não levam em consideração os diferentes graus de equivalência dos termos, o que acarreta muitos erros de interpretação e de tradução. O autor afirma que o terminógrafo pode utilizar símbolos apropriados para alertar o consulente quando os conceitos das duas línguas contrastadas coincidem ou não completamente.

Consideramos bastante significativa também a afirmação de Correia (2003, p.75) sobre o que deve conter um dicionário bilíngue para auxiliar o tradutor em sua tarefa:

Consideramos, antes de mais, que qualquer dicionário especializado deve conter, para além da definição do conceito, equivalente(s) em outra(s) língua(s), que facilite(m) o trabalho do tradutor, deve conter informação relativa à variação terminológica (no tempo, no espaço, no contexto social), de modo a facilitar a utilização correta dos termos certos nos contextos certos e deve, finalmente, conter informação relativa aos contextos nos quais o termo é utilizado, de modo a possibilitar a produção de discurso especializado de qualidade. [...] Ou seja, um dicionário mais descritivo do que normativo.

Como percebemos, o dicionário bilíngue para o tradutor precisa cumprir requisitos específicos que satisfaçam necessidades concretas e bem definidas. Um especialista, por exemplo, geralmente consultará um dicionário terminológico, porque precisa se comunicar com outros colegas em uma língua diferente de sua e, assim, procurará encontrar o equivalente de um termo cujo significado já conhece. Já o tradutor precisa que o dicionário ofereça, além dos equivalentes, outras informações que facilitem a compreensão e produção de textos. Sobre isso, Gomez & Vargas (2004, p.4) defendem algo com o que concordamos e adotamos em nossa proposta: que o dicionário também precisa oferecer ao tradutor informações enciclopédicas, relativas ao conhecimento extralinguístico:

O dicionário especializado bilíngue voltado para o tradutor deve conter informações que possam superar os limites do estritamente necessário e suficiente: precisa fazer as vezes de um dicionário monolíngue no qual apareçam uma definição e contextos de uso real do termo que assegurem a confiabilidade da informação e, do mesmo modo, precisa conter outras informações, como sinônimos, variações significativas determinadas pelo contexto, categoria gramatical, relações conceituais etc., que sirvam de ajuda para o tradutor no processo de tomada de decisões, que é a tradução.

Assim, para desempenhar o papel que lhe cabe, os dicionários bilíngues devem ser planejados de acordo com o público-alvo e seus objetivos, devendo, sobretudo, fornecer diferentes tipos de informação de que o tradutor possa necessitar.

Nossa proposta de dicionário bilíngue voltado para tradutores juramentados

Após o levantamento das informações relativas aos termos em português e aos equivalentes em francês de estatutos sociais e às reflexões que fizemos sobre dados importantes que devem constar de

um dicionário bilíngue que auxilie o trabalho dos tradutores, elaboramos nossa proposta de modelo de dicionário. Apresentamos, a seguir, as partes e dados que, em nossa opinião, devem compor um dicionário dessa natureza.

Superestrutura e macroestrutura

Entendemos a *superestrutura* de uma obra terminográfica como sua organização geral interna. Essa organização diz respeito a todas as partes que compõem o dicionário. Consideramos que a superestrutura de um dicionário bilíngue português-francês de estatutos sociais voltado especialmente para tradutores juramentados deva conter partes anexas com informações que auxiliem esses profissionais, tais como decretos sobre Tradução Juramentada no Brasil e na França e leis que regem os estatutos sociais e as entidades que devem redigi-los em ambos os países. Algumas leis são muito grandes para serem colocadas por inteiro no dicionário, portanto sugerimos que seja feita a indicação do endereço eletrônico onde encontrá-las ou seja dada a referência bibliográfica completa do documento em forma impressa. É o caso da Lei Federal 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações no Brasil, tipo de sociedade que deve redigir um estatuto social em seu ato constitutivo.

Os Códigos Civis brasileiro e francês regulamentam algumas sociedades empresariais e dispõem sobre os estatutos sociais destas. Nesse sentido, sugerimos que na superestrutura do dicionário bilíngue conste, além dos endereços eletrônicos para acesso a esses Códigos na íntegra, trechos desses documentos legais que se referem aos estatutos sociais.

A nosso ver, deve constar da superestrutura do dicionário a indicação de alguns *sites* e livros com informações sobre tradução juramentada e estatutos sociais dos dois países. Consideramos, ainda, que nos dicionários bilíngues de estatutos sociais devam constar

modelos desses documentos brasileiros e franceses, de modo que o tradutor tenha ideia precisa das semelhanças e diferenças existentes entre eles.

Em relação à *macroestrutura*, esta consiste na lista de entradas de um dicionário. A TGT-Teoria Geral da Terminologia (Wuster, 1979) prescrevia a disposição das entradas na obra terminográfica em ordem sistemática. No entanto, baseamo-nos na TCT-Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1999), que “permite que a organização da aplicação terminológica seja variável em função do público-alvo do produto, o que possibilita diversos tipos de ordenação (temática, alfabética, múltipla, navegação hipertextual)” (Gómez & Vargas, 2004, p.11). Consideramos que a disposição da lista de entradas de um dicionário bilíngue impresso voltado para os tradutores juramentados deva ser em ordem alfabética, uma vez que esta agiliza a consulta e facilita o acesso do tradutor aos termos, além de respeitar os hábitos culturais de consulta a esse tipo de obra. Nos dicionários eletrônicos, essa questão não é de relevância, visto os recursos informáticos de busca de que dispõe.

Em relação ao tratamento dos casos de homonímia e de polissemia, acreditamos que cada acepção deva aparecer em um verbete separado, como propõe a TGT, porque consideramos essa a forma mais prática para a consulta do leitor e porque cada acepção deveria ser considerada um termo diferente.

Para a parte francês-português, propomos que todos os termos apresentados como equivalentes em francês (língua de chegada) dos termos em português (língua de partida) constituam entradas de verbetes remissivos ao termo em português, como se observa nos exemplos a seguir:

aliénation: V. alienação.

approbation: V. aprovação.

Assemblée Générale: V. Assembleia Geral.

As remissões que consideramos devam estar presentes no modelo de dicionário serão explicadas mais adiante.

Microestrutura

A *microestrutura* consiste no programa de informações contidas nos verbetes sobre o termo-entrada. Este pode compor-se de dados definicionais, sobre a classe lexical/categoria gramatical, contextos de uso, sinônimos e outras informações, de acordo com o modelo estabelecido para a obra.

Consideramos que a microestrutura de um modelo de dicionário dirigido ao trabalho de tradutores juramentados deva levar em conta as críticas e observações sobre dicionários bilíngues para tradutores mostradas anteriormente (1. *Considerações sobre dicionários bilíngues para tradutores*).

Em nossa opinião, a microestrutura mínima de um dicionário voltado para tradutores juramentados deve conter os seguintes microparadigmas:

Quadro 15: Microestrutura mínima do dicionário.

termo em português, *classe lexical/categoria gramatical*

Definição.

Δ *Contextos de uso.*

equivalente em francês, *classe lexical/categoria gramatical*, símbolo representando o grau de equivalência

Definição.

Δ *Contextos de uso.*

Como se observa, a microestrutura mínima proposta é formada por: entrada em português e respectiva classe lexical/categoria gramatical. Na sequência, na linha de baixo, tem-se a definição em português, seguida do(s) contexto(s) de uso do termo-entrada, retirado(s) de estatutos sociais, precedidos do símbolo Δ.

Abaixo das informações em português deve estar o equivalente em francês, seguido dos mesmos tipos de informações, mas com dados sobre o termo em francês. A única informação a mais se refere ao grau de equivalência, indicado ao lado de *classe lexical/categoria gramatical* do termo equivalente. Em casos de correspondência

(equivalência parcial), o símbolo pode ser x. Se ocorrer ausência de equivalência ou de correspondência, pode ser utilizado o símbolo \emptyset . Em situações de equivalência perfeita, o símbolo seria ■.

Além da microestrutura mínima, o verbete pode conter alguns microparadigmas eventuais, ou seja, que aparecem somente nos verbetes nos quais determinada informação é necessária. Em nossa opinião, os seguintes microparadigmas podem ser importantes:

- *Nota(s) sobre a equivalência*: aparece quando há algo a se dizer sobre o grau de equivalência mantido entre os termos em português e em francês, principalmente se ocorrer correspondência (equivalência parcial) entre os termos. Por exemplo, no final do verbete do termo em português *empréstimo*, que tem dois equivalentes em francês, *emprunt* e *prêt*, apareceria a seguinte nota sobre essa equivalência parcial:

Quadro 16: Notas sobre equivalência

Nota sobre a equivalência: O que diferencia os dois equivalentes em francês para o termo *empréstimo*, em português, é o ponto de vista. *Emprunt* é o *empréstimo* do ponto de vista de quem recebe e *prêt* é o *empréstimo* do ponto de vista de quem o oferece. São duas faces da mesma operação, cada uma delas representada por um termo em francês e por apenas um em português para os dois em francês.

Para todos os casos de correspondência (equivalência parcial) e de ausência de equivalência que surgirem na pesquisa, deve haver uma nota como essa para deixar claro o grau de equivalência existente entre os termos ou os principais motivos que levam à ausência de equivalentes.

- *Informações enciclopédicas*: consideramos que, por vezes, os tradutores juramentados sintam necessidade de algumas informações de tipo enciclopédico, para melhor compreenderem a problemática linguística com a qual se deparam. No verbete do termo *estatuto social*, por exemplo, seria importante colocar informações como as apresentadas a seguir:

Quadro 17: Informações enciclopédicas.

Informações enciclopédicas:

A principal diferença entre os estatutos sociais do Brasil e os *statuts* da França é que estes últimos devem ser redigidos por associações, fundações e por todo tipo de sociedade da França, enquanto que os estatutos sociais brasileiros são redigidos por associações, fundações, sociedades cooperativas e sociedades anônimas. Os demais tipos de sociedades do Brasil (ex.: sociedade em nome coletivo, sociedade de capital e indústria, sociedade por quotas de responsabilidade limitada) formulam um *contrato social*, muito parecido com o estatuto.

As informações enciclopédicas colocadas nos verbetes complementam a definição do termo e expandem o conhecimento do tradutor à realidade extralinguística na qual a unidade terminológica se insere.

- *Informações complementares de caráter linguístico*: algumas vezes os usos dos termos se dão de modo diferente em comunicação e essas diferenças devem, a nosso ver, ser explicitadas, de modo a orientar o tradutor quanto ao uso correto ou as particularidades linguísticas dos termos equivalentes. Como exemplo, podemos citar:

Quadro 18: Informações de caráter linguístico.

Termo em português: *estatuto social*

Informações complementares de caráter linguístico:

1 – Em francês só é possível usar o termo no plural, pois no singular tem o seguinte sentido: *Ensemble cohérent des règles applicables à une catégorie de personnes (statut des gens mariés) ou d'agents (statut des fonctionnaires) ou à une institution (statut des collectivités locales) et qui en déterminent, pour l'essentiel, la condition et le régime juridiques.* (Cornu, 2004, p.870)

2 – Em português, é usado mais frequentemente somente *estatuto* e, muitas vezes, no plural.

- *Proposta de tradução*: nas traduções ou nas buscas por equivalentes terminológicos em um par de línguas podem ocorrer casos de ausência de equivalência, quando não há, por exemplo, um equivalente em francês para o termo em português. É o que ocorreu no caso de *inciso*. Quando essa situação se apresenta, o tradutor necessita de uma orientação sobre como proceder e, talvez,

uma sugestão de equivalente. Por isso, consideramos necessária a inserção de um microparadigma que proponha uma tradução.

Quadro 19: Proposta de tradução.

Termo em português: *inciso*

Proposta de tradução:

Em francês não há um equivalente para o termo *inciso*, já que se usam menos termos em francês para indicar a divisão de um artigo de lei do que em português. Assim, uma proposta é traduzir *inciso* por *paragraphe* ou *item*, considerando que estes também são termos que indicam a divisão de um artigo de lei em francês.

Essa indicação consiste apenas em uma sugestão, cabendo ao tradutor segui-la ou não.

- *Falsos cognatos*: quando se trata de encontrar equivalentes terminológicos entre línguas de origem comum, como é o caso do francês e do português, podem ocorrer falsos cognatos, muito perigosos no processo tradutório. Por isso, consideramos ser importante constar do verbete o microparadigma *Falso cognato*, mostrando um termo em francês que não é o equivalente do termo em português e que poderia confundir o tradutor, em função da semelhança morfológica existente entre os termos nas duas línguas. É o que ocorre com *associado*, cujo equivalente em francês é *sociétaire* e não *associé*, como a semelhança morfológica poderia levar a pensar. Assim, no verbete de *associado*, apareceria o microparadigma *Falso cognato*, como mostramos a seguir:

Quadro 20: Falsos cognatos.

Termo em português: *associado*

Falso cognato: *associé*.

O termo *associé* designa o membro de uma sociedade empresarial (o *sócio*), não o membro de uma associação. A *société* tem fins lucrativos, enquanto que as *associações* são instituições que não têm finalidades econômicas ou lucrativas.

q.v. *sócio*

Como sabemos que os erros de tradução podem gerar complicações jurídicas para o tradutor juramentado, consideramos essencial

a inclusão, no modelo de dicionário, de um microparadigma que trate dos falsos cognatos. A remissiva *q.v.* (de *queira ver*) utilizada no exemplo acima será abordada no próximo tópico, 2.3. *Sistema de remissivas*.

- *Antônimos e sinônimos*: mesmo em domínios de especialidade bem delimitados podem ocorrer casos de antônimos e de sinônimos. Consideramos importante colocar um microparadigma com esse tipo de informação no dicionário, como ocorre no exemplo a seguir, em relação ao termo *ativo*.

Quadro 21: Antônimos.

Antônimo: <i>q.v. passivo</i>

No final do verbete do termo *ativo* aparece o microparadigma *Antônimo*, indicando o termo *passivo* com a remissiva *q.v.* É preciso dizer que, no domínio dos estatutos sociais, os antônimos e os sinônimos são raros.

Sistema de remissivas

Como a lista de entradas de nosso modelo de dicionário é disposta em ordem alfabética e esse tipo de organização geralmente não evidencia as relações semânticas mantidas entre os termos, consideramos importante estabelecer um sistema de remissivas que permita que as entradas com alguma relação semântica mantenham seu vínculo.

Um critério pode ser a remissiva *Cf.*, de *confrontar*, que indica que o termo tem alguma relação com a entrada e o leitor pode se remeter a ele para obter mais informações. É que ocorre entre os termos em português de estatutos sociais *alienação*, *cessão* e *transmissão*, que muitas vezes passam por sinônimos, mas têm sutis diferenças. Assim, no final do verbete de cada um desses termos

seria importante colocar a remissiva *Cf.*, como no exemplo do termo *alienação*:

Quadro 22: Remissiva *confrontar*.

Cf. cessão e transmissão

A remissiva *Cf.*, portanto, não tem o caráter de obrigação, ela apenas aconselha o consulente a se remeter a outro verbete para obter mais informações. A *q.v.*, de *queira ver*, também não tem o caráter de obrigação de consulta.

Em nossa opinião, a remissiva *V.* de *ver*, pode ser empregada em um dicionário bilíngue para indicar o equivalente do termo na língua de partida, quando se invertem as posições (no nosso caso, de português-francês para francês-português). A utilização da remissiva *V.* tem o caráter de obrigação da consulta por parte do leitor, como vimos nos exemplos da parte francês-português. Nesses casos, se o consulente não se dirigir ao termo indicado pela remissiva *V.*, não obterá as informações que deseja.

Essas são as remissivas que adotamos em nosso modelo de dicionário. No entanto, as relações de significação mantidas entre os termos são inúmeras e outras formas de remissão a elas podem ser utilizadas, dependendo do conjunto terminológico em tratamento.

Considerações finais

Nossa reflexão sobre as principais necessidades dos tradutores juramentados em relação ao dicionário bilíngue nos levou a entender que nossa proposta de modelo de dicionário deveria abranger o máximo possível de informações linguísticas e extralinguísticas para ajudar esse profissional em sua tarefa.

A falta de informações sobre os equivalentes é a grande falha dos dicionários bilíngues encontrados hoje no mercado editorial e um tradutor precisa entender o uso real dos termos para realizar um trabalho satisfatório. Desse modo, preocupamo-nos em não colocar

em nosso modelo de dicionário simplesmente uma lista de equivalentes sem determinar a definição de cada um e contextos reais de uso. Também consideramos muito importante para o tradutor juramentado a inserção de informações enciclopédicas sobre os termos em português e em francês, que complementem a definição e que sejam úteis a seu trabalho. Outros tipos de informação de caráter linguístico mono e bilíngue também são importantes.

Temos consciência de que nosso modelo de dicionário ainda deve ser aperfeiçoado. Uma pesquisa mais detalhada sobre as necessidades específicas dos tradutores juramentados pode ser realizada, o que pretendemos fazer futuramente.

Esperamos que nossas pesquisas possam contribuir com as reflexões sobre o dicionário bilíngue para tradutores e, principalmente, ser um ponto de partida para o desenvolvimento de um dicionário mais amplo dirigido ao trabalho dos tradutores juramentados, tipo de obra inexistente no Brasil.

Referências bibliográficas

- ALPÍZAR-CASTILLO, R. *Cómo hacer un diccionario científico técnico?* Buenos Aires: Memphis, 1995.
- AZEVEDO, N. O. *Proposta para um tratamento das relações de equivalência na microestrutura do dicionário bilíngue português-inglês para o tradutor brasileiro*. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- BRASIL. *Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília: Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 16 set. 2010.
- BRASIL. *Código Civil*. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Brasília: Senado Federal, 2007 (CD-ROM).
- CABRÉ, M. T. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona, IULA, 1999.
- CORNU, G. *Vocabulaire juridique*. 6.ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2004.

- CORREIA, M. Para uma cooperação entre especialistas do domínio e terminólogos: o caso de dois dicionários náuticos portugueses. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE TERMINOLOGIA MARÍTIMA, 3., Lisboa. *Actas...* Lisboa: Instituto de Linguística Teórica e Computacional, 23 e 24 jun. 2003.
- FELBER, H. *Manuel de terminologie*. Paris: Unesco; Infoterm, 1984.
- FRANÇA. *Code Civil*. Nouvelle édition. Paris: Prat Éditions, 1994.
- GÓMEZ, A.; VARGAS, C. Aspectos metodológicos para la elaboración de diccionarios especializados bilíngües destinados al traductor. In: CONGRESO EL ESPAÑOL, LENGUA DE TRADUCCIÓN, 2., Bruxelas. *Actas...* Bruxelas: ESLEtRA, 2004, p.365-98. Disponível em: <http://www.ua.es/personal/chelo.vargas/Documentos/GomezYVargas_Toledo.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2009.
- HAENSCH, G. al. *La lexicografía: de la linguística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Editorial Gredos, 1982.
- WÜSTER, E. *Einführung in die Allgemeine Terminologielehre und terminologische Lexikographie*. (Introdução à Teoria Geral da Terminologia e à Lexicografia Terminológica). Viena/Nova Iorque, Springer, 1979. (Schriftenreihe der Technischen Universität Wien) (Traduzido em francês pelo Girsterm, Universidade de Laval, Canadá; em 1979).

○ LÉXICO DA TRADUÇÃO JURAMENTADA DE CARTAS COMERCIAIS¹

*Lídia Almeida Barros*²

*Lilian Francisco*³

Introdução

As cartas comerciais, em seus diferentes formatos, desempenham um papel fundamental nas relações comerciais brasileiras internas e externas. As atividades de importação e exportação são intensas entre o Brasil e vários países do mundo e essas atividades são normalmente acompanhadas de documentos, dentre eles as cartas comerciais. Filiais de multinacionais também mantêm intensa correspondência com a matriz estrangeira. As relações mantidas entre o Brasil e os Estados Unidos são intensas e a correspondência comercial entre os dois países é volumosa.

Por vezes, há necessidade, por um motivo ou por outro, de traduções que possam garantir o valor legal do documento, ou ainda podem ocorrer processos judiciais que necessitem de traduções

1 Este artigo relaciona-se ao projeto LexTraJu – O léxico da tradução juramentada, financiado pela Fapesp (proc. n° 2004/05740-3).

2 Unesp – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Departamento de Letras Modernas.

3 Unesp – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Departamento de Letras Modernas, IC.

com fé pública da correspondência mantida entre as partes em litígio. Assim, a solicitação de tradução juramentada de cartas comerciais não é rara.

Este trabalho procura dar uma contribuição ao tema, estudando o léxico contido em traduções juramentadas feitas do inglês para o português de cartas comerciais. Nossa pesquisa se deu no âmbito do projeto *LexTraJu-O léxico da tradução juramentada*, desenvolvido na Unesp-Universidade Estadual Paulista de São José do Rio Preto.

O LexTraJu observou, em suas investigações, que as cartas comerciais são documentos muito frequentemente solicitados à tradução juramentada em várias línguas, mas principalmente em inglês. Dedicamo-nos, então, ao estudo da tradução juramentada desse tipo de documento, centrando nossas análises na construção textual e no léxico encontrado nas atas.

Em nossas investigações, observamos semelhanças e diferenças existentes entre cartas comerciais brasileiras e norte-americanas, os temas mais abordados nas cartas que constituíram nosso *corpus* e suas relações com o conjunto léxico presente nesse tipo de documento. Levantamos termos, expressões, fraseologismos e combinatórias recorrentes que apresentaram maior frequência nos documentos estudados e traçamos o perfil geral do conjunto léxico encontrado em cartas comerciais traduzidas sob a forma juramentada do inglês para o português que compuseram nosso *corpus* de estudo. Este trabalho apresenta os principais resultados de nossa pesquisa.

Cartas comerciais

Carta comercial, segundo Medeiros (1994, p.149), “é o meio de comunicação muito utilizado na indústria e no comércio, com o objetivo de iniciar, manter ou encerrar transações. É a comunicação escrita, acondicionada em envelope (ou semelhante) e endereçada a uma ou várias pessoas”. O remetente é, em geral, “pessoa jurídica,

com ou sem fins lucrativos. Também são consideradas cartas comerciais aquelas cujo remetente seja anônimo” (Correios, 2005).

Uma carta comercial pode, segundo Medeiros (1994, p.37), compor-se dos seguintes elementos:

1. *Timbre*: nome e endereço da empresa.
2. *Índice e número*: iniciais do departamento expedidor e número da carta, seguido de traço (hífen) e dos dois algarismos finais do ano.
3. *Localidade e data*.
4. *Endereço*: forma de tratamento e nome civil do receptor, nome do local e número do prédio, sala, apartamento, bairro, Código de Endereçamento Postal. O endereço interno está caindo de uso.
5. *Referência* (ou *Ref.*): aqui se coloca um resumo da carta.
6. *Vocativo* ou *invocação*: usar, de preferência, a forma personalizada: *Senhor José, Senhor Antenor*.
7. *Texto*: corpo da carta, conteúdo, desenvolvimento da mensagem.
8. *Fecho*: deve, de preferência, ocupar novo parágrafo. Evitem-se os chavões, utilizando os cumprimentos mais simples: *atenciosamente, respeitosamente, saudações atenciosas*.
9. *Anexos*: atentar para sua concordância:
Anexa: nota fiscal
Anexos: documentos relativos à remessa de materiais.
10. *Iniciais*: do redator e do datilógrafo.
11. *Cópia*: *c/c*.

Quanto a seu formato, toda carta tem cinco partes: cabeçalho (nome do lugar e data), nome e endereço do destinatário, saudação, corpo da carta ou texto (dividindo-se em exórdio, exposição do assunto, fecho ou antefirma) e assinatura do remetente. Pode eventualmente conter um *postscriptum* (P.S.), as iniciais dos nomes do redator e do digitador (ao pé da folha, à esquerda), a enumeração dos documentos anexos à carta (no fim da carta, com a palavra *anexo* ou *anexos*), a ementa ou objeto (referência ao assunto, no início, depois do endereço do destinatário). Por sua simplicidade e objetividade, o uso de abreviaturas deve ser correto.

Para facilitar o trabalho e economizar tempo, há algumas expressões e frases estereotipadas, vulgarmente denominadas *chapas*, que são utilizadas na composição das cartas comerciais. Apresentamos, a seguir, algumas das formas descritas por Cegalla (1972, p.333-5).

- a) **Saudações iniciais:** *Prezado Senhor, Prezados Senhores, Amigo e Senhor, Amigos e Senhores, Saudações, Cordiais saudações, Respeitosos cumprimentos.* Observação: Depois da saudação inicial, pode-se usar um ponto final ou dois pontos, ou mesmo não se usar nenhuma pontuação.
- b) **Exórdios:** *Tem esta por finalidade participar a V.S^a. ..., Formulamos a presente a fim de comunicar a V.S^a. ..., Servimo-nos da presente para solicitar de V.S^{as}. ..., Venho (ou Vimos) pela presente rogar a V.S^a. ..., Pela presente comunicamos (ou informamos) a V.S^a. ..., Tenho o prazer (ou a honra) de participar a V.S^a. ..., Lamentamos levar ao seu conhecimento..., O objetivo desta é rogar a V.S^a. o especial favor de..., Cumpre-me cientificar V.S^a. de que..., Acuso (ou Consigno) o recebimento de sua prezada missiva..., Em resposta à sua prezada carta de..., Em atenção ao pedido de V.S^a. ..., Reportando-nos à nossa carta de...*
- c) **Fechos:** *Aguardando suas prezadas ordens (ou sua pronta resposta)..., Na expectativa de novas notícias (ou de seu breve pronunciamento)..., Esperando uma pronta resposta de V.S^a., subscrevo-me com elevada consideração..., Sem mais, por ora, subscrevo-me (subscrevemo-nos)..., Antecipando nossos agradecimentos, firmamo-nos com estima e consideração..., Confessamos antecipadamente gratos pela..., Antecipadamente gratos pela atenção que nos dispensaram, subscrevemo-nos com estima e apreço..., Apresentando os protestos de elevada estima e consideração, somos de V.S^a. Am^{os}. At^{os}. Obr^{os}. ..., Com reiterados protestos de estima e consideração, firmamo-nos muito atentamente.*

O cabeçalho (índice e número) contém as iniciais do departamento da empresa que expediu a carta, o local, a data, a referência

(ou ementa), a saudação (invocação). Há empresas que utilizam os papéis timbrados, que incluem o nome da empresa e o endereço, não sendo, neste caso, necessário colocar o local, apenas a data.

Algumas cartas possuem os índices do emitente, que se resumem às iniciais do departamento expedidor e o número da carta expedida pelo departamento. Na sequência, vêm o local, seguido de vírgula e a data com ponto final.

Da referência constam a sigla ou abreviatura do departamento expedidor da correspondência, o número sequencial e o ano em que foi expedida. Ela também pode ser denominada ementa ou assunto da carta e é o resumo da matéria tratada. Aparece em espaço um e deve ocupar apenas 25 letras e espaços. A referência deve ser usada em cartas longas para facilitar a decodificação rápida de uma carta.

Beltrão (1987) diz que a data pode aparecer com grafia reduzida, por exemplo: *jan.* para o mês de janeiro (p.97) e que a localidade deve aparecer em letras maiúsculas (p.98).

O vocativo epistolar ou saudação é seguido de dois pontos e deve corresponder à realidade. Segundo Medeiros (1994, p.26), deve-se evitar: *Muito digno Sr.*; *Respeitabilíssimo Sr.*; *Prezadíssimo Sr.*; *Caríssimo Sr.*. É recomendável substituir *Prezado Senhor* por: *Senhor Diretor.*; *Professor.*; *Senhores.*; *Sr. Adalberto Luís.*; *Adalberto Luís.* E “se a correspondência é dirigida a pessoa jurídica, a saudação conveniente é *Senhores*” (ibidem).

À *Atenção de* indica a quem se dirige a carta e pode aparecer sob outras formas como: *Com conhecimento de*, *Em atenção de*, *At. Fulano de Tal*, *À atenção de Fulano de Tal*.

A correspondência comercial possui uma linguagem própria, ou uma expressão técnica, caracterizada pela brevidade e pelo tom objetivo. Segundo Cegalla (1972, p.333), “singulariza-se ainda a correspondência mercantil pelo uso de uma terminologia especial e de fórmulas consagradas, cujo conhecimento tem a vantagem de economizar tempo e livrar de embaraços”.

São reconhecidamente utilizados nesse tipo de comunicação os pronomes de tratamento segundo a categoria social do destinatário.

Costuma-se usar *V. S^a*. e, em casos de o destinatário ser uma alta autoridade, *V. Ex^a*.

O *corpo da carta* é a mensagem, o conteúdo a ser transmitido e deve estar três linhas abaixo da saudação. Se o texto for muito extenso e ultrapassar uma folha, não se deve usar a palavra *continuação* na folha seguinte, mas repetir a referência numérica (Medeiros, 1994, p.27)

As *introduções* na correspondência devem ser criativas e sempre estimular o receptor a continuar a leitura da carta. Algumas sugestões de introduções são: *Participamos-lhe que...*, *Cientificamos-lhe que...*, *Com relação aos termos de sua carta...*, *Atendendo às solicitações constantes de sua carta...*, *Solicitamos a V. S^a. a fineza de...*, *Com referência à carta de V. S^a. de...*, *Em vista do anúncio publicado no...*, *Informamos V. S^{as}. que...*

Já os *fechos de cortesia* ou *antefirmas* devem reduzir-se ao mínimo, sendo os mais comuns: *Atenciosamente*, *Respeitosamente*, *Com elevada consideração*, *abraça-o seu amigo*, *Cordiais saudações*, *Saudações*, *Saudações atenciosas*, *Com distinta consideração*, *Apreciaremos sua pronta resposta*, *Antecipadamente somos gratos*, *Cordialmente*, *Um grande abraço*, *Abraços* (idem, p.31).

Devem-se evitar alguns fechos antiquados, como: *Aguardando suas notícias*, *aqui vai meu abraço carinhoso*, *Sendo o que se apresenta para o momento...*, *No aguardo de suas breves notícias*, *aqui vai meu abraço cordial e atencioso*, *Na expectativa de suas breves notícias*, *aqui vai meu abraço cordial e amável*, *Com nossos agradecimentos renovamos as expressões de nossa elevada consideração e distinta amizade*, *Com as expressões de nossa elevada consideração*, *subscrevemo-nos prazerosamente*, *Com meus cumprimentos e renovando minhas felicitações*, *aqui vai meu abraço cordial e fervoroso*, *Aguardando com interesse...*, *Renovamos ao ensejo...*, *Subscrevo-me...*, *Despedimo-nos...*, *Sem mais para o momento...*

Coloca-se sob o nome de quem assina o cargo ou função que ocupa na empresa ou repartição, em caracteres minúsculos, pois não há necessidade de ressaltá-lo.

Se a carta contiver anexos, estes devem ser mencionados na carta (Medeiros, 1994, p.33):

Se o anexo for único: Anexo único.

Se forem vários anexos, no primeiro escreve-se: Anexo nº 1.

E no último: Anexo nº x e último.

Quando se faz referência a alguma página de um anexo, procede-se assim:

Anexo 1/2 (que significa anexo nº 1, página 2).

Anexo 9/3 (que significa anexo nº 9, página 3).

Anexo °X e último /5 (que significa anexo nº X e último, página 5).

Quando são vários anexos, na correspondência (no texto da carta) coloca-se:

Anexos: 6 (o que indica que os anexos são seis).

Havendo apenas um anexo, escreve-se, antes das iniciais do redator e do datilógrafo:

Anexo – e o nome do anexo.

Deve-se evitar a expressão *em anexo*. As iniciais do redator e do datilógrafo são colocadas no rodapé, à esquerda, em maiúsculas ou minúsculas (idem, p.34): *AB/MAC* ou *ab/mac*. Se ambas as funções forem feitas pela mesma pessoa, coloca-se: */MIR* ou */mir*.

Nos casos em que se deseja que a correspondência seja lida por mais de uma pessoa (ou departamento), a abreviatura *c/c*, que significa *com cópia*, deve aparecer ao pé do texto da carta, após as abreviações dos nomes do datilógrafo e do autor da redação.

A carta comercial deve caracterizar-se pelo uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade, e raramente é manuscrita. Deve-se dividir criteriosamente o texto da carta em parágrafos. Quando se tratam vários assuntos, destacar cada tópico com o título do assunto, escrevendo-o com maiúsculas. Pode conter impressos no alto o nome e o endereço da empresa. O endereço do envelope ou sobrescrito deve ser completo, corretamente escrito e com os nomes bem dispostos.

Características gerais das cartas comerciais analisadas

Quando a correspondência comercial se dá com fins de relações exteriores, é frequentemente redigida em inglês, mesmo que os países contratantes ou comunicantes não tenham esse idioma como oficial. Nesse sentido, em nossa pesquisa procedemos a um estudo teórico sobre cartas comerciais, assim como sobre as leis que regem esses documentos tanto no Brasil como em outros países, mais particularmente nos Estados Unidos (EUA). Percebemos que há diferenças entre os modelos adotados nesses países, entre os conteúdos normalmente veiculados e, sobretudo, no que concerne à linguagem, mas também há muita semelhança, notadamente no que se refere à estrutura (partes constitutivas) das cartas.

Quanto a este último aspecto, as cartas comerciais brasileiras e norte-americanas se organizam do mesmo modo, possuindo as mesmas partes (cabeçalho, corpo de texto, fecho, assinatura etc.).

As análises das cartas comerciais que compõem nosso *corpus* permitem-nos afirmar que os temas mais recorrentes referem-se a vendas, cobrança, gerenciamento, publicidade, relações públicas, comunicação interna na empresa, atendimento aos clientes, crédito, compras e outros. As combinações desses assuntos fazem com que o léxico encontrado nessa correspondência seja muito variado.

Perfil do léxico de cartas comerciais traduzidas do inglês para o português

A análise do conjunto de unidades lexicais contido nas cartas comerciais do *corpus* estudado permitiu-nos observar que o conjunto terminológico de uso próprio e exclusivo do domínio de cartas comerciais é bastante reduzido. Existem, no entanto, unidades terminológicas que pertencem ao domínio geral da comunicação e que encontram uso frequente em cartas comerciais. Alguns deles são: *carta de advertência*, *carta de intenções*, *carta de autorização*,

mensagem eletrônica, memorando, e-mail, notificação e mensagem. Podemos notar que todos esses termos designam, na verdade, tipos de correspondência comercial, tendo sido encontrados no cabeçalho ou no corpo dos documentos analisados.

Além desses termos, encontramos alguns que designam ou constam dos componentes das cartas comerciais, ou seja, das partes em que se dividem esses documentos. Em nosso *corpus* de estudo identificamos os seguintes: *data; REF. e Referência; assunto; anexa, apenso; Cc (com cópia), fax, telefone ou fone ou tel e telex.*

Com as expressões *Caro Dr. _____, a quem interessar possa; Prezado Senhor(es), Prezado Sr. _____ e Prezado (nome)* temos os vocativos ou invocações.

Fraseologismos e expressões de fechamento também são marcantes nesse domínio e em nosso *corpus* encontramos *Agradecemos sua pronta resposta; gostaríamos de agradecer; atentiosamente, muito atentiosamente; obrigado; saudações; sendo o que se apresenta para o momento,* e outros.

Topônimos e antropônimos também ocorrem com frequência nas cartas, uma vez que nelas normalmente se indicam as cidades do remetente e do destinatário, além dos nomes das pessoas envolvidas na comunicação e os nomes das empresas.

Exórdios, ou seja, apresentações dos assuntos nas cartas e referência à comunicação com o destinatário destas estão presentes em nosso *corpus* de estudo: *Com referência à...; Atendendo à sua solicitação...; À atenção de...; Em resposta a...; Gostaríamos, através desta, de...; Certificamos Através deste...; Através deste certifico...; Sua carta referida acima...; Carta referente a...*

Pronomes de tratamento são normalmente utilizados em cartas comerciais, por conta da necessidade de tratamento segundo a categoria social do destinatário. Em nosso *corpus* encontramos praticamente só *V.S^a* e *V.S^{as}*. Encontramos ainda *você*, que é um tratamento mais informal. Aqui observamos uma possível aproximação em relação à língua inglesa, que utiliza com frequência *you* em cartas comerciais, enquanto o português é mais formal.

Outras expressões que encontramos com certa frequência nas cartas comerciais estudadas são: *confidencial* (indicando o status da carta), *em nome d(a)* (indicando o remetente), *enviada em* e *enviado* (indicando a data de emissão) e *ENC* (abreviação de *encaminhado*, que é tradução de *forward*).

Encontramos ainda, nas cartas traduzidas, termos que existem em português, mas que não são de uso tão corrente em nossa língua. É o caso de *contrato de licenciamento*. Procedemos a uma busca na internet, utilizando a ferramenta Google, e obtivemos como resultado 852 páginas.⁴ A maioria dessas páginas referia-se à licença de uso de *softwares*, como podemos constatar no trecho a seguir:

contrato de licenciamento de software...A atual lei de software (9.609/98) cita que programas de computador, no Brasil, serão objetos de **contratos de licença de uso**... Uma vez que um **contrato de licença de uso** é um acordo de vontades entre duas ou mais pessoas e regulam a forma como determinado programa de computador deve ser utilizado pelo licenciado, deveria, pelo menos, estar visível ao seu destinatário, em sua embalagem externa ou em locais de fácil acesso (a internet poderia ser uma ótima dica), redigidos em um bom português, antes da aquisição do referido título.

Mas, hoje, onde estão os **contratos de licença de uso**?⁵ Dentro do manual, que está dentro de uma embalagem lacrada, que já foi paga e que, se aberta, afirma categoricamente que o usuário concorda com os seus termos. **Termos:** em geral pertencem a **outras áreas de especialidade**, normalmente, relacionadas aos assuntos contidos nas cartas comerciais.

Por meio deste excerto e de outros, verificamos que o termo *contrato de licenciamento* possui um quase-sinônimo *contrato de licença de uso*, constituindo este uma variante do primeiro. Procedemos, então, a uma pesquisa na internet sobre a frequência de uso e cons-

4 Consulta feita na data de 28.11.2005.

5 Grifos e negritos nossos.

tatamos que *contrato de licença de uso* é bem mais frequente: 10.900 páginas.⁶ Também constatamos que esse termo, na maioria das vezes, está relacionado ao uso de *softwares*. Diante dos dados obtidos, consideramos que seria mais apropriado o uso do termo *contrato de licença de uso*, pois este se mostrou mais comum nos contextos da internet. Pensamos que, talvez, o tradutor tenha utilizado o termo *contrato de licenciamento* por influência da terminologia em inglês, “(Software) License agreement”. Cumpre ressaltar que não se trata, aqui, de erro, mas de escolha de uma das variantes terminológicas como equivalente em português, embora a escolha tenha recaído sobre a variante de menor frequência de uso.

Um conjunto muito importante de termos encontrado em nossa pesquisa pertence a outras áreas de especialidade relacionadas às cartas comerciais e estão, normalmente, ligadas aos assuntos destas. Entre eles encontramos: *ação judicial, ação falimentar, acionista majoritário, ativo, ativo circulante, ativo imobilizado, ativo permanente, ativo fixo, auditor independente, auditoria, aumento salarial, salário base, base salarial, receita bruta, lucro bruto, taxa de câmbio, cartão de crédito, cessão de crédito, cheque, classe econômica, CNPJ, Código Penal Brasileiro, comprador, empréstimo compulsório, mercado consumidor, contabilidade, contrato, contrato de licenciamento, contrato de agenciamento, processo criminal, investigação criminal, nota de débito, declaração de imposto de renda, despesas operacionais, despesas administrativas, diretor administrativo, diretor financeiro, diretor de manutenção, diretor de vendas, situação econômica, classe econômica, empresa, exportação, falência, fatura, gerenciamento, honorário, bem imóvel, imposto de renda, mão de obra, legislação brasileira, marca registrada, folha de pagamento, recibo, montante. Via Fac-símile*, por sua vez, é uma combinatória recorrente que aparece com alguma frequência e indica o meio pelo qual a carta foi enviada.

Verificamos, por meio desse conjunto de unidades linguísticas, que termos das áreas do Direito, da Administração, da Economia

6 Consulta feita na data de 28.11.2005.

e da Contabilidade possuem presença marcante no domínio das cartas comerciais.

Considerações finais

Após o estudo de cartas comerciais brasileiras e norte-americanas, pudemos notar que há poucas diferenças quanto à estrutura desse tipo de documento nos dois países, embora a linguagem possua particularidades em cada um deles. Essas características imprimem marcas no conjunto lexical das cartas comerciais. De fato, o *corpus* estudado revelou expressões e fraseologismos ligados a determinadas partes desse tipo de documento, tais como em saudações, exórdios e fechamentos.

Nomes próprios também ocorrem, visto ser frequente a indicação da cidade do remetente e do destinatário, além do nome das empresas e pessoas envolvidas.

Pudemos notar que as cartas comerciais podem tratar de assuntos diversos e, portanto, não permitem o estabelecimento de um conjunto terminológico específico e restrito a esse domínio. Há, no entanto, algumas expressões e fraseologismos que são típicos desse tipo de documento.

O conjunto terminológico propriamente dito é marcado por unidades linguísticas que designam, sobretudo, conceitos ligados aos domínios relativos aos assuntos tratados nas cartas. Em nosso *corpus*, encontramos um conjunto terminológico relativo aos campos do Direito, da Economia, da Contabilidade e Administração. Poucos são os termos que designam conceitos próprios e exclusivos de cartas comerciais em geral.

Observamos ainda a existência de variantes lexicais/terminológicas, utilizadas à discrição pelo tradutor, de acordo com suas preferências, e que podem ficar mais próximas da língua de partida da carta traduzida ou dos usos do português, sem que isso prejudique a qualidade da tradução.

Referências bibliográficas

- BELTRÃO, O. *Correspondência: linguagem e comunicação*. 16.ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- CEGALLA, D. P. *Português para o colégio comercial*. 9.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- CORREIOS. *Carta comercial*. Disponível em: <http://www.correios.com.br/produtos_servicos/catalogo/mensagens/carta.cfm>. Acesso em: 2 jan. 2005.
- MEDEIROS, J. B. *Correspondência: técnicas de comunicação criativa*. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

18

APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE TERMOS DE ATAS DE ASSEMBLEIAS DE ASSOCIADOS EM VARIANTES NACIONAIS DO ESPANHOL¹

*Livia Ricci Costa*²

*Lidia Almeida Barros*³

Introdução

O Brasil é o país que mais vizinhos possui na América do Sul e com eles mantém intensas relações culturais, comerciais e econômicas, de tipo empresarial ou pessoal. O Mercosul é uma meta que se constrói aos poucos e é de interesse de boa parte dos países dessa região do continente.

A comunicação oral e escrita, principalmente a oficial, entre empresas, pessoas e órgãos governamentais desses países implica o conhecimento das línguas portuguesa e espanhola. Por isso, o Brasil incentiva o estudo do espanhol, principalmente nas regiões de fronteira (que são vastas). Essa comunicação provoca forte produção textual em ambas as línguas, levando à tradução juramentada de muitos documentos.

De fato, esse tipo de tradução é de relevância para o Brasil e para seus vizinhos, uma vez que é requisito obrigatório em todo processo

1 Este artigo relaciona-se ao projeto *LexTraJu-O léxico da tradução juramentada*, financiado pela Fapesp (proc. n.º 2004/05740-3).

2 Tradutora da Ourofino Agronegócio.

3 Unesp – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Departamento de Letras Modernas.

jurídico entre interessados desses países. Por esse motivo, o tradutor juramentado do par de línguas português-espanhol deve estar plenamente capacitado para desenvolver sua atividade profissional, já que seu fazer implica grande responsabilidade.

Entre os documentos societários mais solicitados à tradução juramentada nesse par de línguas estão as atas de assembleia. De fato, muitas associações, clubes de futebol e empresas são obrigados a (ou têm interesse em) divulgar as decisões de suas assembleias e esses documentos participam, com frequência, de processos de diferentes tipos, inclusive de prestações de contas internacionais.

Diante desse quadro, decidimos dar uma contribuição à matéria, procedendo a um estudo desse tipo de documento e elaborando um glossário bilíngue português-espanhol dos termos das atas de assembleia. Essa pesquisa se deu no âmbito do projeto *LexTraJu-O léxico da tradução juramentada*, desenvolvido na Unesp de São José do Rio Preto. Essa pesquisa, de caráter terminológico, deu-se na interface com a Tradução. O glossário foi elaborado com termos reconhecidamente utilizados em atas de assembleias originalmente escritas nas línguas portuguesa e espanhola.

Uma vertente das investigações também se deu sobre o conjunto léxico empregado pelos tradutores públicos e intérpretes comerciais em traduções juramentadas de atas no par de línguas português-espanhol. Desse modo, dois aspectos se sobressairam e se tornaram fulcrais em nossa pesquisa: a) um, de cunho predominantemente tradutológico (sobre o léxico); b) outro, de caráter terminológico bilíngue (busca de equivalentes terminológicos interlinguísticos).

O primeiro aspecto, o tradutológico na interface com a Terminologia, surgiu durante a leitura das atas traduzidas. Verificamos que alguns termos ou unidades lexicais encontradas nessas atas soavam estranhos a um falante nativo do português. Procuramos entender o motivo dessa estranheza e percebemos que havia termos ou expressões que se distanciavam do português e se aproximavam do original em espanhol. Concluímos que uma pesquisa terminológica pura não permitiria compreender os motivos desses distanciamentos e dessas aproximações. Seria preciso observar as opções

tradutórias feitas pelo profissional que traduziu as atas e, principalmente, refletir sobre os aspectos tradutológicos e socioculturais que subjaziam ao estranhamento.

No que concerne ao segundo aspecto, deparamo-nos logo de início com a questão: de qual espanhol estamos falando? De fato, foi necessário, em primeiro lugar, delimitar a pesquisa do ponto de vista geolinguístico. Nesse sentido, nosso *corpus* de estudo se compôs de atas de assembleias provenientes do Uruguai, da Venezuela e da Espanha. Assim, o objeto de estudo seria, *a priori*, os termos empregados em atas redigidas nas variantes nacionais do espanhol utilizadas nesses países. Desse modo, procedemos ao levantamento dos termos e contextos de uso desses nas atas, além das definições de cada unidade terminológica. Essas foram obtidas em dicionários especializados e em documentos legais dos países envolvidos. Outro questionamento que surgiu dessa pesquisa foi: haveria muita diferença, do ponto de vista terminológico, entre o espanhol da Espanha, da Venezuela e do Uruguai?

Este trabalho apresenta alguns resultados de nossa pesquisa sobre esses dois aspectos léxico-tradutológicos de atas de assembleias no par de línguas português-espanhol nas variantes nacionais da Venezuela, do Uruguai e da Espanha.

Conceito e características das atas de assembleia

Segundo Sidou (2004, p.76), *ata* é o “registro resumido dos atos e fatos ocorridos numa reunião, para efeito de memória e documentação, posto como assinado por todos ou por alguns de seus participantes”. Ou seja, uma ata é um documento onde são registrados todos os acontecimentos de uma reunião de qualquer instituição e é revestida de grande importância, já que traz em seu conteúdo informações de interesse de várias pessoas.

Assembleia geral significa, de acordo com o mesmo autor, “órgão mais elevado das associações ou sociedades de qualquer natureza, a que têm acesso, com direito de voto, todos os associados no gozo

de suas prerrogativas, e ao qual compete a decisão sobre os destinos gremiais” (idem, p.72). Assim, a assembleia é, resumidamente, uma reunião na qual o destino de qualquer tipo de instituição é definido e onde seus participantes têm direito de voto.

Normalmente, as assembleias podem ser divididas em dois tipos: as assembleias gerais ordinárias e extraordinárias.

A *assembleia geral ordinária* é a “reunião que a companhia é obrigada a realizar anualmente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, a fim de tomar as contas dos administradores, deliberar sobre a destinação do lucro e eleger os administradores quando for o caso de extinção coletiva do mandato” (idem, p.73). Assim, podemos depreender que suas maiores características são a frequência (anual), a época em que ocorrem (quatro meses seguintes ao término do exercício social) e seus objetivos, que são bastante específicos (tomar as contas dos administradores, deliberar sobre a destinação do lucro e eleger os administradores).

Já a *assembleia geral extraordinária* é a “designação de toda assembleia realizada pela companhia que não tenha por objetivo os mesmos da assembleia geral ordinária e não seja realizada de forma prevista para essa” (idem, p.72). Dessa maneira, é possível perceber que suas características marcantes são os objetivos e a forma de realização distintos da assembleia geral ordinária. As votações, nesse tipo de assembleia, exigem, para deliberação, um quórum maior que cinquenta por cento dos acionistas com direito a voto, porém esse número pode variar, caso a Comissão de Valores Imobiliários autorize.

Comparando-as, podemos perceber o que diferencia, de modo fundamental, os dois tipos de assembleia:

- a frequência: enquanto as ordinárias ocorrem anualmente, as extraordinárias podem ocorrer sempre que necessárias;
- a época: as ordinárias ocorrem nos primeiros quatro meses do ano e as extraordinárias podem se realizar a qualquer época;
- os objetivos: enquanto as ordinárias têm objetivos específicos, as extraordinárias podem ser realizadas quando necessário, em

qualquer ocorrência que só possa ser resolvida mediante uma reunião desse tipo.

Dois fatos são interessantes no que diz respeito às assembleias gerais: 1) tanto a ordinária quanto a extraordinária podem ocorrer ao mesmo tempo, desde que seja no mesmo local, data e horário; 2) todas as vezes que os acionistas se reunirem, mesmo que não haja um convite formal, serão consideradas assembleias gerais.

Em suma, as atas de assembleia são documentos de grande relevância dentro de uma instituição e, por esse motivo, a tradução juramentada desses documentos também se reveste de importância.

As assembleias gerais podem ser convocadas pelo conselho administrativo, pelo conselho fiscal ou por qualquer acionista, caso os administradores não o façam. Para isso, o anúncio deve ser feito três vezes, sendo que o primeiro deve ser feito com oito dias de antecedência. Deve indicar o local, data, horário, pontos de pauta e, em caso de reformulação do estatuto, a indicação da matéria. Quando convocada, todos os acionistas com mais de cinco por cento de ações devem ser avisados. Caso a assembleia não se realize, um novo comunicado deve ser anunciado com cinco dias de antecedência mínima.

O Livro de Presença deverá ser assinado por todos os participantes, que fornecerão as seguintes informações: nome, nacionalidade, residência, quantidade, espécie e classe de suas ações.

Depois desses procedimentos, é montada a mesa que será responsável pelo desenrolar da assembleia e que deve ser composta por um presidente e por um secretário. Depois de decididos os assuntos pertencentes à pauta da assembleia, haverá a contagem dos votos e vencerá a decisão que obtiver maior sufrágio. Caso haja empate, uma nova assembleia será convocada para dois meses após a primeira, para que haja, então, uma nova votação. Para que a ata seja dotada de fé pública, é necessário que esteja autenticada pela mesa.

Entre as atas brasileiras, venezuelanas, uruguaias e espanholas não existem, de acordo com os resultados de nossas pesquisas, diferenças substanciais do ponto de vista de sua lavratura, o mesmo ocorrendo com as normas de realização das assembleias nos quatro países.

Aproximações e distanciamentos terminológicos em traduções juramentadas de atas de assembleias

A análise do léxico da tradução juramentada, do espanhol para o português, de atas de assembleia fez-nos deparar com alguns termos que merecem ser comentados por se tratarem de escolhas interessantes feitas pelo profissional que traduziu nosso material de pesquisa. As traduções evidenciam escolhas de termos que não foram encontrados nas atas originalmente redigidas em português.

Assim, haveria, *a priori*, um afastamento entre a terminologia adotada pelo tradutor e a empregada nas atas originais em português. Esse afastamento pode significar que as escolhas do tradutor podem ter constituído uma tradução literal dos termos empregados nos textos originais.

A seguir, apresentamos alguns casos que merecem ser destacados por se enquadrarem nessa problemática: aproximações e distanciamentos das terminologias adotadas nas traduções e as encontradas em atas de assembleias originalmente escritas em português e em espanhol.

Agente residente

Nas atas traduzidas do espanhol para o português houve razoável recorrência do termo *agente residente*, entretanto esse não foi encontrado em nenhum dos dicionários que fazem parte de nossa bibliografia em português. Ao utilizarmos a ferramenta de busca Google, encontramos apenas 79 ocorrências em português desse termo. Ao visitarmos esses *sites*, percebemos que grande número era de Portugal, poucos eram brasileiros, mas todos se referiam a questões comerciais com os Estados Unidos.

Agente residente é o responsável, nesse país, pelo recebimento de uma documentação que possa chegar via correio em nome de uma empresa que não seja norte-americana. Esse país exige que haja uma pessoa fisicamente presente, para que não se configure paraíso

fiscal e que, em caso de processo, haja alguém a ser responsabilizado legalmente. O termo em inglês é *resident agent*.

Ao procedermos a uma busca por meio do termo em espanhol, encontramos 865 *sites*. Esse fato nos causou surpresa, visto que há uma grande diferença de quantidade, se compararmos ao número de *sites* em português. Analisando esses *sites*, descobrimos que, em sua maioria, são de países da América Central, como Bahamas, Cuba, Porto Rico, Costa Rica e Panamá.

Prosseguindo em nossa pesquisa, consultamos um dicionário jurídico trilingue inglês-português-espanhol (Goyos Jr, 2003) e procuramos o termo. O dicionário nos dá *agente residente* como equivalente em português e em espanhol para o termo *resident agent* em inglês, mas, na ordem inversa – português-inglês – não há indicação de equivalentes.

Com base nesses dados, acreditamos que os termos utilizados em língua espanhola e em português sejam traduções literais do termo norte-americano. Desse modo, o tradutor aproximou-se da terminologia utilizada na língua de partida, mas é preciso dizer que, embora *agente residente* tenha sido criado por meio de tradução literal da unidade terminológica em inglês e cause estranhamento no leitor brasileiro e nos de língua espanhola, esse termo é, agora, consagrado na área e utilizado em espanhol e em português para designar esse representante legal de uma empresa estrangeira nos Estados Unidos.

Auditoria Interna da Nação

O termo *Auditoria Interna da Nação* foi encontrado em traduções juramentadas em português e designa um órgão uruguaio que tem a função de estabelecer as Normas Técnicas Gerais às quais se submeterão os representantes de empresas perante o Estado. Esse organismo não existe, porém, no Brasil, e, portanto, não é previsto em língua portuguesa um termo para designá-lo.

Desse modo, houve uma aproximação da terminologia utilizada nos textos de partida (originais) e um conseqüente afastamento

da terminologia encontrada em atas de assembleias originalmente escritas em português.

Acreditamos que o termo *Auditoria Interna da Nação*, em português, constitua uma tradução literal do termo em espanhol, procedimento tradutológico normal quando da ausência de um equivalente na língua de chegada (no caso, o português). Nas atas traduzidas, em alguns momentos o profissional apenas traduz o termo e, em outros, tradu-lo e apresenta, logo a seguir, entre parênteses, o termo original em espanhol (*Auditoria Interna de la Nación*).

Calle

Em espanhol, a unidade lexical *calle* é o equivalente de *Rua* em português. Ela nos chamou a atenção nas traduções das atas, porque aparece nos momentos em que o tradutor se depara com endereços e sua dúvida deve ter sido se deveria traduzir ou não a palavra *calle*.

O procedimento tradutológico que observamos nas traduções não é homogêneo, visto que, em alguns documentos, essa unidade lexical aparece traduzida; em outros, permanece em língua espanhola; em outros aparece em espanhol, seguido de sua tradução para o português entre parênteses. No primeiro caso, o tradutor aproximou-se do português; no segundo, o tradutor manteve um afastamento da língua portuguesa, aproximando-se da espanhola. No terceiro, procurou conciliar as duas opções.

Certidão Notarial

Em alguns momentos o tradutor utiliza, nas traduções de atas do espanhol para o português, o termo *Certidão Notarial*, que não existe em língua portuguesa. Ocorre, então, um afastamento de terminologia encontrada em atas de assembleias originalmente escritas em português e uma conseqüente aproximação com a terminologia de documentos de mesma natureza originalmente escritos em espanhol.

Esse termo designa, em língua espanhola, um documento expedido e registrado no cartório do país de origem do documento (o Uruguai). Em nosso idioma, não possuímos um termo específico para esse tipo de documento, visto que é culturalmente marcado, próprio do Uruguai. Por isso, acreditamos que, para o tradutor, a melhor opção encontrada foi fazer uma tradução literal para o português do termo em espanhol, mesmo que isso cause certo estranhamento ao leitor brasileiro.

Saludo

Uma diferença interessante entre as atas de assembleias em língua espanhola e em língua portuguesa é seu fechamento. Em espanhol, costuma-se fechar a ata com a expressão *saludo*, enquanto, em português, não é usual a utilização de expressões dessa natureza, visto que esse tipo de documento é marcado pela formalidade.

Ao se deparar com expressões de fechamento nas atas em espanhol, a opção do tradutor foi a de traduzi-las literalmente para o português (*Saudações*). Essa opção, apesar de causar certo estranhamento em um leitor brasileiro, acostumado a lidar com esse tipo de documento originalmente redigido em português, deve-se, muito provavelmente, ao fato de a tradução juramentada ser obrigada a manter alto grau de fidelidade ao original.

Semelhanças e diferenças terminológicas nas variantes nacionais do espanhol

Diante desses dados, questionamo-nos sobre as diferenças e aproximações que poderiam existir entre os termos de atas de assembleias nas três variantes do espanhol (venezuelana, uruguiaia e espanhola). Seriam eles bem diferentes? Seriam eles semelhantes? Que grau de equivalência terminológica predominaria entre esses termos? Que fatores aproximariam ou afastariam essas terminologias?

Nossa primeira observação sobre as semelhanças e diferenças existentes entre termos em espanhol foi a de que o termo que designa *tradução juramentada* distingue-se, de acordo com as variantes nacionais dessa língua: na Espanha é *traducción jurada*, enquanto na maior parte da América Latina é *traducción oficial*. Na Venezuela, o termo que designa o profissional que desempenha esse trabalho é *intérprete oficial*, enquanto, no Uruguai, é *traductor público*; na Espanha, é *intérprete jurado*.

Para a elaboração de nosso glossário, procedemos à pesquisa de termos e definições em dicionários especializados e em documentos legais que regem as assembleias e as atas da Espanha, da Venezuela e do Uruguai.⁴ Essa bibliografia nos permitiu comparar os graus de equivalência mantidos entre os termos em espanhol, de acordo com a variedade nacional.

Buscamos ainda contextos de uso dos termos e, para tanto, recorremos a três *corpora* de textos originalmente redigidos em língua espanhola nas três variantes nacionais separadamente.

Analisando os dados contidos no glossário, observamos que, apesar das particularidades das realidades sociolinguísticas e culturais de cada país em questão, há semelhanças entre os termos empregados nas três variantes do espanhol estudadas. De fato, a terminologia empregada nos três países é semelhante, havendo, poucas diferenças. O gráfico a seguir apresenta alguns dados percentuais sobre essa questão:

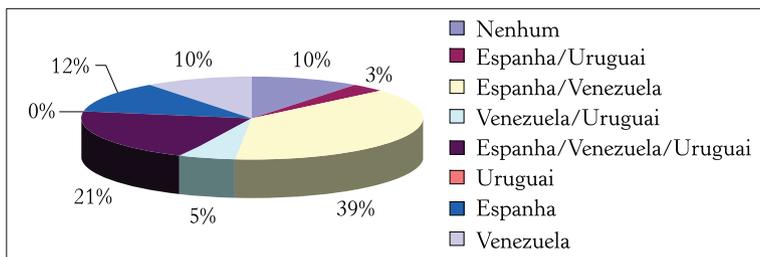


Figura 14: Termos de atas de assembleias de associados no glossário.

⁴ BCN (2009), Deusto (2005), Esteruelas (2003), Goyos Jr. (2003), Inversor Latino (2009), Migliavacca (2003), Uruguai (1996 e 2005).

Conforme mostra o gráfico, podemos verificar que:

- a maioria dos termos – 39% – foi encontrada tanto nos dicionários da Espanha quanto nos dicionários da Venezuela;
- 21% foram encontrados nos dicionários dos três países;
- 12% dos termos foram encontrados só nos dicionários da Espanha;
- 10% dos termos foram encontrados só nos dicionários da Venezuela;
- 10% dos termos não foram encontrados em nenhum de nossos dicionários;⁵
- 5% dos termos foram encontrados tanto em dicionários da Venezuela quanto do Uruguai;
- 3% dos termos foram encontrados tanto nos dicionários da Espanha quanto do Uruguai; e
- nenhum termo foi encontrado somente em dicionários do Uruguai.

Assim, percebe-se que, em 21% dos casos, os termos coincidem formalmente e semanticamente nos três países. Em cerca de 42% (além desses 21%), há uma coincidência entre um país da América Latina e a Espanha (39% Esp.-Venez. + 3% Esp.-Uruguai), o que demonstra uma proximidade grande entre o espanhol europeu e as variantes nacionais do espanhol venezuelano e uruguaio. No total, 63% dos termos foram encontrados em dicionários do espanhol peninsular.

Verifica-se também uma identificação marcante com o espanhol da Venezuela, visto que 39% dos termos foram encontrados em dicionários da Venezuela + Espanha; cerca de 5% dos termos foram encontrados em dicionários da Venezuela e do Uruguai. No total, 54% dos termos constavam de dicionários venezuelanos. Uma observação interessante é a de que 10% dos termos só foram encontrados em dicionários da Venezuela, o que nos leva a crer que seriam

⁵ Portanto, 10% dos termos em português de nosso dicionário ficaram sem equivalente em espanhol.

termos culturalmente marcados e próprios da realidade sociolinguística e cultural daquele país.

A identificação de termos empregados na variante espanhola do Uruguai se dá da seguinte maneira: 21% (em dicionários dos três países) + 5% Espanha e Uruguai + 5% Uruguai e Venezuela. Total da presença de termos encontrados em dicionários uruguaiois: 31%. Apesar de nenhum termo ter sido encontrado em dicionários do Uruguai, observamos a existência de termos que designam conceitos (e realidades extralinguísticas) exclusivos desse país, mas a maioria deles foi encontrada em documentos legais uruguaiois.

Um dado interessante é o de que 12% dos termos foram encontrados só nos dicionários da Espanha. Para essa questão, algumas hipóteses podem ser levantadas: 1) Os dicionários da Venezuela e do Uruguai utilizados em nossa pesquisa não são tão abrangentes quanto os do espanhol da Espanha consultados? 2) Como o tradutor que nos forneceu o material nasceu e viveu muito tempo na Espanha, talvez tenha se aproximado mais da variante desse país, que conhece melhor? Essas questões, para serem respondidas com certeza, necessitariam de uma pesquisa mais aprofundada, mas isso foge aos objetivos desta pesquisa.

É importante lembrar ainda que cerca de 10% dos termos não foram encontrados em nenhum dos dicionários (que faziam parte de nossa bibliografia) desses três países, entretanto isso não significa que não existam. Significa somente que não os encontramos em nossas fontes, mas talvez um alargamento destas possa levar à confirmação de sua existência.

Diante desse quadro, podemos afirmar que há uma grande proximidade entre a terminologia utilizada nas atas de assembleias originalmente escritas em espanhol europeu e em espanhol americano (também chamado de *castelhana*) utilizado no Uruguai e na Venezuela. Essa semelhança talvez possa se explicar pelas origens comuns, raízes próximas, que, apesar dos distanciamentos culturais ocorridos desde o período da colonização, mantiveram-se em larga escala e por tradição.

Considerações finais

A tradução juramentada é um procedimento legal exigido em todos os países sobre os quais recaiu nossa pesquisa, a saber: Brasil, Espanha, Venezuela e Uruguai. Percebemos, no entanto, que o termo que designa a tradução juramentada, em espanhol, diferencia-se, de acordo com as variantes nacionais dessa língua. De fato, na Espanha é *traducción jurada*, enquanto no Uruguai e na Venezuela é *traducción oficial*. Observamos, ainda, que, na Venezuela, o termo que designa o profissional que desempenha esse trabalho recebe o nome de *intérprete oficial*, enquanto no Uruguai o nome que o profissional recebe é *traductor público* e na Espanha é *intérprete jurado*.

No que concerne às traduções juramentadas de atas de assembleias, que foram o objeto de nosso estudo terminológico, as semelhanças encontradas, sobretudo no que diz respeito à tipologia do texto, seus objetivos, conteúdos, formalidades e outros aspectos, fazem com que o léxico, notadamente a terminologia encontrada nesse tipo de documento, sejam também muito semelhantes.

Observando as unidades léxicas presentes nas traduções que se distanciaram da terminologia normalmente empregada em atas de assembleias no Brasil, percebemos que elas se aproximam da terminologia em espanhol. Muito importante é a constatação de que essas unidades terminológicas foram “criadas” em português pelo tradutor das atas ou já são traduções consagradas no domínio por não existir nessa língua um termo equivalente ao de origem. Melhor dizendo, o termo em espanhol designa um conceito que reflete uma realidade extralinguística particular à sociedade de origem do documento. Por esse motivo, os afastamentos do português e as conseqüentes aproximações do espanhol ocorreram, sobretudo, com termos para os quais o tradutor foi obrigado a fornecer uma alternativa tradutória, no mais das vezes por meio de tradução literal.

Pudemos ainda verificar alto grau de coincidência entre o sentido e a expressão dos termos nas três variantes nacionais do espanhol. Embora os termos façam parte de três realidades sociolinguísticas e culturais distintas, a terminologia é praticamente a mesma,

provavelmente porque os dois países da América Latina tiveram, em sua formação, os modelos administrativos, econômicos e sociais da Espanha.

Referências bibliográficas

- BANCO CENTRAL DE VENEZUELA (BCN). *Glosario de términos contables do Banco Central da Venezuela*. Disponível em: <www.bcv.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2009.
- DEUSTO. *Diccionario jurídico y financiero*. 1.ed. Barcelona: Deusto, 2005.
- ESTERUELAS, C. M. *Diccionario espasa jurídico*. Madrid: Espasa, 2003.
- GOYOS Jr, D. N. *Legal dictionary*. 5.ed. São Paulo: Observador Legal Editora Ltda., 2003.
- INVERSOR LATINO. *Glosario*. [Glossário de termos de negócios da América Latina]. Disponível em: <www.inversorlatino.com>. Acesso em: 8 jan. 2009.
- MIGLIAVACCA, P. N. *Dicionário trilingue de termos de negócio*. São Paulo: Edicta, 2003.
- SIDOU, J. M. O. *Dicionário jurídico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- URUGUAI. Parlamento do Governo Uruguaio. *Código Civil Uruguaio*. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/Codigos/CodigoCivil/1996/CodCivil.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2005.
- _____. *Resolución s/n. Auditoria Interna de la Nación*. Disponível em: <www.ain.gub.uy>. Acesso em: 9 ago. 2005.

19

O "GLAMOUR" DAS PALAVRAS INGLESAS NA LÍNGUA PORTUGUESA

*Maria Cristina Parreira da Silva*¹

Introdução

A tramitação do Projeto de Lei 1676/99, proposto por Aldo Rebelo, tem causado, há mais de dez anos, muitos rumores na imprensa e entre os linguistas. Aprovado em 2001 na Câmara dos Deputados e em 2007 pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, esse projeto proíbe o uso de palavras estrangeiras no Brasil. Sempre ressurgem a discussão daqueles que são a favor ou contra o uso dos estrangeirismos, mas o fato é que eles continuam em uso. Embora a Linguística não seja um assunto muito popular na sociedade, sempre que se fala do Projeto de Lei (PL) de Aldo Rebelo surgem inúmeras manifestações na imprensa em geral, nas quais pessoas das mais diversas origens e escolaridades expressam suas opiniões sobre a questão da “defesa da língua portuguesa”. Interessante é verificar que a maior parte dessa população tem o discurso em uma direção, mas faz o uso da língua no sentido oposto, pois não se pode negar que todos utilizam estrangeirismos, ou seja, um vocábulo ou expressão estrangeira em sua língua materna.

A preocupação com a invasão no português brasileiro não é nova: no início do século XX a língua visada era o francês, já no final

1 Unesp – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Departamento de Letras Modernas.

passou a ser o inglês. Sob a ótica purista, os estrangeirismos constituem-se em uma forma de invasão destruidora da língua receptora, enquanto na perspectiva linguística estuda-se a história das línguas, observando-se várias contribuições linguístico-culturais entre nações e buscando descrever os empréstimos, que geralmente vêm de línguas de grande *status* cultural ou econômico.

A Lexicologia estuda os estrangeirismos, sua origem e sua inserção na nova língua, como *ateliê*, *bege*, *vitrine*, do francês, e outros, como *futebol*, *líder*, *office boy*, do inglês. O léxico define-se como a face mais dinâmica da língua. Por conta disso, o domínio dos conhecimentos linguísticos deve contribuir para ajudar a entender que, por força de lei, é muito difícil mudar ou moldar as preferências de uma comunidade linguística.

Pode-se dizer que estrangeirismos são sinônimos em sentido lato de empréstimos, assim, toda língua toma emprestado alguns elementos alógenos, seja para nomear realidades típicas de outros países (neste caso toma emprestado o signo e o referente), seja para conferir conotações distintas a unidades já conhecidas em seu léxico. Essa unidade que passa a ser usada constitui-se em um neologismo, que pode ter destinos diversos, entre os quais: existência efêmera na língua (galicismos como *cave* (adega), não mais usuais no português), integração com a forma estrangeira (*shopping*), integração com morfologia da língua receptora (*deletar*), integração com uma nova forma na língua receptora (*xampu*), entre outros.

Neste trabalho, a discussão sobre os empréstimos de língua inglesa na língua portuguesa do Brasil não se restringe a um caso particular, mas busca contribuir para a divulgação desse tema entre os diversos atores envolvidos: os locutores, os especialistas em linguagem e os educadores.

A formação do léxico de uma língua

Não é preciso recorrer a nenhuma referência especial para afirmar que nenhuma língua é pura, uma vez que os contatos desiguais

entre as sociedades acabam provocando a relação de empréstimos referenciais e linguísticos. Contudo, para explicar a constituição das línguas, recorreremos a Bizzocchi (1997, p.20), que afirma que

parte do material léxico das línguas europeias de cultura entrou nas mesmas por evolução direta a partir das línguas que as precederam historicamente (como é o caso do latim vulgar em relação às línguas românicas), parte resulta de importação a partir de outras línguas, e parte é fruto de criação intralinguística.

Portanto, a maioria das línguas forma-se com um fundo lexical comum e, em determinadas fases, recebem unidades léxicas de outros povos como herança ou como empréstimos de outras línguas, sendo que isso pode ocorrer antes mesmo de seu surgimento enquanto língua nacional, daí a dificuldade de atestar a “pureza” de uma língua.

Após sua instituição enquanto um conjunto com limites linguísticos precisos, com sua distribuição em um território delimitado e constituição de uma cultura própria, a língua nacional continua recebendo a contribuição e a influência de outros idiomas. Essa influência pode ocorrer por proximidade (no caso das fronteiras) ou por questões ideológicas (geralmente a nação que tem certa supremacia em algum quesito é a fonte de empréstimos). Prova disso é o fato de que nações atualmente com fronteiras político-territoriais delimitadas e distintas, como são as europeias (do Ocidente), possuem uma influência cultural greco-romana comum. Para Bizzocchi (idem, p.19), “a influência unificadora da cultura clássica reflete-se na ideologia desses povos, e, conseqüentemente em suas línguas, especialmente no que concerne ao léxico”, e ainda acrescenta que no desenvolvimento dessas línguas há uma “constante tensão entre a influência greco-latina e o elemento vulgar” (ibidem).

O acervo lexical de uma língua é dinâmico, porque suas unidades nascem, têm uma vida em que se transformam enquanto perduram e podem até morrer. Schöne, em seu livro *Vie et mort*

des mots (1951, que podemos traduzir como “Vida e morte das palavras”), dedica uma parte de sua obra para cada uma dessas fases (“*La naissance des mots*”; “*La vie des mots*”; “*La mort des mots*”). Os contextos dessa existência nem sempre são conhecidos ou podem ser reconstituídos com fidedignidade. Como já afirmamos, parte desse léxico é recebida por herança da língua que, historicamente, forneceu a base lexical (como ocorreu com o latim vulgar em relação às línguas de origem latina). Outra parte vem do aporte de línguas estrangeiras, no caso do português do Brasil, em diferentes fases, de línguas indígenas, de línguas africanas, do italiano, do espanhol, do francês e do inglês, principalmente. Finalmente, há uma parcela do léxico que se desenvolve com criações internas na língua, como afirma Bizzocchi (1997, p.20), dividindo, assim, as criações em interlinguísticas e intralinguísticas. Apesar da grande preocupação com as criações interlinguísticas, certamente são as criações intralinguísticas que continuam superando as outras.

É importante ressaltar que a variante do português falado no Brasil distancia-se do português europeu em função de todo um contexto histórico, geográfico e cultural. Todavia, a própria língua herdada da Europa já chegou em terras tupiniquins com influência dos alemães, espanhóis e árabes, por exemplo, como costuma acontecer com qualquer língua. Não é raro que outro país seja o propagador de uma cultura alógena, como veremos no próximo tópico.

Quanto aos empréstimos, pode-se dizer que há certas “especialidades” que cada língua exporta para as outras, como se pode notar, por exemplo, nos empréstimos fornecidos ao português de algumas línguas: o vocabulário da música clássica e das massas é italiano, os termos das artes marciais são orientais, os termos de guerra são alemães, os técnico-científicos são ingleses etc. Cria-se assim uma categoria de palavras que são transnacionais, ou seja, que ultrapassam suas fronteiras, por serem muito típicas: *caratê*, *coca-cola*, *know-how*, *sushi*, *tequila* etc. Podemos citar uma lista-gem despreziosa (e sem o rigor da ciência) de unidades de várias origens que coexistem no léxico do português brasileiro:

INGLÊS	FRANCÊS	ITALIANO	JAPONÊS	ORIGEM AFRICANA	ESPAANHOL	ALEMÃO	ÁRABE
AIDS	<i>aïdié</i>	<i>carpaccio</i>	<i>karaoke</i>	<i>cafundó</i>	<i>álcool</i>	<i>gestalt</i>	<i>café</i>
approach	<i>croissant</i>	<i>far-niente</i>	<i>karate</i>	<i>cafuné</i>	<i>don Juan</i>	<i>kitsch</i>	<i>harém</i>
bug	<i>déjà-vu</i>	<i>paparazzi</i>	<i>ninja</i>	<i>jiló</i>	<i>El Niño</i>	<i>leitmotiv</i>	<i>sheik</i>
chat	<i>première</i>	<i>pizza</i>	<i>saquê</i>	<i>quiabo</i>	<i>iguana</i>	<i>punsch</i>	<i>xará</i>
ketchup	<i>savoir-faire</i>	<i>trattoria</i>	<i>sushi</i>	<i>samba</i>	<i>paella</i>	<i>strudel</i>	<i>xarope</i>
know-how	<i>souvenir</i>	RUSSO	CHINÊS	SANSKRITO	LATIM	GREGO	TUPI
shopping	<i>tête-à-tête</i>	<i>estrogonofe</i>	<i>chá</i>	<i>samsara</i>	<i>Ad hoc</i>	<i>dêutico</i>	<i>mandioca</i>
strip-tease	<i>voveur</i>	<i>perestroika</i>	<i>Yin-yang</i>	<i>sari</i>	<i>campus</i>	<i>quamera</i>	<i>sambabaia</i>

Quadro 23: Ilustração de estrangeirismos de várias origens na língua do Brasil.

Como se pode notar, ora esses elementos confundem-se com os elementos próprios da cultura receptora, ora se diferenciam, transmitindo a ideologia de outra cultura. Há várias influências distintas no português do Brasil em diferentes proporções. Fiorin (2004), ao tratar das questões ideológicas da formação das línguas, explica que se por um lado o sistema de uma língua não obedece totalmente a um parâmetro socioeconômico, por outro lado a língua é condicionada ideologicamente. Para esse autor, é necessário “não ver o nível ideológico como simples reflexo do econômico” (idem, p.31) e perceber que as “visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem” (idem, p.33).

Algumas questões puramente linguísticas, que ocorrem condicionadas dentro de um sistema,² são de difícil compreensão. Não se sabe, por exemplo, a razão que levou a ser mantido o /k/ latino de *capra* em “cabra” em português, e a transformá-lo em /S/ no francês (*chèvre*); assim também ocorre com a forma latina *lacte(m)*, que se transformou em *leite* (português), *leche* (espanhol), *lait* (francês), *latte* (italiano) e *lapte* (romeno), como afirma Fiorin (idem, p.12). Contudo, essas diferenças formais não são tão complexas quanto a questão semântico-lexical do uso ou da escolha do uso de uma unidade lexical vernácula ou alógena, que transitam entre a fala e a norma até fazerem parte do sistema, que seria o caso de um estrangeirismo aceito e adaptado (dicionarizado).

2 Entendido como conjunto de regras de uma língua. De acordo com Saussure, (1989, p.31), “a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria”.

Para estudar a evolução do léxico de uma língua, há dois caminhos principais, como afirma Bizzocchi (1997, p.28): uma perspectiva diacrônica, por meio da etimologia (estudo da origem e da evolução das palavras) e outra sincrônica, por meio da lexicogênese (estudo dos processos e mecanismos de criação e renovação lexicais). Por causa das preferências que se estabelecem entre os locutores, cada língua vai se transformar por meio de caminhos diferentes. É importante conhecer quais são os processos lexicogênicos mais produtivos em determinada língua, e os estrangeirismos estão entre esses meios de evolução. Não se deve acreditar que, por conta de serem mais perceptíveis, constituam-se em um meio de destruição da pureza da língua receptora, já que nenhuma língua de civilização pode ser classificada como “pura”.

O *glamour*: dinamicidade do léxico

Como afirmamos, cada língua pode constituir-se enquanto fornecedora ou receptora de empréstimos e obviamente esse fato é determinado por seu *status* internacional. De acordo com Bizzocchi (1997, p.225-6), “[...] durante toda a Baixa Idade Média e a Idade Moderna, chegando até o século XIX, a língua que detém o pioneirismo na criação de neologismos de difusão internacional é o francês”. Esse fato é compreensível, uma vez que, na época, a França detinha uma grande importância junto aos países vizinhos, em todos os níveis, sobretudo o intelectual.

Neste trabalho, vamos nos deter em uma palavra muito usual em nossa língua (mais de quatrocentos mil resultados na Web),³ reputada de ter origem francesa, justamente pelo contexto que representa, o “*glamour*”. Contudo, as informações sobre a origem da palavra *glamour* levam a outros caminhos, como se pode verificar na

3 Pesquisa realizada em 13.6.2010 no buscador www.google.com.br, limitando os resultados ao site: BR.

consulta aos principais dicionários de língua portuguesa do Brasil, o Aurélio (Ferreira, 2004) e o Houaiss (2001):

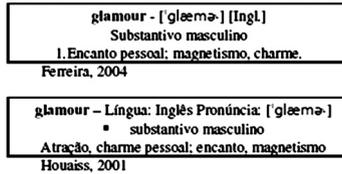


Figura 15: Verbetes de “*glamour*” no Aurélio e no Houaiss.

Trata-se, portanto, de uma palavra de origem inglesa, mas que é percebida e reconhecida pelos locutores em geral como francesa. Sua origem foi assunto inclusive de um fórum de discussão,⁴ no qual sua autora fez uma pesquisa para saber se as pessoas a conheciam, já sabendo que a origem francesa seria largamente mais votada. Ao saber que se tratava de uma palavra de origem inglesa, os participantes questionavam a razão de sua pronúncia afrancesada [glæmə]. Então, ao refletirmos sobre qual seria a razão pela qual as pessoas pronunciam essa palavra assim, podemos avançar que, certamente, não seria uma preferência pelos galicismos (empréstimo do francês), anteriormente tão preteridos pelos puristas no Brasil e que perderam terreno para os anglicismos (empréstimo do inglês). Uma hipótese de explicação seria talvez o estereótipo cultural que existe de que tudo que é “glamouroso” (Ferreira, 2004) ou “glamoroso” (Houaiss, 2001) viria da França. Outra possibilidade é o uso dessa unidade lexical em contextos especiais, como no meio da moda, por exemplo.

Na verdade, trata-se de um vocábulo que já chegou ao francês como um anglicismo (inclusive rejeitado pelos puristas franceses). O inglês, por sua vez, recebeu-o do escocês, de onde se pode concluir que as palavras nunca transitam em culturas diferentes sem se

4 Glamour. WordReference fóruns. Disponível em: <<http://forum.wordreference.com/showthread.php?t=248640>>. Acesso em: 28 ago. 2008.

influenciarem ou sem exercerem influências. Consultamos o verbete *glamour* em um dicionário de etimologia,⁵ onde se lê a informação de que a palavra deriva de “*grammar*”, no sentido de “qualquer tipo de conhecimento, especialmente as faculdades ocultas”, usado na época medieval.

De fato, um traço semântico permanece do sentido primeiro: ninguém sabe explicar de onde vem o charme e o encantamento que algumas pessoas possuem. Mas, no contexto de nosso trabalho, intentamos explicar o *glamour* das palavras de língua inglesa, dado que os empréstimos não se pautam em um gosto popular gratuito, mas baseiam-se no desejo de imitar aquilo que está no auge, que faz sucesso, que todos conhecem ou deveriam conhecer, para não ficarem desconectados do mundo. Segundo Góis (2008, p.6), participar do “processo de globalização exige uma competência intercultural” e nesse caso o estrangeirismo “passa a ser um mecanismo de inclusão ou de exclusão de indivíduos numa determinada esfera social” (idem, p.7).

É sabido, conforme aponta Biderman (2001, p.208), que a língua inglesa é hegemônica no mundo atual por conta da influência econômica norte-americana: é, portanto, dela que se tomam emprestados inúmeros vocábulos e termos. Pode-se dizer que, no caso de *glamour* e de muitos outros estrangeirismos, principalmente os de origem francesa a partir do século XIX, e os de origem inglesa no século XX, acaba havendo uma maior disseminação, porque se busca imitar a cultura do primeiro mundo.

Mas ainda há, por outro lado, na história do português do Brasil, empréstimos das línguas africanas dos escravos trazidos para este

5 **glamour** - 1720, “magic, enchantment” (especially in phrase to *cast the glamour*), a variant of Scot. *gramarye* “magic, enchantment, spell,” alt. of Eng. *grammar* (q.v.) with a medieval sense of “any sort of scholarship, especially occult learning.” Popularized by the writings of Sir Walter Scott (1771-1832). Sense of “magical beauty, alluring charm” first recorded 1840. *Glamorous* is 1882 (slang shortening *glam* first attested 1936); *glamorize* is 1936. (*Online Etymology Dictionary*. Disponível em: <<http://www.etymonline.com/index.php?search=glamour&searchmode=none>>. Acesso em: 15 jun. 2010).

país e também dos indígenas que aqui se encontravam quando os portugueses dominaram esta terra. Assim, a variante brasileira constitui-se atualmente de um amálgama de léxicos de origens distintas, distanciando-se da variante europeia do português, e nem por isso perdeu seus traços.

Glamour foi a palavra aqui escolhida para simbolizar essa riqueza que existe na dinamicidade lexical das línguas. Outro exemplo interessante é a palavra “tênis”, que, de acordo com Houaiss, veio para o português do Brasil provavelmente pelo português lusitano emprestado do inglês, significando “um tipo de esporte” e “um calçado para praticar esse esporte”. Acontece que a origem da palavra é o verbo francês *tenez*, que significa “tome, pegue” e se pronuncia /tene/, usado em um jogo que era o ancestral do tênis atual; em seguida foi para o inglês, onde os falantes reconheceram a pronúncia como /teniz/, voltou para a França como *tennis* /tenis/, inicialmente como esporte e depois como o calçado. Assim, a história de cada palavra é um romance pleno de ação, andanças, amores e traições.

O léxico é um inventário aberto e dinâmico (idem, p.201), então é de se esperar que seja a porta de entrada de novos itens estrangeiros. Esses itens podem ingressar com a aparência alógena e permanecer com essa forma ou sofrer adaptações à língua de chegada. A dificuldade de aceitação é tanto maior quanto mais tempo sua aparência for mantida na forma estrangeira. Contudo, se as línguas em que ocorrem esses empréstimos forem distantes, haverá grande dificuldade em adaptar sua forma ou encontrar outra correspondente na língua receptora. É por isso que algumas palavras são consideradas “intraduzíveis” e acabam se mantendo com a mesma forma sempre que evocar determinado conceito, em diversas línguas.

Certamente esse tipo de palavra, se não ficar restrito a seu território, acaba sendo tomado como novo conceito em uma nova língua, o que poderia ser entendido como “empréstimo necessário”. Mas não concordamos com uma distinção entre empréstimo necessário ou desnecessário, já que, mesmo entre especialistas, há grande divergência e acaba ocorrendo um julgamento parcial sobre a qualidade de um empréstimo e seu estatuto na língua de chegada.

É muito complexo distinguir o grau de necessidade para dizer que se está cometendo um abuso ou não nos casos de *corpus*⁶ (latim), *ateliê* (francês), *delivery* (inglês), quando existem em português as unidades vernáculas “corpo”, “oficina” e “entrega”. Evidentemente entre *corpus* e “corpo” (e os outros exemplos) há algumas especificidades semânticas ou de uso que tornam as unidades distintas. Mas, se houvesse a intervenção de uma comissão linguística, é possível que se criasse nova unidade vernácula para o novo conceito ou que se estabelecesse um neologismo semântico para a unidade que já existe na língua, o que não é garantia de aceitação dos falantes da língua.

Portanto, há dificuldade quanto à adaptação das unidades, como já se percebe com relação à definição se “o *corpus* (os *corpora*)” deve ser mantido no português com morfologia latina e continuar sendo grafado em itálico ou se deve ser adaptado à morfologia portuguesa “o *córpus* (os *córpus*)”; não esquecendo ainda a possibilidade de atribuir à palavra “corpo” o conceito largamente utilizado de “conjunto de dados”. Todas essas discussões, embora muitas vezes áridas, devem ser colocadas em pauta pelos linguistas e principalmente pelos educadores formadores de professores, para tanto deve existir uma política linguística que se ocupe desses problemas, mas não por meio de leis proibitivas e punitivas, como o projeto de lei de Aldo Rebelo.

Estrangeirismo: política linguística, preconceito e ensino

O projeto de lei 1676/99, do então deputado federal Aldo Rebelo, que “dispõe sobre a promoção, a defesa e o uso da língua portuguesa...”, está disponível na íntegra em Faraco (2001). Esse PL foi proposto em 1999, em 2001 passou pela Câmara dos Deputados, em dezembro de 2002 passou pelo Senado Federal e foi aprovado em

6 Não há unanimidade nem mesmo entre os membros do GTLEX quanto ao uso de *corpus/corpora* e *córpus*, aportuguesado.

dezembro de 2007, após sofrer algumas reformulações, tendo sido publicado no Diário da Câmara dos Deputados em 8.2.2008.

O conteúdo de tal projeto provocou a reflexão de vários linguistas que se manifestaram ao apontar as incongruências nele contidas. Por outro lado, a sociedade também se mobilizou, mas muitos, por desconhecimento de causa, foram totalmente favoráveis ao intento do deputado. Mesmo com todas essas evidências de uso de estrangeirismos, a maioria da população mantém a tradição de lutar pela preservação da língua pátria. Quando as pessoas são chamadas a darem suas opiniões, apressam-se em repetir os conceitos rançosos de que é preciso conservar a beleza da língua nacional que nem sempre é conhecida e respeitada por elas próprias. O assunto foi tema de várias reportagens e inclusive figurou no vestibular da Vunesp de 2004.

Ao comparar a redação inicial de 1999 e a de sua aprovação em 12.12.2007, evidencia-se que muitas transformações foram aplicadas.⁷ Na nova redação, realizada com a colaboração de especialistas, sobretudo no segundo artigo, há a preocupação de imputar ao poder público a responsabilidade de “promover, difundir e valorizar a língua portuguesa”, por meio de ações que estimulem o estudo e a pesquisa da língua em todas suas variedades, com a constituição de comissões que intervenham na promoção do uso de termos vernáculos em lugar dos estrangeiros.

Na realidade, aquilo que o PL define como norma a ser seguida já estaria assegurado pela Constituição, mas o projeto acabou contribuindo, mesmo com os equívocos de seu autor, para uma nova mobilização da sociedade sobre as discussões em torno das políticas linguísticas, do preconceito linguístico e da situação atual da educação no país. Negreiros publicou um artigo criticando o fato de o autor desse PL afirmar que os estrangeirismos constituem-se em fatores “descaracterizantes” da língua portuguesa. Segundo ele:

7 O texto final da publicação integral da lei pode ser conferido em: <http://www.aldorebelo.com.br/index.php?pagina=titulo_tema&cod_t_t=18>, Acesso em: 8 set. 2010.

podemos afirmar que, para justificar o projeto de lei 1676/99, pelo menos um dos argumentos usados pelo deputado Aldo Rebelo não tem fundamentação científica. Ao afirmar que os estrangeirismos estão descaracterizando a língua portuguesa falada no Brasil, o deputado se esquece de que os empréstimos fazem parte da dinâmica da língua, ao mesmo tempo em que refletem a situação de determinado momento histórico do povo que a usa. (Negreiros, 2005, p.1)

Concordamos que, de fato, essa “descaracterização” não ocorre de forma tão ofensiva como se apregoa, uma vez que assim que uma unidade estrangeira chega ao conjunto léxico de uma outra língua, ocorrem várias transformações, principalmente nos níveis fonológico (a pronúncia das unidades não correspondem à pronúncia da língua estrangeira) e morfológico (os substantivos logo se acomodam ao masculino/feminino e singular/plural e os verbos flexionam-se, conforme a língua de chegada). Em sentido contrário, Góis (2008, p.2) afirma que:

Se entre duas línguas, entre povos diferentes, ocorre imposição de um determinado termo, a coexistência entre ambas acaba por modelar o léxico da língua receptora. Há nesse caso um recorte analógico do mundo objetivo, inserindo-se num determinado contexto traços da língua-fonte, mesmo que esse traço não seja espacial, mas apenas linguístico. Essa ascendência de uma nação sobre a outra, caracterizadora do empréstimo, deixa marcas na língua, de modo que se promova uma conexão entre identidades culturais distintas, entre indivíduos e estruturas sociais, sob forte influência da base material da sociedade – muitas vezes até associadas ao poder político e econômico.

Portanto, para esse autor, haveria uma influência tão importante das unidades estrangeiras que remodelaria o léxico da língua receptora. Questionamos se isso estaria ocorrendo de forma tão danosa no léxico da língua portuguesa com relação aos anglicismos,

uma vez que se discutiu o mesmo em relação aos galicismos no século XIX. Como resultado, algumas palavras que se integraram nessa época à língua portuguesa são utilizadas até hoje, sem serem percebidas como “francesas” (como *vitrine* e *constatar*) e outras que não se integraram, simplesmente desapareceram e não fazem mais parte das ameaças à língua nem ao modo de pensar dos falantes. Pode ser que o mesmo ocorra com os vocábulos de língua inglesa. E talvez, com uma reviravolta no poder político e socioeconômico mundial, a próxima língua a exercer influência no português poderá vir a ser o chinês, por exemplo, apesar das grandes diferenças entre os idiomas.

Isso é possível, porque no cerne dos contatos interlinguísticos e interculturais, os falantes escolhem aquilo que percebem como proveitoso e lucrativo. Como já dissemos, muitos vocábulos hoje percebidos como totalmente nacionais já passaram por fase de crítica e de não aceitação. Ninguém questiona, por exemplo, se *futebol* pertence ou não à língua portuguesa. *Office-boy*, *outdoor*, *shopping* e *x-burguer* são unidades mais brasileiras do que inglesas, embora a aparência não o demonstre.

Aubert (2002) levanta outra questão pouco tratada: a de que o português ora é vítima, quando se fala do inglês, ora é o próprio idioma invasor, como ocorre no caso do Timor Leste, já que nesse país a língua portuguesa é oficial, imposta sobre os falares autóctones. É claro que este caso retrata a questão alarmante de uma língua que se sobrepõe às outras a ponto de descaracterizá-las justamente porque isso ocorre por intervenção política e não por escolha dos falantes. No caso dos anglicismos no português, nenhuma pesquisa quantitativa apontou que a influência do inglês tenha atingido uma porcentagem maior do que a própria lexicogênese intralinguística. Os “abusos” são restritos a contextos em que os interlocutores aceitam os anglicismos como norma (na moda, em áreas técnicas, p.ex.), o que não se efetiva na língua geral.

A melhor maneira de promover uma política linguística que respeite e valorize as variantes utilizadas pelos falantes é o ensino.

No entanto, nas escolas ainda prevalece o ensino das regras gramaticais do modelo greco-latino, sem nenhuma reflexão ou adequação à realidade da comunidade linguística de que o aluno faz parte. Cereja (2002) delinea um panorama que faz entender melhor a problemática. Tanto no ensino da língua materna (LM) quanto das línguas estrangeiras, apesar de todas as teorias de ensino e o avanço da Linguística, ainda há uma forte tradição que permanece na manutenção de conteúdos gramaticais, com o ranço do preconceito com os “erros” e com os “estrangeirismos”.

É importante que se tenha em mente que os falantes de uma comunidade linguística têm direitos linguísticos e que existe uma *Declaração universal dos direitos linguísticos*, com artigos que tratam da importância da educação para garantir esses direitos, como lemos abaixo, nos artigos 23 e 26:

Artigo 23

A educação deve contribuir para fomentar a capacidade de auto-expressão linguística e cultural da comunidade linguística do território onde é realizada.

A educação deve contribuir para manter e para desenvolver a língua falada pela comunidade linguística do território onde é realizada.

A educação deve estar sempre a serviço da diversidade linguística e cultural e das relações harmoniosas entre diferentes comunidades linguísticas do mundo todo.

No marco dos princípios anteriores, toda pessoa tem direito a aprender qualquer língua.

Artigo 26

Toda comunidade linguística tem direito a uma educação que permita a todos seus membros adquirirem o pleno domínio de sua própria língua, com as diversas capacidades relativas a todos os âmbitos de uso habituais, assim como o melhor domínio possível de qualquer outra língua que desejem conhecer. (Oliveira, 2003, p.33-4)

Podemos estender este último artigo ao direito que todo falante deveria ter de poder reconhecer quais são os vocábulos estrangeiros presentes em sua língua e de escolher conscientemente se quer ou não utilizá-lo em determinados contextos. Acreditamos que em uma condição ideal de ensino em que se valorize a língua materna, e, principalmente, que seu conhecimento esteja ao alcance de todos, como está previsto na Constituição e nessa Declaração, não se cogitaria que os estrangeirismos seriam destruidores da língua de chegada.

A falta de conhecimento de alguém permite que este seja dominado por aquele que possui o conhecimento. Assim, pode-se falar de um domínio cultural daqueles que aceitam passiva e inconscientemente o uso exagerado de itens de outra língua apenas para se inserir entre aqueles que detêm o poder do conhecimento.

Pensar em um planejamento linguístico requer a consideração de fatores como as relações internacionais, a ideologia, a sociedade e cultura e é imprescindível para resolver essa questão. Uma política linguística deve contribuir para a promoção dos direitos linguísticos dos cidadãos e os estudos sobre a integração dos estrangeirismos fazem parte dessa matéria. Quando se pensa em um projeto de lei que pode impor ao falante uma multa por usar um vocábulo estrangeiro, isso fere, de algum modo, seus direitos de cidadão, uma vez que antes de ser punido, ele deve ser instruído a respeito.

Surgem então as questões de como ensinar a LM e a língua estrangeira (LE) para esse fim. No complexo ensino da LM pressupõe-se que o aluno chegue à escola dominando sua língua, pelo menos oralmente, e que teria de aprender a ter maior domínio de seus recursos; já no ensino da LE o aluno teria de aprender todas as habilidades. Nos dois contextos, exige-se do professor, além da competência linguística, uma competência cultural, em outras palavras, somente os conhecimentos do conteúdo não bastariam, se esse profissional não fosse capaz de promover situações que se aproximassem da realidade, envolvendo assim os alunos na aprendizagem. Cabe a ele buscar tornar seus alunos seres autônomos capazes de perceber além dos conteúdos e de formar ideias parti-

nentes e globais acerca dos assuntos aprendidos. No caso dos estrangeirismos, tratados neste artigo, o professor poderá despertar o interesse e desfazer preconceitos para que depois os alunos atentem para novas descobertas.

Considerações finais

Na formação de qualquer língua sempre há uma parcela do léxico que tem origem estrangeira. É, portanto, natural que essas unidades, consideradas estranhas à língua, entrem nos programas de ensino como tópico a ser discutido. Ao invés de apenas criticar sua existência e proibir ou coibir seu uso, deve-se buscar entender os mecanismos linguísticos e ideológicos que estão em sua base para então proceder à divulgação do conhecimento gerado e à promoção da língua materna por meio do estímulo à educação. Para tanto, há de se criar novas diretrizes para melhorar a formação nos cursos de licenciatura, incluindo as questões relativas ao ensino do léxico, levando em consideração sua riqueza e dinamicidade, para que os alunos não percebam a evolução natural das línguas com preconceitos antigos, que se perpetuam ao longo da história.

Usamos unidades estrangeiras por vários motivos, como, por exemplo, por necessidade, quando não temos nem o referente nem seu nome; por escolha, quando percebemos o termo estrangeiro mais representativo de um conceito que queremos exprimir; por ideologia, quando pertencemos a um grupo que faz uso constante do estrangeirismo para mostrar sua marca.

Neste trabalho, mostramos que nem sempre o falante tem conhecimento sobre a origem e constituição das línguas: muitas unidades lexicais não são percebidas como estrangeiras depois de ter sua forma adaptada ao português. Por outro lado, a predileção pelo uso do anglicismo atualmente está ligada a questões ideológicas, sociais e econômicas, de modo semelhante ao que aconteceu a partir do século XIX com relação aos galicismos. Apesar dessa predileção, há temas como a moda e a culinária que continuam recebendo

influência francesa, tanto que a palavra *glamour*, apesar da origem inglesa, mantém pronúncia afrancesada. Embora tenha boas intenções, o PL sozinho não será suficiente para mudar os hábitos linguísticos do brasileiro, e se for mesmo considerado, será fonte de injustiças e arbitrariedade.

Referências bibliográficas

- AUBERT, F. H. A interlíngua da tradução. Um fator de risco? In: HENRIQUES, C. C.; PEREIRA, M. T. G. (Orgs.). *Língua e transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos*. São Paulo: Contexto, 2002, p.209-15.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BIZZOCCHI, A. *Léxico e ideologia na Europa Ocidental*. São Paulo: Annablume, 1997.
- DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei no. 1676-E, de 1999 (Do Sr. Aldo Rebelo), Sexta-feira, 08 de fevereiro de 2008, p.541-4. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08FEV2008a.pdf#page=541>>. Acesso em: 15 jun. 2010.
- CEREJA, W. R. Ensino de língua portuguesa: entre a tradição e a enunciação. In: HENRIQUES, C. C.; PEREIRA, M. T. G. (Orgs.). *Língua e transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos*. São Paulo: Contexto, 2002, p.153-60.
- FARACO, C. A. (Org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Positivo Informática, 2004. 1 CD-ROM. versão 5.0.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. 8.ed. São Paulo: Ática, 2004.
- GLAMOUR. WordReference fóruns. Disponível em: <<http://forum.wordreference.com/showthread.php?t=248640>>. Acesso em: 28 ago. 2008.
- GOIS, M. V. S. A influência dos estrangeirismos na língua portuguesa: um processo de globalização, ideologia e comunicação. *Revista Philologus*, Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos – CiFEFiL, ano 14, n.40, 2008. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/40/A%20INFLUÊNCIA%20DOS%20ESTRANGEIRISMOS.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*.

Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

NEGREIROS, G. R. C. O estrangeirismo no português do Brasil: fator descaracterizante? *Revista Philologus*, Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos – CiFEFiL, ano 11, n.31, 2005. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/revista/artigo/11\(31\)06.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/11(31)06.htm)>.

Acesso em: 15 jun. 2010.

OLIVEIRA, G. M. (Org.) *Declaração universal dos direitos linguísticos*.

Novas perspectivas em política linguística. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; Florianópolis: Ipol, 2003.

ONLINE etymology dictionary. Disponível em: <<http://www.etymonline.com/>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

REBELO, A. Projeto de Lei 1676/99. In: FARACO, C. A. (Org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.

Versão atualizada em: <<http://www.aldorebelo.com.br>>, na aba Ação Parlamentar. Acesso em: 15 jun. 2010.

———. Ação parlamentar: Deputados e senadores enriqueceram a proposta. Texto final do projeto 1676/1999. Disponível em: <http://www.aldorebelo.com.br/index.php?pagina=titulo_tema&cod_t_t=18>.

Acesso em: 8 set. 2010.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 15.ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

SCHÖNE, M. *Vie et mort des mots*. Paris: P.U.F., 1951.

20

○ DICIONÁRIO INFANTIL E A CRIANÇA: ANÁLISE DISCURSIVA

*Maria Teresa Martins*¹

*José Horta Nunes*²

Introdução

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida com o objetivo de analisar discursivamente cinco dicionários infantis de língua portuguesa publicados no Brasil, a fim de compreender as imagens que esses dicionários constroem do *sujeito-criança* e de *dicionário infantil*. A pesquisa baseou-se no arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso, tal como desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi (2002a; 2006), e na visão de Lexicografia Discursiva, tal como trabalhada por Eni Orlandi (2002b) e José Horta Nunes (2006a; 2006b).

O *corpus* do nosso trabalho é formado pelos seguintes dicionários: *Dicionário Aurélio infantil da língua portuguesa ilustrado* (Ferreira, 1989); *Moderno dicionário escolar* (Tufano, 1992); *O Aurélio*

1 Unesp – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, mestre pelo Programa de Estudos Linguísticos.

2 Unesp – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários.

com a *Turma da Mônica* (Ferreira, 2003); *Meu primeiro dicionário: dicionário infantil pedagógico* (Tufano, 2004); *Meu primeiro dicionário Caldas Aulete infantil ilustrado* (Aulete, 2005). Nosso recorte consistiu em analisar, de cada dicionário, os textos introdutórios e 17 verbetes organizados em quatro séries temáticas: *A infância*, *As práticas*, *A linguagem*, *Onde mora esse menino?*. Essa organização em séries já é em si um gesto de interpretação, entendido teoricamente em duas instâncias: i. como parte da atividade do analista; ii. como parte da atividade do sujeito. No primeiro caso, considera-se que “a linguagem não é transparente, e interpretar não é atribuir sentido, mas expor-se à opacidade do texto, ou seja, é explicitar como um objeto simbólico produz sentidos” (Orlandi, 2006, p.24). Já no segundo caso, a interpretação é considerada uma injunção: “Face a qualquer objeto simbólico o sujeito é instado a interpretar, pois ele se encontra na necessidade de ‘dar’ sentido. O que é dar sentido? Para o sujeito que fala, é construir sítios de significação, é tornar possíveis gestos de interpretação” (ibidem).

A Análise de Discurso e a Lexicografia Discursiva

A Análise de Discurso destaca-se por trabalhar a relação constitutiva entre linguagem/materialismo histórico/psicanálise e tem como objeto o discurso, entendido por Pêcheux (1993, p.82) como “efeito de sentido” entre locutores que “designam lugares determinados na estrutura de uma formação social”. Tal teoria considera que a linguagem seja a mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (Orlandi, 2002a, p.15). Ainda para a autora, “na Análise de Discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ibidem).

Considerando os desenvolvimentos do estudo discursivo dos dicionários, pode-se dizer que trabalhamos no sentido de “observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas” (Nunes, 2001, p.11).

A Lexicografia Discursiva concebe, portanto, o dicionário como objeto simbólico, histórico, não apenas como objeto normatizador ou de consulta. Além disso, o dicionário como discurso permite observar “como se projeta nele uma representação concreta da língua, em que encontramos indícios do modo como os sujeitos – como seres histórico-sociais, afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia – produzem linguagem” (Orlandi, 2002b, p.105).

Ainda segundo Orlandi (idem, p.103), ao analisar discursivamente dicionários, o analista leva em conta não sua função, mas sim seu funcionamento “na relação do sujeito com a língua, incluindo sua relação com a memória discursiva”. Dessa maneira, a Lexicografia Discursiva trabalha com os dicionários enquanto discursos, assim, “na escuta própria à Análise de Discurso, podemos ler os dicionários como textos produzidos em certas condições de produção tendo seu processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória diante da língua”.

Na seção seguinte, passaremos à apresentação de alguns resultados das análises, considerando-se o funcionamento dos dicionários infantis, bem como a presença de silenciamentos e o funcionamento do imaginário.

Dicionários infantis: funcionamento, silenciamento e imaginário

No início de nossos trabalhos, realizamos um levantamento dos dicionários infantis brasileiros de língua portuguesa (Martins, 2007) e com base nele, um estudo das condições de produção que regulam o aparecimento desses dicionários. Por condições de produção entendemos os sujeitos, a situação e a memória, sendo que

elas podem ser consideradas em sentido estrito (as circunstâncias da enunciação) e em sentido amplo (o contexto sócio-histórico-ideológico). Constatamos que eles irrompem como acontecimento discursivo, à medida que representam uma ruptura na conjuntura lexicográfica brasileira. Por acontecimento, entendemos “o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória, a partir do qual se reorganizam as práticas discursivas”, remetendo-nos a uma leitura feita por Zoppi-Fontana (1997, p.51) do conceito de Pêcheux. Temos, então, como memória a tradição lexicográfica de dicionários de língua, dicionários para adultos, e, como atualidade, temos o fato de pensar as crianças como sujeitos-leitores de dicionários. Resulta disso uma reorganização das práticas discursivas em que irrompe um novo tipo de dicionário, voltado para os sujeitos-crianças.

Com relação ao estudo discursivo das definições dos cinco dicionários que compõem nosso *corpus*, notamos que elas apresentam uma constituição/formulação/circulação peculiar que as diferenciam das definições de dicionários para adultos. Com base na Análise de Discurso, entendemos que:

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos. (Orlandi, 2002a, p.33)

A circulação diz respeito ao modo como os discursos circulam: “os ‘meios’ não são nunca neutros. Ou seja, os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam (em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música etc)” (idem, p.12).

No nível da constituição, vimos que se estabelecem relações intertextuais com a Gramática (marcações gramaticais nos verbetes, marcas de plural, conceitos gramaticais trabalhados direta ou indiretamente) e com a Literatura Infantil (as personagens que dão nome ao dicionário e o ilustram (*Turma do Pererê*, *Turma da Mônica*)).

ca), os gêneros literários que aparecem na nomenclatura), e relações interdiscursivas com a Moral (as qualidades e atitudes positivas que as personagens representam e as que são evocadas nos exemplos edificantes), com a Escola (que individualiza o sujeito-criança em sujeito-criança-aluno) e com a Família (que individualiza o sujeito-criança em sujeito-criança-filho).

No nível da formulação, em que os sentidos ganham corpo, vimos um processo de individualização do sujeito-criança pelo uso de pronomes (*ocê, nosso, seu, meu primeiro dicionário*). Por meio dos operadores argumentativos (*já, ainda*), notamos a construção da imagem da criança como sujeito-a-ser-sujeito, marcado pela incompletude com relação ao adulto. Ainda neste nível, há a simulação da voz da criança na voz do adulto, tanto nas definições como nos exemplos.

Já no nível da circulação, partindo do pressuposto que se questiona a neutralidade dos meios, essa tipologia dicionarística se mostra por meio de uma textualidade marcada por cores, por ilustrações, por personagens, por atividades pedagógicas, que acionam elas mesmas e fazem circular as memórias que constituem o discurso dos dicionários infantis.

Por sua vez, a análise dos textos introdutórios e do recorte de verbetes nos permitiu chegar à constituição imaginária do sujeito-criança: sujeito-a-ser-sujeito, sujeito-criança-filho, sujeito-criança-aluno. Destacamos dois funcionamentos: as temáticas (família e escola) e a verticalização das relações sociais. A história da infância está intimamente relacionada à família e à escola. Já os Jesuítas e Comenius no século XVII viam na escola o lugar certo para se produzir a “criança-indivíduo”, a “infância escolar”, a “criança-aluno”. Por outro lado, os estudos de Ariès (1986) mostram que a partir do século XVII duas noções importantes surgem: o sentimento da inocência infantil e o sentimento da família. A partir de então, a criança passa a ser levada em consideração na estrutura familiar, cria-se desta forma a *criança-filho*. Esses dois lugares, a escola e a família, continuaram presentes na história da infância, constituindo-a. Hoje são, nas palavras de Smolka (2002, p.104), os

“*loci* específicos de cuidado, de educação, de ensino das crianças”, com vistas à preparação do homem adulto, moral. O discurso dos dicionários analisados aponta para esse funcionamento discursivo da escola e da família: como as formações discursivas que conferem sentido à infância. Assim, observamos uma dispersão do sujeito-criança: na formação discursiva familiar, ele é *filho*; na escolar, é *aluno*.

Segundo Pêcheux (1997, p.163), “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)”. Dessa forma, entendemos que as marcas de aproximação/identificação da criança com o discurso da definição apontadas ao longo das análises (pronomes, simulações, exemplos, ilustrações) concorrem para a interpelação do indivíduo em *sujeito-criança* pela ideologia. E à medida que essas marcas se relacionam à formação discursiva familiar e à escolar, temos uma individualização desse sujeito-criança em *aluno* e em *filho*.

Já com relação à verticalização das relações sociais, entendemo-la como o processo que transforma o espaço social horizontal em espaço social hierarquizado, impedindo a convivência, as relações de contiguidade (Orlandi, 2004, p.35). Esse processo entra em funcionamento em algumas definições de Aurélio (Ferreira, 2003), em que são apresentadas diversas moradias (de favela a castelo), cidades pequenas e cidades grandes (com características de cidades grandes: trânsito, buracos, espaços interditados), diversas profissões etc. Já nos demais dicionários, o que prevalece é a homogeneização das relações sociais, dos espaços. Temos então que a imagem de criança é diferente, se considerarmos o que cada dicionário considera que seja permitido (ou conveniente) que a criança saiba, ou seja, *o que pode e deve ser sabido* pelo sujeito-criança.

Na constituição da imagem do sujeito-criança, há sentidos que são silenciados ao lado dos que se corporificam. Esses sentidos que são silenciados estão, no entanto, presentes na historicidade da infância no Brasil: violência, abandono, exploração. Tais sentidos não são problematizados, postos em causa pelo discurso dos dicionários

e a infância brasileira acaba se constituindo como bela, saudável, segura, letrada, protegida. Onde estão, por exemplo, os *meninos de rua* (que não estão presentes nem na cidade grande, nem na cidade pequena), os *meninos do tráfico*, os abandonados, os explorados, os *sem-escola*, os *sem-família*, os *sem-literatura*...? Dessa forma, a imagem que se constrói identifica-se mais com um ideal, com um projeto de infância do que com o real da história, considerando a historicidade da infância brasileira, apesar dos momentos em que as contradições sociais, a verticalização das relações sociais aparecem, sobretudo em Aurélio (Ferreira, 2003), mas isso não é uma regularidade.

A constituição da imagem do sujeito-criança se dá também por meio do silenciamento da violência, do abandono, da exploração. Já a imagem de dicionário infantil se constitui como a de um instrumento de iniciação, instrumento lúdico, instrumento de mediação, instrumento que levará o sujeito-criança incompleto à completude.

Considerações finais

Às imagens de dicionário corresponde uma imagem de sujeito-criança comum a todos. É a do sujeito-a-ser-sujeito, a quem faltam conhecimentos e autonomia. Esses dicionários, enquanto instrumentos de iniciação/acesso/autonomia, colocam-se na posição de suprir essas faltas, ao pretender iniciar o sujeito na leitura, no uso do dicionário, no uso da língua e ao pretender oportunizar a esse sujeito a autonomia de poder resolver suas dúvidas sozinho, consultando o dicionário.

Referências bibliográficas

- AULETE, C. *Meu primeiro dicionário Caldas Aulete ilustrado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- ARIËS, P. *História social da criança e da família*. Tradução Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

- FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio infantil da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- _____. *O Aurélio com a Turma da Mônica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- MARTINS, M. T. *Análise discursiva de dicionários infantis de língua portuguesa*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2007.
- NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006a.
- _____. Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.
- _____. Lexicologia e lexicografia. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006b.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2002a.
- _____. Análise de discurso. In: _____, LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Org.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. Do sujeito na história e no simbólico. In: _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. *Língua e conhecimento linguístico*. Para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002b.
- PÊCHEUX, M. AAD-69. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- SMOLKA, A. L. B. Estatuto de sujeito, desenvolvimento humano e teorização sobre a criança. In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN JÚNIOR, M. (Orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.
- TUFANO, D. *Meu primeiro dicionário*. São Paulo: Paulus, 2004.
- _____. *Moderno dicionário escolar*. São Paulo: Moderna, 1992.
- ZOPPI-FONTANA, M. *Cidadãos modernos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

21

EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS, PROVÉRBIOS E EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS PROVERBIAIS: IGUAIS, SEMELHANTES OU DIFERENTES?

Marilei Amadeu Sabino¹

Introdução

A ausência de conceituações teóricas claras, coerentes e livres de contradições nos prefácios ou introduções de obras especiais sobre *expressões idiomáticas* (EIs), *provérbios* e outros fraseologismos tem levado muitos autores a recolher grandes repertórios sintagmáticos, sob os mais variados títulos. Algumas obras dessa natureza são intituladas como sendo de locuções, de gírias, de ditos populares, de provérbios ou de expressões idiomáticas, quando na verdade reúnem, ao mesmo tempo, um pouco de tudo isso.

A nosso ver, isso é em função da falta de precisão na distinção entre o que são *provérbios* e o que são *expressões idiomáticas*, bem como à ausência de delimitação da abrangência de cada um desses fraseologismos, entendida como um maior discernimento sobre quais são suas especificidades inerentes e quais elementos lhes são comuns.

1 Unesp – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Departamento de Letras Modernas.

Em inúmeros trabalhos lexicológicos, reconhece-se que os dicionários, em geral, são obras repletas de falhas, ineficiência e inadequações. Entre os problemas identificados, está a ausência de registro de muitas combinatórias lexicais, devido ao fato de não existirem “critérios teóricos abrangentes e bem estabelecidos para o reconhecimento das unidades complexas de um idioma”, especialmente as EIs. (Biderman, 2005, p.747)

Por essa razão decidimos, neste trabalho, verificar quais aspectos aproximam e quais distinguem *expressões idiomáticas* de *provérbios*.

Expressões idiomáticas e provérbios: definições

Com o objetivo de traçarmos um paralelo entre *expressões idiomáticas* e *provérbios* partimos, primeiramente, das definições propostas por Xatara (1998) e Succi (2006) para esses dois tipos de fraseologismos, respectivamente, com o intuito de distinguir os aspectos que lhes são comuns e, principalmente, as especificidades inerentes a cada um deles.

Xatara (1998, p.17) define *expressão idiomática* como “uma lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradição cultural”.

Desse modo, para serem consideradas indecomponíveis, é necessário que as EIs constituam uma combinatória fechada, ou seja, que não apresente quase nenhuma possibilidade de substituição por associação paradigmática, o que significa pouca ou nenhuma variação na forma, para não haver prejuízo de sua interpretação semântica.

Em relação à conotação, a autora considera que, para que uma expressão seja idiomática, sua interpretação semântica não pode ser calculada com base na soma dos significados de suas partes, isto é, seu sentido não pode ser gerado com base nos significados individuais das palavras que a constitui, isoladamente.

E no que tange à cristalização, a mesma autora argumenta que, para que esse processo ocorra, é necessário que haja frequência de emprego de uma EI pela comunidade linguística à qual ela pertence; isso quer dizer que, para uma lexia ser considerada EI, é necessário que seu uso seja consagrado pela tradição cultural do grupo linguístico em que ela foi criada.

Em seguida, no que se refere à conceituação de provérbio, Succi (2006, p.31) o define como

uma UL [Unidade Linguística] fraseológica relativamente fixa, consagrada por determinada comunidade linguística que recolhe experiências vivenciadas em comum e as formula em enunciados conotativos, sucintos e completos, empregando-os como um discurso polifônico de autoridade por encerrar um valor moral atemporal ou verdades ditas universais e por representar uma tradição popular transmitida até milenarmente entre as gerações.

Succi (*idem*) ressalta, entretanto, que não é preciso encontrar, necessariamente, todas essas características reunidas em um só provérbio, para que ele seja considerado como tal.

Tomando como ponto de partida as definições apresentadas aqui para *provérbio* e para *expressões idiomáticas*, percebemos que só elas não são suficientes para delinear os aspectos em que ambos os fraseologismos se identificam, nem tampouco aqueles que os diferenciam. Isso quer dizer que, pelas definições, não fica claro nem mesmo se há distinção entre eles.

Por isso, nosso segundo passo foi analisar as 18 características que Succi (*idem*) propôs para *provérbios* – que depois de alguns ajustes feitos por nós chegaram a vinte – e confrontarmos com as *expressões idiomáticas*, de modo a identificar os aspectos que lhes são comuns, aqueles que, embora comuns aos dois tipos de fraseologismos, apresentam diferenças entre si, bem como aqueles que os diferenciam inteiramente.

Provérbios e expressões idiomáticas: características em contraste

Foi, portanto, visando um maior discernimento entre esses dois fraseologismos que analisamos, nas EI, os diversos aspectos propostos por Succi (2006) para a caracterização de *provérbios*, o que nos fez tecer as seguintes considerações (Sabino, 2010).

- (1) *Frequência*: tanto os provérbios quanto as expressões idiomáticas necessitam ser frequentes. Contudo, há provérbios, bem como EIs, que podem ser mais ou menos frequentes. Surgem em função das necessidades de expressão dos falantes e podem, ao longo do tempo, ser reafirmados ou caírem em desuso, dando lugar a outras formações. Alguns são antiquíssimos e, às vezes, fazem referência a realidades históricas muito remotas; outros são mais modernos, uma vez que a língua está em constante criação.
- (2) *Lexicalização e cristalização*: os provérbios e as EIs são construções reconhecidamente lexicalizadas, cujos sentidos se cristalizaram em sua comunidade linguística. A alta frequência de coocorrência desses fraseologismos contribui para (e é prova de) sua lexicalização em uma comunidade linguística.
- (3) *Convencionalização/institucionalização*: a repetição diacrônica dos provérbios e das EIs é o que lhes proporciona estabilidade formal e semântica. E essa fixidez ou rigidez sintagmática e de sentido, bem como sua frequência de ocorrência, são critérios determinantes para que se tornem consagrados por sua comunidade linguística como tal, ocorrendo, assim, seu processo de convencionalização ou institucionalização.
- (4) *Conotação*: provérbios e EIs são fraseologismos de significação estável, que apresentam sentidos conotativos e metafóricos, cristalizados em sua comunidade linguística. Portan-

to, todo fraseologismo semelhante a eles, porém de sentido denotativo, não é consagrado pela comunidade linguística como tal.

- (5) *Sinonímia e antonímia*: tanto no caso dos provérbios, quanto das EIs, existe uma distinção entre variantes e sinônimos. Em ambos os casos, são empregados em situações análogas, já que não apresentam diferença de sentido. No caso de provérbios variantes, bem como de EIs variantes, essas variações apresentam formulações sintáticas quase idênticas entre si e as metáforas empregadas são praticamente as mesmas, ou bastante semelhantes. Já no caso de provérbios sinônimos e EIs sinônimas, há alterações sintáticas maiores entre eles e são empregadas diferentes metáforas. Não é difícil encontrar, também, pares de provérbios e de expressões idiomáticas que sejam antônimos entre si.
- (6) *Função de eufemismo*: certos provérbios e certas EIs possuem valores eufemísticos cujo objetivo é, principalmente, minimizar efeitos negativos, desagradáveis ou indesejáveis, que seriam obtidos por outras estruturas linguísticas, de sentido denotativo; ou ainda, servem para produzir um efeito jocoso, irônico ou sarcástico. Assim, pode-se dizer que as palavras que os constituem quase sempre valem por outras, ou seja, possuem outros significados que não aqueles que lhes são próprios.
- (7) *Função na mídia*: provérbios e EIs têm alta frequência na mídia, em propagandas televisivas, em *outdoors* publicitários, em manchetes de jornais e revistas etc., desempenhando diversas funções. Do mesmo modo que acontece com os provérbios, as EIs também, por serem curtas e de fácil memorização, chamam a atenção do leitor ou ouvinte, que acaba se interessando por aquilo que está sendo anunciado. É também comum o uso de trocadilhos com esses fraseologismos.

- (8) *Contexto e intertextualidade*: provérbios e EIs estão sempre vinculados a um discurso, quer dizer, não ocorrem isolados de um contexto situacional. Contudo, para que sejam feitas e compreendidas as relações de intertextualidade com eles, é necessário que o leitor possua conhecimento prévio de mundo, bem como da cultura, de fatos históricos e acontecimentos que envolvem a comunidade falante da língua em apreço.
- (9) *Humor, criatividade e crenças*: provérbios e EIs são utilizados para provocar situações humorísticas, revelando crenças e criatividade, sendo esta última atribuída a jogos de palavras ou rimas. Ambos permitem modificações criativas e quanto maior for a fixidez desses fraseologismos, maiores serão as possibilidades de sofrerem modificações no discurso, sem deixarem de ser reconhecidos por seus falantes.
- (10) *Origem e anonimato*: os provérbios têm origem muito remota. Alguns datam de alguns milênios antes de Cristo. Succì (2006) salienta que sua origem pode, inclusive, ter sido religiosa, já que etimologicamente esse termo pode significar “no lugar da palavra de Deus”, além de que neles sempre se encerra um conselho, uma advertência ou uma admoestação. Com exceção dos bíblicos, o provérbio é também um enunciado anônimo e seu anonimato dificulta o reconhecimento exato de sua origem. Muitas EIs também surgiram e permanecem vivas há séculos e até milênios, porém, ao contrário dos provérbios que existem para aconselhar, advertir, consolar, ensinar, persuadir, praguejar, repreender, orientando as condutas de quem os ouve, as EIs são criadas para dar vazão à expressividade dos falantes, exprimindo sentimentos, sensações, modos de ver o mundo e originam-se de fatos que servem de motivação para fomentar a criatividade dos falantes. A maior parte delas também possui autoria anônima e parece-nos nítido que

sua criação se dê em um ritmo muito mais acelerado do que o dos provérbios.

- (11) *Ideologia*: nos provérbios também está presente a ideologia de uma cultura. Succi (2006) lembra que muitos deles estão baseados nos princípios do bem e do mal (maniqueísmo), exaltando, por um lado, a bondade, a honestidade, a pureza, a simplicidade, o amor, a paciência; e repulsando, por outro, a maldade, a avareza, a desonestidade, a imperfeição, o egoísmo, o ódio, a pressa excessiva, dentre outros. A ideologia presente nos provérbios é, por vezes, julgadora e moralizante, manifestando uma mentalidade machista, preconceituosa, conformista etc. EIs também carregam elementos ideológicos. Dependendo do contexto em que são utilizadas, podem refletir a ideologia da comunidade falante ou de determinadas classes dominantes. Todavia, Succi ressalta que são os provérbios a expressão viva e direta da ideologia de um povo.
- (12) *Tradição*: os provérbios – segundo Succi (2006) – são fruto das experiências de cada povo; representam “verdadeiros monumentos orais”, transmitidos de geração em geração e sua autoridade está justamente nessa tradição. Fazem parte do folclore de um povo, assim como as superstições, lendas e canções. As EIs também são fruto das experiências de cada povo, sendo um artifício linguístico por meio do qual se veicula a tradição oral de uma comunidade. Pelo fato de diversas EIs perdurarem em uma comunidade linguística, por séculos ou até milênios, mantendo-se vivas também nos dicionários, pode-se dizer que, assim como os provérbios, muitas delas são transmitidas de geração em geração. No entanto, parece claro que as EIs não desfrutam do mesmo *status* que os provérbios (muitos deles milenares), quanto ao quesito “tradição”. Consideradas diacronicamente, o período de duração de muitas

EIs usuais e frequentes parece ser bem menor do que a “vida útil” de grande parte dos provérbios. Isso porque a criatividade dos falantes pode ser ativada a cada novo fato, sentimento, sensação ou experiência vivenciados, dando lugar a novas criações linguísticas, nos moldes de expressões idiomáticas, que são de elaboração mais simples que os provérbios.

- (13) *Universalidade*: ainda que, por vezes, possa não apresentar um enunciado inteiramente verdadeiro, o provérbio é, em si, universal, no sentido de que expressa, muitas vezes, experiências, ideias ou sentimentos universalmente compartilhados, ainda que seja adaptado, em diversos países, idiomas e culturas, cada um à sua maneira. Em alguns casos, um mesmo provérbio existe em diversas culturas, com estruturas iguais ou muito parecidas, o que dificulta identificar onde ocorreu pela primeira vez. Em relação às EIs, embora não representem verdades universais e sejam formalmente constituídas por enunciados incompletos, inúmeras possuem estruturas morfológicas e sintáticas semelhantes, em dois ou mais idiomas, e são semanticamente idênticas. Há EIs e provérbios, entretanto, para os quais não existem equivalentes em outras línguas, isto é, são típicos de uma determinada cultura.
- (14) *Cristalização do passado*: o provérbio, segundo informa Succi (2006), é um discurso que reflete a cristalização do passado, cuja condição de produção original foi apagada, mas que surpreendentemente se mantém vivo no presente. Já as EIs, embora não sejam discursos completos, nem enunciados autônomos, também se pode dizer que, em parte, refletem a cristalização do passado, cuja condição de produção original foi apagada, mas que se mantém viva até o presente. Muitas delas também expressam conflitos, atitudes, experiências e sentimentos que estão presentes em todas as culturas e em todas as épocas – desde os tempos mais remotos até os dias de

hoje. A relativa rapidez com que muitas novas EIs surgem e outras antigas caem no esquecimento parece ser, também, um aspecto que as diferencia um pouco dos provérbios.

- (15) *Aspectos estruturais*: tanto os provérbios quanto as EIs apresentam diversas formulações, embora bastante variadas entre si, isto é, possuem estruturas próprias que correspondem a alguns padrões. No que tange à forma, provérbios e EIs podem apresentar violação da sintaxe, construções binárias, paralelismo, ritmo, aliteração, repetição e termos regionais (Succi, 2006, p.50). Mas, se por um lado os provérbios apresentam uma elaboração trabalhada, são enunciados autônomos, anônimos e, muitas vezes, impessoais, por outro, as EIs são estruturalmente formadas por combinações que constituem partes de enunciados, ao invés de orações completas e autônomas; precisam ser atualizadas com sujeitos, verbos e complementos, dependendo do seu tipo; e não possuem a complexidade sintática, a condensação semântica, nem a brevidade dos enunciados, fortemente carregados de lição moral, que são características próprias dos provérbios.
- (16) *O papel que desempenham*: segundo Bragança Júnior (1999, p.22), do ponto de vista social, os provérbios são responsáveis, de geração a geração, pela “transmissão de um legado cultural de conselhos práticos de vida baseados na experiência e na sabedoria dos antigos”. Pelas observações da realidade que está à volta do mundo de sua época, o homem procura, “por meio de expressões fraseológicas, ter em mãos subsídios práticos para sua própria orientação e das próximas gerações, no que diz respeito às condutas a serem seguidas ou refutada” (idem, p.22-3). No caso das EIs, apesar de elas não encerrarem uma forte lição moral (por vezes carregada de jocosidade), como é típico dos provérbios, também desempenham várias funções, nas mais variadas situações, utilizando-se, em muitos casos, de metáforas jocosas para descrever fatos,

ações, atitudes, pessoas, situações, lugares etc., sempre em função das necessidades de expressão dos falantes.

- (17) *Enunciado autônomo*: pelo fato de o provérbio ser um enunciado fraseológico complexo autônomo, ele encerra todo um discurso, dispensando outras unidades lexicais (ULs) para completar seu significado, como especificação de sujeito ou complementos verbais. Assim sendo, ele tem vida própria e, por isso, é introduzido nos discursos como orações completas. Já as EIs são estruturalmente constituídas por enunciados incompletos (ou partes de enunciados). Desse modo, são parte integrante do discurso, necessitando, por vezes, de sujeito e complementos próprios para completar o sentido da oração.
- (18) *Autoridade*: para Succi (2006), quando alguém faz uso de um provérbio, em princípio pode-se ter a ilusão de que a ideia contida nele pertença ao indivíduo que o profere, mas, na realidade, os autores do provérbio são os outros, isto é, a coletividade. Ele representa o discurso do outro, pois constitui uma lógica vinda da sociedade. Por isso, a argumentação de quem o utiliza se torna invencível, já que nele está contida a sabedoria universal, apoiada em concepções tradicionais aceitas pela sociedade. As EIs, por outro lado, não têm essa característica.
- (19) *Polifonia*: o termo *polifonia* designa, *grosso modo*, várias vozes presentes em um mesmo discurso, que expressam diferentes pontos de vista, com os quais o locutor pode ou não se identificar. A partir desse ponto de vista, todo discurso é tecido pelo discurso do outro. Assim, sendo o provérbio um enunciado discursivo e persuasivo por excelência, ele é formado por vários discursos, representando a voz da coletividade e podendo falar por instituições e grupos sociais. No caso das EIs, os falantes, ao fazerem uso delas, também não vão criando suas próprias combinações originais de palavras, mas utilizam combinações já criadas e reproduzidas no discurso

repetidamente, as quais foram aprovadas e institucionalizadas pelo uso. Contudo, diferentemente dos provérbios, as EIs não constituem um discurso polifônico.

- (20) *Moral da história*: nas fábulas, os provérbios (que geralmente as finalizam) encerram um posicionamento crítico sobre as condutas humanas, servindo-se de modelos de comportamentos fictícios para apreçoar a “moral da história”, conforme bem relembra Succi. Nesse sentido, a presença dos provérbios tem o intuito de educar, admoestar, advertir, pois veiculam mensagens que servem para orientar as condutas do leitor. Por isso, muitas fábulas são encerradas com um provérbio que lhes serve de “moral da história”, como, por exemplo, *Devagar se vai ao longe*, que encerra a fábula *A tartaruga e a lebre*. As EIs, por outro lado, não desempenham a função de chamar a atenção do público para a mensagem que está por trás de fábulas e de histórias de cunho moral. Elas, portanto, não constituem a “moral da história” das fábulas – o que é característica dos provérbios.

Por meio do paralelo que foi traçado entre *provérbios* e *expressões idiomáticas*, levando-se em conta os aspectos discutidos, chegamos ao seguinte entendimento:

Dos vinte aspectos caracterizadores de provérbios, foi possível observar que nove são também comuns às expressões idiomáticas; outros sete são ainda úteis para caracterizá-las, embora apresentem algumas diferenças em relação aos provérbios, e apenas quatro servem para distinguir completamente um tipo de fraseologismo do outro.

Nota-se que os aspectos frequência; lexicalização e cristalização; convencionalização; conotação; sinonímia e antonímia; função de eufemismo; função na mídia; contexto e intertextualidade; humor, criatividade e crenças são aqueles que as EIs têm em comum com os provérbios.

Por outro lado, ser ou não enunciados autônomos; encerrar ou não discursos de autoridade; ser ou não discursos polifônicos; e

conter ou não “moral da história” são os requisitos necessários para diferenciar provérbios de EIs, quer dizer, é o que lhes conferem características distintas.

Por fim, a origem, ideologia, tradição, universalidade, cristalização do passado, aspectos estruturais e o papel que desempenham na sociedade são os aspectos que, embora lhes sejam comuns, possuem diferenças que lhes são próprias.

Dessa diversidade de aspectos comuns (iguais ou semelhantes) que possuem resulta a grande facilidade de *provérbios* e EIs serem confundidos, até mesmo por linguistas e outros profissionais competentes.

Outro aspecto a ser comentado é que, em trabalhos sobre fraseologia, é comum nos depararmos com denominações cujas definições nem sempre coincidem, na concepção de vários autores. É o que acontece, por exemplo, com o termo *locução* – o qual não será abordado, neste trabalho, por fugir de nosso escopo principal. Por outro lado, há também termos para os quais não houve, ainda, uma preocupação em atribuir uma definição coerente, como é o caso de *expressões proverbiais*. E é parte de nossos objetivos, neste trabalho, esclarecer qual é nosso entendimento sobre isso.

Provérbios e expressões (idiomáticas) proverbiais: iguais ou diferentes?

Embora sejam de uso habitual, os termos *frases* ou *expressões proverbiais* não parecem receber uma distinção teórico-prática pertinente, em relação a *provérbios*. De fato, Casares (1992 [1950], apud Corpas Pastor, 1996) considera o termo “frase proverbial” sinônimo daquilo que denominamos *provérbio* neste trabalho. Para ele, a frase proverbial “é uma entidade léxica autônoma que se distingue das locuções pelo fato de não funcionar como elemento oracional, já que funciona como oração principal” (Corpas Pastor, 1996, p.34).

Sevilla & Arroyo (1993, p.257-8, apud Corpas Pastor, 1996) declaram que as obras lexicográficas não apresentam traços distin-

tivos claros e precisos entre os enunciados sentenciosos. Citam, ainda, alguns estudiosos como Luca de Tena (1993), que empregam as frases proverbiais indistintamente, além de identificá-las com as locuções, o que acaba gerando ainda mais confusão terminológica.

Nós, entretanto, propomos uma distinção entre *provérbio* e *expressão idiomática proverbial*. Como vimos, o provérbio é um enunciado fraseológico completo e autônomo, que dispensa quaisquer outras unidades lexicais para completar seu significado, seja na forma de especificação de sujeito, de complementos ou outros. Impessoal e atemporal, na maioria das vezes, tem vida própria e apresenta um alto grau de generalidade, referindo-se, por isso, ao coletivo e não ao individual.

Por outro lado, a *expressão idiomática* refere-se a situações precisas. É constituída por enunciados incompletos, sendo, portanto, parte integrante do discurso. Por isso, há necessidade de atualização de sujeito, de verbo ou de complementos, uma vez que ela não se refere ao coletivo, mas ao individual.

A *expressão idiomática proverbial* é, a nosso ver, uma combinação, isto é, possui todas as características de uma *expressão idiomática* comum, no entanto, possui intertextualidade com algum *provérbio*. Pelo fato de ser uma *expressão idiomática*, perde as características inerentes aos provérbios, como a de enunciado completo e autônomo (que tem vida própria e não necessita de atualizações de sujeito, verbo ou complementos), e a de apresentar alto grau de generalidade (referindo-se ao coletivo e não ao individual). Contudo, faz alusão ao contexto histórico-político-social em que o provérbio, com o qual apresenta intertextualidade, foi criado (quando se trata de um provérbio com essas características), ou conserva a mesma relação metafórica presente no provérbio (quando se trata de um provérbio originado com base em experiências de vida). Aparece, também, frequentemente na mídia e em outros tipos de texto.

Vejam, no quadro a seguir, alguns exemplos do que consideramos *provérbios* e do que entendemos por *expressões idiomáticas proverbiais*:

Quadro 24: Provérbios (P), Variantes Proverbiais (VP) e Expressões Idiomáticas Proverbiais (EIP) com exemplos (EEIP).

Provérbios (P), Variantes Proverbiais (VP) e Expressões Idiomáticas Proverbiais (EIP) com exemplos (EEIP) – Leitura das siglas		
1.	P	Não se pode agradar a gregos e troianos.
VP		É difícil (Não se consegue) agradar a gregos e troianos.
EIP		Agradar a gregos e troianos.
EEIP		O governo consegue agradar a gregos e troianos.
2.	P	A cavalo dado não se olham os dentes.
VP		A cavalo dado não se olha o dente.
EIP		Ser cavalo dado.
EEIP		Não torça o nariz, que é cavalo dado!
3.	P	Não adianta chorar pelo leite derramado.
VP		Não adianta chorar o leite (sobre o leite) derramado.
EIP		Chorar pelo leite derramado.
EEIP		O presidente vive chorando pelo leite derramado.
4.	P	Não dê o passo maior que a perna.
VP		Nunca dê (Não se pode dar) o passo maior que a perna.
EIP		Dar o passo maior que a perna.
EEIP		Luís não se controla. Sempre dá o passo maior que a perna.
5.	P	Para quem sabe ler, um pingo é letra.
VP		Para um bom entendedor, um pingo é letra.
EIP		Ser um pingo, letra.
EEIP		Carlos é muito inteligente. Para ele, um pingo é letra.
6.	P	Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.
VP		A César, o que é de César.
EIP		Dar a César o que é de César.
EEIP		A nova diretoria resolveu dar a César o que é de César.
7.	P	Para bom entendedor, meia palavra [basta].
VP		A bom entendedor, meia palavra [basta].
EIP		Bastar meia palavra.
EEIP		Para mim, meia palavra basta, ou até mesmo um olhar.
8.	P	Chumbo trocado não dói.
VP		Chumbo trocado não machuca.
EIP		Ser chumbo trocado.

Continua

Quadro 24: *Continuação*

Provérbios (P), Variantes Proverbiais (VP) e Expressões Idiomáticas Proverbiais (EIP) com exemplos (EEIP) – Leitura das siglas	
EEIP	Homem mal-humorado nenhuma mulher merece. A não ser que ela também seja. Aí, é chumbo trocado.
9.	P Quem brinca com fogo se queima.
VP	Quem brinca com fogo pode se queimar (acaba se queimando).
EIP	Brincar com fogo.
EEIP	Congresso brinca com fogo ao adiar votação do Projeto Ficha Limpa.
10.	P Galinha velha faz boa canja.
VP	Galinha velha dá bom caldo (faz boa sopa, boa cozinha).
EIP	Ser galinha velha.
EEIP	Aconteceu com muita gente, inclusive comigo que sou galinha velha no uso das novas tecnologias.
11.	P Quando a esmola é demais (muita, grande), o santo desconfia.
VP	Quando a esmola é grande (muita, demais), o pobre desconfia.
EIP	Ser (achar, parecer) uma esmola muito grande.
EEIP	Um carro zero? Achei a esmola muito grande, por isso vim aqui saber.
12.	P Um dia da caça, outro do caçador.
VP	Um dia é da caça, outro é do caçador.
EIP	Ser o dia da caça; Ser o dia do caçador.
EEIP	Hoje foi o dia do caçador para a família americana que saiu para acampar e voltou com um javali de meia tonelada na bagagem.
13.	P Não se pode acender uma vela a Deus e outra ao diabo.
VP	Não se acende uma vela a Deus e outra ao diabo.
EIP	Acender uma vela a Deus e outra ao diabo.
EEIP	Ele é falso. Para garantir, sempre acende uma vela a Deus e outra ao diabo.
14.	P Não se cospe no prato em que se come (se comeu).
VP	Não se deve cuspir no prato em que se come.
EIP	Cuspir no prato em que (se) come.
EEIP	Tem gente que cospe no prato (em) que come.
15.	P Não se deve despir um santo para vestir outro.
VP	Não se pode despir um santo para vestir outro.
EIP	Despir um santo para vestir outro.
EEIP	Novamente tivemos de despir um santo para vestir outro, infelizmente.

Com base nas discussões realizadas e pelos exemplos arrolados nesse quadro, é possível perceber ou depreender as características distintivas entre *provérbios e expressões idiomáticas proverbiais*.

Considerações finais

Em um primeiro momento, nosso objetivo neste artigo foi traçar igualdades, semelhanças e distinções entre *provérbios e expressões idiomáticas*, que pudessem ser úteis para discernir esses dois fraseologismos, principalmente no momento de se estabelecer a macroestrutura de dicionários especiais dessa área.

Um segundo objetivo almejado foi a elaboração de definições distintivas entre *provérbios* e o que denominamos *expressões idiomáticas proverbiais*. Essas últimas, apesar de apresentarem as características próprias das expressões idiomáticas comuns, conservam a mesma relação metafórica presente no provérbio com o qual dialoga.

Vimos que provérbios e expressões idiomáticas possuem várias características comuns, algumas das quais se manifestam de modo idêntico em ambos os fraseologismos, além de outras que, embora também lhes sejam comuns, distinguem-se no modo como se comportam em cada um dos casos.

Além disso verificou-se que um mesmo fraseologismo, como, por exemplo, *chorar pelo leite derramado*, pode se concretizar tanto em um provérbio *Não adianta chorar pelo leite derramado* quanto em uma expressão idiomática (proverbial) *O presidente vive chorando pelo leite derramado*.

Assim sendo, concluímos que as razões apontadas justificam a frequência com que esses dois fraseologismos são confundidos e tomados um pelo outro, até mesmo por linguistas, lexicógrafos e dicionaristas experientes.

Referências bibliográficas

BIDERMAN, M. T. C. Unidades complexas do léxico. In: RIO-TORTO, G.; FIGUEIREDO, O. M.; SILVA, F. (Orgs.). *Estudos em homenagem*

- ao professor doutor Mário Vilela*. 1.ed. Porto: Universidade do Porto, 2005. v.II, p.747-57. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4603.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2009.
- BRAGANÇA JÚNIOR, A. Considerações acerca da fraseologia, sua conceituação e aplicabilidade na Idade Média. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, n.13, p.18-29, 1999. Disponível em: <<http://www.abrem.org.br/Considerafraseolog.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2009.
- CORPAS PASTOR, G. *Manual de fraseología española*. Madrid: Editorial Gredos, 1996.
- SABINO, M. A. *Provérbios e expressões idiomáticas: desfazendo confusões teóricas e práticas*, 2010. (artigo em análise para publicação em alguma revista da área).
- SUCCI, T. M. *Os provérbios relativos aos sete pecados capitais*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2006.
- XATARA, C. M. *A tradução para o português das expressões idiomáticas em francês*. 1998. 253 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1998.

USOS DE HIPERÔNIMO COMO ELEMENTO COESIVO EM TEXTOS JORNALÍSTICOS

Márcia Sipavicius Seide¹

Introdução

De um lado, o hiperônimo é um objeto de estudo tradicionalmente focado por teorias semânticas lexicais e pela Lexicologia, de outro, também costuma ser estudado pela Linguística Textual, que o concebe enquanto um mecanismo coesivo, em uma visão simplificadora do fenômeno semântico implicado em seu uso. Outro ponto de vista é acrescentado por disciplinas voltadas ao uso discursivo dos elementos linguísticos, como é o caso da Análise do Discurso (não enfocada aqui) e da Retórica, que se preocupam com o efeito de sentido produzido pelas escolhas lexicais feitas de que o discurso é resultado. O estudo da hiperonímia aqui apresentado tenta abarcar estes enfoques: o da Semântica Lexical, o da Linguística Textual e o da Análise Retórica do Discurso.

Neste texto, são divulgados resultados de um projeto que tem por escopo analisar textual e retoricamente os mecanismos de coesão lexical utilizados em uma amostra de textos jornalísticos vinculados por três revistas brasileiras (*Isto é*, *Época* e *Veja*) durante

1 Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), colegiado de Letras e mestrado em Letras.

o segundo semestre de 2008. Serão focados os usos de “hiperônimos corrigidos” os quais, segundo Reicheler-Béguelin (1995, apud Zamponi, 2005, p.184) são utilizados em reformulações nas quais são feitas anáforas definicionais e/ou anáforas didáticas. Os resultados ora apresentados mostram que este recurso é utilizado com funções discursivas diversas e está relacionado com o fenômeno de restrição de sentido descrito por Bréal no começo do século XX. Uma versão preliminar desses resultados foi divulgada no XIX Seminário do Cellip e publicada nos Anais do evento (Seide, 2009).

Em outra ocasião (idem, 2008a e 2008b), usos de hiperônimo como recurso coesivo observados no *corpus* foram analisados semanticamente. Naquela ocasião, chamou a atenção o fato de este tipo de palavra ser pouco utilizado em seu sentido próprio, sendo, porém, muito comum sua utilização como sinônimo textual, bem como o uso de termos genéricos que não eram propriamente hiperônimos, mas sim palavras de sentido geral designadas como palavra-chuva, palavra-valise, palavra-coringa ou, simplesmente, termo genérico.

A relação de inclusão que caracteriza a hiperonímia não é uma relação unívoca: não se trata de um item incluir outro; trata-se de um item lexical que inclui todo um conjunto de itens e que apresenta um sentido genérico, inespecífico, vago. Esta distinção é importante, pois ajuda a distinguir as seguintes possibilidades de uso discursivo de uma palavra hiperônima:

- a) a palavra é utilizada para retomar um item já mencionado: neste caso, a palavra adquire um sentido específico em decorrência da relação de equivalência proposta, o que a caracteriza como sinônimo textual, possibilidade compartilhada pelos termos genéricos. Um termo genérico igualmente pode ser utilizado mantendo-se sua vagueza semântica que lhe é peculiar;
- b) a palavra é usada cataforicamente, com isso, suas características semânticas são mantidas, havendo utilização da hiperonímia como recurso coesivo.

A seguir, essas possibilidades são evidenciadas com base em dados oriundos do *corpus*. Nas citações feitas, aparece, em negrito, o item lexical ou expressão que apresenta a referência e, em itálico, o item ou expressão que o retoma. Quando palavras ou trechos de citações forem mencionados no corpo do texto, estarão em itálico.

No nível sistêmico, a palavra *produto* é um termo genérico, é semanticamente vaga, inespecífica e muitas palavras podem ser colocadas como suas hipônimas. No contexto abaixo, porém, *produto* faz referência a um produto especificado anteriormente: *madeira*. A relação contextual existente entre *produto* e *madeira* é, portanto, uma relação de equivalência por meio da qual *produto* torna-se um sinônimo textual de *madeira*:

Em um nível muito prático, a certificação da origem da **madeira** pode se transformar em exigência para sua compra nos mercados internacionais. Isso cria dificuldades para a venda clandestina do produto. (Revista Veja, 4.6.2008, p.18)

Uma palavra tão genérica quanto *produto* é a palavra *aparelho*, utilizada no contexto abaixo como sinônima de *telefone celular*: “A praticidade de ter um **telefone celular** fazia todo mundo esquecer os inconvenientes. Com o tempo, os *aparelhos* diminuíram e acumularam funções” (Revista Época, 28.6.2008, p.75).

Como se sabe, a relação de inclusão característica da hiperonímia pode ocorrer em mais de um nível. A palavra *primata* designa a espécie formada pelos antropoides, pelos seres humanos e pelos macacos. Enquanto *antropoide*, *ser humano* e *macaco* são hipônimos deste termo genérico, as diferentes raças de macaco são hipônimos do termo *macaco*. A palavra *macaco*, portanto, é, simultaneamente, hipônima (de *macaco-prego* e *macaco-leão*, por exemplo) e hiperônima (de *primatas*).

No contexto a seguir, é mantida a relação de hiperonímia de *macaco*: por a palavra aparecer no título, sua generalidade e vagueza semântica são mantidas, motivo pelo qual o sentido do hiperônimo inclui ou implica os de seus hipônimos. No decorrer do texto, este

item lexical é retomado pela palavra *macaco-prego*. Com esta retomada, o leitor descobre que o texto faz referência não aos macacos em geral, mas sim a um tipo peculiar de macaco: *o macaco-prego*. Após esta ocorrência lexical, a palavra *primata*, que está no topo da hierarquia, no nível sistêmico, é utilizada como sinônimo textual de *macaco-prego*:

MACACOS À SOLTA. Eles viraram atração turística. Em busca de alimento, cerca de 30 macacos-pregos se aventuram pelas ruas e casas da cidade. A seca que atinge as três reservas ambientais da região é a causa do vaivém dos primatas [...]. (Revista Época, 28.6.2008, p.17)

O que caracteriza o uso discursivo da hiperonímia é a manutenção de suas características semânticas: o termo precisa apresentar um sentido genérico que permita a inclusão de seus hipônimos. No contexto acima, a palavra *macacos* do título é genérica e, virtualmente, abarca todas as espécies de macacos.

Também foi observado uso de hiperônimo acompanhado de alguns de seus hipônimos. No trecho abaixo, a palavra *imigrantes* é usada com sentido genérico; na mesma linha, são citados seus hipônimos. Desse modo, no nível textual, o primeiro termo abarca os segundos, em uma relação inclusiva característica da hiperonímia: “Newark também é uma cidade de **imigrantes**. Temos *irlandeses, italianos, judeus, latinos, portugueses, brasileiros, afro-americanos* que migraram do sul do país [EUA] para cá” (Revista Veja, 30.6.2008, p.83).

Do ponto de vista do significado, cumpre ressaltar, a hiperonímia apresenta duas características: o sentido genérico e vago do hiperônimo e os hipônimos serem, além de previsíveis, em número limitado. Estas características permitem distinguir uma palavra hiperônima de uma palavra-valise.

Uma vez que tanto o termo curinga quanto o hiperônimo são caracterizados por sua generalidade ou vagueza semântica, foi criado um teste simples para distingui-los: utilizando-se os termos

colocados em relação de correferência, cria-se a frase “A é um tipo de B”. Se a frase parecer normal a um falante nativo, trata-se de hiperonímia, caso contrário, o termo A é um termo guarda-chuva. Enquanto a frase *O desmatamento incontido da Amazônia é um tipo de assunto* soa estranha, a frase *O macaco-prego é um tipo de macaco* não causa nenhuma estranheza, mostrando que *assunto* é uma palavra coringa e *macaco* um hiperônimo.

Se bem que o hiperônimo possa ser utilizado como tal enquanto elemento coesivo, seu uso é bastante raro no *corpus* pesquisado. Na maioria das vezes, a palavra hiperônima é utilizada de modo restrito e funciona como um sinônimo textual ou hiperônimo corrigido.

O hiperônimo corrigido

Zamponi (2005) investigou as estratégias de construção da referência em textos que tinham por objetivo a vulgarização ou popularização da ciência e detectou algumas estratégias linguísticas utilizadas pelos autores, entre elas, o uso de hiperônimo corrigido em trechos nos quais havia alguma forma de reformulação (Reichler-Béguelim, 1995, apud Zamponi, 2005, p.185).

O jornalista ou cientista que está elaborando um texto de vulgarização científica, em geral, idealiza seus leitores em potencial como sujeitos leigos, isto é, que não possuem os conhecimentos científicos necessários para a compreensão dos textos científicos redigidos por e para pesquisadores. Neste contexto, faz-se necessária uma construção do referente que não pressuponha conhecimentos específicos e explicita as noções, os conceitos e as definições utilizadas.

Uma das maneiras de garantir essa explicitude é retomar o referente utilizando descrições definidas que mobilizem total ou parcialmente as definições enciclopédicas necessárias ao entendimento da matéria científica. Cabe retomar aqui a estrutura típica de uma definição enciclopédica. Ao lado do termo a ser definido (*definiendum*), há a definição propriamente dita (o *definiens*). Enquanto o primeiro costuma ser um termo técnico (vocábulo próprio de uma

linguagem especializada), o segundo é formado por explicações nas quais se procura evitar termos específicos e utilizar termos de sentido geral, com inclusão dos hiperônimos propriamente ditos.

Nos estudos de Semântica, quando se quer saber se dois itens lexicais são ou não hiperônimos, ou se faz um teste baseado na relação de inclusão ou se testa a relação *definiens-definiendum*. Como exemplo do primeiro, sejam observadas as sentenças *Eu comprei uma maçã* e *Eu comprei uma fruta*. Se é verdade que *eu comprei uma maçã*, é verdade que *eu comprei uma fruta*. Uma vez que comprar uma maçã implica comprar uma fruta, *fruta* é hiperônimo de *maçã*. Se a ordem das sentenças muda, mudam também as condições de verdade: se é verdade que *Eu comprei uma fruta*, isto não significa, necessariamente, que uma maçã foi comprada, pode ser sido comprada uma pera, uma maçã etc.² O segundo teste, a que já se fez referência na seção anterior, é mais simples e direto, e como o anterior, está baseado na intuição do falante nativo: construída a frase “A é um tipo de B”, é preciso verificar se ela é aceitável ou estranha. Assim, a frase *Croquete é um tipo de salgado* é aceitável, mas não a frase *Salgado é um tipo de croquete*.³

Nos textos de vulgarização científica, as informações presentes nas definições enciclopédicas são fornecidas por meio de descrições definidas com função anafórica. O hiperônimo presente na definição é utilizado para retomar um referente já introduzido no texto. Uma definição como *Insetos e vermes são invertebrados* pode ser desmembrada em *insetos e vermes* e *esses invertebrados*. No exemplo citado por Zamponi (2005 p.185), a primeira expressão introduz o referente no texto e a segunda retoma-o:

Os cientistas estão cada vez mais certos. **Os insetos e os vermes** não apenas carregam bactérias patogênicas para o ser humano

2 Sobre a relação lógica de inclusão e o fenômeno de implicação, ver Cruse (2000).

3 Outros exemplos de testes semânticos aplicados à língua portuguesa podem ser encontrados em Seide (2004).

no interior de seus organismos. Esses invertebrados também funcionam como catalisadores de várias pragas, inclusive algumas que mataram milhões de pessoas no século 14 e 17.

O fato de a palavra hiperônima, no nível da língua, estar sendo usada para retomar um referente já expresso restringe-lhe o sentido. Em virtude dessa restrição é que o hiperônimo apresenta-se como hiperônimo corrigido: no contexto acima, *invertebrados* não se refere a uma classe de animais, mas especificamente a dois membros dessa classe: os insetos e os vermes.

De acordo com Zamponi (*ibidem*), o uso de hiperônimo corrigido é um “mecanismo regular no discurso de popularização da ciência” com o propósito de fazer uma reformulação e com a função de formar anáforas, que podem ser definicionais ou “didáticas”. É definicional se o hiperônimo introduz o referente, e didática se o retoma, conforme mostram os exemplos a seguir citados por ela:

Há muito a medicina popular receita o **guaco** (*Mikania glomerata* e *Mikania laevidata*) para problemas respiratórios [...] Agora se descobre que as propriedades fitoterápicas dessa erva nativa da Mata Atlântica vão muito além do seu uso popular. (*idem*, p.186,)

Uma proteína da cana-de-açúcar (*Saccharum officinalis*), identificada por pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos (UFScar) mostrou-se eficaz contra fungos que atacam a cana e outras plantas de valor econômico [...] A canacistatina, com é chamada, ganhou a perspectiva de aplicações diretas na saúde humana por inibir a ação de catapsinas [...]. (*ibidem*)

No *corpus* pesquisado, contudo, o uso de hiperônimo corrigido foi encontrado tanto em textos de divulgação científica quanto em textos jornalísticos que não eram de divulgação científica:

O **mifepristone**, também conhecido como RU486, age bloqueando a ação do progesterona no organismo da mulher. O hor-

mônio é o principal responsável por manter a circulação de sangue dentro do útero [...]. (Revista Veja, 6.8.2008, p.78)

Ele embarcou no **X-1 Bell**, o avião-foguete acoplado à barriga de um bombardeiro B-29. [...] Sempre que o X-1 se aproximava da velocidade do som, uma turbulência crescente fazia o piloto perder o controle da aeronave. (Revista Época, 20.10.2008, p.15)

Os equipamentos são protegidos por **uma sequência de senhas** que resultam em bilhões de combinações. “O sistema é muito sofisticado, é praticamente impossível desvendar esses códigos”, diz um envolvido na investigação. (Revista Época, 24.11.2008, p.44)

No primeiro exemplo, o autor do texto utiliza-se da informação enciclopédica “progesterona é um tipo de hormônio”. Transforma o termo B da expressão *A é um tipo de B* em descrição definida com função anafórica. Neste caso, há uma anáfora didática, a descrição definida introduz o referente e o hiperônimo retoma-o, retomada que produz sua correção ou restrição. Lendo o trecho, é possível “aprender” que progesterona é um tipo de hormônio. Esse trecho parece ser proveniente de uma matéria de divulgação científica, mas faz parte de uma matéria sobre a venda, pela internet, de um remédio abortivo.

No segundo exemplo, há outra ocorrência de hiperônimo corrigido em anáfora didática. Seguindo a linearidade textual, o referente é introduzido pelo nome próprio, em seguida, o aposto retoma-o, fornecendo-lhe uma definição e, ao final do trecho, o hiperônimo *aeronave* retoma o nome próprio. Como no exemplo anterior, há utilização de informação enciclopédica (*X1 Bell é um tipo de aeronave*), porém não se usa uma descrição definida, mas sim um sintagma nominal demonstrativo. Quando isso ocorre, a existência do referente é pressuposta e costuma haver uma reclassificação desse referente (Kleiber, 1984, apud Zamponi, p.187).

No último exemplo, a expressão indefinida introduz o referente, retoma-o uma expressão iniciada por pronome demonstrativo. Ao ler o trecho, o leitor entende que os códigos a que se está fazendo referência no texto são formados por sequências de senhas. É de se

observar que o conhecimento produzido é mais específico em comparação com o primeiro exemplo: não se pode concluir que todo código é formado por um sequência de senhas.

Esta diferença interpretativa, em parte, é decorrente da escolha do artigo indefinido na primeira expressão e do uso do pronome demonstrativo plural na segunda. Dado o conjunto de códigos, a sequência de senhas é um dos elementos desse conjunto, sendo possível inferir que os outros itens apontam para outras possibilidades de formação de códigos. Esta inferência é reiterada pelo uso do artigo indefinido na expressão: *uma sequência de código*. A informação de que a citada sequência é uma entre outras possibilidades de se elaborar um código também é expressa pelo uso do demonstrativo plural em *esses códigos*: conforme aponta Zamponi (2005, p.187), quando se usa um SN demonstrativo, “o referente é apreendido em um processo de contraste interno, em oposição a outros membros da classe de que ele faz parte”. Percebe-se, assim que o uso de sintagma demonstrativo com função anafórica “repete” a informação gramatical fornecida pelo uso do plural.

Funções retórico-discursivas do hiperônimo utilizado como sinônimo textual

Em todos os exemplos ora citados percebe-se, por parte do enunciador, uma intenção didatizante: perante um termo técnico, há a preocupação por explicitar seu significado, intenção que aproxima esses textos dos citados por Zamponi, que são textos que popularizam as ciências. Conforme observado no *corpus*, contudo, o uso de hiperônimo corrigido não se dá apenas por sua função didatizante.

Na Revista *Isto É*, existe uma seção chamada *A Semana* que traz textos breves sobre alguns acontecimentos que se tornaram notícia. Pode-se dizer que o objetivo geral da notícia escolhida para análise, “A maior apreensão do mundo” – publicada em 13.8.2008 –, é provocar a admiração do leitor. De acordo com a Retórica,

textos como este pertencem ao gênero demonstrativo, um gênero no qual se discursa para uma audiência posicionada não para julgar fatos passados ou deliberar sobre o que é preciso ser feito em uma determinada situação, mas sim para reagir pateticamente ao discurso.

Com este intuito epidítico, foi elaborado, para a matéria, um título sugestivo no qual o uso do adjetivo em grau superlativo chama atenção do leitor, motivando-o a se informar sobre “a maior apreensão do mundo”. Nessa breve notícia, a construção de efeitos de sentido de neutralidade e de objetividade é feita, entre outros recursos, pelo uso de palavra hiperônima com função de sinônimo textual.

Em função substantiva, *droga* é uma palavra polissêmica: ela pode designar genericamente substâncias manipuladas em farmácias ou tinturaria, com inclusão da categoria dos remédios, ou, de modo um pouco mais específico, substâncias entorpecentes. No contexto abaixo, o hiperônimo retoma o referente anteriormente introduzido por uma expressão definida. Essa relação anafórica restringe o sentido do nome genérico, tornando-o textualmente equivalente ao entorpecente mencionado: “A polícia australiana divulgou, na sexta-feira 8, a apreensão de **4,4 toneladas, ou 15 milhões de comprimidos de ecstasy** [...] A *droga*, escondida em latas de molho de tomate, estava em navio italiano [...]” (Revista *IstoÉ*, 13.8.2008, p.23).

Outra notícia divulgada na mesma seção da revista, intitulada “A química das digitais”, tem o mesmo propósito de provocar admiração do leitor. Nessa notícia, que tem por objetivo divulgar uma pesquisa desenvolvida nos Estados Unidos, observa-se o uso de termo genérico com sentido restringido, em decorrência da relação anafórica estabelecida textualmente. O termo genérico *substância* é utilizado como sinônimo textual de *drogas*:

Pesquisadores [...] revelaram [...] uma nova técnica de análise de digitais que permite descobrir se a pessoa usou **drogas como maconha e cocaína ou manipulou explosivos**. No procedimen-

to, um solvente especial é aplicado diretamente sobre as marcas e indica com quais substâncias o suspeito teve contato. (Revista *IstoÉ*, 13.8.2008, p.23)

Cabe aqui fazer um esclarecimento sobre as palavras hiperônimas e os termos genéricos. Ambas caracterizam-se pela vagueza semântica, porém enquanto os hiperônimos apresentam um número finito e facilmente reconhecível de termos hipônimos, os termos genéricos podem representar um número infinito de termos, motivo pelo qual podem ser classificados como termo coringa ou palavra-valise. Outra diferença está no uso de hiperônimo na formulação de definições, conforme foi visto na seção anterior. Após o *definiendum*, utiliza-se um termo hiperônimo cujo sentido é restringido por uma explicação na qual costuma haver expressões como “A é um tipo ou espécie de B”.

Em ambas as notícias publicadas pela Revista *IstoÉ* (“A maior apreensão do mundo” e “A química das digitais”) (Revista *IstoÉ*, 13.8.2008, p.23), percebe-se que a linguagem é utilizada de modo a causar a impressão de objetividade e neutralidade, provocando “esquecimentos”: o de que os dados apresentados, na verdade, foram selecionados em detrimento de outros – em uma operação relacionada ao que os estudos retóricos clássicos postularam como fazendo parte da invenção do discurso – e o de que o discurso provém de um sujeito enunciador, efeito de sentido tradicionalmente provocado por estratégias de despersonalização, como o uso da voz passiva e da terceira pessoa do singular (Zamponi, 2005, p.170).

O efeito de neutralidade provocado pelo uso de hiperônimo como sinônimo textual ocorre porque, no nível sistêmico, a carga semântica do hiperônimo inclui as propriedades gerais, prototípicas e fundamentais de seus hipônimos. Quando, em virtude do contexto, há a restrição de sentido, as propriedades não compartilhadas pelo hipônimo utilizado são desativadas: “nesses casos, tem-se um grau menor de recategorização, visto que a carga semântica do hiperônimo, ao ser usado anaforicamente, “ajusta-se ao antecedente” (Kock, 2006, p.266).

Conforme mostram as análises discursivo-retóricas de textos jornalísticos nos quais esse recurso foi utilizado, não se tem apenas um menor grau de recategorização, mas sim uma equivalência calculada para provocar efeitos de sentido de neutralidade: a escolha do recurso ao hiperônimo restringido por parte do enunciador está relacionada à intenção de não acrescentar novas propriedades ao referente.

Nos casos em que o conceito a ser definido é de conhecimento geral, seu uso pode estar motivado meramente para se evitar uma repetição lexical. No exemplo transcrito a seguir, o significado do termo *licença-maternidade*, utilizado para se introduzir o referente, é explicitado pela expressão definida *o período para cuidar do bebê*. Não havendo necessidade de se explicar o significado do termo, a utilização de sua definição enciclopédica parece ser motivada por uma escolha estilística do autor por não utilizar a repetição lexical como recurso coesivo: “**Licença-maternidade** (título da reportagem) Lula deve sancionar projeto de lei que prorroga para seis meses *o período para cuidar do bebê*.” (Revista *Veja*, 3.9.2008, p.9).

Outra motivação pode estar presente quando se usa o hipônimo corrigido para se explicitar o sentido de termos conhecidos: a de chamar atenção do leitor. Este parece ser o caso do trecho abaixo, no qual a definição utilizada para introduzir o referente foge do senso comum: “**Os entendedores da mente humana** enxergam em boa parte dos episódios que chamamos de vingança apenas explosões momentâneas de ódio e reflexos de defesa. [...] *Os psicólogos* colocaram de pé duas teorias principais sobre o poder de permanência do desejo de vingança” (idem, p.86).

Também com objetivo de chamar a atenção do leitor, o hiperônimo corrigido pode causar certo suspense. Para divulgar o lançamento de um produto, o jornalista escreve: “O Google lançou na semana passada o **celular** com o qual pretende revolucionar o mundo dos aparelhos portáteis de comunicação. [...] *O G1* é maior e mais pesado, e seu design não é exatamente um exemplo de elegância.” (Revista *Veja*, 10.10.2008, p.128).

Hiperônimo corrigido e restrição de sentido

Cumpra observar que o fenômeno mais geral da restrição pela qual um hiperônimo é “corrigido” funcionando como sinônimo textual não é exclusivo do uso do hiperônimo como sinônimo textual, ocorre sistematicamente na língua, conforme já apontara Bréal no começo do século XX.

Para Bréal (1992), a restrição é consequência do ajuste entre a palavra e a coisa por ele designada no ato interlocutivo, ajuste que é necessário em virtude de haver uma desproporção entre ambos. Essa desproporção, entretanto, não é percebida pelo falante enquanto expressa seu discurso, muito menos pelo ouvinte que o está escutando. Do ponto de vista do falante, o nome é equivalente à coisa em função das circunstâncias da interlocução e de sua intenção designadora. Do ponto de vista do ouvinte, sua atenção dirige-se diretamente à intenção de quem fala, o que pode acarretar na restrição do significado da palavra (outra possibilidade é a extensão de sentido).

Ao lado da restrição que atinge o significado das palavras, Bréal (idem) observou que existe um tipo de restrição que atinge tão somente o sentido. Esse tipo de restrição é mais superficial, não deixa marcas e é variável segundo as circunstâncias. Há, pois, dois tipos de restrição de sentido: aquele que pode acarretar mudanças definitivas do significado de uma palavra, e só pode ser analisado a contento de um ponto de vista histórico, e o que ocorre ordinariamente, sem causar alteração de significado:

Além das restrições de sentido cujo evidente e permanente testemunho a língua traz, fazem-se, no falar de cada um, constantes aplicações do mesmo princípio, mas que não deixam traço durável, porque variam segundo o tempo e lugar. (Bréal, 1992, [1924], p.85)

Uma restrição do primeiro tipo foi o que transformou o substantivo latino *felis* ou *feles*, que significava “fêmea” e, pouco a pouco, passou a designar a “fêmea do gato”. Com relação ao segundo

tipo, o autor cita a expressão francesa *Aller à la ville* (ir à cidade), que recebe traduções (sic), isto é, interpretações diferentes, de acordo com a região em que a frase é enunciada.

Essa distinção também revela que Bréal percebia haver um tipo especial de palavras cujo sentido é genérico por natureza, mas que se especifica no contexto de uso. Excepcionalmente, uma palavra desse tipo pode tornar-se uma palavra “normal”, como aconteceu com a palavra latina *urbs*, que deixou de ter o significado genérico de “cidade” e passou a designar, especificamente, no auge do Império Romano, “a cidade de sete colinas”.

Outro dado importante sobre a restrição de sentido é que ela pode modificar a relação existente entre uma palavra de significado restrito e outra que se tornou sinônima por seu significado ter se restringido: a palavra específica pode cair em desuso em detrimento da palavra que sofreu a restrição. Esse fenômeno, enfatiza Bréal (idem, p.82), não se dá por uma questão de escolha ou preferência por parte dos falantes, como pensavam os antigos, mas sim por uma questão de hábito.

Para explicar como se dá a restrição de sentido, Bréal partiu do princípio de que o interlocutor vai ao encontro da intenção do ouvinte, promovendo, assim, um ajuste: o ouvinte esforça-se para perceber o sentido que o falante imprime às palavras. A restrição de sentido (e também sua extensão) é, portanto, resultado do esforço interpretativo do ouvinte. Assim, a restrição ocorre, porque o falante usa uma palavra sentindo-a ajustada à sua intenção, e o ouvinte, compreendendo a intenção de quem fala, ajusta automaticamente o sentido proposto ao significado da palavra usada.

As explicações dadas por Bréal sobre a restrição de sentido estão muito próximas tanto do ponto de vista defendido no âmbito da Linguística Textual quanto pelo ponto de vista utilizado na Análise do Discurso, conforme se infere facilmente pelo cotejo dos trechos abaixo:

A referência passa a ser considerada como o resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou su-

gerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com esta finalidade: as entidades designadas são vistas como objetos-de-discurso e não como objetos de mundo. (Koch, 2003, p.79)

Para sermos mais precisos, não é um enunciado que faz referência: é o enunciador que, por meio de seu enunciado, deverá passar ao coenunciador as instruções necessárias para identificar os referentes por ele visados em um determinado contexto. A referência é, portanto, uma atividade que implica a cooperação dos coenunciadores [...]. (Maingueneau, 2005, p.181)

Conforme mostra a análise textual de palavras hiperônimas no nível do sistema linguístico, via de regra, sua utilização como elemento coesivo resulta em mudança em seu estatuto semântico: ao retomar um referente previamente introduzido no texto, os hiperônimos adquiriram as características de um sinônimo textual. Essa redução do sentido não é exclusiva dos hiperônimos, decorre do processamento da linguagem em uso, como já observava Bréal no começo do século passado. À luz dos estudos de Koch sobre a referenciação, a restrição de sentido apontada por Bréal pode ser vista como uma das operações discursivas que tornam possível a construção discursiva do referente. Cumpre ressaltar que ambos os autores enfatizam o papel dos participantes da interação verbal nesse processo, o qual também foi objeto de estudo de Maingueneau, para quem a referenciação não se dá senão mediante a colaboração dos “coenunciadores”. Esses elos de ligação mostram que os estudos semânticos, os de linguística textual e os de análise do discurso podem se enriquecer mutuamente mediante estudos interdisciplinares.

Considerações finais

A restrição de sentido é um fenômeno semântico que ocorre sistematicamente na língua em decorrência do fazer interpretativo

de falante e ouvinte no ato de interação. O uso de hiperônimo como sinônimo textual também se dá mediante a restrição de sentido, o mesmo pode ser dito sobre o uso especificado de termos genéricos, os quais, conforme foi mostrado ao longo do artigo, apresentam peculiaridades que os diferenciam dos termos hiperônimos.

Tendo por parâmetro termos técnicos e suas definições enciclopédicas, Reichler-Béguelin (1995) analisa esse fenômeno de restrição de sentido do hiperônimo enquanto um hiperônimo corrigido, o qual pode formar anáforas definicionais ou didáticas. Em ambos os casos, a construção do referente muda ligeiramente caso sejam utilizados sintagmas nominais com artigo definido ou sintagmas nominais com pronome demonstrativo.

Se bem que Zamponi (2005, p.180) tenha apontado a função didatizante desse tipo de recurso em textos de divulgação científica, no *corpus* pesquisado foram encontradas ocorrências de hiperônimo corrigido em textos jornalísticos que não apresentavam esse propósito.

Em alguns desses textos, outras funções discursivas desse recurso foram observadas: (1) promover retomadas aparentemente “neutras” e (2) chamar a atenção do leitor, inclusive pela criação de “suspense”.

Conclui-se, assim, que o hiperônimo com sentido restrito é utilizado em vários tipos de texto e com funções discursivas diversas, sendo necessário levar em conta as intenções do enunciador para se saber com que função retórico-discursiva o hiperônimo corrigido é utilizado em um texto determinado como recurso coesivo.

Referências bibliográficas

- BRÉAL, M. *Ensaio de semântica*. São Paulo: Pontes; PUC-SP, 1992 [1924].
- CRUSE, A. *Meaning in language: an introduction to semantics and pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- KLEIBER, G. Sur La semántique des descriptions démonstratives. In: *Linguisticae Investigationes*, 1984, p.63-85.

- KOCH, I. G.V. *Desvendando os segredos do texto*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Léxico e progressão referencial. In: VILELA, M.; RIO-TORTO, G. M.; FIGUEIREDO, O. M. *Estudos em homenagem ao professor doutor Mário Vilela*. Porto: Universidade do Porto, 2006. p.263-76.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SEIDE, M. S. A antonímia textual. In: ISQUIERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004. p.101-10. v.2.
- _____. Do sistema ao uso: os mecanismos de coesão lexical. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA PLATINA, 2., 2008, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande, 2008b. 1 CD-ROM.
- _____. Hiperonímia e sinonímia no sistema e no discurso. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, 8., 2008, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2008a. 1 CD-ROM.
- _____. Hiperônimo e restrição de sentido no texto jornalístico. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE STUDOS LINGUÍSTICOS DO PARANÁ, 2009, Cascavel. *Anais...* Cascavel, 2009. 1 CD-ROM.
- REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. Alternatives et écisions lexicales dans l'emploi des expressions démonstratives. In: *Pratiques*, n.85, 1995, p.53-87.
- REVISTA ÉPOCA. São Paulo: Editora Globo, 28 jun. 2008, p.17, p.75.
- _____. São Paulo: Editora Globo, 20 out. 2008, p.15.
- _____. São Paulo: Editora Globo, 24 nov. 2008, p.44.
- REVISTA ISTOÉ. São Paulo: Editora Três, 3 ago. 2008, p.23
- REVISTA VEJA. São Paulo: Editora Abril, 4 jun. 2008, p.18
- _____. São Paulo: Editora Abril, 30 jun. 2008, p.83.
- _____. São Paulo: Editora Abril, 6 ago. 2008, p.78.
- _____. São Paulo: Editora Abril, 3 set. 2008, p.09, p.86.
- _____. São Paulo: Editora Abril, 10 out. 2008, p.128.
- ZAMPONI, G. Estratégias de construção da referência no gênero de popularização da ciência. In: _____; MORATO, E.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p.169-96.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 42,5 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

1ª edição: 2010

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Marcos Keith Takahashi

ISBN 978-85-7983-125-6



CULTURA
ACADÊMICA 
Editora